

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

LISBÔA , Suzana Keniger. Suzana Keniger Lisbôa (depoimento, 2014). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (9h 46min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ) e FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS FILHO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (FAPERJ). É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Suzana Keniger Lisbôa
(depoimento, 2014)**

Rio de Janeiro

2020

Ficha Técnica

Tipo de entrevista: Temática

Entrevistador(es): Angela Moreira Domingues da Silva; Dulce Chaves Pandolfi;

Técnico de gravação: Ninna Carneiro;

Local: Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

Data: 15/10/2014 a 04/12/2014

Duração: 9h 46min

Arquivo digital - áudio: 12; Arquivo digital - vídeo: 12; MiniDV: 12;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Arqueologia da reconciliação: formulação, aplicação e recepção de políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar”, desenvolvido pelo CPDOC em convênio com a Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) e parceria com a Comissão Estadual da Verdade do Rio de Janeiro, entre maio de 2014 e setembro de 2015. O projeto visa, a partir das entrevistas cedidas, a criação de um banco de entrevistas com responsáveis por políticas públicas relativas à violação de direitos humanos durante a ditadura militar.

Temas: Aliança Libertadora Nacional; América Latina; Anistia Internacional; Anistia política; Arquivos públicos; Assembleia Nacional Constituinte de 1987-1988; Assuntos familiares; Atividade profissional; Carlos Lamarca; Chile; Civis e militares; Congresso Nacional; Cuba; Departamento de Ordem Política e Social - DOPS; Direitos humanos; Diretas já (1984); Ditadura; Estado e sociedade; Exílio; Família; Frei Betto (Carlos Alberto Libânio Christo); Getúlio Vargas; Governo Fernando Henrique Cardoso (1995-1998); Governo Fernando Henrique Cardoso (1999-2002); Governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003 - 2010); José Anselmo dos Santos; Legislação; Luiza Erundina de Sousa; Militância política; Militares e estado; Movimento estudantil; Nelson Jobim; Partido Comunista Brasileiro - PCB; Políticas de arquivo; Rede Globo; Regime militar; Repressão política; Rio de Janeiro (cidade); São Paulo; Sociedade civil; Superior Tribunal Militar; Teotônio Vilela; Tortura; Vladimir Herzog;

Sumário

1º Entrevista: 15.10.2014

Arquivo 1: Data e local de nascimento; origem judaica da família; morte do pai em 1967; ingresso no Colégio Estadual Júlio de Castilhos; a participação do irmão na Campanha da Legalidade; lembranças do dia da morte de Getúlio Vargas; a participação na manifestação contra a proibição da minissaia no colégio e a decorrente intimação do DOPS; a militância estudantil com o futuro marido Luiz Eurico Tejera Lisbôa; a eleição de Luiz André Fávero à presidente da União Gaúcha de Estudantes Secundaristas; primeira prisão de Luiz Eurico e de Cláudio Antonio Weyne Gutiérrez; o casamento com Luiz Eurico; as dificuldades com os estudos; o trabalho em uma sinagoga e, posteriormente, no Banco do Estado do Paraná; primeiros contatos com Frei Beto e militância na Aliança Libertadora Nacional (ALN); o julgamento de Luiz Eurico e a sua entrada para a clandestinidade; a morte de Marighella; a prisão do Frei Beto; a clandestinidade; a conversa com Frei Beto após a Anistia; a viagem para São Paulo e, posteriormente, para Montevidéu; o encontro com Joaquim Câmara Ferreira; o encontro com Zilda Xavier Pereira; a ida e o treinamento em Cuba; os problemas de saúde que teve durante o treinamento em Cuba; a passagem por Roma e pelo Chile; o retorno ao Brasil em 1971; a dissidência da ALN, dando origem ao Movimento de Libertação Popular (Molipo); o retorno a Porto Alegre e o encontro com o irmão de Luiz Eurico, Nei Lisboa; breve referência ao livro *Marighella: O guerrilheiro que incendiou o mundo*, de Mário Magalhães; a volta para São Paulo; o desaparecimento de Luiz Eurico; as tentativas de obter alguma informação sobre o paradeiro de Luiz Eurico; a certeza de que ele havia sido preso; a reação da família de Luiz Eurico sobre seu desaparecimento; os problemas de se falar da sua militância; a ida para o Rio de Janeiro; o momento em que soube do desaparecimento de Wilson Silva, marido de Ana Rosa Kucinski; as listas de desaparecidos do Comitê Brasileiro pela Anistia; a decisão de não ir ao primeiro Congresso da Anistia, sob orientação do advogado Luiz Eduardo Greenhalgh; referência a Sérgio Soares Xavier Ferreira e seus primeiros contatos com o movimento dos familiares; o contato com a família; o contato com Antônio Modesto da Silveira; referência ao militante, então condenado Moacir Urbano Villela; a informação falsa obtida a partir de Otávio Medeiros, de que Luiz Eurico estava vivo; o contato com Iara Xavier Pereira e a descoberta de corpos de militantes desaparecidos no Cemitério Municipal Dom Bosco, no distrito de Perus, São Paulo; o momento em que, buscando o nome de Luiz Eurico no livro de indigentes do cemitério, encontrou o seu codinome, Nelson Bueno; os outros nomes encontrados, inicialmente, no livro: Antônio Bicalho Lana, Sonia Maria de Moraes Angel Jones, Luiz José da Cunha, Elder José Gomes Goulart, entre outros; as investigações para confirmar que Nelson Bueno era Luiz Eurico.

Arquivo 2: Informação falsa de que o Luiz Eurico estivesse vivo; a criação de um comitê para buscar corpos de desaparecidos políticos nos cemitérios; o fato de terem encontrado o corpo de Pedro Pomar e de outros militantes; a percepção de que estava sendo seguida quando buscava os corpos dos desaparecidos; a denúncia do encontro do corpo de Luiz Eurico no dia da votação da Anistia no Congresso Nacional, em 22 de agosto de 1979; o texto “Eis aqui o paradeiro de dois desaparecidos” no qual anunciava que havia encontrado os corpos de Luiz Eurico e Dênis Casemiro, escrito pela entrevistada e por Ivan Seixas; a

relação com Teotônio Vilela e sua atuação junto ao movimento de familiares; a manifestação no Congresso e a reação de Jarbas Passarinho e Cantídio Sampaio, contrários aos manifestantes; a tomada a decisão de anunciar a descoberta dos corpos de desaparecidos; os critérios de classificação de desaparecidos feito pela entrevistada e outros militantes do movimento de familiares; a resistência dos militantes do PCB de que o nome dos seus desaparecidos estivessem junto dos nomes de desaparecidos da esquerda armada; o encontro com Diógenes de Arruda Câmara, na reunião dos familiares durante o Segundo Congresso da Anistia; mais informações sobre o critério para a entrada na lista de desaparecidos; os casos de dúvida sobre colocar ou não o nome na lista; menção à militante Jane Vanini, amiga da entrevistada, morta no Chile; a mudança da legislação a respeito do que caracteriza um desaparecido; as dificuldades de acessar os atestado de óbito no cartório do Jardim América; o encontro do inquérito de Luiz Eurico sob o nome Nelson Bueno, onde consta fotos do seu corpo; o processo de retificação de registro de óbito de Luiz Eurico; a primeira exumação assistida pela entrevistada, no cemitério de Perus; a desconfiança dos laudos do IML, por ter sido feitos sob direção de Harry Shibata; as dificuldades impostas pelo delegado Francisco Baltazar Martins; o legista Daniel Ribeiro Muñoz, indicado por Shibata para examinar o corpo de Luiz Eurico e, posteriormente, para examinar as ossadas do cemitério de Perus; a não alteração do atestado de Luiz Eurico, mesmo após a Comissão da Verdade; as críticas por parte de militantes da esquerda, dirigidas à entrevistada de que ela estaria atrapalhando o processo de democratização ao fazer as investigações naquele momento; a mudança da entrevista de Porto Alegre para São Paulo; a participação no congresso da Federação de Familiares de Desaparecidos da América Latina (Fedefam); a diferença entre os movimentos de familiares de mortos e desaparecidos no Brasil e na Argentina; a criação do Associação Brasileira dos Familiares de Mortos e Desaparecidos (Abrafam); as divergências entre o grupo que queria criar a Abrafam e o grupo Tortura Nunca Mais; os objetivos e a situação atual do movimento; menção a diferença entre a lei 9.140 e a Lei da Anistia; a importância da participação na comissão da Lei 9.140; a relação com Nelson Jobim; a reação diante da Lei de Anistia; a acusação de “revanchismo”; a invasão da casa da entrevistada no dia da votação das Diretas; participação em manifestações pelas eleições diretas.

Arquivo 3: A questão da “reconciliação” e a relação dos movimentos de familiares de mortos e desaparecidos com este conceito usado, em diversos momentos, nos documentos oficiais; o caráter parcial e restrito da Lei de Anistia; o fato da Ditadura não assumir o assassinato dos militantes; a morte de Marcio Toledo pela ALN; as reuniões e discussões para a criação da Lei 9.140, especialmente, com José Gregori e com Nelson Jobim; a formação da comissão da Lei 9.140; a relação da entrevistada com a Eunice Paiva na comissão; as discussões em torno da lista de mortos e desaparecidos; as dificuldades da relação com filho em decorrência dos trabalhos na Comissão de Mortos e Desaparecidos; as exumações feitas no Rio de Janeiro, no contexto da Comissão; relata a exumação do corpo de Carlos Lamarca, e dos irmãos de Iara Xavier Pereira, Iuri e Alex; o embates dentro da comissão com o general Oswaldo Pereira Gomes; a necessidade do requerimento de algum familiar de um desaparecido para requerer a sua entrada na lista; menção ao possível desaparecimento de documentos relativos à comissão; relatos de casos de prisão e torturas que a comissão tomou conhecimento pelo requerimento de familiares; substituição de Eunice Paiva pelo advogado Luiz Francisco Carvalho Filho na comissão; menção a novas descobertas de torturas a partir da pesquisa feita no contexto da comissão; a demissão da

entrevistada da comissão durante o governo Lula; a defesa de que a família pode permitir a busca do corpo de um morto ou desaparecido; a comissão durante o governo Lula; críticas a atuação de Nilmário Miranda durante o governo Lula; menção ao caso em que a Advocacia Geral da União recorreu contra a exigência de intimar todos os agentes militares que participaram das operações envolvendo a Guerrilha do Araguaia; a criação de uma comissão interministerial; a mudança da lei 9.140, no ano de 2004; a crítica à inclusão de nomes na lista após a sua saída da comissão; relato da entrevistadora Dulce Chaves Pandolfi sobre Teresa Chaves.

2º Entrevista: 17.10.2014

Arquivo 1: A abertura da Vala do cemitério de Perus em 4 de setembro de 1990 e a mobilização resultante disso; a vinda ao Brasil do Secretário Geral da Anistia Internacional, Pierre Sané; a mobilização de Nilmário Miranda neste contexto; a decisão da participação de um membro da Comissão de Familiares para a Comissão da Lei 9.140; menção ao artigo de Marcelo Rubens Paiva intitulado “nós não esquecemos”; crítica à necessidade de requerimento dos familiares para que a Comissão pudesse agir em cada caso específico; a participação e proximidade de Belisário dos Santos Júnior; a militância entre 1979 e 1995; menção a criação da Associação Brasileira de Familiares de Mortos e Desaparecidos e dos grupos Tortura Nunca Mais; a participação na criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina (CBS); a participação no programa da Danuza Leão pela CBS; a importância da então prefeita de São Paulo, Luiza Erundina (1989-1993), na abertura da vala do cemitério de Perus; a abertura dos arquivos do DOPS do Paraná com então governador Roberto Requião (1991-1994); o encontro de um fichário escrito “falecidos” com fichas de desaparecidos políticos no arquivo do Dops do Paraná; a ida ao IML de São Paulo, para tentar abrir os arquivos; a conversa com Quércio, então governador de São Paulo (1987-1991) sobre a abertura dos arquivos do IML; a demissão de José Antonio Melo, diretor do IML, que esteve envolvido com a morte de Vladimir Herzog em 1975; o sumiço do inquérito sobre a abertura da vala de Perus; a pesquisa nos arquivos do IML; a criação da comissão de acompanhamento das investigações da vala de Perus no governo Luiz Erundina; menção ao arquiteto e designer Ricardo Ohtake que fez uma série de trabalho para o movimento dos familiares dos mortos e desaparecidos; a militância durante a Constituinte de 1988; a luta pela abertura dos arquivos do Dops de São Paulo; a lista “retorno de exilados”; o caso de Ruy Berbert; o caso de Lilián Celiberti; o processo de abertura da vala de Perus; a participação de Caco Barcellos e Mauricio Maia na investigação da vala de Perus; o programa Globo Repórter sobre os corpos no cemitério de Perus.

Arquivo 2: O programa Globo Repórter com a entrevistada; a filmagem da abertura da vala de Perus; a censura do programa; a repercussão da abertura da vala; o retorno à prefeitura no cargo de administradora de cemitério; as ações feitas durante o governo Luiz Erundina; a criação dos grupos Tortura Nunca Mais e da Abrafam; a necessidade da criação de um grupo de familiares em nível nacional para articular-se com as associações latino-americanas; as divergências da entrevistada com os grupos Tortura Nunca Mais; as Comissões dos Familiares de Mortos e Desaparecidos; a criação do Instituto de Estudo da Violência do Estado (IEVE) em 1993; o cálculo das indenizações previstas na lei 9.140; o caso de Victor Luiz Papandreu; o trabalho na Comissão de Direitos Humanos do Rio Grande do Sul; a criação do Movimento dos Ex-presos e Perseguidos Políticos em Porto

Alegre (MEPP); as divergências com o MEPP; sobre os critérios e valores das indenizações nos estados; a divergência com Nilmário Miranda a respeito da lei que responsabiliza os crimes do Estado durante a ditadura; os casos de não militantes ou infiltrados que pediam indenização do Estado; o caso do Cabo Anselmo; a atuação da Comissão de Familiares na Comissão da lei 9.140; a discussão em torno do caso do militante do Molipo, José Arantes; sobre a atitude da Comissão em relação ao infiltrados da ditadura nas organizações políticas e aos que entregavam companheiros sob tortura; o caso de Boanerges de Souza Massa; a reação da entrevista ao descobrir no arquivo do Dops que um companheiro havia entregado informações suas; críticas à Comissão da Anistia.

Arquivo 3: O funcionamento cotidiano e a dedicação na Comissão Especial (1995-2002); a atuação de Gilney Amorim Viana, então deputado; as possibilidades de acesso de arquivos nos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Luís Inácio Lula da Silva (2003-2010); menção ao sistema de informação das polícias, Infoseg; a existência de registros policiais de militantes de organizações políticas mesmo após a ditadura; a saída da comissão; menção à jornalista Juliana Dal Piva; a visita ao arquivo do Dops do Rio de Janeiro; os motivos da saída da comissão; a importância do papel desempenhado pela comissão; críticas à Abin por não ter passado informações à comissão; as tentativas para conseguir fazer atestados de óbitos para os desaparecidos e mortos pela ditadura; as categorias de morto e desaparecidos e as consequências legais dessas categorias; a importância da atuação dos familiares para reescrever a história com relação aos mortos e desaparecidos; a importância da atuação do Nilmário Miranda, do Francisco Carvalho Filho e de Celso Nenevê; críticas à Comissão da Verdade; o funcionamento da comissão após a saída da entrevistada; a participação nas buscas de corpos da Guerrilha do Araguaia; críticas à forma como essas buscas estão sendo feitas.

3º Entrevista: 04.12.2014

Arquivo 1: A participação na Comissão de indenização do estado do Rio Grande do Sul; a composição desta comissão; os critérios e provas para a indenização; as diferenças de posições dentro da comissão; menção à campos de concentração que existiam no Rio Grande do Sul durante a ditadura; menção ao caso de José Luiz Savi, delegado envolvido no órgão clandestino conhecido como Dopinha, durante a ditadura; a crítica a política de indenizações por parte das demais organizações de familiares da América Latina, como por exemplo, as Madre de Plaza de Mayo; a posição sobre política de indenização; a discussão do pedido de indenização durante as discussões da lei 9.140; a dificuldade de requerer e usar o dinheiro da indenização referente ao assassinato de Luiz Eurico Tejera Lisboa; a questão dos beneficiários na lei 9.140; as discussões com José Gregori durante a criação da lei; as críticas à lei 9.140; a atuação da comissão que discutia a inclusão de nomes na lista de mortos e desaparecidos e as investigações nos diferentes estados; as investigações nos processos apresentados na comissão; as discussões dos casos do Lamarca e do Marighella na comissão; a importância da comissão e da lei 9.140; a ausência de apoio do Estado nas atuações e investigações da comissão; as dificuldades de conseguir acesso à informações e documentos pela Abin e pelo Superior Tribunal Militar (STM); o caso de Hamilton Pereira Damasceno; as dificuldades da pesquisa em diversos arquivos como no arquivo Edgard Leuenroth e os arquivos do IML e do DOPS de São Paulo; o caso de Luís José da Cunha, o comandante Crioulo da ALN; as investigações de circunstâncias da morte; menção ao caso

da Chácara São Bento.

Arquivo 2: As investigações nas fotos de mortos em busca de indícios das causas e contexto da morte; as versões dos militares sobre as mortes e as provas que as contradiziam; menção a um documento feito pelo José Gregori pedindo ao chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República pedindo a abertura de arquivos em posse dos militares; as dificuldades e falta de apoio ou estrutura dos familiares nas investigações feitas no contexto da comissão da lei 9.140; a importância da atuação de Criméia Alice Schmidt de Almeida e de Gilney Vianna nos trabalhos da comissão; os casos em que a entrevistada fez o requerimento para a entrada de alguns nomes na lista de mortos ou desaparecidos, entre eles o caso de Luís José da Cunha, o Crioulo, comandante da ALN; menção a um álbum de fotos da morte do Carlos Lamarca e da Iara Iavelberg; o fato de não terem conseguido acessar os arquivos da polícia federal; a destruição e desaparecimentos de parte dos arquivos da comissão especial da lei 9.140; o caso de Amaro Félix Pereira, líder camponês e militante do PCR; menção ao depoimento do delegado Cláudio Guerra, durante a Comissão Nacional da Verdade e a possível confusão entre o contexto da morte de Amaro Félix e Manoel Lisboa; menção ao arquivo do Instituto de Estudos da Violência do Estado; mais informações sobre o desaparecimento de arquivos da comissão; a importância do trabalho de um funcionário da comissão chamado Elder, que posteriormente foi afastado; crítica a organização do arquivo após a saída de Elder; a assessoria da Comissão Especial durante a gestão de Paulo Vannuchi na Secretaria Nacional de Direitos Humanos; crítica às pesquisas feitas na comissão após a saída da entrevistada; o caso de Waldir Salles Sabóia; a proposta de trabalho voluntário enviado pela entrevistada, pela Criméia de Almeida e pela Iara Xavier no contexto da Comissão Nacional da Verdade; a mudança da classificação de desaparecido; as mudanças nos critérios de inserção dos nomes na lista de mortos e desaparecidos; as vítimas civis da esquerda durante a Ditadura Militar; a questão dos crimes de Estado durante a ditadura; a importância da responsabilização do Estado brasileiro com relação às mortes e crimes da ditadura; a especificidade dos assassinatos dos militantes de organizações políticas cometidos pelo Estado durante a ditadura; as discussões no contexto do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH 3); a inclusão do eixo “verdade e memória” pela proposta de Heloísa Greco; a inclusão do termo “reconciliação nacional”.

Arquivo 3: A criação da Comissão da Anistia em 2001; a pensão recebida pelo assassinato de Luiz Eurico Tejera Lisboa; a gestão do Miguel Reale Jr. como ministro da Justiça; críticas à Comissão da Anistia; a manifestação de ex-funcionários públicos e demitidos durante a ditadura em Brasília, no contexto do governo Lula; menção a reportagem na Carta Capital, chamada “Show do milhão”, denunciando a falta de equidade e o “fura fila” na Comissão da Anistia; crítica às formas de pagamento das indenizações; a votação do processo da entrevistada e do Luiz Eurico; a situação de trabalho da entrevistada e de Luiz Eurico antes de entrarem na clandestinidade; menção a um grupo de manifestantes no Rio Grande do Sul que faz passeatas contra a comemoração do golpe de 1964; o caso de Gilberto Giovannetti e de Maria Madalena Lacerda de Azevedo, dois infiltrados da ditadura; o caso de outros agentes da ditadura que requereram ou ganharam indenização no contexto da Lei de Anistia; a crítica à comissão especial após a saída da entrevistada; a relação com o serviço público; menção a mudanças na comissão com a entrada de Paulo Abrão; o Memorial da Anistia; mais informação sobre o caso de Maria Madalena Azevedo; o caso de

Gilberto Prata Soares, infiltrado da ditadura na Ação Popular (AP).

Arquivo 4: O caso de Gilberto Prata Soares, infiltrado na Ação Popular (AP), responsável por diversas prisões de militantes da organização, entre eles do seu cunhado José Carlos da Mata Machado; a impossibilidade de perdoar ou desculpar colaboradores e torturadores da ditadura; as conversas com ex-delegado do DOPS Cláudio Guerra e sua versão sobre como teria sumido com corpos de militantes; menção a Perli Cipriano que teria ouvido pela primeira vez a versão de Cláudio Guerra; a gestão de Paulo Vannuchi na Secretaria Nacional dos Direitos Humanos; a possibilidade de renúncia de membros da comissão durante o governo Lula; a demissão da entrevistada da Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos; as condições materiais da atuação dos membros da comissão; sobre a possibilidade de construção de um bando de DNA na Polícia Federal; a relação com o PT e com o Lula; crítica à atitude do governo quando recorreu contra a exigência de intimar todos os agentes militares que participaram das operações envolvendo a Guerrilha do Araguaia; crítica ao governo Lula com relação ao tratamento dado a questão da memória e da anistia; menção ao desaparecimento de arquivos referentes à Guerrilha do Araguaia; o caso de uma carta anônima que dizia que os corpos do Araguaia haviam sido enterrados no Quartel em Marabá; críticas a atuação de Nilmário Miranda enquanto ministro; a participação de general Oswaldo Pereira Gomes na comissão especial dos mortos e desaparecidos e sua saída por pressão dos familiares, no governo Lula.

Arquivo 5: As diferenças da Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos no governo Fernando Henrique Cardoso e Luís Inácio Lula da Silva; a importância do trabalho feito na comissão e as críticas à entrevistada; a criação do Grupo de Trabalho Araguaia; a ausência do grupo de familiares da Comissão especial no Grupo de Trabalho Araguaia; crítica à participação do general Mário Lúcio Alves de Araújo no Grupo de Trabalho Araguaia; a crítica por ter sido hospedada em um quartel militar com o nome Castello Branco; o livro “Direito à memória e à verdade” organizado no contexto da gestão Paulo Vannuchi na Secretaria dos Direitos Humanos, publicado em 2007; críticas ao processo de organização do livro; os conceitos de “memória”, “verdade” e “justiça” e a incorporação destes pelo governo na gestão do Paulo Vannuchi secretário de direitos humanos; o traslado de Luís José da Cunha, o comandante Crioulo, da ALN; críticas à Daniel Ribeiro Muñoz, responsável por fazer o teste de DNA para comprovar que as ossadas pertenciam ao Luís José da Cunha, o mesmo que havia sido indicado por Harry Shibata a examinar as ossadas do cemitério de Perus; a Comissão Nacional da Verdade; a crítica à não participação dos familiares na criação da Comissão Nacional da Verdade; as emendas propostas pelos familiares; o questionamento da ideia de reconciliação nacional; as discussões acerca da Comissão Nacional da Verdade como investigadora dos crimes do Estado e não das ações da esquerda; a audiência da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

Arquivo 6: As expectativas acerca da Comissão Nacional da Verdade; a atuação do Cláudio Fonteles; divergências internas à Comissão Nacional da Verdade; a atuação de Rosa Cardoso e as divergências entre ela e Paulo Sérgio Pinheiros; o caso de Epaminondas Gomes de Oliveira; críticas às formas de atuação e falta de estrutura da Comissão Nacional da Verdade; menção elogiosa ao trabalho de André Sabóia, Daniel Lerner, André Vilaron e o grupo de peritos da Comissão Nacional da Verdade; as divisões dentro do movimento de familiares; as críticas até mesmo da esquerda de que a luta pela memória seria revanchismo

no momento da transição para a democracia; menção ao reconhecimento público feito pela Maria do Rosário ao trabalho da entrevista; a ausência de convites para participar da Comissão e as dificuldades impostas apesar dos reconhecimentos.

1ª Entrevista: 15.10.2014

Angela Moreira – Suzana, em primeiro lugar, gostaria de agradecer a sua disponibilidade em vir até o Rio de Janeiro conversar conosco e conceder esse depoimento. Em geral, nós começamos esse tipo de entrevista de história oral pedindo que nosso entrevistado conte um pouco da sua infância, quando nasceu, conte um pouquinho da história da sua família, a sua formação escolar, universitária.

Suzana Lisboa – Bom. Eu que me sinto muito honrada de estar aqui. Achei muito chique, ser convidada para vir ao Rio para dar uma entrevista para Dulce Pandolfi é uma honra. Eu nasci em 1951, em Porto Alegre. Eu sou de família judia; meus pais eram, os dois, judeus, meu pai veio para cá pouco antes da guerra visitar um irmão e... um tio, e perdeu toda a família dele na guerra; e a minha mãe, russa, os pais dela, também judeus, vieram antes. Então eu nasci e me criei em Porto Alegre. A gente era muito pobre na época. Eu não tenho nenhuma formação universitária. E em 67...

Dulce Pandolfi – Mas seu pai fazia o quê? Quando ele chegou aqui, ele começou a trabalhar em quê?

S.L. – Meu trabalhava com venda de tecidos. Como é que chamava aquilo? Naquela época tinha um nome.

D.P. – Mascate.

S.L. – É, mais ou menos. Vendia coisa de casa em casa. Depois ele trabalhou num...

D.P. – Chama mascate isso aí.

S.L. – É. Mas lá tem um outro nome. Agora, eu esqueci. Depois, ele trabalhou numa loja de móveis, e ele teve um infarto fulminante, lá no começo de fevereiro de 67. Nessa época eu não tinha nenhum envolvimento político, pelo contrário, meu sonho era estudar no Colégio Israelita, que tinha que ter bolsa, eu bati de porta em porta dos deputados para arrumar bolsa para mim, arrumei bolsa; mas quando meu pai morreu, parece que quebrou aquela minha coisa judia e eu não quis mais ir para aquele colégio. Eu fui para o Júlio de Castilhos, que era um colégio secundarista e era o centro do movimento estudantil secundarista no Rio Grande do Sul, que era muito forte lá.

D.P. – Politicamente, seus pais tinham alguma posição em relação ao golpe de 64?

S.L. – Não. Nada. Meu irmão tinha. Eu tenho um irmão mais velho, eu sou a menor, meu irmão se envolveu na Legalidade, mas eu não tomei conhecimento do golpe. Eu não tinha noção nem do que estava acontecendo. Morava perto de um quartel, na frente de um quartel, quando Getúlio morreu, eu me lembro assim... me lembro... eu tinha três, quatro anos, mas eu lembro da cena, da frente daquele quartel, minha mãe chorando, coisas assim eu me lembro.

A.M. – Da comoção...

D.P. – Mas 64 passou batido.

S.L. – 64 passou batido. A não ser o meu irmão, que começou... que militava na... ele estudava física, e ele militava no movimento estudantil. Mas eu não. Só comecei minha militância em 67, quando eu fui estudar nesse Júlio de Castilhos; e lá, não tinham fechado o grêmio da escola ainda, então eu comecei a me aproximar do grêmio da escola e me interessei por política; que até então não fazia... Eles proibiam a gente de entrar de minissaia, tinha um barbeiro no saguão da escola para cortar o cabelo dos guris, que não podiam entrar de cabelo comprido... Aquelas coisas. E o grêmio fez diversas atividades. Eu não tinha... eu não tinha... eu não lia, na época, não tinha noção, não sabia quem era Che Guevara, não sabia nada.

D.P. – Você era boa aluna?

S.L. – Eu era boa aluna, mas eu não sabia nada da esquerda. Eu comecei a ter conhecimento dentro do Júlio de Castilhos.

D.P. – Isso em 67.

S.L. – Em 67. Eu usava luto, eu não usava o uniforme da escola, eu usava luto. Logo eu me ferrei, porque...

D.P. – Você usava luto pelo seu pai.

S.L. - Por conta do meu pai.

D.P. – Você ia de preto? Ou usava?...

S.L. – Eu ia de preto. Não. Eu usava saia preta – que a gente tinha um uniforme que era uma saia pregueada azul-marinho, eu usava saia preta e blusa preta. Depois comecei a usar blusa branca e a saia preta.

A.M. – Essa era uma opção sua ou uma questão familiar?

S.L. – Era... uma questão familiar. Minha mãe botou luto, quis que a gente botasse também, e não tinha que ir de uniforme; mas aí virou um luto fajuto, porque eu usava uma saia aqui em cima, então, logo na primeira manifestação pela minissaia, saiu uma foto minha *desse* tamanho na *Zero Hora*, assim, inteira a foto, eu arrumando a saia *assim* —, que eu tive a sorte de ser fotografada – e ali já começou a ficar complicado; que eu já recebi intimação para ir para o Dops, nem fui, não tomei conhecimento... Eu tinha o quê? Quinze anos. Eu dançava iê-iê-iê no ano anterior. Eu nem sabia o que eu estava fazendo, no começo.

D.P. – Mas você recebeu intimação para ir para o Dops? Mas você não...

S.L. – Não fui, não compareci, não dei bola.

D.P. – Nem ficou preocupada.

S.L. – Não. Nem... Eu nem sabia do que se tratava direito, eu achava tudo...

A.M. – E a intimação foi em seu nome?

S.L. – No meu nome, porque aquela foto foi muito escandalosa, então todo mundo me reconheceu; eu era a única que não tinha uniforme, na frente do Julinho, [o colégio] que estava com aquela saia, subindo a saia, para poder participar da manifestação, porque a gente subia a saia mais ainda...

A.M. – E você lembra qual era a alegação formal?

S.L. – Alegação?

A.M. –É. Subversão, maus costumes?...

S.L. – Não podia entrar de minissaia. Não, não podia...

D.P. – A sua intimação era baseada em quê?

S.L. – Não. Era para comparecer, para prestar informações. Não dizia o que é que era? Mas a gente sabe... todo mundo achou que era por causa disso, daquela manifestação que a gente fez ali na frente. E aí, pouco tempo depois, o... Aí eu comecei a ler muito, comecei a me interessar pelo assunto, a tomar consciência das coisas. Tinha um grupo muito grande de atuação ali, tanto que tem alguns desaparecidos ali, além do Luís Eurico, que eu conheci ali. Isso, em 67. E nessa época tinha sido também... não tinha sido fechada, ainda, a UGES, a União Gaúcha dos Estudantes Secundários, que era presidida por esse Luiz André Favero que morreu, esse meu amigo. Ele era de Caxias, e ele deu um golpe, entrando como candidato da direita, e ele era um militante do Partido Comunista, então... a UGES virou a nossa casa; tinha uma sede em construção ali. Então, a partir daquele momento, a militância foi muito... muito mais intensa. Eles acabaram fechando o grêmio da escola. Aí nós montamos uma barraca ali na frente, onde funcionava o grêmio livre, recolhendo abaixo-assinados, para a direção abrir o grêmio; e aí o Luiz Eurico, que depois veio a ser meu marido, com mais um, em nome da UGES, foram entregar para o diretor da escola; o cara chamou a polícia, eles ficaram presos três semanas. Aí eu já estava...

D.P. – Você já namorava ele?

S.L. – Já namorava ele. Foi meu primeiro namorado, que eu conheci ali na militância. E aí... Aí eles começaram... Ele foi envolvido num inquérito, pela tentativa de reabertura de entidade ilegal, o inquérito correu... Era ele e o Cláudio Gutierrez, que é uma pessoa que sobreviveu, que está lá no Rio Grande do Sul. E em 68, que foi o auge dessa União Gaúcha dos Estudantes Secundários, que a gente viajava o Rio Grande do Sul inteiro fazendo... organizando o movimento estudantil, eu, praticamente, não ia à aula. Eles chegaram a fazer uma lista de expulsões, e eu consegui ser transferida para o turno da noite, um professor lá me ajudou, ele... “que, imagina, meu pai tinha morrido...” essas coisas, um drama qualquer que foi feito assim – ele não deixou que eu fosse expulsa; que muitos alunos foram. E eu fui para o turno da noite. Aí mesmo que eu não estudei, não ia à aula. Então em 68, eu tinha... eu estava passada, mas eu não tinha frequência. Aí eu resolvi que eu não ia mais na escola e que eu ia fazer aqueles Artigo 99. Não sei nem como é que chama aquilo hoje. Supletivo, não é?

D.P. – É.

S.L. – Na época chamava Artigo 99. Aí... Mas aí já era... já eram outras situações. Eurico foi preso diversas vezes, não foi só aquela vez. A cada vez que ia ter uma manifestação, preventivamente, eles eram presos; não só ele, como o Favero e...

D.P. - Ele já estava na universidade, Eurico?

S.L. – Ele já estava fazendo...Nessa época, ele já estava fazendo economia, tinha começado a fazer economia em Santa Maria, mas fazia de conta que era secundarista ainda, porque estava participando ali daquele movimento. Nós fizemos algumas coisas muito fortes assim, na época de... da coisa do movimento estudantil mesmo. Alguns encontros. Tanto que em 68, quando foi ter a eleição da nova diretoria, foi o diretor do Dops, eles fizeram um certo contra nós assim, lá numa cidade – Santa Rosa, nós fugimos para o meio do mato... Aquelas coisas. Porque era, realmente, muito... Nós mudamos a bandeira da UGES, que era um Rio Grande do Sul, nós botamos uma bandeira vermelha, com o Rio Grande do Sul lá no cantinho... Aquelas coisas que a gente fazia nessa época, e que... e que não dava certo.

D.P. – Nessa altura, você morando na casa da sua mãe...

S.L. – Eu morava na casa da minha mãe, eu trabalhava numa sinagoga, de tarde; quando meu pai morreu, a gente ficou numa situação ruim, então eu era secretária de uma sinagoga; e estudava de manhã no Julinho, depois passei a estudar de noite ou nem estudar; e em março de 69, eu me casei com *Ico*, eu tinha dezessete anos, ele tinha dezenove. E... Não. Ele tinha vinte. Eu tinha dezessete, ele tinha vinte anos. E aí resolvemos casar. E, nessa época, o Ico já começou a militar na VAR-Palmares. E eu não sei... eu não gostava das pessoas da VAR-Palmares de lá, sei lá; sei que eu não... eu não entrei na militância da VAR. Depois ele...

D.P. – E você estava fazendo o quê? Trabalhando... e estudando?

S.L. – Trabalhando num banco... Não. Aí eu tinha parado de estudar. Eu prestei a prova do Artigo 99, e eles não queriam me dar diploma porque tu tinha que ter... tu tinha que ser... tinha que ter dezenove anos, ou ter dezoito e ser emancipada. Eu era emancipada porque eu era casada; mas eles não aceitavam, eles queriam uma certidão de emancipação, que eu não podia tirar porque eu já era casada, então...

D.P. – Ficou assim.

S.L. – Ficou. Não podia...

A.M. – Por uma questão burocrática.

S.L. – É. Eu não podia mais estudar, no fundo devo ter achado muito bom, porque eu só trabalhava; trabalhava num banco na época, fiz... Depois da sinagoga, trabalhei não sei quê, não sei quê, fiz concurso para um banco, o Banco do Estado do Paraná, e, não me lembro em que época, o Ico fez os primeiros contatos com o frei Beto, que era quem estava reorganizando ou organizando ali o esquema de fronteira da ALN, aí nós começamos a militar na ALN. O processo do Ico continuou, por essa tentativa de reabertura... o crime de tentativa de reabertura do grêmio do Julinho, (que todo mundo chama aquele colégio de Julinho), ele foi julgado. Eu fui no julgamento, na Auditoria...

D.P. – Mas ele, preso?

S.L. – Não. Ele, solto. Ficou correndo o processo.

D.P. – Solto. [incompreensível] Ainda não.

S.L. – Ainda não. Não me lembro em que época...

D.P. – Isso é 69.

S.L. – É 69. Nós já estávamos casados, quando teve o julgamento, eu fui, minha mãe foi; o Cláudio Gutierrez não foi, foi julgado à revelia, porque ele achou que eles iam ser condenados. E eles...

D.P. – E Eurico foi?

S.L. – Eurico foi. Foi. Foi o único julgamento que eu assisti, na Auditoria. E ele foi absolvido. Aí, depois disso é que nós passamos a militar na ALN.

D.P. – Ele foi absolvido desse processo.

S.L. – Ele foi absolvido, é. E um belo dia ele foi condenado, sem nem a gente saber, ele e o Cláudio Gutierrez foram condenados a seis meses de prisão, pela tentativa de reabertura do grêmio do Julinho. Eu conto essas coisas para a gurizada, eles não acreditam.

A.M. – Mas ele foi absolvido pela primeira instância e foi condenado pela segunda instância, foi isso?

S.L. – Foi absolvido e... É. Teve um recurso, eles fizeram o recurso fora do prazo —, o advogado, na época, disse que já tinha acabado o processo, porque eles não tinham feito nenhum recurso dentro do prazo... E a gente estava lá casado, feliz. E eles falsificaram os prazos de recurso, e eles foram condenados. E aí ele passou... ele resolveu que ia ficar clandestino, porque ele achou que se... aquela condenação era sintomática, que ele não ia sair tão cedo da prisão. Eu fui para a casa da minha mãe, e ele ficou lá escondido. Aí, nesse meio tempo, a morte do Marighella, o frei Beto é preso... Eu fazia contato com frei Beto, mas eu não sabia que ele era padre, e ele também não sabia que eu era mulher do Luiz Eurico. Mas aí, no lugar onde o Ico estava escondido, na última vez que eu encontrei com o Beto, ele disse que ele ia ter que ficar, então... que ele não tinha mais condições de...

D.P. – Ele ia ter que ficar, como? Não entendi?

S.L. – Que ele ia ter que arrumar um esquema para ele, então, que ele não podia mais dar guarida para o Ico. E aí eu resolvi... Eu fui encontrar com Ico, para decidir o que fazer; nesse dia que eu fui encontrar com Ico, o Beto foi preso, e a repressão foi na minha casa. Aí já ficamos os dois clandestinos.

D.P. – Foi na casa da sua mãe.

S.L. – Foi na casa da minha mãe.

D.P. – Quer dizer, Beto foi preso... Foi o Beto que foi preso primeiro.

S.L. – Foi o Beto que foi preso primeiro. Ele tinha alguns relatórios, que ele tinha feito, que identificavam o Ico. Eu tive uma conversa difícil com ele, uma vez na vida, sobre isso, que eu dizia que ele tinha aberto; então, quando eu voltei à legalidade, o pessoal me fez encontrar com ele para discutir esse assunto. Foi muito desagradável. Na época da anistia, isso. Que é difícil. E naquela época, também, isso tinha um outro peso do que tem hoje para nós, pelo menos para mim, então. Eu refiz esse caminho com ele, depois.

D.P. – Sei. Mas aí você fica clandestina.

S.L. – Aí nós passamos... É novembro de 69. Nós ficamos clandestinos, os dois, e aí... Nós ficamos num esquema com a VPR, eu acho, que ficou nos escondendo... Depois nós viemos para São Paulo...

D.P. – Mas vocês militando na ALN.

S.L. – Aí já militando na ALN. Então...O começo de 70, a gente estava... Nós viemos para cá no final de 69, e até meados de 70, já não sei exatamente quando, nós fomos abandonados aqui, assim que a gente sentiu, que nós fomos abandonados aqui; não cumpriram mais ponto com a gente...

A.M. – Isso é em São Paulo?

S.L. – Em São Paulo. Aí... Porque o Beto tinha nos passado um ponto para ir para Cuba, quando ele foi preso, mas a gente resolveu não ir; a gente achava que tinha que vir para São Paulo. Então nós viemos para São Paulo, recontatamos a ALN aqui, através da VPR, e depois, nos perdemos, aí nós voltamos para o sul. Aí nós resolvemos que não. Aí foi a época do sequestro do... da tentativa de sequestro do cônsul, lá no Rio Grande do Sul... Datas, eu não me lembro direito. Mas foi nessa época. Que eram os contatos que a gente tinha, então não tínhamos mais contato nenhum, nem com a ALN nem com a VPR, o pessoal do POC, também, que a gente conhecia, não tinha, aí nós fomos para Montevideu, atrás desse Cláudio Gutierrez, que estava lá, que tinha sido condenado com ele; e lá, por coincidência, tinha acabado... nós procuramos o... não sei, não me lembro... ah! nós procuramos o lugar onde o Cláudio trabalhava, ele não estava mais lá, e aí nos disseram: “Ah. Vocês são brasileiros? Procure esse fulano aqui”, que era o Francisco Sá, (acho que era Francisco Sá) que era um senhor já de idade, que era um cara da ALN que estava lá, era um amigo do Marighella, foi contemporâneo do Marighella. Aí ele nos indicou uma pensão para ficar e falou: “Tem um casal que chegou hoje também”, e, casualmente, era a Jane Vanini e o Sérgio Capozzi, que eram dois militantes da ALN aqui, que davam guarida para o Toledo. Na época, o Toledo...

D.P. – Toledo era o Joaquim Câmara Ferreira.

S.L. – É. Na época, o Câmara estava fora do Brasil, eles resolveram, quando nós chegamos aqui, nos colocar na casa deles; tanto que ali que a gente conheceu o Câmara, porque ele voltou, a gente estava dentro daquela casa, nos apresentaram como um tio dele;

mas a gente sacou que não era tio, então a gente... foi interessante, que durante umas três semanas ou mais um pouco, não me lembro, a gente conviveu com ele. A gente estava trancado nesse apartamento, enquanto arrumava documentação, essas coisas. E aí...

D.P. – Para ir para Cuba. Documentação para ir para Cuba.

S.L. – Não. Para viver. Para viver.

D.P. – Para viver aonde?

S.L. – Aqui em São Paulo. Eu pulei essa parte, eu pulei essa parte do Toledo e do encontro com a Jane Vanini dentro do... Quando nós viemos para São Paulo, nós ficamos em diversos lugares — aparelhos, conheci algumas pessoas —, enfim, enquanto tentavam nos dar a documentação que a gente não tinha. A documentação que a gente veio do Rio Grande do Sul era muito ruim, malfeita, enfim. E enquanto eles decidiam o que faziam de nós, sei lá. Nos botaram num grupo de fogo, cada um num... mas nós não chegamos a atuar aqui, nessa época. E nessa época nós conhecemos a Jane Vanini e o Sérgio Capozzi; e fomos reencontrá-los em Montevideu, que eles tinham acabado de chegar. Porque eles tinham sido abertos, eles tinham vida legal, os dois, e tinham sido abertos. Então, ali, a gente reencontrou eles. A Zilda... [Toca um telefone] A Zilda Xavier Pereira tinha fugido da cadeia na época, chegou ali em Montevideu e nos mandou ir para Cuba. Então nós fomos para Cuba. Isso já era final de 70, eu acho, e treinamos lá, fizemos treinamento no último grupo de ALN que treinou ali, que é apelidado de Quarto Exército, e voltamos para o Brasil em 71. O Ico desapareceu em...

D.P. – Como foi essa experiência de Cuba? Você acha que foi uma coisa?...

S.L. – Ah. Para mim foi uma coisa fantástica. Eu era uma guriazinha que tinha medo do escuro, então, fisicamente, para mim, foi muito difícil. Assim no começo, nos primeiros dias, eu chorava para caminhar daqui - ali, no mato assim. Foi um período de uma superação imensa para mim. Nossa! Muito grande.

D.P. – E botar os pés em Cuba foi um negócio muito?...

S.L. – Ah, foi muito forte. Muito emocionante. E a gente foi ali... A casa, o grupo que nos envolveram era o grupo dos quarenta que tinha acabado de sair, o sequestro dos quarenta, e foi para Cuba. Então, a parte do treinamento, nós fizemos com eles quase que todos, o

pessoal da VPR que estava treinando e da ALN, do MR-8; e depois, o treinamento no campo foi separado, eles fizeram, o pessoal da VPR fez, e o nosso grupo era o pessoal da ALN com o pessoal do MR-8.

A.M. – Quanto tempo vocês ficaram lá?

S.L. – Nós ficamos... eu acho que não chegou a um ano. Eu nunca sei direito. Meado... Final de 70, e nós voltamos... em outubro, por aí, de 71, eu já estava aqui em São Paulo.

A.M. – E o retorno de vocês foi uma determinação da organização? Ou foi um desejo de vocês?

S.L. – Sim. Nós viemos... Não. A gente queria voltar. Não. Nossa ideia era treinar e voltar, então nós voltamos... assim, voltamos, nos perdemos, aí fizemos... Aí teve muitas peripécias.

D.P. – Por onde vocês voltaram?

S.L. – Pelo Chile. Nós voltamos... saímos para a Tchecoslováquia, Roma...

D.P. – Tchecoslováquia?

S.L. – É. Na ida e na volta, nós passamos em Praga. E passamos, na ida, a gente passou na Argentina. Então nós ficamos um tempo em Buenos Aires, até arrumar a documentação. Ico foi na frente, eu fiquei muito tempo para trás, porque não tinha documento para mim, eu tinha vinte anos, tinha uma cara de bebê, então não conseguia documento para mim; foi difícil, até... Eu fui bem depois que ele. A gente se encontrou em Roma e, juntos, fomos para Cuba. E para mim foi muito... assim, aquele treinamento, para mim, é um início de vida assim, eu nunca tinha enfrentado as coisas que eu enfrentei ali, com muita dificuldade. Depois eu me machuquei ali, (eu tenho um dedo duro, olha, esse dedo ficou duro lá em Cuba, meu dedo estratégico) então eu fui para o hospital, fiquei um tempo no hospital...

D.P. – Isso aqui é um tiro?

S.L. – Não. Isso aqui, entrou... Eu tinha estafilococos, e o antibiótico, na época, para tratar disso era uma coisa privativa das forças armadas, não tinha; e eu custei... eu tinha furúnculos nas pernas, tinha...uma perna era do tamanho de duas, assim. E eles tratavam manualmente cada furúnculo. Acho que foi a vez que eu mais senti dor na vida, era tratar aqueles furúnculos, assim tirava a pele de um por um. Era horrível. E entrou um espinho aqui, infeccionou, ficou horrível, eu fiquei com a mão desse tamanho assim, acabaram me levando para o hospital; aí tiveram que operar, abrir... Eu acabei nem voltando para o campo para fazer... O nosso grupo não fez o treinamento final que todos os grupos têm. Acabou não tendo. E aí, pouco depois, a gente veio embora. Pouco tempo depois.

D.P. – E saíram só vocês dois de Cuba, ou vocês saíram em grupo?

S.L. – Nós saímos em quatro. Um já ficou em Roma, não voltou. E depois...

D.P. – Isso era 71.

S.L. – 71. É. Nós voltamos no auge da repressão.

D.P. – É muita coragem.

S.L. – É. Nós voltamos no auge da repressão. Eu tinha vinte anos, gente! 71. Eu falei que eu tinha vinte e um quando eu fui. Não. Eu nasci em 51. Em 71, eu tinha vinte. Então, quando eu fui para Cuba, eu tinha dezenove.

D.P. – E aí vocês voltam, fazem esse esquema – Tchecoslováquia, Paris...

S.L. – É. Não, Paris não. Até hoje não conheci Paris. Só conheci Roma e Praga.

D.P. – Também, ficava lá pouquíssimo tempo...

S.L. – Ah é. Na ida... na ida gente ficou um pouco mais de tempo; mas era um verão, assim super quente, eu tinha um vestido de lã, a única roupa que eu tinha era aquele vestido de lã, que eu lavava de noite, botava de manhã, então, para mim, passear em Roma foi muito difícil, com aquele vestido de lã, um calor desgraçado. [riso] Eu aproveitei muito pouco. Eu lembro de coisas assim. E eu encontrei aqui, depois de muitos anos, a pessoa que nos recebeu lá, que é o marido da Denise Crespin. Ele que nos recebeu na época. Eu custei a me dar conta que ele era ele, há uns anos atrás, que a gente se achou.

D.P. – E vocês vêm pela fronteira? Vêm para o Brasil como?

S.L. – Não. Aí nós fomos para Chile. No Chile, nós encontramos outras pessoas...

D.P. – No Chile, não deu aquela vontade de ficar lá, não?

S.L. – Não. Eu queria voltar.

D.P. – Queria voltar. Nem vacilou. Não teve um momento de?... Porque o Chile, estava aquela efervescência do Allende...

S.L. – A gente queria voltar. Nós ficamos isolados no Chile, só encontramos assim uma ou duas, três pessoas da ALN, não encontramos mais ninguém. Tinha a discussão... Isso foi a época da constituição do Molipo¹, na época que eu estava em Cuba, então foi um período conturbado assim... de rompimento ali. Para mim, o rompimento do Molipo ali, os gaúchos e cariocas, então foi isso, o grupo dos paulistas ficou com o Molipo e os gaúchos... e os cariocas que estavam treinando no grupo do Molipo ficaram na ALN; e nós, que éramos dois gaúchos, também ficamos. Foi mais ou menos isso.

A.M. – E aí vocês voltam para Porto Alegre?

S.L. – Nós voltamos para...

D.P. – Vocês vinham de avião?

S.L. – Não. Nós viemos... Nós fomos de avião até... eu acho que deve ter ido até o Chile, e de lá, nós viemos pingando; aí nós saímos os dois sozinhos, não saímos com as outras pessoas, viemos pingando. Das outras pessoas era só mais uma que ia voltar, que era Marília Angélica. O cara que veio junto desbundou lá, que a gente dizia na época.

D.P. – Desistiu.

S.L. – É. E não voltou. Aí nós voltamos. E tínhamos ponto aqui em São Paulo, e nós encontramos com ela no ponto, aqui em São Paulo.

D.P. – Então vocês já vieram com a agenda: ponto em tal dia, tal hora, em tal lugar.

¹ Movimento de Libertação Popular

S.L. – É.

D.P. – Mas como é que vocês entraram no Brasil? Por qual lugar?

S.L. – Nem me lembro.

D.P. – Mas foi por que meio de transporte?

S.L. – Não. Ou de ônibus...

D.P. – De ônibus.

S.L. – É. Eu tenho a impressão que a gente dever ter entrado ali por Paso de los Libres. Porque nós saímos por ali. Eu acho que nós entramos por ali. Mas eu não tenho certeza. Não me lembro mais. Já pensei outra vez mas não me lembro. Eu tinha um passaporte argentino e o Ico tinha um passaporte da Guiné Equatorial. E a gente falava muito mai espanhol. Na ida então... Primeira vez que eu andei de avião, eu fui sozinha, com aquele passaporte argentino, de Buenos Aires para Roma. Nossa! Com aquele vestido de lã... e não sabia falar espanhol. E a moça do meu lado ainda comentou: “Nossa. Você é argentina? Você não sabe falar espanhol!” Falei: “Pois é. Eu fui criada no Brasil”. [riso] O passaporte do Luiz Eurico era super malfeito. Ele ficou anos treinando – anos, é meu jeito de falar – na frente do espelho; “Se me cayó la foto, yo la pregue”, “Se me cayó la foto, yo la pregue”. [risos] É assim que a gente vivia. Era engraçado.

D.P. - E aí vocês chegam em São Paulo.

S.L. – Nós chegamos aqui, ficamos perdidos em São Paulo, a organização não cumpriu o ponto com a gente. Eu voltei para Porto Alegre. Voltamos para o sul, porque nós ficamos perdidos, e o Ico foi lá para Buenos Aires, para recontatar, porque a gente tinha encontrado as pessoas lá, e eu fiquei em Porto Alegre. E ele foi lá, recontatou, e nós viemos para cá de novo.

D.P. – Quando você chegou em Porto Alegre, você procurou sua mãe?

S.L. – Não. Eu não procurei.

D.P. – Mas você não estava rompida com ela, não. Foi questão de segurança.

S.L. – É, é. Eu nunca tive rompimento.

D.P. – Mas tinha vontade de procurar?

S.L. – Nossa! Muita, muita. Mas a gente tinha...

D.P. – Mas não podia aparecer.

S.L. – É. Mas nós encontramos na época, por exemplo... A minha mãe a gente não encontrou, mas encontramos na época os irmãos do Ico, o Ney, que é esse Caetano Veloso dos pampas, ele conta, aí na orelha do livro, que esse foi um verão que nós... Porque quando Ico foi embora para recontatar... Porque nós ficamos perdidos, a gente alugou casa numa prainha lá e buscamos o Ney, que era o filho menor, o irmãozinho menor do Ico. O Ico ensinou ele a fazer pandorga com o símbolo da ALN. O Mário Magalhães até termina o livro do Marighella com essa imagem. Porque ele é muito fã do Ney, então ele termina com essa imagem da pandorga com o símbolo, com a alça de mira, que é o símbolo da ALN. Bom. Aí o Ico recontatou, nós viemos para São Paulo, e nós fomos destinados a ficar em Porto Alegre para tentar reorganizar a ALN lá; os esquemas de fronteira. E era difícil, complicado, porque é uma cidade pequena; a gente não andava junto na rua, andava que nem índio, um na frente, outro atrás, porque... Foi difícil. Aí eu vim para São Paulo aqui, em agosto...em julho de 72, para ficar um mês aqui...

D.P. – Com ele?

S.L. – Não. Ele ficou e eu vim. E, nesse meio tempo, ele desapareceu. Ele veio... Quando eu cheguei aqui, foi a época que começaram os segmentos, que até então não tinha; em meados de 72, julho, agosto, é a época que a gente começa a detectar que a repressão está nos seguindo; que, antes, não seguia, assim descaradamente. E aí... Eu não voltei, não me deixaram voltar para Porto Alegre; sai de um aparelho vai para o outro, sai de um aparelho vai para o outro, e lá pelas tantas não me deixaram voltar. E eu fiquei dizendo: “O Ico vai aparecer, o Ico vai aparecer”; e nesse meio tempo, eu demorei para voltar para Porto Alegre... A gente morava num apartamento que tinha nome legal, então não podia cair. Mas a gente se inscrevia por posta restante, eu e ele...

A.M. – O que é isso?

S.L. – Era uma caixa que o Correio tinha. O Correio tinha um negócio... posta restante. É posta, não é porta, não. É posta restante que chamava.

D.P. – Que é o quê?

S.L. - Tu escreve e tu deixa lá na... a pessoa procura na agência do Correio: “Chegou uma carta aqui para mim, com tal nome”. Então a gente tinha sempre um documento, que a gente guardava, para se comunicar por posta restante, quando a gente estava separado. Eu escrevi para ele que eu não tinha podido voltar, mas que eu ia voltar. Quando eu voltei, ele não estava. Ele não apareceu no ponto. Eu não podia ir na casa, e aí, sim, eu procurei minha família, porque aí eu fiquei sem saber o que é que estava acontecendo. E aí, *ele* tinha procurado a minha família, porque ele achou que eu tinha sido presa, porque eu não voltei na data, foi a época da... foi julho de 72, foi a época da morte do José Júlio Araújo. Se não me engano, ele morre dia 20 de julho de 72. E aí ele achou que eu tinha sido presa, ele veio para cá atrás de mim, e nunca mais... Eu, depois, detectei ele me buscando nos lugares. E ele desapareceu. E eu fiquei aqui até...

D.P. – Nessa hora você... desespero. O que você achava? Que foi preso?

S.L. – Não. Eu tinha certeza que ele tinha sido preso. Ele saiu de Porto Alegre dizendo que ele vinha atrás de mim. Acionou meu irmão, a minha mãe, eles sabiam que ele vinha atrás de mim. Não me lembro se a minha mãe soube na época, ou se foi só o meu irmão. Isso eu já não sei. Ele veio atrás de mim e não voltou. Só podia ter sido preso. Eu achava, às vezes, que ele podia ter se perdido; mas a gente tinha formas de contato. Eu tinha parente em São Paulo, que a gente procurava quando precisava. Tinha formas dele me achar de novo. Eu não achava que ele tinha me abandonado, que nem a repressão dizia, eu não achava.

A.M. – E havia alguma possibilidade, por parte da família dele, por exemplo, de buscá-lo, em delegacias, no Dops?

S.L. – Não. Na época, não. Na época, a família dele não fez nada disso. Nada disso. Não fez nada. Na época da prisão dele, que eram eles que podiam fazer, eles não fizeram. Eles achavam que ele tinha me largado, que tinha se desentendido.

D.P. – A família não achava que ele tinha sido preso não?

S.L. – Não. Eles achavam que eu que estava inventando, que ele tinha me largado. A mãe dele achava isso. O pai era...

D.P. – Mas os pais sabiam da militância.

S.L. – A mãe sabia. Os pais eram separados. Eles eram sete irmãos, o Ico era o mais velho. E os pais eram separados. E o pai dele era um cara de direita. Ele não suportava o pai. Mas a mãe não. E a mãe dele não acreditava. Os irmãos eram pequenos, tinha dois irmãos mais velhos que moravam aqui no interior de São Paulo, mas o irmão, também, ele era um cara de direita, então... A mãe não procurou. A mãe tinha certeza que ele tinha desistido de mim. A mãe dele era antissemita, eu achava ela antissemita. Não que ela assumisse, mas eu achava que ela não gostava de mim porque eu era judia. Tinha essa imagem dela, pobrezinha. Mas eu achava. E aí ninguém procurou por ele. Aí eu... eu procurei, eu fiz o que eu pude na época, que era encaminhar para um advogado, para outro; fizeram *habeas corpus*, eu nunca vi o *habeas corpus*; mas também não adiantava nada... Eu fiquei...

D.P. – Deve ter sido desesperador, Suzana. Você sozinha...

S.L. – Foi. Ah. Eu fiquei... Isso era 72, eu tinha vinte e um anos, eu não conhecia ninguém, não tinha um amigo aqui, nada, zero, então foi muito difícil, foi bem difícil. Mas eu não pensei em ir embora também.

D.P. – Do Rio Grande do Sul, você voltou para onde? Para São Paulo ou para o Rio?

S.L. – Voltei para São Paulo.

D.P. – E você estava em contato com a organização ainda?

S.L. – Sim. Não. Eu fiquei em contato com a organização, desde que ele desapareceu. Eu fui atrás dele no Rio Grande do Sul, não achei, voltei para São Paulo.

D.P. – Nessa altura estava tudo tão desestruturado...

S.L. – É. Nós saímos procurando por ele. Sei lá. Teve uma vez que o Lana e o Arnaldo viram um esquema, que eu nunca enxerguei; eles me largaram num lugar que eu ia procurar o Ico e... e dali a pouco voltaram, em desabalada carreira, e me taparam, e eu não

enxerguei nada; mas eles diziam que o lugar estava aberto. Eu não sei. Mas o Ico não chegou... quer dizer, eu nem sei, até hoje, se ele chegou a ser preso, interrogado. Não sei. Mas podia estar aberto pela pessoa que eu tinha dito que ia lá. Era um cara do movimento secundarista lá do Rio Grande do Sul, trabalhava num banco, eu achei que era uma pessoa que o Ico podia ter procurado. Eu fui atrás das pessoas que eu achava que ele podia ter procurado. Eu não sei como ele foi preso até hoje. Às vezes eu tenho desconfianças, mas não... não sei como chegaram nele. Durante muito tempo eu achei que ele podia aparecer, que ele podia estar vivo. Aí eu fiquei aqui. Era uma época de... muito difícil, porque de muita mudança da atuação da repressão, que eles seguiam a gente, era um dado diferente, novo; e no fundo eu acho que eu tive muita sorte de ser preservada, porque eu só tinha contato com as direções que se sucediam, como eu era treinada em Cuba, eles protegiam a gente de alguma forma, então... fiquei por aqui. Eu não falo muito assim dessa... Eu não gosto muito, até hoje não gosto, não falo da coisa da minha militância; porque eu vou muito a debate, não sei quê, a meninada pergunta, eu digo assim: “Olha. Eu participei da luta armada, fui guerrilheira, tenho muito orgulho disso; mas eu não vou contar detalhes para vocês porque até hoje isso, para mim, é tratado que nem chacota — “Eu assaltei, eu matei, não sei quê”, eu não gosto, em princípio, da forma como as pessoas lidam com isso, mesmo muitos dos ex-militantes, e como isso é visto, então... eu não falo. Eu fiquei na ALN até o fim. Fiquei em São Paulo até meados de 73. Em meados de 73, eu fui para o Rio – vim para o Rio, e fiquei aqui no Rio até o fim da ALN. Então, até 75, aqui, nós estávamos organizados ainda. Todo mundo diz que já tinha acabado mas não tinha. Tinha um grupo de ALN ainda, que existia aqui. Lá pelas tantas a gente perdeu contato com São Paulo, eu só fui saber que Wilson Silva era desaparecido quando eu vi os cartazes da anistia. Até então, para mim, ele podia ter sobrevivido, que nem eu. Eu só soube que ele era desaparecido quando saiu aquele primeiro cartaz CBA [Comitê Brasileiro pela Anistia].

D.P. – Soube de quem? Quem era?

S.L. – Wilson Silva, o marido da Ana Rosa Kucinski.

D.P. – Era uma pessoa que você conhecia.

S.L. – É. Eu tinha contato com ele. Da mesma forma como eu sobrevivi, eu também... Eu não sabia que ele era legal, não sabia nada da vida dele. Eu reconheci ele quando eu vi os

cartazes. Teve um primeiro cartaz que o CBA de São Paulo fez assim – “Procurados”. Acho que tem a foto dele por ali. Tem, sei lá, umas vinte ou trinta fotos, não sei. E uma delas é... A do Ico já tinha, porque, mesmo clandestina, eu tinha mandado a informação dele, então tinha a foto dele. Eu morava no Rio ainda clandestina, quando saiu esse cartaz.

A.M. – Mandada para o CBA.

S.L. – É. Mandava para a família. E ele fez parte dessa primeira lista. Quando saiu aquelas matérias na *Veja*, *Isto é*, eu acho que aquilo é 77 ou 78, eu não me lembro bem. E eu só voltei para Porto Alegre em 78.

D.P. – E quando você volta para Porto Alegre, você volta legal?

S.L. – Não. Eu voltei legal. E aí, fiquei muito quieta no começo... O Sérgio até hoje briga comigo, porque eu procurei o Luiz Eduardo na época, e ele não me deixou ir no congresso da anistia, disse que...

D.P. – O Sérgio Ferreira, quer dizer, briga com você porque você não foi ao congresso.

S.L. – É, porque eu não fui no congresso da anistia, porque o Luiz Eduardo não me deixou ir, porque achava que era complicado, eu estava saindo da clandestinidade, não sei quê, ele achava que eu ia estragar o congresso da anistia, que eu não tinha que ir; então eu não fui. Mas eu comecei a participar do movimento da anistia lá no Rio Grande do Sul.

D.P. – Logo em 78.

S.L. – É. Logo em 78. Em 79, não sei bem que data, acho que é março, não me lembro que ano, o Sérgio vai para Porto Alegre, aí que eu começo a militar no movimento de familiares. O Sérgio foi para Porto Alegre para trabalhar – ele que sabe a data, porque ele foi para fazer um trabalho lá de tradução – e aí ficou tentando encontrar os familiares. Ligou para mim; queria falar com a mãe do Ico, eu dizia: “Não, pode ser eu”...

D.P. – O Sérgio é primo do Beto, da VAR-Palmares, que é desaparecido também. Sérgio Ferreira.

S.L. – É. E ali que eu comecei a militar no movimento de familiares.

D.P. – Aí você começa... Que até então não conhecia. O Sérgio, você conhecia o Sérgio nesse momento, conhecia outras pessoas desse movimento dos familiares?

S.L. – Conhecia o Sérgio. Até então, eu não tinha saído da instância que eu participava da anistia, mas de uma forma mais periférica, em função do que Luiz Eduardo me dizia: que era muito complicado, estragar, vamos dizer, o movimento pela anistia com o chamado terrorista que estariam entrando ali. Que aquilo era complicado, que tinha que deixar as coisas fluírem mais facilmente, antes da gente aparecer ali. Enfim... Nós éramos umas cinco pessoas, que estávamos clandestinos no Rio, ainda nessa época. Fora os que já tinham conseguido sair. Alguns saíram do país. E nós ficamos. Eu não consegui sair. Não queria sair, em hipótese alguma. E... Eu trabalhei no Rio, eu fiz outra identidade, eu tinha uma certidão de nascimento, eu construí uma identidade em cima daquela certidão de nascimento, então eu tinha uma vida legal. Eu tenho amigos até hoje, que eu fiz nessa época, com esse documento que eu usava. Até ir embora. Já em 77, a minha mãe já... eu já fiz contato com a minha família, final de 77. E era engraçado, – eu sou muito parecida com a minha mãe –, eu dizia que ela era minha sogra, eu dizia que eu era viúva... Era uma... Porque eu tinha foto do Ico nas minhas coisas, eu tinha as alianças, que eu tinha recuperado a minha aliança e a dele, eu usava, nessa época. E então, quando eu fui para Porto Alegre, eu já fui achando... Nós procuramos o Modesto aqui no Rio...

D.P. – Modesto da Silveira.

S.L. – É. Para ele nos orientar, se a gente tinha algum processo; então, quem tinha processo foi ficando para trás, eu não tinha, mas eu quis ficar meio que até o fim, com um cara que era muito amigo meu, enfim, que estava condenado; que era um desses que estava clandestino também. E aí... Que chama Moacir Urbano Villela. E aí eu me engajei no movimento de familiares. Aí teve... Eu tenho que ir mais rápido.

A.M. – Não.

S.L. – Teve uma... O meu irmão tinha uma namorada, tinha tido uma namorada, que tinha uma ligação muito próxima com o Otávio Medeiros. Ele era chefe do SNI nessa época. E alguém da família dela tinha salvado alguém da família dele. Era uma coisa assim, muito íntima. E aí ela me perguntou se eu queria que perguntasse alguma coisa para ele. Eu falei:

“Claro. Pode perguntar”. Aí ela, passou um tempo, me procurou, dizendo que ele ia me dizer – ou “não sei nada”, ou “está morto, enterrado em tal lugar”, mas era só para minha certeza íntima, eu não podia dizer aquilo para ninguém. Eu achei tão estranho... Eu falei: “Está bom. Eu topo”. Aí passou um tempo, a moça chegou na minha casa, chorando desesperadamente, dizendo que o Ico estava em Montevideu, que estava casado, vivo, feliz, tinha filhos. Eu fiquei em estado de choque. Até agora me arrepia. Porque eu acreditei. Eu achei que era uma coisa tão... era uma forma tão entranhada assim de me passar essa informação, que ela devia ser verdadeira. E aí eu disse para ela: “Olha. Ele me dá o endereço. Eu, publicamente, vou retirar o Ico da lista dos desaparecidos”. Isso era uma vitória para a ditadura. Porque era aquilo que eles diziam. (Não, não estou com frio. Me deu um arrepio de... de emoção. Não, eu não sou, eu sou calorenta. Me emocionei.)

D.P. – Mas que coisa!

S.L. – É. E aí eu tinha certeza que era verdade. Eu fui no...

D.P. – Mas você encontrou com Otávio?

S.L. – Não. Foi através dessa moça.

A.M. – Isso, em 1978.

S.L. – Foi em 1979. 79. E aí eu fui pela primeira vez no Encontro Nacional dos Movimentos da Anistia, aqui no Rio. Que isso deve ter sido abril de 79.

D.P. – Foi esse no Colégio Bennett? Não. Você nem lembra.

S.L. – Onde é que era, eu não me lembro. Serginho deve saber. Eu não me lembro.

D.P. – Deve ter sido.

S.L. – Aí eu vim para esse encontro no Rio. E tinha chegado a Iara Xavier Pereira, que eu tinha convivido com ela na militância; até a época que ela saiu do Brasil, eu tinha convivido com ela, estava com ela, quando ela estava grávida, enfim, e eu nunca mais tinha visto ela. Não sabia nada dela. E aí ela veio e começou a me contar da história do cemitério de Perus, que uma tia dela... Estavam todos exilados, a mãe, o pai, ela, enfim. E a Zilda tinha uma irmã que morava em São Paulo, que tentou procurar o corpo dos meninos; quando Alex

morreu em janeiro, ela foi atrás, não conseguiu. O Alex de Paula Xavier Pereira e o Iuri Xavier Pereira. O Alex morre dia 20 de janeiro de 72 e o Iuri morre dia 14 de junho de 72. Ela procurou os dois, não achou. Muitos anos depois, o marido dela morreu, tinha um convênio com esse cemitério Dom Bosco, em Perus, ela resolveu olhar os livros, que ela não conhecia; e aí ela achou o Iuri enterrado ali. E no dia da morte do Alex, tinha um nome que ela tinha impressão de já ter ouvido falar, ela anotou o nome que tinha, e ela pegou a nota oficial que dizia: “Alex de Paula Xavier Pereira, que usava o nome falso de João Maria de Freitas, e Gelson Reicher, que usava o nome falso de Emiliano César, morreram hoje, num enfrentamento com a polícia”. Então, eles enterraram pelo nome falso. E a gente nunca tinha procurado desaparecido em cemitério. Mas eu achei aquilo um espanto. E o Ivan falou que o pai dele tinha sido enterrado em cemitério. Estávamos na casa da irmã do Arnaldo Cardoso Rocha, que veio a ser o marido da Iara, que tinha sido morto. O Serginho, o Ivan, a Iara e eu. E eu e a Iara resolvemos pegar um avião e ir para São Paulo. O Sérgio e o Ivan ficaram desesperados, tentando nos segurar —, mas ninguém segurou —, porque eles tinham medo que a gente fosse fazer, que a gente ia destruir não sei quê —, os dois foram de ônibus; e nós fomos para São Paulo. Eu liguei, que eu conheci lá, do pessoal da Anistia, o João Santana, que trabalhava com Marco Aurélio Ribeiro, (João Santana, depois, veio a ser o ministro do Collor, ministro da Administração; era um cara importante aí do esquema do Collor), mas ele era um cara do movimento da anistia nessa época — e ele me arrumou um carro, do aeroporto, nós fomos direto para o cemitério de Perus. E eu fui lá e achei um Nelson B. Eu não me lembrava o sobrenome do Ico. Eu chamava... O nome que eu me correspondia com ele, eu lembrava que era Nelson B., eu não lembrava o resto do nome. Cheguei lá, achei um Nelson Bueno, falei: “É ele, é ele, é ele”. A Iara dizia: “Está maluca”. Eu dizia: “É ele. É ele”. E nós achamos... Esse Antonio Pires Eustáquio, que era administrador do cemitério na época, que é uma figura maravilhosa assim, fantástica, ele nos... ele deixou a gente olhar os livros.

D.P. — Ele sabia que vocês eram militantes e estavam procurando desaparecidos políticos?

S.L. — As mulheres. Nós estamos procurando, as mulheres, procurando pelos maridos.

D.P. — Os maridos desaparecidos políticos.

S.L. – Sim, sabia – que eram todos... os terroristas. No começo ele chamava terrorista, depois ele não chamava mais, os presos políticos.

A.M. – Mas não teve nenhuma objeção.

S.L. – Não. Ele nos mostrou o livro, deixou a gente olhar o livro de indigente. “Nós estamos procurando pessoa...” “Ah. O livro de indigente”. Ele sacava pelo jeito da gente. As guriazinhas de classe média ali, naquele cemitério... Então ele deixou a gente olhar. E aí nós achamos o Lana, o...

D.P. – Vocês olharam o quê? Era a relação de...

S.L. – Nós olhávamos pela data o livro de indigente, é um livro assim, enorme, pela data. Então nós achamos o Antonio Carlos Bicalho Lana, a Sonia Maria de Moraes Jones, que estava enterrada com nome falso, a Esmeralda Siqueira de Aguiar, nós achamos o Luiz José da Cunha, o Crioulo, o Elder José Gomes Goulart, o Alex e o Iuri, o Antonio Benetazzo. Nesse primeiro momento, nós procuramos os nossos amigos.

D.P. – Já tinha mais gente engrossando essa?...

S.L. – Não. Era eu e a Iara

D.P. – Era uma comitiva, ou era você e Iara?

S.L. – Não. Era eu e Iara, inicialmente. É. Eu e Iara. E aí nós fomos...

D.P. – E aí você viu Nelson B, nessa lista.

S.L. – Nelson B. E tinha o Nelson Bueno, que tinha sido morto... tinha sido encontrado morto numa pensão – tinha o endereço – na Conselheiro Furtado, no bairro Liberdade, e acho que tinha causa mortis, que a gente via que era por morte... um tiro, sei lá, não me lembro exatamente qual que era a causa mortis – agora me fugiu, que eu não estou conseguindo lembrar – mas é traumatismo crânio-encefálico, umas coisas assim, que sempre era. E aí a gente montou uma investigação, ali no CBA, um grupo de investigação. Então o Ricardo Carvalho, que era um repórter da *Isto é*, eu e o Hélio Campos Melo, que era um fotógrafo da *Isto é*, fomos na pensão nos apresentar: “Eu sou a mulher do Nelson Bueno, que sumiu de casa; esse aqui é o meu irmão, esse aqui é o meu cunhado, irmão do Nelson

Bueno”, e mostramos a foto do Ico, as pessoas reconheceram. Foi assim, uma coisa... chocante. Porque eu tinha... Eu, no momento que eu vi aquilo, eu falei é ele, é ele, é ele; eu tinha certeza que era ele sim. E durante muito tempo todo mundo duvidava de mim, mesmo depois das pessoas terem reconhecido. Porque aí não apareceu... As pessoas contavam uma história, nós fomos atrás do inquérito naquele nome, não tinha, não apareceu no inquérito, e aí nós montamos... eu nem voltei para Porto Alegre, que eu só tinha ido para o Rio fazer o... o encontro da anistia; eu estava fazendo faculdade na época; não voltei mais – e nós montamos uma investigação com os...

D.P. – Você estava fazendo faculdade aonde?

S.L. – No Rio Grande do Sul. Física. Física. Era o que eu queria fazer quando eu era criança. Depois de dez anos de clandestinidade, o que é que ia fazer? Eu deixava a pessoa passar na minha frente na hora da fila, para me inscrever no vestibular, que eu não sabia o que fazia. Eu fui fazer o que eu queria fazer quando eu tinha quinze anos, fui retomar...

D.P. – Aí você viu - Nelson Bueno, você foi lá na pensão... Gente!...

S.L. – Aí nós fomos lá, com a foto dele...

D.P. – E o cara, quando viu a foto, disse o quê?

S.L. – Não. “Ele é o moço que se matou aqui em cima”. Essa era a conversa.

D.P. – Se matou?

S.L. – É. O moço que se matou aqui em cima. O zelador da pensão - chamava Silvestre Ogui, (esses dias quis me lembrar o nome dele, não lembrei; agora me veio) ele não quis falar com a gente. Ele era informante da polícia. Depois a gente soube. Mas o Ricardo Carvalho foi lá com uma história, chorando... que logo eu comecei a chorar, todo mundo chorava – o Ricardo Carvalho dizia que queria gravar, para mostrar para a mãezinha dele; então era uma história de que o moço daqui, se matou aqui em cima, ele era muito bonito... Tinha uma moça lá, que morava perto do quarto dele... Ele ficou uns três... não sei quantos dias, menos de uma semana nesse quarto. E eles estranharam... Aí, de madrugada, ouviram disparos – mas ninguém fez nada... Essa é a história que eles contam. Ninguém fez nada. Mas de manhã, ele não saía do quarto... aí, lá pelo final da tarde –, ouviram os disparos de

madrugada —, no final da tarde, resolveram botar uma chave assim, porque o quarto dele estaria trancado por dentro, então botaram um jornal embaixo da porta, empurraram a chave, abriram a porta, ele estava morto na cama, chamaram a polícia. A polícia veio, lavou o corpo dele no banheiro, não sei que, foi embora. Foi enterrado. E aí nós... a gente guardou essa informação, e fomos tentar achar outros desaparecidos.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

S.L. — ... o meu irmão ia subir em Porto Alegre, e a gente ia... com endereço, e a gente ia para Montevidéu; porque a moça ficou doente, não chegou a nos dar o endereço.

A.M. — Isso, com aquela informação que o Otávio Medeiros havia dado, de que ele vivia em Montevidéu.

S.L. — É. Aquela sequência ali, de que eu ia para Montevidéu achar o Luiz Eurico, eu até hoje sonho com ele vivo; é uma coisa que nunca me saiu da cabeça, porque eu acreditei naquela história.

A.M. — É de uma perversidade sem tamanho.

S.L. — É, é perverso. Eu acreditei. Burra velha, que nem eu digo, eu acreditei, eu achei que era uma coisa tão... tão nas entranhas assim aquela coisa, uma ligação tão cheia de informações; e seria um grande trunfo para a ditadura, porque ele fazia parte daqueles cartazes, então eu achei que era verdade; por que é que o cara ia inventar isso?

A.M. — E quanto tempo depois?... Que foi no mesmo ano, que você recebeu essa informação e que você o identificou.

S.L. — Foi em seguida. Foi em 70 e... Vamos dizer, em fevereiro de 79, essa moça me procurou, janeiro ou fevereiro; em março, eu vim para o encontro da anistia e encontrei a Iara; daqui, nós fomos para São Paulo, e eu achei Luiz Eurico. É nessa parte que eu estava, que nós montamos um comitê de investigação, que era... Nós fechamos a informações, então quem sabia disso era pouquíssima gente assim, e a gente buscava... começamos a buscar nos outros cemitérios pelos nomes falsos que a gente tinha. Começamos a pedir para os familiares os nomes falsos, enfim. Eu não tenho nenhuma religião, mas eu criei um vínculo com aquele cemitério; cada vez que eu ia no cemitério, eu comprava flores e botava em todas as

sepulturas que a gente tinha achado; porque depois nós fomos achando outras: o Pedro Pomar estava lá... Todo mundo que morreu a partir de 72 estava naquele cemitério. Então... E aí não era uma coisa só do meu marido, era dos meus amigos que estavam ali e mesmo dos que eu não conhecia. E eu, uma vez, fui com a Iara lá, e a administração ficava assim em cima – o cemitério é um parque, então, para tu achar a sepultura, tu conta passo para lá, conta passo para cá... é um gramado assim, não tem sepulturas definidas, especialmente a quadra dos indigentes. E aí, um dia, nós estávamos na administração e nós vimos que tinham dois homens lá, que iam em cada sepultura que a gente foi e pegavam as flores, jogavam no lixo. Falei “Nossa! Nos acharam”. Era meio óbvio que... Tu acha que não seguiam a gente?... A gente não tinha tanto cuidado assim. A gente tinha trancado a informação, mas não... Sei lá. E aí nós resolvemos fazer a denúncia, então, do encontro do corpo do Ico. Que foi feita no dia da votação da anistia no Congresso Nacional. Foi nesse dia que eu fiz a denúncia. Nós fizemos um texto... Aí nós tínhamos localizado outro desaparecido, que era o Denis Casemiro, que era um militante da VPR, que estava com os dados dele adulterados no livro – idade, enfim. De desaparecido era só o Luiz Eurico e ele. E a gente fez um texto assim: “Eis aqui o paradeiro de dois desaparecidos”... Eu tenho esse texto guardado assim.

D.P. – Você fez com quem o texto?

S.L. – Eu e o Ivan Seixas fizemos esse texto. Porque nós fomos para Brasília para a votação. Porque ninguém ia. Os movimentos de anistia, o pessoal foi ficando nos seus locais, fazendo manifestações. Mas nós resolvemos ir. E na época a gente acampava no gabinete do Teotônio Villela, que foi uma pessoa assim... muito impressionante, que a gente conheceu ali, naquela fase. Ele foi a pessoa que nos... que legitimou, eu acho, a nossa luta assim. Eu era apaixonada por ele assim. Adorava ele. Pelo que ele representou para nós assim. Eu ficava na casa dele, ele não... Ele nos abriu a porta de uma forma impressionante. Ele me levou no Barro Branco, por exemplo, eu não consegui entrar, mesmo com ele...

D.P. – Nossa. Você ficava na casa dele?

S.L. – Ficava na casa dele. No apartamento dele, a gente ficava. Ele tinha uma relação excelente com a gente. A primeira vez que nós procuramos por ele, nós ficamos de marcar uma reunião dos familiares dos desaparecidos com ele. Naquele meio tempo a gente foi para Brasília. E ele me chamou, nos corredores do Congresso, eu me apaixonei por ele. Como é

que um político sabe quem eu sou? Então... Essa coisa da identificação. Eu achei que o interesse dele não era aquela coisa de relator do processo. E ele tinha feito coisas incríveis ali. Ele entrou nos presídios e falou: “Aqui, não encontrei nenhum terrorista”. Então... E a reunião dele com a gente aqui em São Paulo foi fantástica. Eu morava em Porto Alegre; mas aí eu não tirava mais o pé daqui. E foi muito emocionante a nossa reunião com ele. E aí, no dia da votação da anistia, a gente fez esse comunicado. Eu tinha uma faixa, um papel aqui, escrito, também: “Achei meu desaparecido”. Era uma coisa muito louca. E foi muito duro, porque...

D.P. – E só estavam você e o...

S.L. – E o Ivan.

D.P. – ... e o Ivan?

S.L. – Não. Tinha outros.

D.P. – E os familiares.

S.L. – Não. De familiares, tinha... a mãe do Luiz Eurico foi para Brasília, um primo dele também, que era militante, é o Carlos Alberto [incompreensível], (morreu recentemente) também foi, e tinha outros militantes... tinha outros familiares que estavam lá. Eram poucos, mas tinha. No primeiro dia, eles ocuparam as galerias, os milicos, a gente fez um escândalo, porque não nos deixavam subir... Tem fotos da gente nas galerias. E aí, assim que acabou a votação, a gente... lá de cima, eu comecei a jogar lá embaixo as notas e chamar “Assassino, está aqui meu marido”. Porque o projeto de anistia nos dava um atestado de morte presumida, ou paradeiro ignorado, assim que eles já chamavam, que era o que o Código Civil já nos dá: com cinco anos, tu vai lá e declara que uma pessoa é desaparecida. Então... O [Jarbas] Passarinho gritava lá de cima: “Vai, vai, vai procurar marido!”. Esse nunca me saiu da cabeça. Esses dias ainda contei isso, me lembrando disso, porque aquilo para mim era uma coisa tão... assim... eu estava denunciando que eu tinha achado meu marido enterrado com nome falso, e ele ainda estava dizendo “vai, vai procurar marido”. E o Ivan se pantou a discutir com Cantídio Sampaio, que não me lembro se era deputado, era senador, sei lá o que é que era, e dizia: “Torturador...” Aquilo ali foi uma catarse, porque... Aí a gente saiu dali, a

imprensa ficou toda em volta, e a partir dali, foram os momentos mais difíceis para mim. Primeiro...

D.P. – Desculpe. Você leu o texto lá?

S.L. – Não.

D.P. – Lá de cima? Não conseguiu.

S.L. – Não. Não. Jogava, a gente jogava. A gente deu para a imprensa. Tirou xerox, sei lá. Eu lembro que o título era feito à mão, eu fiz à mão. “Eis o paradeiro...” Aquelas coisas que a gente fazia, de qualquer jeito.

A.M. – Suzana, antes de a gente entrar nesse momento posterior. Essa decisão de revelar e de denunciar que vocês haviam encontrado o paradeiro do Eurico foi uma decisão tomada por você, pela Iara e pelo Ivan, ou foi uma decisão coletiva com os outros familiares?

S.L. – Foi uma decisão cole... Não. Com os outros não. Só com quem estava envolvido no processo. Tanto que muita gente ficou de mal comigo e nunca mais falou comigo.

A.M. – Porque você não havia mencionado que você tinha...

S.L. – Porque eu não contei. Eu tinha feito algumas relações dentro dos familiares, não só o Ivan, Iara, o Serginho. Esses dali a gente chamava de tropa de choque. Mas eu tinha outros amigos, que eu fiz ali dentro, a partir daquela militância. Mas a gente não contou para ninguém. Então muitos familiares... Alguns familiares, quando viram, ficaram indignados, porque... “e o meu?”. Aquilo ali foi um marco ali, porque foi o primeiro desaparecido que a gente achou. Aí também tem os nossos critérios do que é que era desaparecido, na época.

A.M. – O que era? Como vocês discutiam?

S.L. – Olha. Nós fizemos essa lista *aqui* de desaparecidos, que essa aqui foi a primeira, retirando da lista dos mortos... da lista dos desaparecidos todos aqueles que tinham informação oficial. Podia não ter a nota oficial dizendo “fulano de tal foi morto...”, que nem tinha do Alex. Mas nós retiramos o Flávio Molina, porque eu descobri, num processo qualquer que eu estava vendo, e do Frederico Eduardo Mayr, que o Nelson Guimarães pedia

a extinção da punibilidade deles por morte; e botava o atestado de óbito que o Tuma mandou para eles com nome falso... Isso para mim era um documento oficial. Eu retirei da lista. Nessa época a gente tinha uma coordenação aqui, não era uma coisa clara, mas era uma coordenação do movimento dos familiares; era quem tinha mais atuação ali dentro, que era o Ivan, a Iara, eu, o Serginho. A gente liderava aquilo ali.

A.M. – E trabalhava na constituição dessa lista.

S.L. – É. Trabalhávamos na constituição.

D.P. – Vocês estavam dentro do CBA?

S.L. – Sim.

D.P. – Dentro do CBA. Vocês eram uma comissão dentro do CBA.

S.L. – Dentro do CBA. Eram os familiares dentro do CBA. Tinha os familiares dos exilados, os familiares dos desaparecidos, os familiares de presos.

D.P. – Você estava mais no Rio ou mais lá? Ou nos dois?

S.L. – Em São Paulo. Não. Em São Paulo e no Rio Grande do Sul. A única vez que vim para o Rio foi aquele encontro.

D.P. – Você estava morando mesmo no Rio Grande do Sul mas ia muito para São Paulo.

S.L. – Morava na casa da minha mãe...

D.P. – Porque o Rio Grande do Sul também tinha o CBA, como tem em São Paulo.

S.L. – É. Aí abandonei a faculdade, nunca mais fui nada, só fiquei em volta disso. E era muito difícil. Por exemplo, o pessoal do PCB não aceitava que o seu nome estivesse misturado com o dos terroristas, dos guerrilheiros. Tanto que se vocês olharem as primeiras listas, é separado, desaparecido do Araguaia dos outros desaparecidos, porque eles não aceitavam. Esse *aqui* é o primeiro documento que nós botamos em ordem alfabética. Nós bancamos botar.

D.P. – Araguaia é PCdoB. Mas tinha o pessoal do PCB.

S.L. – Do PCB, que não queria que botasse junto.

D.P. – E o PCdoB também não queria?

S.L. – O PCdoB era... guerrilheiro era só eles. Todo mundo diz que eu e meu irmão matamos o Arrudão no segundo Congresso da Anistia, porque... Diógenes de Arruda Câmara – porque eles chegaram do exterior, e chegaram... eles foram para a reunião dos familiares, o Diógenes, a Elza Monerat, sei lá mais quem, não me lembro se o Amazonas estava ou não... Foi a cúpula deles para dentro da reunião dos familiares, que tinha muita gente. E aí ficava assim a Elza Monerat: “Tinha um fulano que era irmão do amigo do vizinho de não sei quem, que eu acho que foi para a guerrilha. Bota na lista”, porque o negócio era aumentar a lista. E eu... Na época, a gente era super rígido. Eu era insuportável com esse negócio. Que eu dizia o seguinte: “tem que ter militância”, primeiro. É a primeira informação. Se você olhar esse dossiê aqui, a primeira informação é a militância. Quando a gente não sabia, a gente botava militância desconhecida, que era para dizer foi morto porque era militante. Porque tem famílias que diziam: “não, o meu nem era terrorista, e foi morto”. Então... E essa foi uma... Era uma briga ali dentro. “Vamos fazer assim, botar a militância; e não botar de uma forma desrespeitosa”, que eu achava que o dossiê do Rio botava, tipo assim: “fulano, casou com fulana, beltrana, sicrana; tinha dez nomes de guerra, participou de ação...” Isso não me interessava. Eu tenho brigas com esse dossiê aqui, apesar de eu estar como uma das redatoras dele, eu não gosto...

D.P. – Esse dossiê que a Suzana está falando, só para a gravação...

S.L. – É o dossiê ditadura.

D.P. – É o dossiê que foi feito pela Secretaria de Direitos Humanos...

S.L. – Não. Esse é nosso. Esse é dos familiares. O da Direitos Humanos chama *Verdade e Memória*. Esse é o nosso. Porque tem informação de ação. E para mim, o fulano não foi morto porque participou de tal ação; para mim, foi morto porque era uma decisão da ditadura de matar os guerrilheiros que participavam da luta armada; eles faziam um... Por que é que alguns eles deixaram vivo? Eu não sei por que eu fiquei viva. Não tenho a minha ideia por que eles me deixaram viva. Porque durante um tempo, eu sei que eu estava sendo

seguida. Por que me escolheram para ficar viva, eu não posso saber. Mas... Então eles começavam...

D.P. – Então o critério era?...

S.L. – O critério era o seguinte: militância; e a confirmação da família.

D.P. – Como é que você está falando? Confirmação da família?...

D.P. – Porque, assim. As organizações tinham nomes de pessoas. Por exemplo, depois que nós botamos esse Benjamin de Oliveira Torres aqui, antes, a gente já tinha... já tinha essa coisa aqui muito mais depois, porque esse Benjamin de Oliveira Torres, a família nunca participou de nada, e ele estava vivo. Quem descobriu ele foi o Reinaldo Guarani, muitos anos depois. Ele está aqui nesse dossiê.

A.M. – E ele foi inserido no dossiê a pedido da família?

S.L. – Não. Não. A pedido... Foi um depoimento do Ottoni. O Ottoni era o Ottoni, não era qualquer um. O Ottoni Guimarães Fernandes Júnior, que era um... Ele não era uma pessoa qualquer. Ele disse, ele nos disse: “Ele foi morto. Eu estava preso com ele, eu ouvi a voz dele”. E para mim não precisa, para alguns casos. Se era uma pessoa mais desconhecida, tinha que ter a confirmação da família. Por exemplo, o Nilmário uma vez disse para mim que se eu não tivesse feito nada nesse assunto, ele diria que a única coisa que eu fiz era não ter permitido botar o Otávio Ângelo nesse dossiê, que era um dirigente da ALN que saiu no sequestro do cônsul japonês, e que eu tinha certeza que estava vivo. Nunca deixei botar o nome dele no dossiê. E ele está vivo até hoje. Vive com nome falso até hoje. Mas, por exemplo, eu não botei a Jane Vanini, essa que eu encontrei lá em Montevidéu, porque era minha amiga amada, querida, eu achava que ela não tinha sido morta, que ela estava no exterior. E ela... Ela tem uma... É uma das histórias mais lindas assim, que eu conheço, das mulheres da luta armada, é a da Jane Vanini, que ela é morta no Chile. E ela fez... É essa que disse que eu encontrei em Montevidéu e nós fomos para Cuba. Na casa dela que eu conheci o Toledo. Ela volta com o Molipo e vai para o Chile, mas ela se integra no MIR², e é morta lá. Depois, se quiser, eu conto a história.

² MIR – Movimiento de Izquierda Revolucionaria.

D.P. – E você não deixou botar por quê? Porque você tinha certeza que ela...

S.L. – Não. Porque ela... Eu tenho a impressão que nesse aqui ela não está. Não me lembro se nesse aqui ela está. Eu não botei. Eu tinha... Tanta certeza que eu tinha que o Otávio Ângelo estava vivo era a certeza que eu tinha que a Jane não estava. Não me lembro se ela está em mortos no exterior. De repente ela não está, ainda, aqui.

D.P. – Mas você estava contando. Elza Monerat, chega a cúpula do PCdoB...

S.L. – É. E aí eles começaram a botar nome. Eu e meu irmão começamos a brigar com eles. E o Arrudão dizia assim: “Você sabe quem está falando?” E eu dizia para ele: “E você sabe quem está falando?” E ele começou a ser grosso comigo, e o meu irmão foi mais ainda para cima dele. Então todo mundo dizia... Que ele logo depois morreu do coração, as pessoas diziam que eu e meu irmão que matamos o Arrudão, falando com ele daquele jeito; porque ele era um cara muito poderoso assim, era um cara...

D.P. – É. Eu pensei. Ele era poderoso, de fato.

S.L. – Ó. A Jane Vanini não está nesse aqui. Está vendo? Eu não tinha posto ela ainda. Que coisa. Ela não está aqui mesmo. Eu até fui olhar, para ver se ela estava ou não. Não está. Então, só depois disso aqui que eu fui aceitar a morte dela. Então... Aí... era isso. Nós organizamos isso assim. Nós botamos isso aqui em ordem alfabética, os cartazes do CBA de São Paulo, que era o grosso, e do Rio, é sempre o Araguaia separado. É aqui que a gente junta tudo em ordem alfabética. E colocamos como mortos aqueles que a gente tinha algum documento oficial. Podia não ser a nota oficial, a informação oficial de que morreu, mas um atestado de óbito; o juiz manda extinguir a punibilidade dele por morte e bota o atestado de óbito com o nome falso, para mim, é um documento oficial. Hoje em dia a legislação é outra. Hoje em dia tu é desaparecido se não tem corpo. Então, essas pessoas que a gente retirou da lista dos desaparecidos, hoje em dia, são desaparecidos, porque não tem corpo.

A.M. – Durante esse processo de... para checar, inclusive, a veracidade dessas informações, vocês também faziam um trabalho de arquivo? Vocês iam atrás dessa outra documentação que comprovasse a morte?

S.L. - Não. A gente tentava. Mas a gente não entrava em lugar nenhum. Por exemplo, nós fazíamos grandes esquemas para entrar no cartório do Jardim América. Aquilo era um esquemão. Quando eu fiz a denúncia, antes da gente fazer...

D.P. – Jardim América é o?...

S.L. – É ali na Teodoro Sampaio, para onde iam os atestados do DOI-Codi, da [Obas]. Eles mandavam fazer tudo ali.

D.P. – Os atestados de quê?

S.L. – De óbito.

D.P. – Era um Instituto Médico Legal? Não.

S.L. – Não. É o cartório de registro de óbito.

D.P. – Chama Jardim...

S.L. – O cartório do Jardim América. Ficava ali na Teodoro Sampaio. Não sei onde é que fica hoje. Como o IML era ali, eles registravam ali. E a gente fazia... nossa! altos esquemas. Eu já botei peruca de tudo que é cor que você imagine, para ir lá fazer levantamento, para *cantar* os caras para olhar. Porque eles cuidavam do que a gente estava fazendo.

D.P. – Você alegava o quê, para ir olhar essas listas?

S.L. – Ah. Estou... sou do escritório tal, estou procurando o atestado de óbito de não sei quem. Teve uma época que eu fui muito dizendo que eu trabalhava lá; botava um saltão alto, um *tailleur*, não sei quê, e eu trabalhava no escritório. E *cantava* os caras lá para me deixar olhar os livros. Porque a gente não tinha acesso. Por exemplo, o inquérito do Ico não apareceu. Nunca apareceu. Depois que a gente fez a denúncia, por exemplo, ainda tinha gente que achava que não devia ser. Nós fomos no... Como a gente achava que ninguém podia ter prestado atenção, uma vez, nós fomos no IML, eu fui lá pedir para ver as fotos do Nelson Bueno, e o Fernando Moraes, que era deputado na época, tinha uma maquininha pequeninha, então na hora que o cara mostrasse as fotos, eu ia desmaiar, para ele fotografar, porque a gente achava que depois não iam deixar a gente ver, iam sumir com as fotos. E montamos um

puta esquema. Geraldo Siqueira, Marco Aurélio Ribeiro... Tinha um monte de deputado lá fora, porque a gente achava que ia melar o negócio ali. O Luiz Eduardo, na época, não aceitava de jeito nenhum, era contra essas coisas que eu fazia, porque...

D.P. – Luiz Eduardo [incompreensível].

S.L. – É. Ele achava que eu era muito... muito doida assim. Porque a gente corria risco, mas... enfim. E aí fomos lá e não tinha foto nenhuma. Eles disseram que não tinha foto. Aí nós desmontamos o esquema, procuramos esse inquérito loucamente, nunca apareceu o inquérito. Depois que a denúncia tomou corpo, em Brasília, apareceu o processo. Tinha o inquérito e tinha um processo com o nome de Nelson Bueno. Mas eu levei semanas para conseguir ver. Eu ia no fórum, não estava, tinham mandado para não sei onde; eu ia para não sei onde, tinham mandado para não sei onde. Quando eu peguei para ver, eu achava que já tinham tirado a foto dele...

D.P. – Mas não tiraram, não?

S.L. – Não tinham tirado. Estava a foto dele ali, morto. Quer dizer, eu abri, já vi a foto dele, no começo do inquérito, e tem...

D.P. – O inquérito dizendo o quê?

S.L. – Tem uma meia dúzia de fotos dele deitado na cama da pensão. É um inquérito de suicídio do Nelson Bueno. Não tem nada de terrorismo. É um inquérito de suicídio do Nelson Bueno. Ele está deitado, com uma arma em cada mão – *assim*, ele tem uma colcha, que cobre o corpo dele, que tem esfumaçamentos de tiro, e a conclusão do inquérito é que ele disparou dois ou três tiros pelo quarto, eu não me lembro mais quantos, com trinta e oito, quantos com trinta e dois, para depois envolver a colcha na arma, para abafar o tiro que ele se deu na cabeça. Esse é o inquérito. É uma coisa... Piada. Primeiro, eu dizia que ele jamais poria... ele estava com uma blusa de lã que eu fiz para ele, que ele era alérgico, eu disse... quando eu olhei aquilo, eu falei: ele não botou essa blusa aqui sozinho. Isso aqui foi montado. Porque ele ficar empipocado até não sei que. E eles lavam o corpo dele ali na pensão. Então, tudo é muito... é muito estranho. Porque tem fotos dele... Os caras lavam o corpo dele no banheiro, na banheira da pensão... Nunca tinha ouvido falar nisso. Então aparecem fotos dele também, assim, com cabelo molhado e...

D.P. – Ele estava com esse documento? Esse Nelson era?...

S.L. – Não. Ele estava na pensão com este nome. Nelson Bueno. Que eu também achei estranho. Talvez eu.... Depois, eu até pensei... às vezes eu penso, ele usou esse nome para eu poder achar. Entao... Não sei. Aí tu tem que ficar... enfim, elucubrando. Eu, durante anos, lidei com a culpa da morte dele, é óbvio.

D.P. – Por que, Suzana?

S.L. – Porque ele foi para São Paulo atrás de mim, então a culpa... Não foi a ditadura que matou. A ditadura matou, mas ele foi me procurar, porque ele achava que eu tinha sido presa, então é difícil separar as coisas. Eu fiz bastante terapia, para lidar com isso, para me convencer de que a culpa não era minha. E assim, todo mundo achava que ele tinha se matado mesmo, mesmo com o tal do inquérito. Aí o juiz reabriu... Não. Aí eu entrei com o processo de retificação de registros de óbito, que o Luiz Eduardo fez, na vara de registros públicos, apresentando aquele inquérito e testemunhas de que aquele era o Luiz Eurico.

A.M. – O inquérito, você teve acesso a ele, ele apareceu ainda em 79.

S.L. – Apareceu em 79. Não me lembro mais quando. Mas apareceu em 79, depois que eu fiz a denúncia lá na Anistia. Sei lá, um mês depois. É um processo. O inquérito estava dentro do processo. No começo não tinha nada, depois ele apareceu.

A.M. – Processo? Por quê?

S.L. – Porque é suicídio.

A.M. – É preciso... Qual é o trâmite burocrático?

S.L. – É. Um suicídio, sem ninguém conhecer, eles fizeram um inquérito, que virou... para justificar que aquela pessoa se matou daquela forma. Aí, nesse processo que foi para a vara de registros para retificação dos registros de óbitos, aí foram ouvidas as testemunhas de que aquele era o Nelson Bueno. A gente discutiu loucamente o andamento desse... de tudo o que fazer nesse processo. Aquilo era uma coisa coletiva da Comissão de Familiares, do CBA de São Paulo, que lidava com esse assunto, porque aquele era o nosso primeiro processo. Agora é muito triste, porque tudo que eu discuti com Luiz Eduardo, ele não fez no processo.

Eu só fui ver isso muito tempo depois. Ele não atua dentro do processo. Até o juiz se convencer que aquele era ele. Bom. Aí teve uma primeira exumação. Aí o juiz determinou uma exumação. Aí nós fomos Perus. Foi a primeira exumação que eu vi. Foi acho que no começo de... no carnaval de 1980. E o crânio não... o corpo não tinha esse tiro no crânio. Apesar que tinha uma roupa dele, eu tenho certeza que tinha uma calça dele lá dentro. Aí não adianta nem... Aquela calça era dele. Era uma calça Pierre Cardin, sei lá o quê, eu me lembro, era uma marca assim. Eu dizia: “Essa calça é dele”. Mas não tinha o tiro no crânio. E...

D.P. – Ele estava com a calça ainda?

S.L. – Tinha uma roupa dentro do...

D.P. – Do caixão, da caixa?

S.L. – É. Não aparece mais a caixa. Inclusive porque, naquela época, como a gente não sabia fazer exumação —, que nós aprendemos depois com a equipe argentina de antropologia forense —, tu vai lá, vai cavando e vai puxando, um pedaço aqui, outro ali. Algumas coisas... Por exemplo, a sepultura do Arno Preis, lá no interior de Goiás, quem desceu na cova para procurar a bala fui eu, porque os caras queriam interromper, o legista não queria mais procurar nada. É que aos poucos a gente foi aprendendo como fazer. Hoje em dia, os argentinos, eles esculpem a terra em volta, então tu estabelece as circunstâncias da morte, tu vê que a bala está onde a bala entrou. Tu consegue — se o braço está assim, se o braço está assado, se estava em posição de defesa... Tu restabelece as circunstâncias da morte olhando como é que foi feito o enterro. Nessa época a gente não sabia de nada. Mas o juiz mandou reabrir o inquérito.

D.P. – Mas quando vocês exumaram, tinha uma calça que você reconheceu como dele.

S.L. – Tinha uma calça, que para mim era dele... Que eu dizia que era dele. Mas...

D.P. – Não tinha bala.

S.L. – Não tinha tiro no crânio. E tinha diversas fraturas. Aí o juiz manda reabrir o inquérito, e vai para uma delegacia, que eu não me lembro qual é — sei que o dele era Francisco Baltazar Martins, e tem um promotor, que fizeram...

D.P. – E fizeram teste de DNA?

S.L. – Não. Nem tinha isso na época. Não, não tinha nada. Isso era ditadura, e não tinha nada ainda.

D.P. – Mas você conseguiu essa exumação...

S.L. – A exumação, porque entrei com processo na justiça, o juiz determinou a exumação. Hélio Lobo Júnior, o juiz. Um dia vou procurar esse homem, que nunca mais procurei. E ele determinou a exumação. E aí esse corpo foi para o IML...

D.P. – Esse juiz sabia que era uma coisa política?

S.L. – Sabia. Sabia. Isso era público. O corpo foi para o IML, que o Shibata era diretor do IML, e, depois que foi para lá, para mim... danou-se. Aí eles diziam que não tinha o tiro no... Não. Aí vem o exame, que não tinha o tiro no crânio. Eu também nunca tinha visto, nem crânio, nem com tiro nem sem tiro. Depois disso que a gente foi aprendendo. Então o juiz determinou outras exumações no cemitério. Aí teve diversas exumações. Não sei quantas. Porque aí começa a contar, conta a quadra - conta daqui para lá ou de lá para cá? – é par e ímpar ou ímpar e par? Porque vai 1-3-5-7, tem umas que vai 1-2-3-4-5... Cada uma era de um jeito. Então... Eu tenho para mim que todos os corpos que nós tiramos de Perus estão errados. O Benetazzo, o Pedro Pomar, para mim, está tudo errado, o...

D.P. – O próprio Eurico, você acha que está errado?

S.L. – Eu acho que não é dele. Não tenho certeza, porque foi o Shibata que me entregou!

D.P. – Só para entender. Não poderia ter feito o DNA depois?

S.L. – Ah. Hoje em dia, posso fazer. Mas nunca fiz. Até porque tem algumas coisas que eu discordo. Eu não vou fazer do meu, enquanto o governo não faz daquela montanha que está lá parado. Eu discordo da Iara, por exemplo. A Iara encaminhou o dos irmãos dela. Eu não encaminho o do Luiz Eurico enquanto eu não achar os outros desaparecidos. Isso aí fica para depois. Teoricamente, eu já tenho um corpo. Eu quero achar os outros 150, que ninguém acha. Então... São posicionamentos assim, que nós temos, hoje em dia, muita

divergência. Nossa. Então foi isso. Ele determinou a reabertura do inquérito, que foi para esse diabo desse delegado. Que era um desgraçado. Ele era um cara da ditadura. Se tu pega o depoimento das pessoas da pensão na primeira fase, que era só de reconstituição de identidade, e depois, as pessoas já dizem que quem chegou lá... chegaram dizendo que ele era terrorista, que tem um monte de documento, que jogaram o corpo dele da escada... Eles mudam o depoimento. O próprio delegado pergunta: “Mas a senhora acha que essas fraturas pode ser porque jogaram o corpo da escada?” A mulher da pensão diz: “Ah, sim. Claro que sim”. Então... Mas eu não tenho, primeiro, não tenho atuação do meu advogado no processo, que era o Luiz Eduardo, o promotor, que chamava Rubens [Marqui], só estava ali para elogiar a polícia; algumas vezes que eu fui sozinha na delegacia, que o Luiz achava que eu não tinha que me meter, não sei quê, foi horrível, porque o delegado me enfiava numa sala, me fazia terrorismo, começava a me interrogar... Sempre era horrível. Mas eu... Eu dizia o seguinte: “Eles, comigo, não vão fazer nada, porque...” O que é que eles vão fazer comigo? Ninguém queria ir, eu ia. E aí acabou que eles reconheceram que aquele corpo final que acharam, com um tiro na cabeça, era do Luiz Eurico. Eu marquei o traslado dele no décimo ano da morte dele, que foi setembro de 82. Numa data que até hoje não tenho certeza, se é dia dois, se é dia três, que dia ele morreu, como morreu. E no dia que eu fui com Luiz Eduardo buscar o corpo dele, eu pedi para abrir a caixinha, e não tinha crânio lá dentro, e eu avancei no Shibata: “Cadê meu crânio?!” Olha. Cada cena ridiculamente absurda. Aí o Shibata foi lá, me deu, botou ele dentro. Lá sei eu se aquele era ele ou não. Porque eles estavam ali para proteger o sistema, e a gente não tinha... Tu conheceu algum médico legista? Não. Tinha um estudante de antropologia, que me representou ali. O cara que fez o laudo dele, que é o Otávio D’Andrea... e nessa época, quem o Shibata determinou que fizesse o exame do corpo do Ico foi esse que acabou fazendo... Daniel Ribeiro Muñoz, que foi quem examinou o corpo da Iara Iavelberg. Para mim é um filho da puta. Porque qualquer pessoa que o Shibata, na época, determinasse para examinar o corpo do primeiro desaparecido achado era um cara que estava do lado deles, então... Enfim. E vivi diversas situações difíceis com esse cara, porque ele disse que ele, por minha causa... Ele dava aula de ética na universidade. Um dia, ele entrou, e os alunos viraram de costa. Eu falei: “Nossa. Que bom”. Mas depois me fizeram engolir em seco, Belisário e um monte de gente; porque as ossadas de Perus foram para a mão dele, durante um tempo muito grande; ele só fez cagada. Hoje em dia todo mundo assume que ele fez. E a primeira coisa que ele exigiu de mim foi eu pedir desculpa para ele, no meio da

reunião assim, na época que eu era da Comissão Especial. “Estou esperando que você me peça desculpas”. Eu disse para ele: “Olha, desculpas é difícil eu lhe pedir, porque até hoje eu não estou satisfeita com o exame que você fez”, e... enfim, ficou assim. “Mas eu reconheço...” Tive que ir lá, engolir minha língua assim. Sei lá. Eu nem me lembro direito. Foi horrível. Foi a única vez na vida que eu queria esganar Amelinha, Criméia, porque eu não aceitava... Eu não morava mais aqui, e aquilo foi uma imposição geral aqui, que foi feita.

D.P. – Não morava aqui, você diz em São Paulo.

S.L. – É. Eu já morava em Porto Alegre. Eu já estou em São Paulo, não estou aqui.

D.P. – É. Está no Rio. Gente. Que loucura. Em 82, o que você fez com o corpo, você fez um ato de?...

S.L. – Teve um ato aqui, na... esqueci onde é que foi...

D.P. – Aqui no Rio? Não. Em São Paulo.

S.L. – Em São Paulo. Ai!... Teve um ato em São Paulo. E depois teve um ato na Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Foi a primeira vez que um corpo foi homenageado ali dentro do parlamento; inauguraram uma rua com o nome dele, e eu enterrei ele lá em Porto Alegre.

D.P. – Isso, ainda na ditadura, 82.

S.L. – 82. Setembro de 82.

A.M. – E você conseguiu mudar a documentação? O atestado de óbito, a causa mortis...

S.L. – Até hoje consta como suicídio. Ontem ainda escrevi para Rosa, “nem posso acreditar que a comissão está acabando e nem o atestado de óbito do Ico a Comissão da Verdade mudou”; que é uma coisa que eu tenho *aqui*. Porque... assim. No começo, as pessoas... não foi só os familiares que tiveram dificuldade de entender por que eu mantive sigilo, foi também os meus companheiros de militância, a esquerda, que caiu de pau em cima de mim. Teve muita gente que caiu de pau em cima de mim. Eu sempre fui uma desgraçada nesse período assim, porque sempre a culpa das coisas que acontecem, tudo sou eu, então...

eu estava com as minhas atitudes revanchistas de fazer um traslado naquele momento, acirrando a ditadura contra nós; estava impedindo o prosseguimento da abertura democrática, porque eu estava criando situações embaraçosas para a ditadura. Eu sempre fui *escrachinada*. Foi muito difícil para mim essa época. Muito difícil. Por isso assim. Eu lembro que uma das pessoas que mais me encantou na época foi a Helena Greco, que era vereadora lá em Belo Horizonte e era do Comitê Feminino pela Anistia de lá. Ela foi uma das pessoas que mais me deu colo nessa época. Eu nem conhecia ela. Ela foi me cumprimentar porque eu tinha feito essa denúncia no meio da ditadura. Eu falei: “Nossa. Enquanto todo mundo está me xingando aqui, você vem me dar parabéns? Porque eu só recebo xingão”. Uma coisa desagradável, assim, como se eu estivesse querendo aparecer em cima daquela história. Que é de uma... é de uma dor imensa, porque... é muito difícil. E a partir dali, eu me envolvi... Se eu já estava envolvida ali na Comissão de Familiares, depois da descoberta do corpo do Ico, eu me envolvi muito mais – com o resto dos familiares. E me envolvi de uma forma muito intensa nisso, até hoje; eu fiz disso a minha vida. Eu nunca mais... Eu acabei me mudando para São Paulo em 80, eu vim morar aqui...

D.P. – Lá.

S.L. – Em São Paulo. Que coisa! Não estou no Rio de Janeiro. Eu me mudei em junho de 80, eu acho. Em maio ou junho de 80.

D.P. – Você vai para São Paulo por quê?

S.L. – Porque a história do Ico estava lá. Eu não conseguia ficar vindo e voltando do Rio Grande do Sul, e eu fui morar em São Paulo. Estava enamorada etc. e tal, e juntei alhos e bugalhos e fui morar em São Paulo. Larguei a faculdade, larguei as coisas que eu tinha recommçado a fazer, para ficar em volta do processo dele, que era... que era muito determinante ali para mim. E aí nós vivemos um período muito forte de descenso... Depois, nessa época, nós fizemos outros traslados. O do Alex e o do Iuri foi o primeiro deles que a gente fez dos guerrilheiros da ALN. Foi antes do Ico ainda. E foi horrível, porque a repressão ficou atrás de nós, foi muito difícil, no Rio, foi difícilíssimo; eles de metralhadora assim, pela janela, eu e a Iara agarradas naquelas caixinhas, achando que eles iam nos roubar as caixinhas. Olha, passamos situações muito estranhas nessa época. Mas de alguma forma... de uma forma assim, eu acabei ficando muito nessa história. Nessa época eu não tinha a relação

que tenho hoje com Amelinha e com a Criméia. Criméia morava na Paraíba e Amelinha ainda era do PCdoB, então a gente...

D.P. – Amelinha Teles.

S.L. – É. Amelinha Teles e a Criméia Almeida. Que hoje em dia são pessoas com quem eu convivo diariamente, em função desse assunto. Mas a gente passou num período muito difícil ali, depois de 82, até a Lei 9.140. Foi muito complicado.

D.P. – Do ponto de vista organizativo, nessa comissão, vocês... Porque o CBA depois... Enfim, o CBA, ele se desmancha, mais ou menos, mas a comissão continuava?... Até antes da lei, vocês tinham reunião semanal, tinham uma rotina?

S.L. – Semanal, não. Não tínhamos rotina. Mas a gente tinha uma atuação efetiva. Por exemplo, eu não me lembro que ano foi –, meu filho nasceu em 86, eu tenho a impressão que em 83, talvez, ou 84... eu acho que em 83... ou 85... 83 –, nós fomos na primeira reunião que nós participamos fora do Brasil, que foi na Argentina, da Federação de Familiares de Desaparecidos da América Latina, Fedefam. E aí a Fernandinha Coelho foi, que era do CBA aqui do Rio, eu fui, o Moraes e a Cléa, os pais da Sonia Maria Lopes de Moraes, e a Leda Fix, que é a irmã do Sidney Fix Marques dos Santos, que é desaparecido na Argentina.

D.P. – Vocês foram para essa reunião.

S.L. – Nós fomos para esse congresso dessa federação. Ela era presidida pela Loyola Guzmán, que é uma boliviana que lutou com Che lá na Bolívia, e o marido dela é desaparecido. Era, para mim, assim o auge da história, e da nossa inserção nesse movimento. Nós levamos esse dossiê para lá, foi muito forte a nossa participação lá, porque nós ressaltávamos a militância, e as argentinas, na época, repudiavam a militância, então...

D.P. – Na definição dos desaparecidos.

S.L. – Na definição dos desaparecidos. Elas diziam: “Meu filho não fez nada e foi morto”. Então elas falavam: “*Con vida los llevaron, con vida los queremos*”. E nós denunciávamos a morte. Então foi um... foi um choque assim, muito grande. Eu acho que nós estávamos na frente delas naquela época. E hoje em dia, olha onde é que elas estão e onde é que nós estamos. Então a gente representou, a nossa ida, a ida do Brasil naquele congresso foi

muito marcante. Tanto que no congresso seguinte, que foi em Montevideu, eu fui para a mesa do congresso, que era uma deferência enorme. Aí eu já estava grávida. E, em função disso, para poder nos organizar e participar dentro dessa federação, a gente criou a Abrafam, Associação Brasileira dos Familiares de Mortos e Desaparecidos. Mas foi bem na época que eu fui parir, que eu pari em fevereiro de 86. Aí se desmanchou esse negócio. Foi na época em que se criaram os grupos Tortura Nunca Mais, e o pessoal não queria que a gente fizesse a Abrafam, queria que a gente fizesse grupos Tortura Nunca Mais; começou a ter algumas divergências ali. Foi um período bem de descenso assim, de novo. Mas aí...

D.P. – Mas, por exemplo, quem decidia que você ia para a Argentina junto com fulano? O coletivo?

S.L. – Ah, não. Não. Eu quero ir para a Argentina, eu arrumo o dinheiro para ir. Meu irmão bancava muito as coisas para mim nessa época de militância. O Moraes e a Cléia resolveram ir, tinham dinheiro para ir. A Fernandinha era do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, que a gente organizou em São Paulo. Depois do CBA, quando começou a ter muitos refugiados argentinos e chilenos e uruguaios ali em São Paulo, a gente organizou esse tal desse comitê. Eu atuei muito nesse comitê também. A Fernandinha foi em nome desse comitê. Mas ali, os familiares, era quem quer vai. Então eu...

A.M. – Mas vocês falavam em nome de todos os familiares, ou vocês falavam apresentando a posição individual?

S.L. – Não. A gente apresentava... A gente tinha... a gente sempre teve uma identidade de pensamento, durante muitos anos teve. Hoje em dia é que... As nossas reivindicações são as mesmas hoje do que eram naquela época. Só que hoje em dia a gente tem muita divergência em forma de atuação, e está todo fracionado o movimento. Mas na época a gente queria saber: onde estão; como morreram; quem matou; a punição dos responsáveis. É o que a gente quer até hoje. Que até hoje a gente não sabe onde estão, como morreram, quem matou, e a punição dos responsáveis, nós não temos nada disso. O que a gente evoluiu desse livro *aqui* para aquele *ali* foi dos alguns arquivos que nós conseguimos a abertura: os arquivos do Dops, o do IML de São Paulo, que a gente invadiu... Algumas coisas assim. Então, o que tem nesses nossos dossiês e o que tem naquele livro *Verdade e Memória* é o que nós descobrimos. Porque o ônus da prova sempre foi dos familiares. Desde que teve a Lei

9.140, o ônus da prova era nosso. Então... E na época a gente falou... Eu era absolutamente contra a nossa participação naquela comissão. Eu achava que aquilo era um... Nós fazíamos reuniões com mais de cem familiares nessa época. Era um movimento forte.

A.M. – E familiares de todo o país?

S.L. – De todo o país. Nós fizemos reunião aqui no Rio, fizemos reunião em São Paulo, em Brasília. A gente reunia muita gente. E o movimento tinha força. Por exemplo, na época, nós brigamos para que a nossa lei não tivesse o que tem a Lei da Anistia, que se o cara era um gari, vai receber como gari. Para nós não. Na nossa lei aqui, a 9.140, é a expectativa de vida. O rico e o pobre - recebeu igual. Isso aí foi uma conquista nossa na época, assim... Uau! Mas eu era contra participar dessa comissão. Só que nessa época eu era uma unanimidade. Hoje em dia... Deus me livre! Mas nessa época eu era uma unanimidade ali dentro do movimento dos familiares. E fui indicada para participar. Quem me indicou nem...

D.P. – Quer dizer, você era unanimidade contra participar.

S.L. – Não. Eu era contra participar, mas as pessoas queriam, todo mundo achava que a gente devia participar. Eu não só era contra, mas eu acabei virando representante dos familiares, porque eu era uma unanimidade no sentido da indicação; as pessoas me respeitavam, eu era muito dedicada a esse assunto, enfim, era conhecida como militante nesse assunto, e acabei sendo indicada...

D.P. – E você não acha que foi importante você ter participado? Você não acha que a comissão teve um papel?

S.L. – Acho. Acho que essa comissão teve um excelente papel. Excelente papel. Para mim, assim, não em relação aos desaparecidos mas em relação aos mortos. Naquele período que eu estive na comissão, nós provamos, nós tivemos que provar, que a ditadura militar mentiu, se não me engano, em cento e trinta e dois casos de suicídio, atropelamentos e tiroteios. Porque a gente montava aqueles processos. Nós fizemos aquilo sozinhas. Aquilo ali foi um... No começo, quando apareceu a lei, teve diversas reuniões, aqui no Rio, teve reunião em São Paulo, de grupos de ex-presos, de advogados que iam nos ajudar; mas ninguém ajudou. Nós fizemos aquilo sozinhas, na casa da Iara Xavier Pereira, na época era o nosso QG, era aquela casa dela...

D.P. – Quando você diz nós sozinhas era você, Iara?...

S.L. – Eu, a Iara e a Criméia, que fundamentalmente trabalhamos na comissão da Lei 9.140. A Iara era minha assessora, então ela participava das reuniões junto; o Miguel Reale tinha autorizado, eu tive... O Miguel Reale nos respeitou muito, assim, desde que nos conheceu, então ele autorizou a entrada da Iara, e ela participava como minha assessora. Eram os membros da comissão, eu e ela.

D.P. – Os membros da comissão quem eram? Tinha a parte do governo? Como era a comissão?

S.L. – Tinha. A lei dizia assim: um representante das pessoas ligadas aos movimentos de familiares, um representante das forças armadas, um do Ministério Público...

A.M. – Um da Comissão de Direitos Humanos da Câmara...

S.L. – Um da Comissão de Direitos Humanos da Câmara, porque aí era o Nilmário que estava envolvido e queria, e os outros três, de livre indicação do presidente. Na época que o Fernando Henrique... Antes um pouco de o Fernando Henrique fazer a lei... Eu me dava muito com o Jobim, muito, bastante, era muito...

D.P. – Com Nelson Jobim.

S.L. – Com Nelson Jobim. Porque eu trabalhava com o Marcos Rolim, que era um deputado do PT gaúcho, da Comissão de Direitos Humanos, que era muito ligado ao Jobim. E eu tinha uma relação de muito respeito ali com ele.

D.P. – Quando você diz trabalhava, você trabalhava mesmo? Você era uma assessora?

S.L. – Eu era funcionária. É. Era funcionária. Quando eu fui, em 80, para São Paulo, eu acabei fazendo concurso para trabalhar na primeira bancada do Partido dos Trabalhadores que se constituiu, ainda antes do registro do partido. E eu fiz um teste e entrei. Depois, muito tempo depois, eu fiz um concurso para a Assembléia de São Paulo. E sou funcionária... hoje em dia eu sou aposentada pela Assembléia de São Paulo. Não fiz o que eu devia ter feito. Teve um, que era o *Marinzão*, que era um trem da alegria, eu não fiz. Eu era contra. Eu dizia que o PT tinha que ter uma política alternativa de salários, então... eu só passava fome. Na

época da abertura da vala de Perus, as pessoas reconheciam a gente na rua, a mim, Amelinha e o Ivan, e a gente andava a pé para cima e para baixo porque não tinha dinheiro nem para pegar ônibus; e as pessoas gritavam na rua: “Olha ali, olha ali o pessoal de... das ossada. Olha as ossada ali”. [riso]

A.M. – Suzana, falando um pouquinho desse período um pouco anterior à edição da Lei de Anistia. Você mencionou que as demandas de vocês nesse momento eram: saber onde estavam, qual era o paradeiro dos desaparecidos, como eles haviam morrido, quem os havia matado, e exigiria uma punição desses responsáveis. E é editada uma lei que não contempla nenhuma dessas exigências, que se refere aos desaparecidos, na verdade, aqueles que haviam tido algum tipo de participação política. A única menção aos desaparecidos é o atestado de ausência. Como é que vocês lidaram com isso nesse momento?

S.L. – Então. Foi super complicado. Porque a gente fez a denúncia do encontro do corpo do Ico, até para mostrar que a ditadura, se matou esse, deve ter matado todos os outros. Mas.. E a nossa posição era de não requerer, em hipótese alguma, o que determinava a Lei de Anistia. Mas muitos familiares fizeram esse pedido. E acabou sendo uma coisa interessante, porque se provava na Justiça que o fulano era desaparecido. Para tu conseguir ter o atestado de morte presumida, tu tinha que provar que aquela pessoa foi desaparecida. Eu não lembro exatamente quem fez. Agora muitos fizeram. E a gente meio teve que engolir essa nossa posição de ser contra. Mas a gente era contra. E a gente ficou tentando se reorganizar. Tanto que, por isso, nós acabamos nos envolvendo com atividade no exterior das organizações na América Latina. Agora o que era mais difícil era até a barreira interna. Se tu olhar aqui, nessas coisas de 84 aqui, já se fala em revanchismo. Já nos chamavam de revanchistas. Então... A ideia era que a gente tinha que calar, que a gente tinha que esperar que a reconstrução democrática nos trouxesse informações, a resposta. E a gente não aceitava isso de jeito nenhum. No dia da votação das diretas, a minha casa foi invadida, em São Paulo. Eu voltei a andar armada de novo, durante muito tempo, porque eu achei que eles iam me matar. O Luiz Eduardo entrou lá em casa e falou: “Eles vão matar você”. Eu falei: “Pois é”. Então... peguei meus *berros* de novo. Eles entraram... Quando é que foi a votação da anistia? 15 de abril de?...

D.P. – 1984.

S.L. – 84. Quinze ou vinte e cinco, eu não me lembro, que é o dia do aniversário da minha mãe ou do meu irmão. E eles entraram na sede, na Anistia Internacional, eles entraram no escritório do Genoíno, que era deputado já, e entraram na minha casa. E essa denúncia...

D.P. – Tinha alguém em casa?

S.L. – Não. Essa denúncia só saiu muito tempo depois. Morava comigo àquela época a menina que hoje é mulher do Paulo [*Fratécio*], que é da direção do PT em São Paulo, a Yolanda [*Moviana*], com a nenezinha dela. Ela tinha tido nenê e estava meio sem ter onde ficar, ela morava na minha casa. Eles rebentaram a fechadura da porta mas botaram de novo, o miolo assim. Então, quando eu entrei, a casa era toda revirada; eles largaram, dentro da Anistia, alguns crachás do PT que eles pegaram na minha casa, eles fizeram...reviraram os meus papéis... Não roubaram nada, nem tinha nada para roubar. Esmigalharam os brinquinhos dela, tudo que era da nenê, eles esmigalharam no chão. E eu fiquei pensando: eles vão me matar mesmo. Tinha tido uma manifestação das diretas, e um grupo de São Paulo, que eu nem conhecia, criou um comitê Luiz Eurico Pró Diretas. Eles fizeram um monte de faixas: *Lamarca e Marighella estão presentes* – coisas assim. Então nós saímos nessa manifestação das diretas, os familiares, com este grupo, desse movimento. Então imagina eu carregando uma faixa dizendo *Marighella está presente*. No outro dia, um cara do *Diário Popular* escreveu uma coisa linda assim, um jornalista, no editorial dele, sobre os diversos encontros dele comigo na sua vida, e no dia seguinte eles entraram... logo depois eles entraram na minha casa, porque aí eu estava realmente cutucando a onça com vara curta. Assim que eu vejo. Demorou muitos dias até que fosse feita uma denúncia. Eu queria chamar a polícia, o Luiz Eduardo não quis. Eu tinha coisas em casa, embutidas, que eles não acharam, documentos; eu tinha umas coisas, que eu nem sabia o que era, que estava embutido num quadro, que eu liguei para o dono desse quadro e falei: “O que é que tem aqui dentro? Porque os homens entraram aqui, eu vou chamar a polícia”. Ele falou: “Se vira!” Eu falei: “Eu vou botar tudo fora”. Eu nem vi o que era. Eram documentos originais, feitos pelo Antonio Benetazzo. Até hoje eu fico com vontade de chorar, de me lembrar. O cara não veio aqui buscar, eu vou deixar aqui?! Eu desembuti aquilo e queimei. E eram coisas com a letrinha do Antonio Benetazzo. Fiquei muito triste. Nem sei que mais que tinha ali dentro. Mas não tinha assim... outras coisas não tinham. Só que eu tinha me... Eu acho que fizeram

isso porque eu tinha me transformado numa pessoa que estava enchendo muito o saco deles e que tinha passado pelo período ali da ditadura. Acho que foi bem isso, uma resposta deles a...

D.P. – Você chegou a sair dessa casa?

S.L. – Não. Fiquei lá. Depois eu me mudei para uma outra casa. Eu morava num apartamento ali junto do IML, não tinha porteiro, não tinha nada, aí eu fui para um outro...

D.P. – Você foi morar junto do IML?

S.L. – Eu morava ali junto do IML.

D.P. – Para ficar trabalhando o tempo todo.

S.L. – É.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.M. – Nesse momento, um dos princípios que regeu essa lei de anistia que foi editada era a ideia de reconciliação nacional, de pacificação nacional, de pacificação da família brasileira. Vocês questionaram isso em algum momento?

S.L. – Sim. Nós nunca aceitamos reconciliação. Até o título que vocês têm nessa pesquisa, como é que chama?

D.P. – Arqueologia da reconciliação.

S.L. – É. Reconciliação, só com justiça. Então, para nós, nunca teve reconciliação. Desde o primeiro momento a gente denunciou que aquela lei era parcial, era restrita, que os torturadores não estavam anistiados. Nós temos documentos dessa época com essa interpretação. Porque se excetuavam dos crimes conexos aqueles que tinham sido condenados pelos chamados crimes de sangue, então os nossos, que estavam presos, condenados pelo crime de sangue, também não podiam... também teriam que ser anistiados. Eles não foram. Muitos ficaram na cadeia, saíram um ano depois, saíram em liberdade condicional, em função da reformulação da Lei de Segurança Nacional que atenuou as penas; então, anistia parcial, restrita, não trouxe de volta os desaparecidos, não voltaram nem na forma de um atestado de óbito. Isso era uma frase que a gente dizia. Os desaparecidos não voltaram nem na forma de um atestado de óbito. Os crimes foram tão bárbaros que nem a ditadura tomou coragem para

reconhecê-los. Tinha pena de morte decretada, mas eles optaram por matar ilegalmente. Nós continuamos fazendo a mesma denúncia. Apesar de sermos muito isoladas por essa coisa de que estaríamos comprometendo a reabertura, o estado democrático; e muitas vezes nos cassavam palavras, não deixavam a gente falar. A gente denunciava – que é um fato – que, quando começa a distensão do Geisel, não tem um morto oficial, todos são desaparecidos. O que é que o Geisel dizia? O Geisel dizia que terminou a luta contra a subversão, que a subversão terminou. Todo o ano de 74 até terminar com a guerrilha do Araguaia, então até antes do Herzog, que morre aquele... José Ferreira de Almeida eu acho que é, que morre antes dele, ali são todos desaparecidos. É quando eles pegam... a operação Radar, que desmonta o PC... Enfim. O pessoal xingava muito a gente. Eu fui escrachinada quando cheguei numa reunião do CBA de São Paulo uma vez e disse que o Marcio Toledo tinha sido morto pela ALN. Pensei que... Até hoje não sei como é que não me mataram ali. Porque ele estava na lista dos desaparecidos, por exemplo. E eu falei: “Não, ele foi morto pela ALN”. Eu tinha informação sobre isso. Eu fui punida na época, porque eu questionava a morte do Marcio Toledo, por esse cidadão que anda por aí dizendo que é o comandante da ALN. Ele me puniu, na época, por isso. Eu era uma guriazinha, mas eu queria saber por que ele tinha sido morto. Então, logo depois da anistia, a gente vivia uma situação muito difícil, muito, muito difícil, durante muito tempo. Era isso que tu tinha me perguntado?

A.M. – Isso também. Você mencionou que a ideia de reconciliação naquela época, e ainda hoje, esse é um princípio... a ideia de reconciliação e pacificação é um princípio que persiste em toda essa legislação que é produzida desde 79 até a criação da Comissão Nacional da Verdade, para se referir às violações aos direitos humanos àquela época. Então é sempre em prol da reconciliação nacional. E você mencionou que a ideia de reconciliação só é possível com justiça. — A ideia de justiça é o quê? É a punição?

S.L. – Sem justiça... — É a punição. É o conhecimento da verdade e é a punição. Por exemplo, na Lei 9.140, a gente questionava a lei porque ela dividia as pessoas entre mais e menos morto. Tinha uma lista, que eles assumiram como verdadeira, de desaparecidos, que são 136 nomes, e um está errado, que foi imposta aqui pelo pessoal do Tortura Nunca Mais do Rio, e estava errado, que é um cara que não se tinha informação... Dentro daqueles critérios que a gente tinha, não passava. E era o... Esqueci o nome dele agora. Não vou conseguir lembrar. Mas tem um nome ali, que era um dos que teria morrido lá na... na... lá

com o *cabra marcado para morrer*, na Vitória de Santo Antão, é um deles ali, que a Elisabete Teixeira denunciava como sendo desaparecido; só que não tinha família, não tinha nada, não tinha não sei que para dizer, o pessoal bancou, em função da denúncia da Elisabete Teixeira, e ele depois apareceu vivo. Então, tem esse erro naquela lista. Por que é que eu comecei a falar isso? Agora me perdi.

A.M. – Porque você estava mencionando a lista da Lei 9.140.

S.L. – Ah. Então. Dividia entre mais e menos mortos. Então a gente... Por exemplo, a lei dizia que aqueles que morreram em dependências policiais ou assemelhadas. Isso foi uma conquista nossa. Porque o Nilmário dizia que não adiantava. Primeiro o José Gregori me chamou, e o Jobim, porque eles queriam negociar os nomes que iam estar no anexo da lei. Então o José Gregori, por exemplo, conhecia a família da Sonia, queria botar o nome da Sonia na lista. Eu dizia: “Você quer botar, você bota; mas você não acha que você vai pôr com o meu consentimento”.

D.P. – Queria botar o da Sonia Stuart?

S.L. – Queria botar da Sonia. Porque tinha uns casos que ele conhecia, que tinham sensibilizado ele enquanto pessoa, que ele queria colocar. A lei era para os desaparecidos, não era para os mortos. E o Nilmário dizia que não adiantava...

D.P. – A Sonia a essa altura...

S.L. – A Sonia, para nós, era morta. Não tinha o corpo, mas era morta, não era desaparecida. Nessas alturas até já tinha o corpo. Depois de ter exumado um negro, enfim, um pobre qualquer... Sei lá. Aí são outras histórias, que a gente fez. Que também, a Sonia, foi feito o traslado com o corpo errado. O Moraes dizia que o negrinho nunca tinha andado de avião, e ele veio para cá, e ele ia lá todo final de semana, levar flores para ele, e no fim era um...

D.P. – O Moraes falava isso?

S.L. – É. Era um negrinho, não era a filha dele. Era um negrinho, que andou de avião só porque acharam que era a filha dele.

D.P. – Essa informação interessante. Impressionante isso.

S.L. – Que foi feita a exumação sem saber quem era. Por isso que eu digo que não era... Morais só descobriu que não era ela quando ele entrou com uma ação contra o Shibata e a juíza Sheila Bierrenbach mandou examinar o corpo.

D.P. – Mas me diga uma coisa. A lei não era dos mortos? A comissão é dos mortos e desaparecidos.

S.L. – É. Mas assim. A lei, inicialmente, era para ser a lei para os desaparecidos. Era isso que eles queriam fazer. Isso que eu ia contar.

A.M. – Quem são *eles*?

S.L. – Eles, o governo Fernando Henrique, o José Gregori e o Jobim – queriam fazer uma lista para os desaparecidos.

D.P. – Só desaparecidos políticos.

S.L. – Tanto que o José Gregori queria colocar na nossa lista – ele pegava o nosso dossiê, e ele queria colocar outros nomes naquela lista; e queria que eu concordasse com isso. E eu dizia: “Não, não vou concordar”. Enfim, eram acordos. Ele me chamava para discutir com ele.

A.M. – A iniciativa foi deles ou a iniciativa foi de vocês?

S.L. – De fazer a lei?

D.P. – Espera aí. Só para entender. A ideia do Gregori era diminuir a lista, então. Ele só queria botar os desaparecidos. Era isso?

S.L. – A lista oficial...

D.P. – Ou ele queria ampliar?

S.L. – Não. Inicialmente, ele ia fazer uma lei para os desaparecidos. Ele ia colocar... A gente não conhecia a lei. Eles prometiam mostrar para a gente a lei mas nunca mostraram. Mas eles me chamavam para discutir. Então... era isso, ele queria colocar alguns nomes outros para fazer parte da lista do anexo da lei, mas não ia atingir os mortos, eram os

desaparecidos. Aí o Belisário armou uma reunião, ele era secretário de Justiça de São Paulo, e ele sempre foi nosso grande parceiro, ele arrumou uma reunião dos familiares com o José Gregori. O Nilmário ficou indignado, disse que a gente estava atrapalhando o andamento da discussão no Congresso... Olha... Foi super complicado. Mas nós fizemos essa reunião, foi representativa, e nós viramos a cabeça do José Gregori ali, com o depoimento dos familiares, com ele se dar conta de que ele não ia resolver a questão se ele não tratasse dos mortos, se ele deixasse aquilo... aquilo por cima. Ele se emocionou, e se envolveu com esse assunto. Então aí que ele coloca o reconhecimento das pessoas da lista anexa e daqueles que morreram em dependências policiais ou assemelhadas. Quando o Jobim me disse isso, eu falei: “Mas nesse texto aqui, que você está falando, eu incluo Marighella”. Ele falou: “Se você acha...” Eu falei: “Putz grilo. Então...” Eu saí de lá dizendo “gente, nós vamos deitar e rolar, porque do jeito que está colocada a lei...” Aí...

D.P. – Então, foi uma super vitória, nesse sentido.

S.L. – Foi. Essa lei foi uma grande vitória. Isto foi uma vitória nossa...

D.P. – Essa ampliação.

S.L. – Essa ampliação. Foi. Aí a gente começou a discutir...A gente não sabia como é que eles iam montar a comissão, obviamente. Eu era reconhecidamente petista, trabalhava no PT, então a gente achava que eles nunca iam...iam me aceitar. A gente queria que o Sigmaringa Seixas fosse nosso... Nós fomos atrás dele mais de uma vez, pedindo para ele... Mas ele estava falando com o PSDB para colocar o Luiz Eduardo Greenhalgh. Ele dizia para nós: “Eu não posso agora chegar lá e dizer ‘não, vocês não querem botar o Luis Eduardo, ponham a mim’.” Então... Mas a gente não sabia o que é que ia acontecer. Mas resolveram fazer uma pressão, os familiares, me indicando, que aí foi dentro da discussão... A Cecília Coimbra, que na época era minha grande amiga —, hoje em dia a gente nem se cumprimenta, mas na época ela era minha grande amiga, (a Cecília morou na minha casa, quando foi fazer o mestrado dela, ela ficava na minha casa, em São Paulo, assim direto), a gente era muito amiga, e rompemos em função desse assunto. E não foi só com ela que houvesse rompimento. Foram muitos rompimentos. Mas ela me convenceu a participar da comissão. E aí eu tive muitas indicações, então... O Fernando Henrique recebeu a Eunice Paiva, na época, no gabinete dele; nós tínhamos uma centena de familiares do outro lado da rua do Palácio,

que nem deixavam a gente atravessar, debaixo daquele sol; aí resolveram que iam receber... sei lá, três ou quatro; uma briga danada para [saber] quem eram os três ou quatro que iam... E, enquanto isso, ele sancionou a lei do lado de lá...

D.P. – E quem foi que entrou?

S.L. – Ninguém. Só Eunice Paiva. Eles não iam deixar mesmo a gente entrar. Quem é que iam deixar.

A.M. – Aí ele sancionou a lei...

S.L. – Ele sancionou a lei, e depois é que foi constituída a comissão. Era o Miguel Reale Júnior que presidia a comissão, o João Grandino Rodas, que vem a ser hoje o reitor da USP, o Paulo Gonet, que era do Ministério Público, o Nilmário, a Eunice Paiva, eu e o general Oswaldo Pereira Gomes. A Eunice acabou saindo. No começo era super... uma piada assim, das viúvas. “Disputa das viúvas”. Teve um jornalista que me ligou para perguntar quando é que foi a minha relação com Rubens Paiva. E era assim. Que coisa! Que relação com Rubens Paiva? Porque saía assim: “Suzana versus Eunice”, então uma jornalista babaca já achava que eu tinha tido um caso com Rubens Paiva. Era...

D.P. – Nossa!

S.L. – É. Cada piada...

D.P. – E como era a posição de Eunice nesse processo?

S.L. – Ela... No começo, foi... assim, a gente ficou puto da vida, porque ela foi recebida no Palácio, e nós não, porque ela deu a mão para o general, e nós não... a gente não gostou daquilo; mas ela foi para a comissão com muito gás assim, então... a gente...

D.P. – Só tinha você e ela, então, do lado dos familiares.

S.L. – É. É, só eu e ela. E Nilmário. Mas a gente discutia os casos na época. Eu tinha por trás o apoio dos familiares para as coisas que eu ia fazer.

D.P. – Mas você combinava com ela as coisas?

S.L. – Com ela, não. Tanto que ela acabou saindo da comissão, porque ela votou contra, se não me engano, foi o caso do Pedro Pomar, que ela votou contra. Porque, assim, a gente tinha uma estratégia dentro daquela comissão, que não... não era muito respeitada. Por exemplo, o processo do Marighella, do jeito que ele foi feito, não teria passado. Passou porque nós fizemos um adendo, encaminhado pela Iara e pela Criméia, que eram nossas representantes da comissão de familiares que estavam ali, com exame da circunstância da morte. Nós brigamos com Luiz Eduardo, brigamos com todo mundo, porque a gente entendia que a gente tinha que provar em cima da circunstância da morte. Não era uma discussão tipo assim... era um adversário do governo e foi morto. Não era isso que dizia a lei. Pela lei, a gente tinha que provar que aquela pessoa morreu em dependência policial ou assemelhada. Para nós, determinada circunstância, uma rua pode se transformar numa dependência assemelhada. Depende, se a pessoa foi executada etc. e tal. Que foi o que a gente fez no processo do Lamarca, por exemplo. O Nilmário ficou indignado, porque, quando ele apresentou o processo do Lamarca, eu tirei vistas do processo; porque eu vi que não ia passar, não gostei do jeito que ele fez o voto dele, eu tirei vistas do processo. E depois foi aprovado. Mas assim, a gente também tinha uma estratégia. Eu fiz o meu voto, eu fui lá e dei o processo para o Miguel Reale olhar, dei para o outro olhar, porque senão, também, não adiantava. Mas a gente nunca acomodou caso para passar na comissão. Então, alguns a gente perdeu. Na primeira fase, nós perdemos os dos suicídios, que foi a diferença... a única coisa que o Lula fez, de agregar à lei... Sabe o que o José Gregori fez? Quando ele fez a lista, vocês vão ver... A lei vai até 79 –, e está na lista o Jorge Oscar Adur, que é o único padre da lista, que é um capelão *montonero* que é desaparecido em 80. Ele desaparece em junho de 80, quando ele vai ao Rio Grande do Sul falar com o papa. E o José Gregori botou ele na lista. Eu dizia: “Você não pode botar ele na lista!” Ele dizia para mim: “Você acha que eu vou tirar o único padre da lista?” E ele mudou a data do desaparecimento do padre, para o padre entrar na lista, porque o desaparecimento do padre é junho de 80, e...

A.M. – Aqui, está 1978.

S.L. – Foi isso. Ele inventou outra data. Ele disse para mim: “Você acha que eu vou tirar o único padre da lista?” Eu... “Então, deixa o padre”, Ia fazer o quê? Não posso fazer nada.

D.P. – Ou seja, o Gregori, era questão política então, ele achava que o padre ia dar uma legitimidade para a lista? É isso?

S.L. – Não. Ele não queria tirar o nome do padre da lista. Como a lei fechava em 79, ele botou outra data para o desaparecimento do padre. Tipo assim, ninguém sabe direito quando foi que desapareceu; mas ele desaparece em 80. E aí teve um super enrosco, porque têm outros três argentinos que desaparecem nessa época, que é a Monica Susana Binstock, o Horacio Campiglia e o Lorenzo Ismael Viñas, que deu o maior enrosco depois, que foi em cima disso que ele ampliou a data da lei até 80, para poderem entrar esses que desaparecem na mesma época do padre. Ficou na maior...situação estranha, porque ele teve que fazer outra. E assim... Eu acho que foi um puta trabalho que a gente fez. Nossa! Foi... Acho que foi a coisa mais difícil que eu fiz na minha vida. Eu não sei se eu faria de novo da mesma forma. Eu tinha um filho pequeno, em 90, ele tinha quatro anos, quando abriu a vala de Perus em 95, ele não tinha nem dez anos. Ele nasceu em 86. E ele dizia assim para mim: “Vai, vai, vai procurar desaparecido”; para não me mandar tomar no cu, ele me mandava procurar desaparecido. Era uma coisa... Foi uma coisa muito penosa, da minha relação com ele. Eu me afastei muito dele. Ele brincava de exumar formiga, quando ele tinha quatro anos de idade, porque isso fazia parte do vocabulário dele. Então... Eu não faria igual assim. Teve uma vez que eu parei, o Gilney me internou lá na emergência da Câmara, eu fazendo a Chácara São Bento, lá onde morre o pessoal da VPR que é entregue pelo Anselmo. Ali morre a Pauline Reichstul, que era minha amiga querida, morre o Eudaldo [Gomes], que era meu amigo querido. E eu fazendo... A gente fazia o relatório da circunstância da morte, então a gente pegava uma lupa e ficava examinando aqui o corpo e descrevendo, com as coisas, poucas coisas que a gente tinha aprendido. E eu dizia assim: “Eu estou passando mal, eu estou passando mal”, mas eu não parei de fazer aquilo; então, de repente, eu apaguei; e fiquei lá, tomando soro, não sei que, na Câmara. Porque era muito horroroso. A gente fazia... Olha. Nós fizemos cada coisa nessa época... Vocês não têm ideia. Eu comecei a contar, esses dias, para Eugenia, que é a procuradora, Favero, e para... o negócio lá de Perus, ela não acreditou. Falei: “Vocês não sabem de nada que a gente fez”, porque a gente fazia coisa do arco da velha. Do arco da velha. A gente alugou um apartamento no Rio, exumou o corpo da Zuzu Angel, da Ana Nacinovic...

D.P. – Vocês alugaram apartamento?

S.L. – Alugamos um apartamento de temporada no Rio de Janeiro. Eu era... Como membro da comissão especial, eu podia determinar determinado tipo de diligências, nós exumamos a Zuzu Angel – claro, com autorização da família, o Von der Bider...

D.P. – Mas exumaram aonde o corpo?

S.L. – Aqui no Rio de Janeiro, no cemitério.

D.P. – Sim. Mas aonde? No cemitério. E o apartamento, vocês ficavam lá...

S.L. – No cemitério. Levamos para o cemitério... Um apartamento na Gávea, um apartamento por temporada, o pessoal da equipe argentina de antropologia forense veio para cá, para examinar; então, ficava no chão da sala assim...

D.P. – Mas vocês podiam levar o corpo? Só para entender.

A.M. – O corpo?

S.L. – É, os ossos. Sim.

D.P. – Mas podia tirar de um lugar, levar para o outro?

S.L. – Tirava. Tirei, para fazer perícia.

D.P. – Mas você podia levar para um lugar particular para fazer perícia?

S.L. – Teoricamente, não. Mas para onde a gente ia levar? Quem é que nos dava...

D.P. – Gente!

S.L. – Quem é que nos dava respaldo e suporte para fazer as coisas que a gente queria? A comissão, teoricamente... A gente pedia para a comissão fazer, determinar as exumações, como prova, a comissão não fazia. Eu como representante dos familiares daquela comissão tinha direito de determinar determinado tipo de diligência, então eu fui lá, falei com... falamos para Hildegard: “vamos exumar a Zuzu?” - “Vamos exumar a Zuzu”. Exumamos, levamos para aquele apartamento. Eu estava na casa dos Moraes. Eu outro dia perguntei para o meu filho isso, e aí... A gente entrava no apartamento, e ele não podia passar da cozinha porque, na sala, estavam os corpos ali no chão.

D.P. – Seu filho vinha com você?

S.L. – Claro. Onde eu ia, ele andava atrás. Eu criei ele sozinho. Onde eu estava, ele estava junto. Então ele sabia que ali tinha... ele via televisão, ele estava sempre informado pelo assunto, ele sabia que naquela casa ali... Não sei que ano foi aquilo. Ele devia ter dez, onze anos. Ele queria ir comigo, então... Mas ele não podia passar da cozinha. Esses dias eu perguntei para ele se ele lembrava disso e o que significava para ele, e ele falou: “A única coisa que eu me lembro é que eu tinha mais... acho que eu teria menos pesadelo se eu tivesse visto, do que eu tinha sem ver. Mas o que eu lembro mesmo é que cada vez que eu ia lá, eu comia tudo que eu queria do Bob’s.” Ai pobrezinho! Eu levava ele no Bob’s [riso] e dizia: “O que é que tu quer comer?” E aí ele sentava na cozinha, ficava comendo, enquanto a gente ia para a sala para... porque eu precisa ir, por um motivo ou outro, naquela sala ali.

D.P. – Vocês levavam a urna, a caixa?

S.L. – A urna, claro.

D.P. – Botavam numa mala, num?...

S.L. – É. Botava numa urna e levava para ali.

A.M. – E como vocês chegavam no... Burocraticamente falando. A comissão, imagino que ela tivesse sido investida – não sei se de plenos poderes, mas de poderes, para tomar algumas decisões, como essa, por exemplo. Em termos administrativos e burocráticos, que tipo de suporte vocês recebiam? Financeiro... Ou...

S.L. – Nada.

A.M. – Uma secretária, um secretário ou um assessor?...

S.L. – Não. Claro que não. A comissão tinha funcionários que eram... o Ministério da Justiça é que colocava ali. Inicialmente era ligada ao Ministério da Justiça. Então, o primeiro secretário que teve, que é um carioca, chama Ricardo Alberga, era um cara maravilhoso, ele nos... ele estava imbuído do espírito de resgatar e nos ajudar a resgatar essa história. Então... Sei lá... Às vezes, nos ajudava; mas com esse tipo de coisa não. Não era a comissão que estava fazendo a exumação. A gente bancava. Eu, como representante dos familiares na

comissão, quero fazer tal diligência, para poder provar para a comissão, para montar o processo. Então a gente ia lá e fazia. Durante um período, por exemplo, a gente teve divergência... Porque desde que nós conhecemos a equipe, essa equipe argentina de antropologia forense... Eles vieram para o Brasil quando a gente abriu a vala de Perus. E a gente queria que eles participassem daquilo. Foi quando nós conhecemos. E o Palhares disse que de jeito nenhum. Não aceitou. Mas a gente continuou acompanhando o trabalho deles. Eles que acharam o Che Guevara. Eles nos ensinaram muitas coisas nesse sentido. Então, quando houve as primeiras...

D.P. – Quando você diz ele *nos* ensinaram, era você, Iara... o grupo todo?

S.L. – É. Éramos nós, eu, Criméia, Iara, o Togo Meirelles, na época, morava aqui; nessa época de pesquisa, a Cecília se envolveu bastante, aqui no IML, também, mas não das coisas lá da comissão, assim no dia a dia da comissão, não. E aí a... O que é que eu ia dizer? Esqueci.

D.P. – Não. A Ângela tinha perguntado sobre o funcionamento da comissão. Isso é interessante.

A.M. – E tinha uma sede?

D.P. – Onde é que vocês se reúnem? Em Brasília?

S.L. – Não. A gente se reunia no...

D.P. – Não. A comissão oficial tinha reuniões como? Uma vez por mês...

S.L. – Ah. Em Brasília, dentro do Ministério da Justiça, mais de uma vez por mês, os processos eram distribuídos... Na primeira reunião da comissão...

D.P. – Eles davam passagem e hospedagem.

S.L. – Passagem e hospedagem.

D.P. – Mas vocês tinham um *pro labore*, para participar da comissão?

S.L. – Não. É claro que não. Eu trabalhava com Marques Rolim na Comissão de Direitos Humanos, na Assembléia. Lá pelas tantas, ele disse assim para mim: “Eu te quero de

volta”. Eu falei: “Agora, danou-se”. Então... Quem primeiro bancou as primeiras informações sobre o Araguaia, por exemplo, que *O Globo* fez uma matéria [em] que aparecia o corpo da Maria Lucia Petit, que o Palhares tinha trazido há anos atrás, e não queria identificar, enfim... mas quando saíram aquelas matérias, o [Von der Bride] foi ao Araguaia com passagem que o Marco Rolim conseguiu na Assembléia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul, porque o João Carlos Haas Sobrinho é um gaúcho desaparecido; então ele bancou que a Comissão de Direitos Humanos pagasse a passagem do Von der Bride, para ele ir ao Araguaia. Eu como funcionária da Assembléia, a diária era muito maior do que diária do Ministério da Justiça; então, com a diária da Assembléia, eu pagava o hotel meu, da Criméia, da Janaína, porque... de todo mundo, porque lá é tudo muito barato e por que a gente não tinha dinheiro nenhum. A primeira vez que nós fomos para o Araguaia, a gente ligou para a Ermelinda Bronca, lá do Rio Grande do Sul, e pedimos cinco mil reais para ela. Porque a gente queria fazer coisa ali, não podia, não tinha dinheiro para nada. A gente sempre foi pobre, de *Marais je suis*. E a comissão não dava estrutura, nada. Quem nos deu estrutura, por exemplo, foi o gabinete do Gilney: xerox e não sei quê. Ele era deputado na época, a casa dele era um QG. Eu não sei se a Iara conta isso, mas eu vou contar. Teve uma época em que o corpo do Lamarca, dos irmãos dela e outros estavam lá no IML de Brasília —, que o cara do IML de Brasília era um... qualquer coisa menos um técnico com condições de fazer alguma coisa, e ele ficou indignado —, porque quando a gente ia para o Araguaia, não era ele que ia junto...Luiz Eduardo levou ele depois, uma vez, no Araguaia, mas a gente não aceitava ele, pelas exumações que a gente já tinha visto ele fazer, tipo essa do Arno Praz, que ele puxava assim o fêmur, e eu falei: “Pode parar, que eu vou descer aí na cova para tirar”; depois ficava um mês sem dormir, mas eu descia e trabalhava. E aí ele, um dia, disse para a Iara: “Ah é? Você não vai levar? Então leva embora”. A Iara...

D.P. – Ele disse o quê? Você não vai...

S.L. – “Vocês não querem que a gente vá para o Araguaia? Então leva tudo que tem aqui”. A Iara ligou para mim, falou: “Tem festa aqui.Os meninos e o capitão estão aqui”. Estavam dentro do armário da casa dela. E aí eu vim para Brasília, para a gente formalizar, para a entrega para o Ministério da Justiça. Ele fez a Iara levar embora, ela levou para a casa dela. Ia fazer o quê?

A.M. – Do Lamarca e dos irmãos.

S.L. – É, e dos irmãos dela. Ela falou: “O capitão e os meninos estão aqui. Tem festa aqui em casa”.

D.P. – Nossa!

S.L. – E eles lá... Olha. Vou te contar. Teve situações... A Iara tinha um cachorro, elas lavavam... A Criméia foi para lá ajudar a limpar os ossos, o cachorro ficava atrás... A gente passou cada coisa que vocês não têm noção. E sem apoio. Sem apoio.

D.P. – Voltando à comissão. Você falou que tinha reuniões mensais, uma ou duas, de quinze em quinze dias...

S.L. – Não... É, não me lembro qual era a frequência.

D.P. – Brasília, mensal... E a coisa andava de fato ali? Na comissão, vocês acham que a coisa avançou? Qual é sua avaliação?

S.L. – A minha avaliação é que avançou muito no sentido de mostrar os crimes da ditadura, porque não éramos mais nós que estávamos dizendo, era a comissão que estava provando que aquilo aconteceu. As reuniões todas eram gravadas. Que eu saiba, isso desapareceu. Qualquer dia eu vou naquele ministério lá, que até hoje eu não fui...

D.P. - Está desaparecido, é?

S.L. – Eu não sei onde e que está. Os arquivos daquela comissão, desde que eu saí, foram parar não sei onde. Então... Tem coisas que eu já fui buscar lá e não achei.

A.M. – Eram gravadas em áudio, em áudio e vídeo?

S.L. – Eram gravadas em áudio. Em áudio. Todas as reuniões. Porque os embates eram horríveis. Meu com aquele general, por exemplo. Eu dizia para o general: “Você estava de um lado da guerra, eu estava de outro, meu filho, então não... não tem o que discutir”. Era muito difícil, era muito pesado. Ele ia para as reuniões, ele olhava os arquivos, antes de ir. Ele tinha informações. Ele dizia: “Esse fulano aqui matou o fulano de tal”. Ele tinha informações, antes de ir para as reuniões.

A.M. – Ah. Nos arquivos do...

S.L. – Militares.

A.M. – Nos arquivos do Exército, DOI-Codi...

S.L. – Nos arquivos dele, que a gente não via. É.

A.M. – Não sabia o que é que era, mas eram arquivos...

D.P. – Ele chegava já acusando o pessoal. É terrorista mesmo. Matou fulano. É isso?

S.L. – É. Ele tinha informações. Ele investigava os casos antes de ir. Assim como eu investigava, porque a gente tinha que saber, eu tinha que conhecer todos os casos... Por que é que eu conheço esse dossiê? Porque eu tinha que discutir. Então a gente tinha que se preparar. Eu me preparava para a discussão. Tinha a Iara junto também, se eu escorregava, ela estava ali para me ajudar. Mas...

A.M. – Qual era a justificativa oficial para haver um integrante das Forças Armadas na comissão?

S.L. – Assim como tinha dos familiares, tinha um das Forças Armadas. E esse general foi o cara que o... eu esqueci quem era ministro do Exército quando teve o Riocentro. O ministro do Exército mandou o general para o Rio de Janeiro, para enfrentar e resolver o problema do Riocentro. Esse cara era um quadro deles. Ele morreu, infelizmente. Mas ele era um quadro da repressão. Ele estava citado no Brasil Nunca Mais, mas aí... “ah, foi engano, foi não sei que, foi não sei que...” Agora uma coisa, por exemplo, nós temos que agradecer a ele: o Maluf era prefeito de São Paulo, e ele conseguiu a liberação da Criméia. Porque a lei permite, prevê que se possa requisitar funcionários públicos. A Criméia era funcionária, enfermeira da Prefeitura de São Paulo, o general conseguiu a liberação dela. A Criméia ficou sei lá quanto tempo morando em Brasília, na casa da Iara, a gente fazendo esses processos. Na época a gente não sabia nem ligar computador. Nem sei até hoje como é que nós aprendemos.

A.M. – E vocês se reuniam, os processos eram distribuídos... Qual era o critério para a distribuição?

D.P. – Dentro da comissão, como é que funcionava.

S.L. – O Nilmário pegava os que ele tinha muito interesse. E tu ia lá e pedia alguns. E a gente pegava os mais complicados, eu, normalmente, pegava. Os que a gente achava que tinha que ter mais elaboração ficam para nós, ou para mim ou para o Nilmário; e os outros, que a gente achava... Por exemplo, o cara morreu dentro da prisão, está aqui escrito que... o endereço – que morreu dentro do quartel, podia qualquer um deles pegar.

A.M. – O processo, o que você chama de processo era essa documentação que a comissão de familiares já vinha...

S.L. – É. Não, não é a comissão de familiares. Quem tem que requerer é a família. Os que não têm família... Por exemplo, José Ferreira de Almeida não tem família, ninguém requereu. Ele não faz parte da lista oficial dos mortos pela ditadura da Lei 9.140, porque não teve quem tenha feito o requerimento. E era uma coisa que para nós, também, era errada. Eu achava que quando o governo Lula entrou, imediatamente, ia cair o ônus da prova, que a gente não ia mais ter que provar. Mas... Não adiantou.

D.P. – Se não tivesse o familiar para reconhecer que aquela pessoa...

S.L. – Para requerer. Tinha que requerer.

D.P. – E podia ter um advogado requerendo?

S.L. – Em nome de quem? Tem que ser em nome da família. A lei é feita *para* os familiares. Então, os familiares é que têm que requerer. Quando teve uma época, no primeiro... Quando terminou o prazo da primeira... da lei, que depois foi reaberto com 80, não sei que – eu pedi ao Miguel Reale, ele me autorizou, que alguns casos que a gente não tinha encontrado familiares, eu peguei, sei lá, uma dúzia, vinte, sei lá quantas procurações assinadas pelo Luiz Eduardo e eu botava lá em cima: *em nome de...* E aí entrava com o requerimento. Para a gente segurar o prazo. O da Iara Iavelberg, por exemplo, foi um que foi feito assim. Porque... ficava passando, ficava passando, ficava passando... Era aquele Miguel [Sabatino Etti], que é um espanhol que foi morto aqui, que ele aparece morto no mesmo dia da Sonia e do Lana, dentro do DOI-Codi de São Paulo, eu segurei assim; não tinha conhecimento da família dele nem nada. E algumas coisas o Miguel Reale permitiu que a

gente fizesse porque nós conquistamos a confiança dele dentro da... dentro das reuniões, pelos critérios, pela seriedade com que a gente fazia o trabalho, porque ele via que a gente não acomodava caso. Teve casos que a gente perdeu, perdeu e perdeu, e nessa época a gente descobriu um cara que chama Celso [*Denevé*], que é um perito criminal, que ele fez maravilhas para nós ali.

A.M. – Perdeu? Como assim?

S.L. – Perdia na votação. Por exemplo, eu apresento o caso da Iara Iavelberg dizendo que, para mim, ela não se suicidou, (porque suicídio não estava dentro da lei) e que ela deve ter sido morta... Aí eu dou meu voto, cada um dos membros da comissão votava. Então muitos a gente perdeu por cinco a dois, por quatro a três. E para...

D.P. – As fitas se perderam; mas tem as atas dessas reuniões?

S.L. – Ah. Eu tenho as atas.

D.P. – Você tem todas as atas?

S.L. - Não sei se tem todas. Está dentro dessa arrumação aí. Mas eu acho que eu devo ter todas. E eu espero que essas gravações apareçam, assim como eu espero que os arquivos apareçam. Foi com base nessa documentação que foi feito aquele *Verdade e Memória*, que é outra novela...

A.M. – Não é essa documentação que está no Arquivo Nacional?

S.L. – Não. Essa documentação... Alguma coisa, em princípio, foi para o Arquivo Nacional, mas está faltando um monte de coisa, que foi perdida. Esses dias eles me mandaram a relação do que não tem, eu quase tive um ataque. Como que não tem esse processo inteiro? Alguns até eu tenho cópia, porque a gente tirou cópia.

D.P. – O caso do Eurico foi discutido?

S.L. – Não, porque faz parte da Lei 9.140. Ele está no anexo da Lei. Nós não retiramos o nome do Ico da lista dos desaparecidos, porque a gente achava que era uma prova do que é que eles faziam com os desaparecidos. Então, quando teve a Lei 9.140, que nem o José Gregori deixou o padre, o Ico fazia parte da lista dos desaparecidos, então eu não

precisei provar nada. Mas tem casos... Tem coisas impressionantes que apareceram, casos, nessa comissão, que a gente não conhecia, que para mim são... nossa! — impressionantes, muito impressionantes. O caso desse menino boliviano aqui, que morreu em São Paulo... Não sei. Vocês querem que eu comece a falar isso agora?

D.P. — Claro.

S.L. — Não consigo me lembrar o nome dele. Empresta aqui, que eu acho. Eram dois irmãos bolivianos que moravam no Crusp [Conjunto Residencial da USP] e aí um deles foi preso. O outro irmão era hemofílico, ele usava bengala, senão ele não podia caminhar. E esse outro irmão foi procurar o outro que tinha sido preso, que não sabia onde estava, e acabou sendo preso também. E os dois foram levados para o quartel de Quitaúna. Eles foram barbarizados lá dentro. Eles foram currados lá dentro, eles tiraram a perna mecânica desse menino, ele não podia andar; eles ficaram... Só porque eram bolivianos. Eles ficaram... É outro que me arrepia até a alma. Eles ficaram um mês e tanto presos. E aí foram soltos. Esse mais velho se recuperou, se formou, e o menor sempre ficou perturbado assim, nunca conseguiu se reencontrar com a vida. E esse mais velho — se formou médico, se não me engano, e morreu num acidente de carro. E aí que o menor perdeu a consciência e a razão. E aí a mãe dele levou, uma época, ele para... sob os cuidados da... da Cruz Vermelha; um segundo que ela saiu de perto dele, ele conseguiu se matar. Esses meninos eram estudantes, do Crusp, foram presos ali, por causa do Crusp. Nunca ninguém soube dessa história. Agora não estou achando ele. Eu acho que é junto com Benê. Deixa eu ver que data eu estou. Já estou em 73. E agora me fugiu o nome dele. (Procurando na documentação). Eu acho que ele é junto com o Benetazzo. Eu estou para trás. Olha, está *aqui*. É junto com Benetazzo. Eu sou capaz de lembrar a página e não lembrar o nome. Juan Antonio Carrasco Forrastal e o irmão, Jorge Rafael, vieram para o Brasil com bolsa de estudos. O Jorge estudava engenharia e morava no Crusp. Ele foi preso, que é o mais velho, e aí o Juan, que era esse hemofílico, saiu à procura e acabou sendo preso no 2º Exército. Na prisão, arrancaram-lhe a bengala e a perna mecânica; e por ser hemofílico, os golpes recebidos lhe produziram derrames pelo corpo inteiro. Seus pais pediram ajuda ao consulado boliviano, e o cônsul da Bolívia conseguiu que ele fosse removido para o Hospital Militar do Cambuci. Mas ele, mesmo assim, sofria tortura psicológica. Aí foram transferidos para o quartel de Quitaúna. Lá, o do Lamarca. Lá eles foram violentados, queimados com cigarro. No início de 69... Não fala aqui quanto tempo

eles ficaram presos, mas eu acho que foi um mês e pouco. E o Jorge voltou a estudar, no início de 69, se formou, mas o Juan ficou deprimido. Ele morreu no dia 28 de outubro, por isso que eu lembrei, junto com o Benê. Ele estava no hospital da Cruz Vermelha, em Madri, e entrou em delírio e suicidou-se durante um breve momento em que a mãe havia saído do quarto. É um caso. Como é que nunca ninguém soube disso? Não é impressionante? Eu acho que é o caso mais impressionante que apareceu, esse, essa Esmeraldina *aqui*, que é mãe da menina que chama Nilda Carvalho Cunha, que é presa junto da morte da Iara. Essa *aqui* é a mãe dela. E essa mãe dela... A menina quando foi solta... Era uma menina mesmo, Nilda Carvalho Cunha; é a maior indenização que é recebida, porque ela tinha menos de dezoito anos – dezesseis, sei lá quantos anos ela tinha. E a mãe... E quem ficava atrás dela era o Nilton Cerqueira, que tinha participado lá da operação com a Jussara, para prender o Lamarca. E ela não se conformava com a morte da filha. Porque a filha saiu e começou a ter delírios. Delírios. Ela internava a filha, os homens iam lá no hospital. E a mãe andava pelas praças dizendo “eles mataram a minha filha, minha menina; eles mataram minha menina”. E ela apareceu enforcada na sala da casa dela, essa mãe. Eles mataram ela.

A.M. – Como vocês chegaram ao caso dos bolivianos?

S.L. – A mãe entrou com o pedido.

A.M. – A mãe que entrou com o pedido.

S.L. – A mãe entrou com o pedido. Da Esmeraldina, a filha dela, que é irmã da Nilda, entrou com o pedido também. E a gente não sabia...

D.P. – Eles entraram com o pedido junto à comissão?

S.L. – Junto à comissão.

A.M. – E no caso do Juan? A mãe apresentou que tipo de documento? Porque tem isso. Você mencionou que um dos problemas que vocês consideram nessa lei era exatamente o ônus da prova, que cabia aos familiares. E aí ela conseguiu?

S.L. – Ela tinha documentação, eu acho, de internação dele na Cruz Vermelha... Ela tinha, ela tinha coisas. E da mãe da Nilda, por exemplo, tinha a história. Tem uma outra, que foi o Luiz Francisco Carvalho Filho... É o cara que entrou no lugar da Eunice. Eu acabei não

falando isso. Quando Eunice votou contra um dos nossos casos, ela foi tão massacrada pelos familiares que ela acabou saindo da comissão. Aí entrou o Luiz Francisco Carvalho Filho, que é um advogado que tem escritório junto com José Carlos Dias. E ele mudou a correlação de força ali na comissão. Ele que foi o relator, por exemplo, do caso do Marighella.

D.P. – Mas ele era familiar?

S.L. – Não. Um advogado. – Do PSDB.

D.P. – Mas foi indicado pelos familiares.

S.L. – Não. Isso é da cota do governo.

A.M. – Para ocupar uma vaga de familiar.

S.L. – A única indicada pelos familiares fui eu.

D.P. – E Eunice era indicada por quem?

S.L. – Pelo Fernando Henrique.

D.P. – Ah... Porque os familiares só tinham direito a uma vaga.

S.L. – Só tinham direito a uma vaga. E a Eunice foi... As três indicações livres do presidente da República. Era Eunice Paiva, o João Grandino Rodas e o Miguel Reale. Mas quando a Eunice saiu, o Miguel Reale bota esse Luiz Francisco. Era um advogado que ele conhecia, enfim. E ele fez o levantamento do caso de uma mulher que era, segundo eu imagino, uma... uma companheira do Iran de Lima Pereira. E a família não reconhece isso, mas, pela história, eu acho que ela era uma companheira. Eles botaram fogo *dela*, no dia de natal. É uma história impressionante. Nunca ninguém tinha ouvido falar nessa história. É um dos casos que está aqui também. Nós fomos surpreendidos não só com histórias novas, mas também com informações de pessoas que a gente achava que tinha morrido em tiroteio. Essa, para mim, foi a pior parte, de pegar as fotos e ver que as pessoas tinham sido torturadas. Por exemplo, o Crioulo, o José da Cunha, eu fui no arquivo do Dops de São Paulo e eu pedi para o diretor do arquivo me ceder os negativos que tinham lá. Eu não tinha, a gente não tinha fotos dele morto; mas eu sabia... Tinha uma de longe. E nos negativos você vê que ele foi torturado. Eu quase morri, quando vi aquilo. E o Lana também. Quase morri, quando vi as

fotos. Então... Essa, para mim, foi uma parte muito difícil assim, de ver o quanto as pessoas ainda sofreram. Não morreu no tiroteio. Mudar essa... nós mudarmos a nossa versão oficial em função dessa pesquisa foi muito duro. Muito duro. E eu acho que esse foi um grande avanço dessa comissão. Agora... Aí é que está. Para mim, no governo Lula, a comissão deixou de ser uma comissão de Estado. E ela era uma comissão de Estado. Ela passou a ser uma comissão do governo. Eu não concordei com as coisas que estavam sendo feitas e saí fora. Temos que reconhecer que... A gente achava que, quando eu me demitisse, ia acontecer alguma coisa. Nada. [riso] Eu pedi demissão, mas eu fui demitida. Eu apareço no Diário Oficial como demitida, pelo Lula e pela Dilma.

D.P. – Mas como foi essa decisão da sua demissão? Você decidiu?

S.L. – É. Nós conversamos, porque estava praticamente insuportável conviver com o que estava acontecendo ali. Muitas coisas que a gente tinha combinado que iam acontecer não aconteciam. E... Eu não concordava, por exemplo, com as coisas... O Nilmário não era mais representante... não era mais membro da comissão, ele era ministro, ele não podia ter a incidência que tinha, do meu ponto de vista, nas coisas da comissão, como ele começou a ter. E nós começamos a ter muitas discordâncias. Por exemplo, eu tenho uma opinião de que se a família não quer o corpo, nós não temos direito de buscar. Eu tenho direito de buscar a verdade, porque é uma história que pertence à sociedade brasileira; se eu não quisesse saber da história do meu marido, eu acho que as pessoas tinham o direito de invadir a minha privacidade e contar a história dele, mesmo que eu não quisesse. Agora essas pessoas não têm direito de buscar o corpo dele, porque aí é uma coisa que só a família pode sepultar. E essa não era a visão da Iara, do Nilmário...

D.P. – Por que você acha isso, Suzana?

S.L. – Porque eu acho que... Eu tenho o... Quem sofreu a perda do familiar, já é uma coisa tão dura, tão difícil, ainda mais nas circunstâncias que morreram os nossos familiares, que eu tenho que ter o direito de decidir sobre o que eu quero fazer com a ossada dele. Nós descobrimos um lá, Milton Soares de Castro, estava enterrado lá no interior de Belo Horizonte, uma jornalista levantou, descobriu; o irmão dele era um baita militante da coisa dos familiares, lá no Rio Grande do Sul. Quando descobriu o corpo do irmão dele, “vamos lá achar”, ele falou: “Eu não quero”. Pronto. Eu fiquei quieta. Não quer, não quer; quer deixar

lá, deixa. Eu acho que a pessoa tem que ter esse direito. E eu não concordo com as coisas que a Iara, o Nilmário, o Agostino, que na época estava presidindo a comissão, começaram a fazer. Primeiro. Depois, quando teve... Quando Lula entrou com o recurso da... em 2003, da ação da guerrilha do Araguaia —, que a gente achava que ele não ia fazer etc. e tal —, quando ele fez aquele recurso ali, já foi uma coisa muito difícil; mas quando eles fizeram, bem depois, aquela tal comissão interministerial... Não sei se tu te lembra disso. Nilmário era ministro. Criaram uma comissão interministerial para examinar a questão do Araguaia. José Dirceu, Márcio Thomaz Bastos, o... não me lembro quem é que era o das Relações Exteriores... Sei lá. Era uma meia dúzia de ministros que compunham essa comissão. É óbvio que isso não ia funcionar nunca. Aquilo não era para funcionar. No dia que saiu essa comissão, a Comissão Especial resolveu se demitir, toda ela. E eu interrompi a discussão, quando eu não conseguir mais convencê-los a não mudar de ideia, liguei lá para a Casa Civil, falei: “Pelo amor de Deus! Eles estão querendo se demitir aqui. O que eu faço?” – “Segura”. Eu segurei a decisão da comissão. Me arrependo. Não devia ter segurado. Que aquilo ali iria colocar o governo numa sinuca, que eles iam ter que enfrentar. Eu acho que enquanto representante dos familiares na comissão, eu nunca misturei a questão partidária, que eu sempre fui petista, com esse assunto; quando eu tive que vir a público criticar, eu fui. E sou muito malquista por isso também. Mas quando Lula recorreu da sentença, as pessoas queriam ir lá para a frente do Palácio do Planalto rasgar ficha de filiação. Eu falava: “Não vou, nem morta. Vocês querem ir para a frente do Palácio fazer uma greve de fome, passar uma noite lá, eu vou; agora vai rasgar ficha de filiação, vai rasgar na sede do PT. Uma coisa não tem a ver com a outra”. Era a minha opinião. Mas fui muito mal interpretada. Os rompimentos que nós tivemos a partir daí, por exemplo, com a Cecília, com um, com outro, eu acho que foram em função de misturar essa questão partidária com a militância dentro desse assunto. Eu não sei, eu depois fiquei achando que foi um erro ter saído da comissão, porque ela nunca...

D.P. – A comissão, então, continuou, e você é que saiu.

S.L. – Eu é que saí. Dez anos depois.

D.P. – Quando é que você saiu?

S.L. – Em 95. Em agosto de 95, se não me engano.

D.P. – De 2005. Lula. Governo Lula. Lula toma posse em 2003...

S.L. – De 2005, é. De 95... Eu fiquei naquela comissão...

D.P. – A comissão era a mesma, ou ela muda - os personagens?

S.L. – Não. Ela mudou. Por exemplo, quando Nilmário entrou, ele queria manter o general, esse, e aí nós nos rebelamos. Luiz Francisco, que veio a ser... Quando Miguel Reale foi ser ministro, o Luiz Francisco ficou como presidente da comissão. E... Esse Luiz Francisco Carvalho Filho. E ele também era uma pessoa que nos apoiou muito, então ele... O que é que eu ia dizer?

D.P. – A coisa da comissão, se mudou, se não mudou...

S.L. – Ah. Quando ele ficou na presidência da comissão, o Nilmário tinha marcado uma reunião da comissão, e eu liguei para ele e falei: “Com o general, nós não vamos. Nós aceitamos esse general no governo do Fernando Henrique; agora, no governo do PT, nós não vamos aceitar”. E aí deu a maior rebordosa, não sei, que aí eles trocaram o camarada.

D.P. – Trocaram?

S.L. – Trocaram.

D.P. – Por quem?

A.M. – A lei é modificada, não é, em 2004?

S.L. – A lei é modificada pelo Lula, que essa foi a única conquista, vamos dizer, que ele incluiu os suicídios, os mortos em passeatas... Por exemplo, os que morreram em passeata, nós tínhamos aprovado só um menino que morreu lá em Recife, eu acho...

D.P. – Em 1964.

S.L. – o Ivan Rocha Aguiar, porque a gente conseguiu determinar que aquilo... ficou um campo minado ali, e o Edson Luis, que morreu dentro do Calabouço, que também se transformou num... Essa foi a discussão que a gente fez da tal dependência assemelhada. Quando a pessoa é executada. Por exemplo, o Lamarca foi executado. Podia ter sido preso. O Marighella foi executado. Podia ter sido preso. Essa foi a linha que a gente fez de defesa. E...

D.P. – Você está falando que a lei mudou.

S.L. – A lei mudou, então nós não conseguimos os mortos em passeatas. Os outros todos nós perdemos. Os suicídios – da Iara Iavelberg...

D.P. – Os suicídios não entraram ou entraram?

S.L. – Não. Entraram. Entraram no governo Lula.

D.P. – Ah. No governo Lula. É vitória do Lula então. Foi documento do Lula.

S.L. – É. Foi a ampliação dos critérios da lei.

A.M. – E a extinção da periodização. Não é?

S.L. – Não é extinção. Ele vai até mais... vai até 85, para poder entrar... não é até 85 que vai? É para poder entrar os argentinos.

A.M. – Porque houve duas modificações, há uma em 2002 e...

S.L. – A de 2002 é a data, que o José Gregori fez para poder entrar os argentinos.

A.M. – Isso. E aí tem uma em 2004, também, que muda o período.

S.L. – Mas o período acho que já tinha mudado em 2002, pelo que eu me lembro, com o negócio dos argentinos, esses que não estavam. E aí entra os que morreram em função da tortura também. Porque aqueles que a gente não conseguia provar, que foram soltos e morreram, sei lá, dois dias depois, alguns, a gente também não conseguia fazer o nexos de provar. E com a lei do Lula a gente conseguiu ampliar. Mas eu discordo de casos que entraram depois, que eu não concordo, por exemplo, depois que eu saí da comissão. A gente tinha uma rigidez nisso de provar. Se a lei é essa, eu não... Se não está na lei, eu não... voto contra. Por exemplo, eu fui massacrada por que eu fiz um puta levantamento da morte do James Allen Luz, que é um cara super conhecido, que morreu num acidente de carro lá no Rio Grande do Sul. Ele morreu num acidente de carro. Eu achei testemunha, achei um monte de gente. E aí, morreu no acidente, não foi a repressão que matou. A gente tinha...

D.P. – Tem vários casos assim. Tem um caso na família que até hoje tem uma ambiguidade total.

S.L. – Qual?

D.P. – Teresa Chaves. Sabe quem é?

S.L. – Não.

D.P. – É uma... Pois é.

S.L. – Não. Achei que era algum daqui.

D.P. – Não, não. Ela nem está. Agora é que a família... Ela morreu num acidente. Ela era uma militante junto a dom Hélder Câmara, tinha uma passagem pelo PCB, e ela muda de Recife, vai para São Paulo, e ela morreu no cruzamento de... Na época, enfim, foi abafado, como uma coisa mesmo... um acidente. Ela não era uma super militante, não. Mas ela... Quer dizer, ela era dessa causa de direitos humanos. Não era organizada. Aprovação do PCB. Mas hoje as filhas suspeitam, têm uma grande suspeita que a coisa tenha sido...

S.L. – É. Mas dá para investigar.

D.P. – Pois é. Elas estão começando a mexer. Mas eu ia te falar um negócio...

A.M. – A gente precisa mudar... [a fita].

[FINAL DA 1ª ENTREVISTA]

2ª Entrevista: 17.10.2014

A.M. – Suzana, muito obrigada, novamente, pela gentileza de nos conceder essa entrevista. Nós terminamos a primeira entrevista conversando sobre o funcionamento da Comissão de Familiares, da Comissão Especial criada pela Lei 9.140, de 04/12/1995, e esse é um bom ponto para continuarmos a nossa conversa de hoje. Eu gostaria de voltar um pouquinho a esse período compreendido entre a emissão da Lei de Anistia e a edição da Lei 9.140, para compreender quais foram as motivações que levaram à edição da lei: se foi um processo demandado pelos familiares de mortos e desaparecidos, se foi uma iniciativa governamental. Em que bases aconteciam essas discussões, nesse período?

S.L. – Olha. O movimento mais forte, eu acho, de exigência, por parte dos familiares e da coisa pública, foi (que depois a gente pode retomar) a partir de setembro de 1990, quando abriu a vala de Perus. Isso teve um...

D.P. – Qual foi a data?

S.L. – Foi 04 de setembro de 1990, foi a data da abertura da vala do cemitério de Perus. E teve uma dimensão enorme enfim. A partir dali houve, realmente, uma... uma nova mobilização, que tinha ficado recrudescida em torno da anistia e de pressão dos familiares. O Fernando Henrique se sentiu pressionado por um artigo do Marcelo Rubens Paiva; mas, no nosso ponto de vista, o que foi determinante foi a vinda ao Brasil do Pierre Sané, que era senegalês, se não me engano, (já não me lembro mais) que era o... presidente da Anistia Internacional? Como é que chama? É presidente? Coordenador?

D.P. – Coordenador geral, eu acho.

S.L. – É. Não me lembro como é que chama. Enfim, era a pessoa da Anistia Internacional que veio ao Brasil. E ele foi a Porto Alegre. Eu trabalhava na Assembleia Legislativa, na Comissão de Direitos Humanos da Assembleia, e a gente fez um evento, e ele cobrou, publicamente, do Fernando Henrique. Para mim, isso foi determinante, a presença dele, a fala dele, dizendo que o Brasil não podia passar por cima dessa história; e, a partir dali, o governo se mobiliza para fazer essa lei. Começa o José Gregori a dizer que vai fazer a lei, e a gente tem diversas reuniões. Especialmente, o Nilmário estava na Câmara Federal, tinha criado uma comissão de representação externa da Câmara para acompanhar os desdobramentos da vala de Perus, então, também, tinha muita dimensão isso, ele viajou o Brasil fazendo reuniões com os familiares de cada estado, levantando questões; houve novos nomes de desaparecidos nessa época; nessa época, começaram a aparecer algumas outras informações: daquele rapaz que eu falei, do Gilberto, foi nessa época. Então se criou realmente um clima para a constituição da lei. Nós tentamos de todas as formas ter acesso ao projeto de lei. O Jobim nos prometia que ele ia nos... Pelo menos para mim, sempre prometeu, que eu tinha... Já comentei que eu tinha uma ligação com ele em função do Marcos Rolim, que era deputado, gaúcho, enfim, me apresentou para ele, o José Gregori sempre gostou muito de mim, sempre me tratou muito bem, então eu tinha esse acesso ali a eles; que eu acho que foi isso também que fez com que eles me nomeassem para essa comissão, porque

a gente achava que não teria representantes na comissão. Nós. Nós queríamos colocar alguém que nos representasse, tanto que nós fomos atrás do Sigmaringa Seixas, que era um advogado da época da anistia, que tinha atuado na preparação do *Brasil Nunca Mais*, a gente queria muito que ele fosse; e ele era do PSDB dessa época, então a gente queria que ele fosse o nosso representante. Mas... não me lembro de quem foi a iniciativa, realmente não lembro, de que nós deveríamos escolher um nome para representar; que foi aí que eu disse que a Cecília Coimbra que me convenceu a participar da Comissão, e eu era contra. Nós tínhamos diversas questões em relação à Lei. Nós fomos a Brasília, no dia da votação da Lei. Isso eu acho que já contei, que o Fernando Henrique não nos recebeu, que só estava lá a Eunice Paiva... Eu tenho acho que fotos dessa época, assim: era aquele sol do meio-dia, aquele monte de velhinha do outro lado da rua, era uma coisa horrível ali, naquele... Não sei como a gente fazia aquilo. E nós tínhamos uma faixa, que a gente andava com ela para cima e para baixo: “Nós não esquecemos”, que foi o título de um artigo que o Marcelo Paiva escreveu, e nós fizemos uma faixa, andamos com aquela faixa e andamos com aquela faixa por [Brasília] inteira, para cima e para baixo. Então, nós dizíamos o quê? Que a Lei, em relação aos desaparecidos, ela era absolutamente falha, porque ela dizia que... não dizia o que aconteceu, ela reconhecia a morte sem dar qualquer detalhe do que pudesse ter acontecido; apesar de ser uma conquista nossa a inclusão de... não só os integrantes da lista anexa mas também os que morreram em dependências policiais ou assemelhadas, essa foi uma conquista, a Comissão só agiria perante a requerimento dos familiares —, isso para nós era um absurdo, porque você não podia dividir a história dessa forma: os que não tinham familiares direto, então, não teriam requerimento —, e, especialmente, a gente dizia que essa não era uma questão pessoal envolvendo familiares e governo, que essa era uma questão política, que dizia respeito à sociedade brasileira, e que o Estado tinha a obrigação de responder, de tomar medidas, e não tratar isso como se fosse uma questão familiar.

D.P. – Deixa eu só lhe interromper, para entender uma coisa. Então vocês não concordavam que só os familiares pudessem requerer. Porque eu tinha entendido uma coisa um pouco diferente, da outra vez. Vocês não concordavam com essa cláusula.

S.L. – Não, a gente não concordava com isso. Porque o requerimento era uma coisa pessoal, com vistas a indenização. Nós não queríamos indenização, nós nunca pedimos dinheiro, e nós não queríamos que isso fosse resolvido dessa forma, porque, realmente, houve

casos que não têm... que não tinha familiares para requerer, a pessoa deixa de constar na história brasileira, em função disso. Então...

D.P. – Claro.

A.M. – E em que momento vocês discutiam isso? Vocês se reuniam com José Gregori para discutir?

S.L. – Não. Nós tivemos diversas reuniões. Não. Com ele, especialmente, a reunião maior que nós tivemos foi essa, que foi no escritório do Belisário, que era secretário de Justiça do governo de São Paulo nessa época – acho que era governo Covas? Será? – e o Belisário dos Santos Júnior é uma pessoa muito ligada a nós, sempre foi, até hoje é, enfim, acho que é a pessoa que mais esteve ligada a nós durante todo esse período, sem ser... o político mais ligado a nós...

D.P. – Ele é advogado. Ele é jurista.

S.L. – Ele é advogado, jurista, ele foi da... Desde a época da anistia, a gente conhecia. Ele era um rapazinho na época da anistia, estava começando a trabalhar. E ele se manteve sempre muito perto de nós. Eu discuti muito com ele, antes do Covas fazer a Comissão de Indenização do Estado de São Paulo, porque eu já participava da do Rio Grande do Sul, ele era contra um monte de coisa que a gente defendia, e depois ele acabou voltando atrás. Era uma pessoa muito interessante, sempre foi. E essa reunião, eu não me lembro de outras, eu me lembro dessa, e lembro das vezes em que eu estive com eles; mas eu não me lembro se nós fizemos reuniões com eles. Agora nós nos reuníamos para discutir.

D.P. – Você até já falou sobre isso, mas só para recordar aqui. Porque eu achei um negócio incrível isso, quer dizer a anistia, 79, a anistia, a gente tem quinze anos para vir essa lei. Quinze anos. Durante esses quinze anos, esse grupo Nós ampliou, teve perdas? O Nós, vocês montaram essa Comissão dos Familiares, tinha organicidade, não tinha, perdas?... Porque é muito tempo, quinze anos, para você manter viva uma causa, uma...

S.L. – É muito tempo.

S.L. – É impressionante essa história do Brasil, gente.

S.L. – Olha. É. Em 90...

D.P. – A gente não se dá conta, quando a gente faz as...

S.L. – É. Em 79 teve o projeto de anistia, então, a partir dali, nós continuamos, exatamente por que não atingia os desaparecidos, a gente continuou tentando se manter atuante. O Comitê da Anistia se desmanchou, por exemplo. O único que ficou ativo foi do Rio Grande do Sul. Meu irmão era desse Comitê da Anistia lá, que lançou a campanha contra a Lei de Segurança Nacional, quando já ninguém fazia nada. Isso, acho que era 81, 82, já não tinha mais. Em 82, nós... nós começamos a fazer os traslados, então fizemos alguns traslados dos corpos que a gente localizou em Perus, e tivemos a eleição da Luiza Erundina para a prefeitura de São Paulo, que foi quando a gente resolveu abrir a vala do cemitério de Perus; que é uma história muito forte ali, mas já são dez anos depois. Nesse meio tempo, a gente se envolveu para constituir a Fedefam... para constituir uma entidade para participar da Fedefam³, que era a federação dos familiares de desaparecidos da América Latina. Isso era 1980 e... Era pouco depois da anistia. 1982, 83... Em 82 foi o traslado do Luiz Eurico, 83, nós nos ligamos à Fedefam. Tinha um grupo...

D.P. – Vocês se ligaram à Fedefam. Vocês tinham um representante lá? Ou era uma coisa mais informal?

S.L. – Não. Nós constituímos uma entidade que se chamava Abrafam – Associação Brasileira dos Familiares de Mortos e Desaparecidos, eu que inventei essa entidade, para participar da Fedefam; que tinha que ter uma organização nacional.

D.P. – Certo.

S.L. – Eu acho que aquilo foi um impulso muito forte, ali para a gente, naquela época. E uma outra coisa também, que eu pulei...

D.P. – E os grupos *Tortura Nunca Mais*?

S.L. – Eles começaram a ser criados mais ou menos nessa época. Tanto que quando eu... Assim. Eu estou dizendo, uma coisa que eu pulei foi a solidariedade com a América Latina. Porque São Paulo tinha uma montanha de refugiados, logo depois da anistia, e a gente

³ Fedefam – Federación Latinoamericana de Asociaciones de Familiares de Detenidos-Desaparecidos.

criou... eu participei – a gente não – eu participei da criação do Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina, que chamava CBS, que reunia os argentinos, os uruguaios que estavam ali; a gente fazia muito a denúncia dos desaparecidos políticos, a gente tinha um... Como é que chamava naquela época? Passava slide. Como é que chamava aquilo?

D.P. – Projetor.

S.L. – É. Mas a gente tinha um... não era um filme, era um... Não me lembro mais como é que a gente chamava aquilo.

D.P. – De slides.

S.L. – É. Que a gente passava em tudo... a gente ia para a periferia, para tudo que é canto, passar aquilo; e as meninas cantavam muito...

A.M. – E vocês contavam a?...

S.L. – Que contava a história da América Latina, de quantos desaparecidos tinha na América Latina e envolvia a questão do Brasil. Tinha situações em que a gente só podia falar da América Latina, por exemplo.

A.M. – E como era a recepção a essas apresentações?

S.L. – Era muito interessante. Era muito interessante. As pessoas não sabiam da história, e gostavam da história. Nós...

D.P. – Você diz em praça pública, mesmo, assim? Você disse alguns lugares, como?...

S.L. – Alguns lugares, sim. Na periferia, passava...

D.P. – Na periferia.

S.L. – É. Às vezes passava para o pessoal da igreja. Tinha muitos contatos assim. E quando a gente foi nesse congresso da Fedefam —, que eu não me lembro como é que foi, sei que eu resolvi que eu queria ir, meu irmão me pagou a passagem, que sempre, nessa época, eu...quando eu me mexia, era em função disso —, que eu contei, o Moraes e a Cléa resolveram ir, a Fernandinha foi pelo CBS, ela conseguiu que as pessoas ajudassem na passagem dela...

D.P. – CBS é o que mesmo?

S.L. – Comitê Brasileiro de Solidariedade aos Povos da América Latina. E na volta, isso também foi muito forte para nós, eu lembro que eu fui num programa da Danuza Leão, na tevê, e que eu não podia falar de Brasil, só podia falar da América Latina. E a gente trazia a história das crianças, que era uma coisa impressionante naquela época, algumas, assustadoras. Tinha uma que tinha, enfim, sido reconhecida, e o pai que tinha ma... o cara, que era o torturador, sumia com ela. Eram coisas impressionantes.

D.P. – Ela avisou para você, no programa, você pode falar, menos de Brasil.

S.L. – Não pode falar de Brasil. Quem era o produtor do programa se não me engano era o Sérgio Weisman, que depois fez o vídeo da Sonia, [*Sonia*] *Morta e Viva*. Acho que ele trabalhava ali na produção. E eu fui nesse programa e eu me lembro que eu fiquei tomando champanhe com ela nesse programa, e a Alzira Graboys, depois, me xingava de tudo que vocês imaginem e mais alguma coisa, como é que eu tive coragem de tomar champanhe com a Danuza Leão e não falar do Brasil, não sei quê... Porque claro que eu respeitei. Não vou aproveitar e vou... Eu estou fazendo a divulgação de uma coisa que eu acho importante. [Ela] me ofereceu uma champanhe, eu tomei. Não estava... Já era complicado, por exemplo, nessa época, eu já tinha uma brigada contra mim, porque eu aparecia muito. Por que é que eu aparecia muito? Porque as pessoas me chamavam para ir, porque eu tinha sido mulher do Ico, tinha achado o corpo dele. Eu nunca fui uma pessoa que gostei de aparecer e que *curti* isso. Mas eu sempre tive uma brigada, ali, de gente que reclamava da minha exposição, como se eu ganhasse alguma coisa com isso. Isso sempre foi muito *chato*.

D.P. – Mas eu tinha feito aquela pergunta. Nesses quase quinze anos, vocês continuavam se reunindo, através de diversas estratégias, montaram algumas comissões, algumas...

S.L. – Algumas coisas. Por exemplo, houve gente que veio e que se afastou. A Iara, por exemplo, Xavier Pereira, que é... que depois, com a Lei 9.140, tem uma participação grande, e tem até hoje, nesse período, a Amelinha, a Criméia, o Ivan nem conheciam ela, desde a anistia. Teve pessoas que se afastaram, foram... tentaram organizar sua vida. Ela foi morar no Mato Grosso, então... Sabe? Teve pessoas, que foram importantes depois, mas que

se afastaram ali. Algumas ficaram. A Amelinha e a Criméia, que são pessoas com quem eu tenho, hoje em dia... eu falo, praticamente, todos os dias com elas, é difícil passar uma semana sem falar umas três, quatro vezes, eu só me envolvi mais com elas a partir da vala do cemitério de Perus. Que houve gente que apareceu ali, e que foi o trabalho que a Luiza Erundina encampou, que foi muito forte. A gente viajava o Brasil, naquela época, por conta desse assunto. Eu fui lá... Esses dias, eu achei a capa de um jornal, um jornal grande, (nem me lembro que jornal era) meia capa, sou eu e Requião, uma foto linda, estou eu ali, junto com Requião. [riso] Porque eu fui... Ele abriu os arquivos, e eu fui lá em nome da Luiza Erundina; ele foi me buscar no aeroporto, ele me levou para a casa dele, almocei na casa dele, ele fez o maior ti-ti-ti com aquilo. E nós achamos uma gaveta, escrito: *falecido*. Nós fizemos um escândalo com essa gaveta. Um escândalo. Porque foi a primeira vez que nós achamos alguma informação sobre desaparecidos, então... é assim, passou a fazer parte da nossa história: a gaveta onde os desaparecidos estão falecidos.

A.M. – No processo de abertura...

S.L. – Dos arquivos do Dops.

A.M. – Dos arquivos do Dops.

S.L. – Dos arquivos do Dops do Paraná. O Requião foi o primeiro a abrir. Isso foi tudo depois da vala do cemitério de Perus. As coisas começaram a acontecer a partir dali.

A.M. – Esse é um marco muito importante.

S.L. – É um marco importante. Uma CPI da espionagem política lá no Rio Grande do Sul, quando as pessoas começaram a ir atrás dos arquivos... Lá que saiu a história de que, num comício que teve em Caxias do Sul, que foi muito forte na época, a história contra o Lula, naquela primeira campanha, porque tinha tido violência, então ali se descobriu a montagem que a ditadura fez, para botar pessoas com a camiseta do PT, para ir lá... Muitas coisas foram aparecendo, em função da coisa da abertura da vala de Perus. Então, o Requião abriu os arquivos do Dops, depois, Pernambuco abriu os arquivos... Isso tudo ia aumentando. Então, nesse arquivo do Requião... eu fui para lá primeiro, logo depois Amelinha foi – e tinha uma gaveta, escrito: *falecidos*, e tinha, sei lá, uma dúzia de desaparecidos. A ficha.

D.P. – Tinha a ficha das pessoas.

S.L. – A ficha. Digo uma gaveta, é a ficha, é o fichário do arquivo do Dops.

D.P. – O dossiê deles estava nessa gaveta?

S.L. – Não era o dossiê. É uma ficha mesmo.

D.P. – Só com o nome deles.

S.L. – É. O nome da pessoa, breves informações sobre ela, e escrito: *falecido*.

D.P. – E nesses falecidos, essa gaveta, eram os desaparecidos?

S.L. – Tinha uma dúzia, vamos dizer, de desaparecidos.

D.P. – Alguns desaparecidos e outros mortos.

S.L. – É.

D.P. – Outros mortos, quer dizer, mortos pela repressão, mas que não eram desaparecidos.

S.L. – É. Foi a primeira informação oficial que nós achamos que dizia que os desaparecidos estavam mortos. Porque até então é aquela história de que “você estão denunciando, mas podem estar no exterior, abandonaram vocês...”, não sei que, não sei que. Até então a gente tinha... Até essa época, eu acho que a gente só tinha a história do Luiz Eurico e do Denis Casemiro, e mais nenhum. Ali que nós começamos a ter... Aí a gente teve acesso aos boletins do Exército que tinham lá... Foi o primeiro arquivo que a gente mexeu. Eu fui com Amelinha para lá, acho que nós olhamos folha a folha, naquele arquivo, durante... sei lá, uma semana.

D.P. – Isso foi em 92? Por aí.

S.L. – Isso deve ter sido em 90 e... Eu tenho que ter certeza. Porque a vala abriu em 90. Como eu tenho essas matérias em casa, que as gurias acharam esses dias...

D.P. – A vala abriu em 90.

S.L. – A vala abriu em 90. Então o Requião é 91, 92, não sei, por aí. Eu acho que é 91. Eu acho que é em seguida. Ele abre. Ele abre. Depois, Pernambuco abre, saem coisas super importantes dali. E nós invadimos o arquivo do IML, o Quércia era...

A.M. – De que estado? De São Paulo.

S.L. – De São Paulo. O Quércia era governador. E nós fomos no arquivo do IML, logo depois do negócio de Perus, da vala, e com a imprensa, óbvio; e aí nós tentamos entrar, não conseguimos, e eu me lembro que alguém tinha o telefone da mesa do Quércia, alguém da imprensa ali, e eu liguei, do orelhão – juntamos um monte de ficha – para falar com o Quércia. Tem cabimento? E ele atendeu o telefone e eu falei: “Nós estamos aqui...” isso e aquilo... O diretor do IML era um cara que tinha participado da morte do Herzog de alguma forma, (segundo, terceiro legista, não me lembro) José Antonio Melo, nós derrubamos ele, entramos lá dentro e lacramos as portas do Instituto Médico Legal. Eu tenho as fotos disso.

D.P. – Lacraram?

S.L. – Lacramos as portas, para ninguém entrar ali dentro, enquanto a gente não pudesse entrar. E aí o Quércia...

D.P. – Ele atendeu o telefone?

S.L. – Atendeu o telefone. Eu não me lembro que é que eu disse para ele, mas eu me lembro deste fato assim. Eu nem lembrava. Outro dia, o Ivan que lembrou disso. Eu falei: “É verdade. Eu liguei para ele, do orelhão na frente do IML”. E...

A.M. – E vocês conseguiram a autorização para entrar, depois?

S.L. – Não. A gente ficou denunciando. Que alguém deve ter dito que iam tirar os arquivos dali. Isso que deve ter nos movido a ir para lá. Que eu não me lembro bem. Acho que alguém deve ter nos dito: “vão tirar os arquivos do IML”, tanto que a imprensa inteira estava lá, e estava Amelinha, o Ivan, eu – eu me lembro de nós três ali, que nós estamos cuspiendo assim na cara do tal José Antonio Melo, esse que era o diretor do IML. E aí o Quércia garantiu. Tirou o cara e garantiu que a gente ia ter acesso. E tinha um delegado, que era responsável pelas investigações da vala de Perus, então tinha um inquérito em andamento... Que todo mundo está atrás desse inquérito, que eu imagino que eles tenham

posto no lixo, devem ter incinerado o inquérito... O pessoal que está trabalhando hoje em dia nas ossadas de Perus estava atrás desse inquérito, e não acharam.

D.P. – É mesmo?

S.L. – E aí a gente começou a fazer pesquisa dentro dos arquivos do IML, que foi uma das coisas horrorosas que a gente fez na vida também. Porque a gente atendia a população que ia lá procurar os seus desaparecidos.

D.P. – Não necessariamente políticos.

S.L. – Não. Não. Vivíamos cada história impressionante, assim, de... E com isso...

D.P. – Vocês entraram lá e ficaram, oficialmente, como se fossem funcionárias do IML?

S.L. – Não. A gente tinha uma salinha, onde eles botaram os arquivos para a gente olhar; tiraram os fetos, coisa que tinha lá, com vidro, não sei que, que a gente ficava reclamando, que tinha que tirar dali, e deixaram os livros, numa salinha, e a gente ia para essa salinha; e tinha um delegado que ficava junto o tempo inteiro, que era o Celso Terra. A gente não ficava sozinho ali, não.

A.M. – Quem era “a gente”? Era você...

S.L. – A gente era Amelinha, Criméia, eu e o Ivan. “A gente” éramos nós quatro. E, uma vez ou outra, eu chamei uma outra pessoa para ver. Aquilo ali ficou... Era horrível, a gente olhar aqueles... aquelas fotos. A gente tinha pesadelo durante muito tempo. Eu...

D.P. – Isso Cecília fez aqui, não fez lá com vocês. Ela...

S.L. – Ela fez aqui.

D.P. – Ela fez um trabalho semelhante aqui no Rio de Janeiro.

S.L. – É, ela fez aqui.

A.M. – E como era a estratégia de pesquisa de vocês? Porque...

S.L. – A gente procurava nos livros. A gente olhava os livros de fotos, que era a coisa mais difícil de olhar, mas para ver se a gente reconhecia alguém...

A.M. – Eram datados? Tinha alguma?...

S.L. – Tinha, tinha uma ordem. É uma ordem de data. É. Então eu não vou olhar o [ano] de 65, que não tem desaparecido. A gente escolhia datas. E a gente tinha uma lista dos médicos que assinavam os laudos e as datas. Em cima disso. Que era a relação que a gente tinha.

A.M. – Vocês tinham os nomes dos médicos, as datas, e aí vocês iam cruzando essas informações...

S.L. – A gente ia cruzando e vendo ali, se eram desconhecidos, por morte violenta... Tanto que tem alguns casos ali... Naquela época, nós achamos a documentação – que a gente achava que era o Virgílio Gomes da Silva, que é o primeiro desaparecido da ALN –, de 69. 4/5/69. Até pode ser que eu me lembre o número da documentação. Que é desconhecido. Que a gente achou que era ele porque estava assinado não me lembro por quem e porque estava... a circunstância da morte –, não sei, por tiroteio, alguma coisa assim –, e nós separamos aquilo. Muitos anos depois, o Mário Magalhães teve acesso às informações e era aquele lá que a gente tinha separado. Nós chegamos a buscar aquele corpo no cemitério de Vila Formosa. Mas o cemitério de Vila Formosa, nunca nós conseguimos achar nada, eles fizeram um bosque em cima das quadras, aquilo ali não... não foi. Porque a Luiza Erundina criou uma comissão de acompanhamento das ossadas na vala de Perus. A Amelinha e o Ivan eram funcionários da Prefeitura. Ela designou para isso. Eu tinha rompido com ela, tinha me demitido da prefeitura, com a saída... com outras coisas políticas ali, anteriores, e nessa época, como fui eu que fui lá abrir a vala, eu encontrei com ela lá no cemitério, porque ela não quis... Isso foi outra história, que depois eu tenho que contar. Do negócio da abertura da vala. Então ela criou essa comissão e nós três éramos dessa comissão. O pessoal chamava “o trio calafrio”. [risos]

D.P. – Trio calafrio? Vem cá. E ela tinha, na secretaria dela, uma espécie de secretaria de direitos humanos? Como era?

S.L. – Ela tinha... Ela criou coordenações. Tinha coordenação do negro, coordenação da mulher... A Maria Helena Gregori era de uma delas, que eu não me lembro mais nem qual era. Acho que era da de direitos humanos. A Coordenação de Direitos Humanos, que a Luiza criou. E ela criou essa comissão de acompanhamento das investigações da vala de Perus. O Dalmo Dalari era secretário de Justiça...

D.P. – Rosalina era secretária dela, não era?

S.L. – A Rosalina era secretária de Serviço Social.

D.P. – Ela ia ajudar vocês de uma maneira...

S.L. – Ela era do Serviço Social.

D.P. – ... de maneira indireta, porque é irmã de um desaparecido, do Fernando Santa Cruz.

S.L. – É. É. E essa época aí, olha, a gente fez e aconteceu. Nós fizemos... O primeiro traslado que a gente fez das ossadas identificadas pelo Badan Palhares, que foi o Lana, a Sonia e o... e o Denis Casemiro, nós fizemos um ato na praça da Sé, está o Fernando Henrique, está Deus e o mundo naquele ato. A igreja lotada, um cartaz belíssimo, que o Ricardo Ohtake fez para nós... A partir de uma época, o Ricardo Ohtake virou... aquele que essa capa para nós, ele virou o nosso...o nosso [gráfico]. Tudo que a gente queria é ele que fazia para nós. A Dulce Maia que nos apresentou ele. E ele está fazendo agora um monumento, lá no Ibirapuera –, que o [Geilson Otile] está... conseguiu passar por cima de todo mundo para... – de homenagem aos desaparecidos. É o projeto do Ricardo Ohtake. Que também fez na vala de Perus. Ele tem um monumento lá, que ele que fez. Então... Isso aí é anos 90. Então, vamos dizer que nós passamos 79... de 79 a 90 foi o período pior. Mas a gente se mobilizou para a Constituinte, a gente fez gato e sapato ali. Nós tentamos fazer uma CPI na Câmara Federal...

A.M. – Como foi durante a Constituinte? Vocês tentavam colocar esse tema na agenda?

S.L. – Claro. Nós tentamos. Nós fizemos... sei lá...

D.P. – Emendas populares. Vocês devem ter feito alguma emenda popular de apresentação.

S.L. – Fizemos. Eu nem me lembro mais. Mas nós fizemos. Eu me lembro de eu colhendo assinatura. Mas o que é que estava escrito na emenda eu já me esqueci. Isso a gente fez.

A.M. – E aí entrava em contato com algum parlamentar?

S.L. – Ah, é, entrávamos. Com um grupo de parlamentares. Nessa época, a gente já tinha feito a ação dos desaparecidos do Araguaia, da guerrilha do Araguaia, e tinha algumas pessoas que de uma certa forma capitaneavam essa história. Durante muito tempo foi Luiz Eduardo Greenhalgh. E depois ele... nós nos afastamos dele. Ele brigou com Nilmário, sei lá. Essas coisas de disputa política. Então o Nilmário foi... O Nilmário, eu sempre disse para ele que ele nunca devia ter saído do parlamento, porque ele foi um excelente parlamentar para os nossos assuntos. Eu acho que ele não foi, dentro do governo, como executivo na Secretaria de Direitos Humanos, nem chegou no calcanhar do que ele fez enquanto parlamentar. Nós fizemos um monte de coisa. Quando abriu os arquivos do Dops, nós fomos para... Assim. Abriu os arquivos do Dops. A gente não olhou tudo dos arquivos do Dops lá de São Paulo, que nós tivemos que brigar, inclusive, com as arquivistas, porque não queriam deixar a gente entrar, o pessoal do arquivo. Eram contra.

D.P. – E tem toda aquela legislação, que impedia...

S.L. – A legislação. A Inês Etienne, nessa época, era presidenta da Associação dos Arquivistas de São Paulo. Então a gente brigava com ela, com todo mundo. Mas nós fomos para lá. Era na Moca, que foi o arquivo. Também era lá. Os familiares tinham acesso aos arquivos. E a gente assinou um documento, dizendo que a gente não ia divulgar nada que tivesse lá dentro. Enfim. Mas foi muito difícil, porque a gente achava as coisas, eles não copiavam, eles perdiam, a gente não tinha... era na Moca, eu morava em Pinheiros, eu não tinha dinheiro para ir até lá, muitas vezes não tinha dinheiro para botar gasolina no meu Fusca, e a gente não tinha dinheiro, às vezes, para ir de ônibus. Eu, muitas vezes, caminhava, a gente caminhava. Nós éramos, tanto Amelinha quanto... nós quatro, que estávamos mais à frente daquilo, a gente era pobre, de *Marais je suis*, ninguém nos ajudava em nada,

absolutamente nada. A gente não tinha um carro da prefeitura para nos levar uma vez ou outra. Então... Não era fácil. Mas ali, por exemplo, tem uma tal de uma listagem que chama *retorno de exilados*, que é uma listagem encaminhada para o Tuma, ele se preparando para a volta da anistia; então vai em ordem alfabética. Todo mundo que esteve no exterior: Ana... fulano. Aí, lá pelas tantas... Primeiro tem diversos itens aquilo, mas a última parte é onde está, então.... fulano de tal está em Cuba, então todo mundo que passou por Cuba; está na Cuba, está em Suécia, tem não sei que... Os desaparecidos, depois, não estão em Cuba. Tanto que a Delora Wright escreve um livro sobre o Paulo Stuart Wright, que é o tio dela, (Delora é filha do Jaime Wright) dizendo: “Paulo Stuart Wright não está em Cuba”. Mas uma dessas listagens, por exemplo, que foi...

D.P. – Que dizia quando não está em Cuba era o?...

S.L. – Era a repressão que dizia. Então, por exemplo, os desaparecidos, eles não diziam onde está. Fulano de tal – está na Suécia; fulano de tal – está na Itália...

D.P. – Sei. Os desaparecidos, não tinha onde estavam, só dizia...

S.L. – Os desaparecidos não estavam em lugar nenhum. Então era: os desaparecidos não estão em lugar nenhum; não está em Cuba.

A.M. – Mas o nome deles aparecia na lista?

S.L. – Sim. Era uma listagem. Por exemplo...

D.P. – Eles estavam preparando a anistia. A volta. Porque a anistia foi individual.

S.L. – É. Chamava *retorno de exilados*. Era eles imaginando onde é que estavam os exilados.

D.P. – Eles ainda iam chegar. Isso é antes do decreto. Antes de eles chegarem. Eles estão se preparando. Porque isso tudo é preparado.

S.L. – É, antes de chegar. É 78. É 78, [é] feita essa listagem. Eu adoro essa listagem, por algumas coisas. Primeiro, por isso, porque ela evidencia que eles não colocavam ali informação dos desaparecidos, por exemplo; mas de um, que [de] outro colocaram. O Luiz Eurico, que eu só fiz a denúncia dele em 79, em 78, está escrito: suicidou-se... em tal data.

Então com isso eu dizia que o Tuma mentiu para juiz, que quando eu fui... Nessas alturas eu já tinha tido o processo da reconstituição de identidade, o Tuma já tinha informado o juiz que não tinha nada sobre ele no arquivo do Dops, e eu achei. “Está aqui. O Tuma mentiu para o juiz”. Até hoje eu falo isso. Eu escrevi um texto. “Tuma morreu impune”. E botei aquilo ali. E, por exemplo, do Rui Berbert, Rui Carlos Vieira Berbert, (era um desaparecido do Molipo) o que é que a gente sabia dele? Nada. Nem a data que ele tinha desaparecido. Começo... não me lembro se estava 71 ou 72. Desapareceu em 71 ou 72. Aí, no nome do Rui Berbert, estava lá escrito: suicidou-se em Natividade. E eu tinha recebido do Hamilton Pereira, que é o Pedro Terra, que escreve como Pedro Terra, que é um...

D.P. – Militante do PT, histórico.

S.L. – Um militante do PT, ele tinha me dado um atestado de óbito, dizendo: “Isso aqui...” O pessoal da CPT que tinha dado para ele. “Isso aqui é de alguém da esquerda”. E era em Natividade. Eu falei: “É o Rui Berbert. Aquele cara é o Rui Berbert”. Eu fui lá, enchi o saco do Nilmário. “Nilmário, vamos para Natividade, é o Rui Berbert”. O Nilmário achava que eu estava louca. Eu custei a convencer o Nilmário a ir. Mas o Hamilton, também, achou que devia ser, porque era 05 de janeiro de 72, esse atestado de óbito, era a época da morte do Rui Berbert, e estava escrito no listão do Tuma. E aí nós fomos para Natividade. E ali... Foi morto lá mesmo.

D.P. – E lá vocês encontraram o quê?

S.L. – Lá, nós – como fomos com a foto dele etc. e tal, a mesma coisa que nós fizemos com a história do Luiz Eurico – e descobrimos que ele era ele mesmo, que ele tinha sido enterrado ali e... Aí tem as histórias dele. Tinha um ônibus. Nós fomos de avião até Palmas, estava começando a cidade, o Sigmaringas Seixas – que morre de medo de avião, que era meu amado, querido, que eu tenho tanto medo de andar de avião –, [riso] e ele, na última hora, (era um aviãozinho, pequenininho) ele foi ali, e não foi junto. Ele escapou. Eu tive que ir naquele aviãozinho, chorando o tempo inteiro. E aí, nós chegamos lá, tinha um ônibus, que nos levou de Palmas até Natividade, que estava o Hamilton, estava, enfim, o Nilmário, eu, um monte de gente, (nem me lembro mais quem é que estava junto) o Palhares, enfim, que foi lá fazer a exumação, e as histórias que tinham sobre ele eram impressionantes. Ele era um homem lindo, jovem, então... ele ficou preso numa cadeia que era no centro da cidade,

não me lembro quantos habitantes tinha, (deve ter mil habitantes, sei lá) uma cidadezinha do interior... (mil... é exagero mil. Mas tinha muito pouco) – e a cadeia dava para... tinha uma janela para a rua, então as moças iam ali conversar com ele, uma delas deu uma rede para ele, e tchan, tchan, tchan, ele já tinha ido outras vezes lá, e depois criaram-se mil histórias sobre ele. A versão oficial é de que ele se enforca com a rede que eles dão para ele. Só que o pé-direito daquilo é uma coisa altíssima, é impossível tu subir lá em cima. E eles dizem que ele... olha! eu me arrepio toda – que ele tinha um sapato especial que subia pelas paredes, porque, com aquele sapato, ele também podia andar até no mar. Então... A população contava isso, do sapato especial dele, que era um tênis. Eles nunca tinham visto tênis, provavelmente, na vida, ainda. E aí ele subiu naquele negócio para se enforcar. E no mesmo dia que ele morreu, que foi uma comoção na cidade a morte dele, morreu também um famoso... sei lá, uma pessoa famosa na cidade, não me lembro mais que...enfim, um empresário, alguma coisa assim...

D.P. – Mas a cidade soube da morte dele?

S.L. – Sim. A cidade se envolve na morte dele. Ele é enterrado praticamente ao mesmo tempo que esse outro. Tanto que... Por isso que as pessoas diziam: está aqui enterrado; está aqui, está ali... Porque um suicídio, imagina, uma morte... deve ter baixado a repressão inteira lá. Aquilo foi um acontecimento para a cidade. Mas nós não conseguimos achar o corpo dele.

A.M. – Mas aí vocês voltaram, aí vocês conversaram, procuraram as pessoas... Como foi? Vocês chegaram lá e...

S.L. – Nós chegamos lá e fomos na pensão, ou no hotel, sei lá, onde ele estava e começamos a conversar com as pessoas. E todo mundo reconheceu que era ele. Falamos com a juíza da cidade, ela abriu um procedimento de investigação, e teve a reconstituição do registro do óbito dele também.

D.P. – Com outro nome?

S.L. – Ele foi enterrado com o nome de João Silvino Lopes. Esse atestado de óbito que o Hamilton tinha me dado, chamava João Silvino Lopes. Foi o único desaparecido que nós achamos, começo, meio e fim, dentro de um arquivo, porque foi uma coincidência de eu

ter aquele atestado que ele me deu e estar escrito ali: “morto, suicidou-se em Natividade”. Foi isso.

D.P. – Nessa lista do Tuma... está o nome verdadeiro dele.

S.L. – A lista do Tuma, que “não está em Cuba”, “não está em Cuba”, está o nome verdadeiro.

D.P. – E dizia o quê, do lado?

S.L. – “Suicidou-se em Natividade”. E aí eu tinha aquele atestado de óbito que o Hamilton me deu, que era de Natividade, que era o nome João Silvino Lopes – (se não me engano, eu posso estar errando) – que era... (Isso está tudo no nosso dossiê) – em 05 de Janeiro de 1972. É a época do desaparecimento do Rui Berbert, então... Era final de 71, começo de 72. Depois a gente soube, o Lício estava por lá, mas isso a gente, na época, nem sabia.

D.P. – Quem estava por lá?

S.L. – O Lício Augusto [Ribeiro] Maciel, aquele matador do Araguaia, aquele desgraçado desse coronel Lício, que foi o cara que matou o André Grabois e... Dentre outros. Ele estava... Ele dá uma entrevista para aquele Luiz Maklouf [Carvalho], me esqueci como é o nome do livro⁴, e ele diz que está... E depois ele conta que ele estava lá, na morte do Arno Preis, na morte do João Silvino. Que o Molipo estava por ali. Isso também foi uma coisa que me... que nos levou a ter certeza: “é ele!”, “é ele!”. Com aquela Comissão de Representação Externa da Câmara, o Nilmário tinha essas... tinha algumas facilidades, então eu... ele deve ter... não me lembro se ele pagou minha passagem, quem pagou. Isso eu já não lembro.

D.P. – Isso nem tem muito a ver com a nossa conversa mas tem a ver, porque o tema... Vocês se mobilizaram com a coisa da Lilian Celiberti, lá no Rio Grande do Sul?

S.L. – Ah, sim. A Comissão de Direitos Humanos da Câmara... da Assembleia Legislativa é a primeira comissão que existe nesse período. Mas eu ainda estava meio clandestina. É 78. Eu ainda...

⁴ “O Coronel Rompe o Silêncio”

D.P. – Você, então, não participou exatamente, porque você está...

S.L. – Não. Eu não. Eu não participei. Hoje em dia eu sou super amiga da Lilian. Mas ali naquele momento, não. Se cria a Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa, uma comissão permanente, em função do sequestro deles. E essa Comissão, anos depois, teve um papel fundamental. Especialmente, ela faz esse dossiê, ela encampa a campanha da Lei de Segurança Nacional... E depois, por exemplo, quando eu fui para o Rio Grande do Sul em 93, que aí eu já estava passando muita fome em São Paulo, eu fui... (o Marcos Rolim era presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia), eu fui para lá; porque... enfim, algumas pessoas mais amigas —, até o... (Não. Não vou contar essas intimidades.) — me apresentaram para ele como... uma pessoa... eu fui com meu cargo da Assembleia de São Paulo para lá. E ali eu tive muita liberdade para atuar nesse assunto, porque eu tinha um cargo para atuar nesse assunto, muito mais do que aqui na Assembleia de São Paulo, e era uma comissão de direitos humanos. Aqui eu trabalhava para o PT, lá eu trabalhava para a Comissão de Direitos Humanos.

D.P. – Aqui não. Lá em São Paulo. [risos]

S.L. – Ah, é. É uma coisa. Eu não estou acostumada a vir para o Rio falar desse assunto. Só em São Paulo.

A.M. – E como foi o processo de abertura da vala de Perus?

S.L. – Olha. A gente soube da existência dessa vala de Perus quando nós fomos fazer o traslado do Flávio de Carvalho Molina. Esse, sim, é daqui do Rio. Que deve ter sido... não sei. O ano eu não lembro bem. No começo dos anos 80. Nós tínhamos feito diversos traslados. Quando a gente começou a ter acesso aos livros de Perus, então... foi do Yuri, do Alex, do Pedro Pomar, do Antonio Benetazzo, do... Nossa! Não posso me esquecer o nome das pessoas. Que Amelinha e o César são testemunhas da morte dele, do dirigente do PCdoB que morre no final de 1972⁵. Fico furiosa quando eu esqueço o nome de alguém. Fugiu. Mas... Enfim, nós fizemos o traslado dele também. E aí, quando nós fomos fazer o do Molina, já tinha até o convitinho feito pelo CBA, a gente descobriu que ele estava nessa tal dessa vala, porque o administrador do cemitério nos contou da vala. Era governo Montoro na

⁵ Trata-se de Carlos Nicolau Danielli, provavelmente.

época. Eu fui falar com Paulo Sérgio Pinheiro. Ele nem me recebeu. Para a gente ter... dar andamento...

D.P. – Ele ocupava que cargo, Paulo Sérgio?

S.L. – Ele era o assessor especial do...

D.P. - Do Montoro.

S.L. – Do Montoro. Ele nem nos recebeu. Aí a gente não tinha estrutura para fazer nada. Quando a Luiza Erundina ganhou o governo, “vamos abrir a vala de Perus”. Eu, por exemplo, fui trabalhar aqui, fui trabalhar ali, todo mundo me convidava para ir para tudo que é lugar. Eu não tinha cargo, eu não tinha... eu não tenho curso universitário nenhum, o salário é muito baixo... Eu trabalhei um tempão na... na Secretaria... não me lembro. Aldaíza Sposati. O que é que era? Qual é que era a secretaria? Até me esqueci o nome. Que era aonde eu achava que...

D.P. – Serviço Social? De Assistência Social?

S.L. – Não era serviço social. Das Administrações Regionais. SAR, Secretaria das Administrações Regionais. Que eu achava que era o *tchan do balangandã*, onde iam participar, onde ia ser a coisa mais importante, de criação dos conselhos. Enfim. Era uma coisa política. Depois que eu trabalhei acho que um mês ali, não tinha cargo para mim, então... Por isso, que não tinha cargo. Eu acabei indo para o Anhembi, que é quem faz o carnaval. Até que foi muito interessante. Durante muito tempo fiquei ali. E ali, eu queria abrir a vala, queria abrir a vala, Luiz Eduardo Greenhalgh era secretário, ele não queria mexer naquilo...

D.P. – Ele era secretário da Prefeitura?

S.L. – Ele era secretário dos Negócios Extraordinários. Amelinha e o Ivan trabalhavam com ele, na Assessoria dele. Amelinha, funcionária da prefeitura – era, agora está aposentada –, e o Ivan tinha sido contratado por ele. E eu estava lá no Anhembi. E o Luiz Eduardo não queria mexer, enfim, tinha se desentendido conosco e... Também, isso não vem ao caso. E aí, quando ele quis mexer, foi no meio da campanha do Lula, eu falei: “Ah, de jeito nenhum. Agora, não quero, não vou, não quero, não vou, não aceito, não quero, não

vou”. O Luiz Eduardo caiu, com aquele negócio da Lubeka, então... Não me lembro quando é que foi o negócio da Lubeka. Uma denúncia que teve, que ele tinha pego dinheiro para o PT daquela Lubeka. Então ele foi afastado. Ele era vice-prefeito, mas ele perdeu a Secretaria, ele foi afastado do governo. E a gente meio que ficou sem saber o que fazer. Quando é que nós vamos mexer na vala? Quando é que nós vamos mexer. E aí o Caco Barcellos me procurou. Eu não conhecia ele também. Fiquei muita amiga dele; mas, nessa época, não conhecia o Caco. Porque ele estava pesquisando para fazer o *Rota 66*. E ele estava pesquisando dentro do IML e ele tinha achado muitas requisições de exame com um T em vermelho, que a gente nunca nem tinha visto as requisições de exame. Então, ele tinha um banco de dados, e ele achava que a gente ia achar os desaparecidos ali.

D.P. – Caco Barcellos?

S.L. – O Caco Barcellos. Foi ele... A investigação da vala de Perus é dele e do Maurício Maia. E aí então, “vamos abrir a vala, vamos abrir a vala”. E aí eu fui falar... Mas aí é assim... É uma coisa sacana, mas foi assim que foi feito. Porque eu acho que se fosse ser discutido não ia nunca ter aberto a vala. Eu fui falar com o Lúcio Gregori, que era... o Gregori, ele é Gregori, é Lúcio Gregori. Ele era secretário do Serviço de Obras. Era essa Secretaria, se não me engano, Serviço de Obras, que era ligada ao Serviço Funerário, que tinha lá... eu acho que era um cara do PCB, Rui... Não me lembro o sobrenome dele. Mas era um quadro do PCB que era o coordenador do Serviço Funerário. Aí eu fui falar com o Lúcio, porque eles estavam resolvendo fazer uma... iam mexer ali, tirar aquelas ossadas, os ossos da vala e mandar para um ossário, que o administrador do cemitério, que era o mesmo que nos deixou olhar os livros, Antonio Pires Eustáquio, tinha tido acesso... tinha contado para o Caco daquele cemitério. O Caco foi fazer qualquer coisa lá. Ele contava para todo mundo: “olha aqui, vem cá, sabe o que é que tem aqui?” –, porque ele tinha uma aflição com aquela vala. E aí, no dia que eles iam começar a abrir, então, foi acertado com o Caco... Aí o Caco e o Maurício Maia fizeram uma investigação da vala de Perus. Que até então a gente só sabia do Flávio de Carvalho Molina, que estava ali. [Investigação da vala de Perus,] em cima dos registros do livro do cemitério. Então descobriram que tinha seis corpos ali. Aquele monte de... do banco de dados do Caco, que achava que ia achar muito desaparecido, não achamos ninguém, porque eram todos os que tinham sido enterrados com nome falso e que a gente já sabia muitos deles: a Sonia, o Alex, o Gelson Reicher, o Torigoi... Sei lá. Quase todo mundo

que morre nessa época, poucos eles enterraram com nome verdadeiro, a maioria eles enterraram com nome falso. A gente descobriu que tinha aquele T em vermelho nos arquivos, mas... que aquilo a gente nunca tinha visto. Foi depois disso que nós invadimos – ah, claro -, o IML. Foi depois da vala de Perus, sim. Então... E aí foi marcada... Eles descobriram que tinha aqueles seis corpos ali, o Caco estava fazendo o *Globo Repórter*...

D.P. – Descobriram esse T. Os corpos não.

S.L. – Não. Descobriram que nesta vala tinha seis ossadas. A gente nem sabia quantas. Imaginava-se que mais ou menos mil e quinhentas, pela contagem do livro do cemitério. No cemitério, não está escrito: foram para a vala de Perus. No cemitério está escrito “foi exumado”. E não diz para onde foi. E eram muitos. A história é que durante muito tempo eles tiraram dali... Eles tiraram do... Eles esvaziaram tais e tais quadras de indigentes. Não me lembro mais quantas... quais. A quadra um, a quadra dois, a quadra três, por exemplo, todas, eles tiraram, porque eles não tinham mais lugar para sepultar os indigentes, e botaram num saco e botaram numa sala. Ficou um tempão lá, numa sala. Porque iam fazer um crematório lá. Tinha... Esse cemitério é inaugurado pelo Maluf e ele tinha no projeto original para fazer um crematório. Eles iam cremar os corpos. E como eles não tinham onde pôr, enfiaram naquela sala. Não deu para fazer o crematório, não me lembro mais por quê. Eles deixaram naquela sala. E depois construíram essa vala. Então, quem foi para a vala era quem estava escrito *exumado* e não foi para lugar nenhum. E a partir dali, cruzando com a nossa lista, o Caco e o Maurício Maia descobriram que tinha seis desaparecidos... seis mortos e desaparecidos dentro da vala do cemitério de Perus, que era o Flávio de Carvalho Molina, o Frederico Eduardo Mair, que também é do Molipo e a família é daqui do Rio de Janeiro, o Denis Casemiro, que era esse que a gente tinha feito a denúncia de que ele estava enterrado em Perus, junto com a notícia do Luiz Eurico, lá na época da anistia, o Grenaldo Jesus da Silva, que sequestra um avião de São Paulo e é morto – que é uma história impressionante também, a história desse Grenaldo e da descoberta da família dele, o Francisco José de Oliveira, que é um militante do Molipo, e está faltando um. Me fugiu. Me fugiu. São seis. E aí o Caco programou... fez esse *Globo Repórter*, ele entrevistou alguns familiares; com ele eu fui na pensão do Ico, que eu nunca mais tinha ido, desde que tinha encontrado o corpo dele, então eu também fiz parte desse programa ali, agora eu não contei para ninguém...

D.P. – Você fez parte do programa. Você foi ar, falando como...

S.L. – É. Eu não contei para ninguém que eu abri aquela vala. Para ninguém. Para nenhum dos familiares. Para ninguém. E aí... Que era esse meu acordo com Caco, então... Ia ser um *tchan* da Globo. E eu fui com ele na pensão e vem um cara e conta que o Ico tinha se matado. Eu descubro ali na hora, com Caco, fico chorando lá, porque o cara diz: “Não. Eles vieram por aqui, atiraram, não sei que, não sei que... Depois inventaram...” “Quem contou isso?” – “Foi a dona da pensão”. Que nunca tinha querido depor. Eu desmanchei lá, chorando, dentro do negócio. E o Luiz Eduardo, depois, não fez nada com isso. Mas enfim.

D.P. – A primeira vez que você foi nessa pensão foi com Caco Barcellos?

S.L. – Não. A primeira vez, eu fui em 79, com o Ricardo Carvalho e o Hélio Campos Mello, quando eu descobri. Nunca mais eu voltei, tinha voltado nessa pensão. Voltei com Caco Barcellos.

A.M. – Quando foi a primeira vez, você já tinha tido acesso ao inquérito.

S.L. – Não.

A.M. – Foi depois.

S.L. – Não. Eu tive acesso ao inquérito depois. A primeira vez que eu fui, eu fui com a foto do Ico. “Olha. Eu sou mulher do Nelson Bueno, ele sumiu de casa, me abandonou...” Foi assim. Dessa vez eu fui com Caco, para...

D.P. – Para que você foi com Caco?

S.L. – Para filmar a história do Nelson Bueno. A história que o Caco conta dos desaparecidos, ele conta a história assim: vai contando, depoimento dos familiares e o que acontece. Não necessariamente todos da vala. Tem o Togo Meirelles ali, falando do Tomás, que é o pai dele, tem uma história impressionante, que é do Hiroaki Torigoi, que está enterrado em Perus, que foi enterrado com o nome de uma...

D.P. – Você tem essa fita? Essa fita seria interessante.

S.L. – Tenho. Foi enterrado com o nome de Massahiro Nakamura. A história dos pais dele é uma coisa muito triste, porque eles são orientais, então eles fazem... eles guardam as

cinzas, então eles tinham um altarzinho, que eles fizeram, com foto dele ali, esperando as cinzas. Esse programa é de chorar.

A.M. – A gente precisa trocar a fita.

[FINAL DO ARQUIVO 1]

D.P. – Aí você chega na pensão com ele, ele filmando...

S.L. – É. E um morador da pensão... Ele filmando. Ele me filma vindo, caminhando para entrar na pensão... Aquelas coisas assim. E tu vai posando para ele. Então, eu vou caminhando assim, ele me filma dentro da minha casa, com coisas ali pelo chão, enfim...

D.P. – Mas aí a pessoa, de novo, diz: ele se matou...

S.L. – Não, ele não se matou, mataram ele.

D.P. – Ah. Dessa vez diz “mataram ele”. Foi a primeira vez que você ouviu isso. E vocês se apresentaram para essa pessoa da pensão como? “Isso é um programa da Globo...”

S.L. – É. “Sou o Caco Barcellos, eu fazendo...”

D.P. – Todo mundo conhecia ele.

S.L. – *Globo Repórter*, todo mundo veio, feliz da vida. As pessoas que eram...

A.M. – Mas dez anos depois, praticamente.

S.L. – É. As pessoas...

D.P. – A mulher falou isso, “mataram ele”?

S.L. – O cara falou.

D.P. – O cara da pensão?

S.L. – Um morador da pensão. Mas não tinha aquelas pessoas com quem eu falei da outra vez.

D.P. – Ah. Não estavam lá.

S.L. – Não estavam lá. Então tem um rapaz, que é morador da pensão... Eu perdi o nome dele, eu perdi a fita integral dele. A Globo sumiu com toda a gravação. Enfim, isso são as coisas que me aconteceram no processo do Ico, que eu tenho a maior culpa com isso. Eu fiz dos outros todos, e as coisas dele eu sempre deixei para baixo, não fiz assim; achava que eu não tinha que dar importância. Até hoje eu digo isso. Não fiz o DNA dele. Bom. Então... E aí o Caco... Foi marcada a data para abrir a vala.

D.P. – Quando esse programa foi ao ar, a reação dos seus colegas?

S.L. – Espera um minuto, que esse programa ficou durante cinco anos...

D.P. – Ah!... Bem...

S.L. - ... censurado pela Globo. Isso era 90. Então, no dia 04 de setembro de 90, foi aberta a vala de Perus; o *Globo Repórter* ia ao ar na sexta-feira; o *seu* Caco Barcellos tinha uma dimensão completamente diferente da minha do que ia significar aquela abertura da vala, então ele não quis, não queria que ficasse só ele dando a informação. Ele... No momento da abertura da vala, só ele que estava lá, e eu. E a Globo botou um caminhão lá, para transmissão, (não sei como é que chama isso) para transmissão ao vivo... Como é que chama isso? Um caminhão, para ter transmissão ao vivo. Então, a Globo botou lá, ele ia fazer... ele ia entrar no jornal do almoço com... ao vivo, lá do cemitério; ninguém mais ia fazer isso.

D.P. – Exclusividade da Globo.

S.L. – É. Mas ele chamou a imprensa inteira, para dar a notícia da vala. O que era...

A.M. – Mas não te falou que ia fazer isso.

S.L. – Não. Me falou, claro. Eu sabia que ele ia fazer isso. Eu que não chamei ninguém. Nós já estávamos em Perus, ele abriu um...

D.P. – Ele impôs para você não chamar ninguém, ou você achou melhor não chamar? Por que você não chamou ninguém? só para entender.

S.L. – Dos familiares? Porque era o meu acordo com eles. Se vazasse isso, o pessoal da prefeitura, tu acha que ia deixar a gente fazer aquilo, no governo da Luiza Erundina? Não iam deixar.

D.P. – Então ele fez esse acordo com você.

A.M. – O pacto era entre vocês dois e o administrador do cemitério.

S.L. – Não. O administrador do cemitério, também, não tinha a dimensão do que ia ser. Eu também não achava que ia ser desse tamanho. Eu já tinha feito tanta coisa, que tinha tido pouca...

A.M. – Repercussão.

S.L. – É. Então o caso, para mim... o caso do Luiz Eurico, os traslados, não sei que... Traslado do Marighella... Olha. Tanta coisa a gente já tinha feito, e não tinha tido esse *tchan* assim, então... eu não achava que fosse ser.

D.P. – E ele pediu para você não falar com ninguém. Era só você...

S.L. – É. Era...

D.P. – Mas você falou. Tudo bem.

S.L. – É, claro. Eu ajudei ele na investigação. Tenho a impressão que eu falei para a Fernandinha. Nessa época, eu acho que eu falei para a Fernandinha, só. É isso mesmo. Falei para a Fernandinha. E aí o Caco chamou... mandou chamar a imprensa. Alguém chamou para ele, enquanto ele estava lá, então tinha a imprensa do mundo inteiro lá dentro. Mas ele que tinha a informação dos seis corpos da vala. Isso ele não ia passar para as pessoas, isso era do *Globo Repórter* dele. Aí ele faz a matéria, a Globo dá... ele chama os mortos de guerrilheiros, a Globo dá uma nota coberta no jornal do almoço, não mostra ele ao vivo, porque ele está chamando as pessoas de guerrilheiros e não de terrorista, e censura o programa dele. Não vai ao ar. Porque ou era 7 de setembro a sexta-feira ou era véspera de 7 de setembro. Eles não colocam o programa dele no ar. E o programa é censurado. Aí ele passa a informação.

A.M. – E quando vai ao ar...

S.L. – Em 95.

A.M. – Não. Mas quando foi ao ar, ao vivo, coberto, em o áudio dele ali...

S.L. – Não, não foi ao ar ao vivo.

A.M. – Então, toda essa mobilização não resultou em nada.

S.L. – Não deixaram, porque ele chamava... a primeira chamada que ele fez, ele chamava os mortos de guerrilheiros.

D.P. – Isso chegou a ir ao ar, quando era a chamada? Não foi ao ar. Nada foi ao ar.

S.L. – Nada foi ao ar. Foi ao ar a nota coberta. Nota coberta é o seguinte: é o cara que está falando, o apresentador do jornal que diz, “foi aberta hoje...” assim, que eles contam do jeito que eles querem.

A.M. – Mostra a imagem, mas o áudio...

S.L. – Não mostra imagem nenhuma.

A.M. – Não mostrou a imagem também.

D.P. – Só sai na Globo o quê? Foi aberto hoje... A notícia é só essa.

S.L. – É.

A.M. – E era o quê? Foi aberto hoje a vala de Perus, que contém corpos de desaparecidos? Eles apresentavam a [pessoa]?

S.L. – Não. Eles disseram o que é que era. Sei lá. De tantos indigentes. Que tinha cerca de mil e quinhentos corpos naquela vala; entre eles seis desaparecidos políticos. Eu não sei se a Globo chamou de terroristas. Já não me lembro. E aí foi censurado o tal do programa. A Luiza Erundina, eu encontrei.... Aí no dia seguinte...

D.P. – Mas pelo menos as pessoas ouviram na televisão que a vala estava aberta.

S.L. – Ah, não. Mas isso saiu em tudo que é jornal, no mundo todo. Teve uma puta divulgação. Eu estava sozinha lá, só eu que dei entrevista. E eu não tinha... Eu lembro... Agora fiquei com vontade de chorar mesmo. Eu lembro que lá pelas tantas, de tarde, eu estava mal de estar naquele cemitério, e eu não tinha dinheiro para comprar água. Vocês

acreditam nisso? Eu não tinha. Tive que pedir para o Caco. Ao invés de dizer logo para o Caco assim: “Caco, eu esqueci minha bolsa em casa”... Mas não é que eu esqueci minha bolsa em casa. Eu não tinha. O meu dinheiro era contado, para ir assim, assim. Aqui está a caixinha das frutas do José Luis, aqui está do meu aluguel, aqui está assim... E eu estava sem dinheiro. Então, ali, era cara a água, eu me lembro que eu não tinha dinheiro para comprar água e eu tive que pedir para o Caco para comprar água. Apareci no jornal do mundo inteiro, [riso] e eu não tinha dinheiro para comprar água. Que baixaria. Aí, no dia seguinte, eu chamei o Ivan para ir comigo lá. Aí nós fomos lá, chegamos, a Luiza Erundina viu pelo rádio, ela soube pelo rádio que tinham aberto a vala e ela foi para lá, e me disse: “Eu estou organizando uma reunião...” Eu disse para ela: “Eu quero discutir com você quem você vai chamar para a reunião”. Eu já cheguei cantando de galo em cima dela, porque eu estava brigada, estava fora da prefeitura. Luiz Eduardo estava fora. Eu tinha entrado sala adentro dela para defender Luiz Eduardo. Enfim. Aí eu volto para a prefeitura, como administrador de cemitério, DA2, era o menor cargo...

D.P. – Você volta como?...

S.L. – Administrador de cemitério.

D.P. – Esse cargo?

S.L. – É o cargo de administrador de cemitério. É o menor cargo... Eu disse que eu tinha dois crachás chocantes na vida, esse de administrador de cemitério e esse da Abin. É o menor cargo que a prefeitura tinha. Menor cargo. Eu fico um tempo sem ter dinheiro, as pessoas fazem *vaquinha* para mim, para me dar... para eu ter o que comer. Era um horror aquela época ali.

D.P. – Seu filho tinha que idade nessa época?

S.L. – Quatro anos. Quatro anos.

D.P. – Você morando com ele...

S.L. – Eu morava sozinha com ele. Quem era minha retaguarda, que sempre foi, foi a Fernandinha. Fernandinha é outra mãe dele. Ele chamava nós duas de mãe, no começo. E aí... Aí eu vou para a prefeitura. E nós ficamos naquela comissão. Aí a gente teve essa dimensão

nacional da história. Que ela cria a comissão, era coordenada pelo Dalmo Dalari, quem participava era o chefe de gabinete dele; tem uma CPI na Câmara Municipal, que o Júlio César Caligiuri, que era um vereador do PDT, (não sei o que foi feito dele) fez o pedido de CPI, a Teresa Lajolo, que era vereadora do PT, que foi a relatora, e a gente fez muita coisa. Eles foram na casa do Maluf, eu, nesse dia, não fui, e Amelinha se recusou a dar a mão para ele, por isso que eu fico brava com as coisas que aconteceram depois na política. Eu não fui nesse dia, não me lembro por quê. Nós fomos no sítio 31 de março... E essa história aí pipocou no Brasil. A Luiza inaugurou um monte de ruas com nome dos desaparecidos, viaduto com o nome do Frederico Mayr, tem postos de saúde com o nome... Enfim, essa história ficou... Aqui no Rio tem montes de inauguração de rua também. É a época... Eu não me lembro que época que surge o grupo Tortura Nunca Mais.

A.M. – 1985.

S.L. – 85? Ah! Então. Foi a época que eu conheci a Cecília Coimbra, que ela foi me convencer, o Moraes mandou ela me convencer a criar um grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, porque a gente estava fazendo a tal da Abrafam, e eu não quis, eu queria fazer a tal da Abrafam; mas foi a época que eu conhecia a Cecília e nós ficamos muito amigas até... muitos anos.

D.P. – E aí criou-se o grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo, mas você não participou.

S.L. – Criou-se. Mas eu não fazia parte. Aí eu...

D.P. – Mas tinha divergência política?

S.L. – Tinha. Tinha, porque era assim... quem criou... Primeiro, eu não queria que criasse grupo Tortura Nunca Mais em cada lugar, eu queria que tivesse uma entidade nacional dos familiares, para a gente poder participar da Fedefam. Eu achava que tinha que ter uma organização a nível nacional, que não adiantava ser picadinho. Aí eu pari, em fevereiro de 86, muitas coisas não aconteceram. Porque quem inventou essa Abrafam era eu. Fiz uma reunião aqui em São Paulo... aqui no Rio... Até o Luiz Eduardo, que nunca mais tinha feito nada, vem nessa reunião. Foi uma reunião nacional, grande, bem grande, tinha

representação de todos os lugares, para criar a tal da Abrafam. Mas tinha divergência com o pessoal do grupo aqui, que era o único que tinha. Aí não fez a...

D.P. – Além de você discordar por ser coisas picadinhas, você queria uma entidade nacional, mas a ideia do Tortura Nunca Mais, te incomodava ter um grupo com esse nome?

S.L. – Não, não me incomodava. Só que eu achava que tinha que ter uma organização de familiares. Eu não sei se isso foi certo ou não, porque depois, nós acabamos ficando muito sozinhos, durante muitos momentos da vida. Mas eu achava que tinha que ter uma organização dos familiares, assim como tinha da América Latina inteira tem. Toda a América Latina tem organizações de familiares. Não estou dizendo que não possam participar outras pessoas. Mas ela tinha que ser fundamentalmente de familiares. Devo ter na minha casa os estatutos dessa Abrafam. Nunca mais vi. Mas devo ter, porque eu me lembro que eu fiz tudo assim direitinho; que a ideia era fazer um registro direitinho. E aí eu... Por isso que eu era contra a criação do grupo Tortura Nunca Mais em São Paulo. Aí quem criou o grupo Tortura Nunca Mais de São Paulo foi a dona Helena Pereira dos Santos, que é a mãe do Miguel Pereira dos Santos, desaparecido no Araguaia. E aí virou uma coisa... Que aquele grupo de São Paulo era do Araguaia, aí já tinha briga de novo, com a história de familiar do Araguaia e não ser do Araguaia. Que foi muito complicado. Eu não participava daquele grupo Tortura Nunca Mais, eu não aceitava as coisas que a dona Helena fazia. Ela fez congresso da Fedefam... Porque aí os grupos Tortura Nunca Mais resolveram entrar na Fedefam, o de São Paulo e o do Rio. Eu também achei que era errado, que não devia ser assim. Porque a Fedefam não aceitava, fez uma exceção de aceitar o Brasil assim. E eu achava errado. Eu não queria exceção. Então eu não participei dos grupos. E nós ficamos na tal Comissão de Familiares. E a Comissão de Familiares era o Ivan Seixas e eu, assim, quem ficava à frente disso; que eu morava em São Paulo, o Ivan também não era do Tortura Nunca Mais...

A.M. – A Comissão de Familiares foi criada em que ano?

S.L. – Não tem uma cri... Não é uma coisa efetiva.

D.P. – Desde o Comitê da Anistia já existia uma subcomissão lá dentro.

S.L. – É.

D.P. – Porque eu acho que é diferente. Ela nunca foi formalizada. É isso que eu entendo.

S.L. – Não, não tem. Nós temos o nome. Isso, nós formalizamos uma entidade quando a gente perdeu o governo da Luiza Erundina em São Paulo, que a gente trabalha lá com o negócio da vala de Perus antes, quando a Luiza perdeu, nós roubamos todos os arquivos que tinham lá, porque eles iam botar fora mesmo... Que é o grosso dos arquivos que a gente tem até hoje, que está lá no União de Mulheres. Todo o nosso trabalho.

D.P. – Tanto que vocês não tinham, por exemplo, uma direção. Vocês não tinham nada disso. Era diferente do CBA, por exemplo, do Tortura Nunca Mais.

S.L. – É.

D.P. – Vocês não tinham. Não era uma entidade da sociedade civil.

S.L. – Não.

D.P. – Era uma comissão, que vocês se reuniam e decidiam as coisas. Mas não tinha uma rotina nem burocrática, digamos assim...

S.L. – Não.

D.P. – Toda segunda-feira... Como o Tortura. O Tortura, toda segunda-feira tem reunião. Nada disso.

S.L. – É. Não, a gente não tinha isso.

D.P. – Vocês funcionavam...

S.L. – É. Funcionávamos assim. Nós fizemos um instituto...

D.P. – Porque tinha as comissões também nos estados. Cada estado tinha uma comissão nacional dos familiares, ou não?

S.L. – Nunca se chama comissão nacional. Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos. Não. Tem familiares nos estados...

D.P. – Por exemplo, a família Santa Cruz, que é super atuante lá em Pernambuco, Marcelo Santa Cruz, mas eles não...

S.L. – Eles não se identificaram nunca com...

D.P. – Nunca com essa comissão. Eles participavam da de vocês de vez em quando. É isso?

S.L. – Não. Amparo era da Comissão de Familiares. Depois Amparo cria o Tortura Nunca Mais lá.

D.P. – Em Recife.

S.L. – É.

D.P. – A dinâmica foi diferenciada.

S.L. – É. Em Minas, a Bisoca cria o movimento Tortura Nunca Mais também. A filha da Helena Greco. Em São Paulo é que ficou essa tal Comissão de Familiares e no Rio Grande do Sul. E a Iara, também, era da Comissão de Familiares, a Iara Xavier Pereira. Por onde ela morou, ela era da Comissão de Familiares. Ela morou um tempo em Minas, em Belo Horizonte, aí já depois da vala, ali ela atuou bastante, inclusive na história da morte do José Júlio, que é uma coisa impressionante essa história. Que a família guardou... o irmão dele guardou os ossos dele no sótão. Vocês sabem disso? Nossa! Interrompo para contar essas histórias assim? O José Júlio Araújo era um militante da ALN que morreu em 72. Eu estava em contato com ele em São Paulo. E quando ele é morto, sai a história que tinha uma mulher ferida, por isso que Luiz Eurico vai para São Paulo, achando que eu estava lá. E aí o José Júlio morre. E, não me lembro em que ano, a Iara morava em Belo Horizonte, na casa que morava a família dele, chamam o encanador e o encanador acha uma caixa de ossos no sótão. E aí chama a polícia. Vira um escândalo. E até vir à tona a história, que ele tinha um irmão que era... se não me engano, o irmão dele era psiquiatra, tinha uma ligação fortíssima com ele... Aliás, os dois, super parecidos. E quando fez três anos da morte dele... O cemitério, em princípio, só deixa exumar três anos depois, que é o tempo dos tecidos moles se dissolverem. Então, ele foi para São Paulo, para o cemitério de Perus, e desenterrou ele. E tinha uma... E ia enterrar num lugar, que eu não me lembro onde que é. Não sei se no dossiê conta onde é que

ele... que outro cemitério ele ia enterrar. Mas ele não consegue se separar do irmão. Ele leva o irmão para casa e bota o irmão no sótão, e depois ele se mata. [emocionada] E ele não conta para ninguém que os ossos estão lá, nem para a mãe dele. Muito tempo depois, a mãe descobre, mas ela não consegue fazer nada, ela não sabe o que fazer, então ela deixa os ossos dele ali. Até esse encanador ir... Olha que história, gente. É horrível essa história.

D.P. – E o que é que fazem com esses ossos?

S.L. – A Iara estava lá, aí a Iara se apresenta, enfim, e mostram a história toda, e ele é enterrado; aí tem o traslado dele para um cemitério e ele é enterrado no cemitério. Eu não lembro que ano é isso. Tem que olhar aí. Mas, no dossiê, está contada essa história. Que essas histórias, eu não sei se estão contadas direito no *Verdade e Memória*. Isso eu não me lembro. Mas aí no nosso, com certeza, está. Pelo menos essa coisa assim, que vem mais em detalhes, desse irmão dele. Se vocês olham a foto do irmão dele e a foto dele, é muito impressionante. Nossa Senhora! Tem algumas histórias que é difícil não chorar um pouquinho. Deixa eu ver se eu tenho um lençinho aqui.

A.M. – Se quiser interromper, fique à vontade.

S.L. – Eu quero um lençinho. Eu preciso um lençinho. Que eu devo ter aqui dentro um lençinho, que eu sempre tenho um lençinho de papel na bolsa.

[Interrupção da gravação]

S.L. – Onde é que estavam os familiares, quem é que era a comissão de familiares. Acho que era isso que vocês estavam perguntando. O negócio do Tortura Nunca Mais. Mas... Sei lá. Isso aí virou uma teimosia, eu acho, até, porque alguns... por exemplo, o grupo Tortura Nunca Mais de Goiás, que era o Valdomiro Batista, Mirinho, ele é irmão do Marco Antonio Dias Batista, que é desaparecido político; mas o Mirinho era muito louco, então era complicado. Assim. Ele ia... Uma vez, morreu um bandido lá em Goiás, (que eu me esqueci como era nome dele, mas era um bandido famoso), ele foi lá e botou a bandeira do Brasil, disse que... Ele fazia essas coisas assim. Ele tinha um problema – tem ainda – de... muitos problemas emocionais. Eu achava isso muito complicado. Porque a gente tinha que se diferenciar. Ele, por exemplo, entrou nos arquivos do Dops lá de São Paulo, e ele fez entrevista, que a gente era proibido de fazer, ele pegava coisas do arquivo... Eu achava

horrível esse negócio de ter mais de um grupo. Eu achava que... Eu não podia, por exemplo, me misturar com as coisas do Mirinho. O Mirinho procurou Miguel Reali Júnior e disse para o Miguel Reali: “Vamos aqui fazer um acordo. Eu seguro a divulgação aqui, os protestos, e você aprova os estudantes, e a gente deixa de fora os comandantes do terror aí”. Ele foi propor esse acordo para o Miguel Reali Júnior.

D.P. – Quem foi propor?

S.L. – O Mirinho. Valdomiro Batista, do grupo Tortura Nunca Mais de Goiás. Ele é desconsertado assim, ele é desconsertado. Mas ele ao mesmo tempo, alguns anos atrás, foi aqui, botou a cara no Lício. Ele fez um vídeo dele pegando o Lício Maciel, que é esse torturador do Araguaia, aqui no Clube Militar, dizendo: “Ai. Você fala agora, seu torturador, assassino”. Esse é o Mirinho. Ele faz essas coisas mas ao mesmo tempo, quando ele tem crises, ele faz outras. Então... Eu achava muito ruim, eu achava que... Enfim, eu não concordava. Aí, todo mundo acabou aceitando, que nós viramos só comissão de familiares, nós organizamos esse Instituto de Estudo da Violência do Estado, que é o IEVE, que é o nosso nome de guerra, que é o contrário, porque ninguém nos conhece como sendo do IEVE...

D.P. – Como é? Instituto de...

S.L. – De Estudo da Violência do Estado. Está aí no dossiê. É esse instituto que faz. Porque a gente tinha que ter uma figura jurídica e porque... (quem nos convenceu a fazer isso foi o Dermi Azevedo, acho que ele que arrumou o nome até) – porque ele nos ajudou a encaminhar financiamento, que a gente nunca tinha tido, quando a gente perdeu o governo da Prefeitura de São Paulo. E nunca conseguimos também. Teve alguns até que foi difícil assim, que as pessoas financiavam, as entidades financiavam outras entidades que diziam que trabalhavam com essa questão, mas ninguém trabalhava com essa questão da busca dos desaparecidos. Só nós. Mas muita gente ganhou dinheiro com isso. Assim como, hoje, *muita* gente ganha dinheiro com a questão da Comissão da Verdade, da Comissão da Anistia e nem sabe do que se trata. Eu encontrei outro dia uma professora, que sentou do meu lado lá num evento no Rio Grande do Sul, que eu fiquei apavorada; que ela tinha um financiamento para fazer um trabalho, ela não sabia nem o que ela estava dizendo, não tinha a mínima ideia do que ela estava falando.

D.P. – Financiamento para fazer um trabalho ligado a quê?

S.L. – À Comissão da Anistia. E ela não sabia o que era. Ela misturava Comissão da Anistia com Comissão da Verdade... Ela sentou do meu lado, ela falou: “Eu já te vi em algum lugar”. Eu falei: “É? Eu não estou me lembrando”. Ela disse: “Eu trabalho com *Verdade e Memória*”. Falei: “Nossa. Eu também. Quem é você?” Aí ela não... É difícil, não é? – a pessoa trabalhar com esse assunto, não ter a mínima ideia quem eu sou, sem nenhuma prepotência, é meio difícil. Uma gaúcha, me encontra num evento desse. e não ter a mínima ideia quem eu sou... Bom. Enfim. Mas nós fizemos esse IEVE para isso. Mas aí eu não tinha... Não deu certo. Eu não tive mais como sobreviver em São Paul e eu fui para Porto Alegre. Que acabou sendo muito bom também, porque lá eu comecei a ganhar um salário melhor e tinha a estrutura da Comissão de Direitos Humanos, que me bancava para fazer as coisas. A primeira vez que nós fomos para o Araguaia em nome dessa comissão especial, eu integrava essa Comissão Especial, a primeira vez que a gente foi com os argentinos para lá, eu ia com a... ao invés de ir com a diária do governo federal, eu ia com a diária da Assembleia Legislativa, que era três vezes mais. Eu pagava o hotel de todo mundo. Da Janaina, da Crimeia, da... Sei lá. Porque era muito dinheiro. Muito dinheiro, vamos dizer, se a diária, hoje, do governo federal...deve ser duzentos, a da Assembleia desse ser seiscentos, setecentos. Eu nem pegava todas. Eu ficava dez dias fora e nem pegava todas, porque era muito dinheiro.

A.M. – Mas o IEVE ainda existe.

S.L. – Existe. Nós ficamos mudando a direção dele cada vez. Esses dias eu briguei com a Criméia, que nós temos um dinheiro a receber da Corte Interamericana de Direitos Humanos mas a gente nunca arruma a papelada para receber. Porque tem um dinheiro que é da Comissão. As entidades promotoras da ação, que foi o grupo Tortura Nunca Mais do Rio e a Comissão de Familiares, no caso, o IEVE.

A.M. – Como foi a organização para apresentar?...

S.L. – Isso, vocês têm que ouvir a Criméia. Eu até posso falar, mas quem fez foi a Criméia. A Criméia que resolveu fazer e quem... Acho que o Hélio Bicudo que falou para ela que devia fazer, e ela foi e fez. Quem fez aquela ação foi ela.

A.M. – Então, realmente, é uma estrada muito longa entre 1979 e 1995. E vocês apresentaram, por exemplo, uma contraproposta elaborada ao projeto de lei da Lei 9.140? Vocês se organizavam, se reuniam?

S.L. – Sim. Nós tínhamos... Nós tínhamos emendas, muitas emendas, e nenhuma... não foi nem discutido, nenhuma foi aprovada. E nós ficamos fazendo manifestação e presença direta, em Brasília, antes de aprovar a lei, para pressionar, para garantir... Eu não me lembro mais quais eram as emendas. Mas eu tenho isso na minha casa. Mas eu não me lembro mais. Isso, realmente, eu me esqueci.

D.P. – A gente já contou da sua participação na Comissão, até o dia...

S.L. – É. Aí eu virei representante da Comissão. Foi muito difícil. Mas naquela época, muitos familiares se afastaram depois de receber a indenização. Muitos. Muitos. Muitos. Foi uma coisa difícil ali.

D.P. – Agora, eu acho que era *legal* falar da Comissão da Anistia, das comissões, de Reparação, das comissões...

A.M. – Tem só uma questão com relação à Lei 9.140, que é a tabela para cálculo de indenização. Como é a ideia de concepção dessa tabela?

S.L. – Ah. Isso foi o José Gregori que fez. Isso foi o José Gregori que fez, porque a gente dizia para ele que a gente não ia aceitar... que ele falava em indenização, e no fim, a gente engolia, dizia: “tudo bem, indenização é um direito etc. e tal, mas nós não vamos aceitar que tenha cálculos diferenciados conforme a pessoa”. A gente encheu o saco dele com isso. E aí ele criou essa tabela, que eu acho que tem a ver com coisa do INSS, não sei. E ele mudou, por exemplo, também, a ordem dos beneficiários. Não é a mesma ordem do Código Civil.

D.P. – Por quê? Explica.

S.L. – Ele mudou porque... exatamente, para poder permitir que, por exemplo, a companheira, o filho, tudo, estivessem na frente dos pais, porque às vezes os pais não eram as pessoas que estavam junto com morto e com o guerrilheiro... com o militante da época. Então eu acho que é primeiro a esposa ou companheira...

D.P. – Porque pelo Código Civil quem recebe é o... ascendente?

S.L. – Eu não me lembro mais qual é a diferença. Mas tem uma diferença. Ele que fez essa mudança.

A.M. – Em primeiro lugar o cônjuge, em segundo o companheiro ou companheira, em terceiro os descendentes, em quarto os ascendentes e em quinto os colaterais em até quarto grau.

S.L. – Eu tenho a impressão que o companheiro ou companheiro, que também não era uma coisa tão...

D.P. – Categoria.

S.L. – É. Tão categoria. Mas tu tinha que ter – ou ter prole ou ter tantas anos de relação ali. Tanto que algumas das companheiras entraram com o pedido e não levaram.

A.M. – Porque tem que comprovar.

S.L. – Porque tem que comprovar. E assim, as que não ganharam – eu, do meu ponto de vista, não vou ficar aqui falando das pessoas – não tinham direito mesmo. Porque isso... Casa dois, três meses com um, casa dois, três meses com outro, você não se...

A.M. - E essa deliberação acerca disso aqui era de vocês também?

S.L. – Não. Isso foi o José Gregori que fez, por conta dele. Nós até nos surpreendemos. Eu não me lembro exatamente como é que é a do Código Civil. Mas isso nos surpreendeu. Tudo ali foi uma surpresa. Por exemplo, eu não lembro, também, direito, mas eu lembro que a gente, assim numa reunião... Depois que eu virei representante, nós fizemos reuniões para discutir a nossa interferência na... como é que ia ser o nosso trabalho. Então, nós queríamos que todas as reuniões fossem públicas, nós queríamos não sei que, não sei que. No primeiro dia, a primeira reunião que teve, eu era a única mulher ali dentro. Nesse dia, a Iara não foi, era eu com aquele general, com aquele monte de homem ali, e o Nilmário foi contra todas as propostas que eu levantei. E ele ligou para Amelinha e disse assim: “Nós escolhemos a pessoa errada”. Ali começaram outras questões difíceis para nós, porque aí... Ninguém é dono da história. As pessoas nos acusam muito, é uma das críticas que têm contra

nós, é que nós nos achamos dona da história, que nós temos ciúme dessa lista, que nós não deixamos entrar ninguém nessa lista, que nós temos preconceito com os camponeses, porque eles não estão nessa lista... Tem muita coisa que nos criticam que eu discordo completamente. E aí... Nossa! Foi... Ele achou que Amelinha não ia me contar, lógico que Amelinha me contou. Eu tive uma crise de coluna, fiquei um tempão lá em São Paulo com uma crise de coluna; depois, passou, e nós dissemos “bom, nós vamos enfrentar”. Então, muitos pontos assim, eu votei diferente dele; num caso que eu tenho certeza, que é do Victor Luiz Papandreu, que ele votou a favor, eu votei contra, mas eu tinha... e reuniu-se, teve reunião dos familiares, uma reunião enorme, aqui do Rio, que eu fui lá e defendi que eu ia votar contra.

D.P. – Por que, Suzana?

S.L. – É um cara que é um infiltrado. Quem primeiro falou dele foi o... o Lobo, o Amilcar Lobo, que fala que tem um tal de Papaleu, grego, chamado Papaleu, que trabalhava para eles e que lá pelas tantas foi morto na Casa da Morte. “Isso aqui não serve mais para nada”. E deu um tiro nele. Nunca ninguém tinha falado nesse cara. Foi o Lobo que falou. E tem divergências entre as coisas que ele diz. Ele diz uma, depois diz outra. Aí apareceu a família dele. O irmão dele entrou com pedido de indenização a nível federal, entrou com pedido de indenização lá no Rio Grande do Sul, dizendo que ele tinha sido preso, eu votei contra o processo dele. Depois ele fez uma ação contra mim na Justiça, esse cara. Mas ele... ele não tinha prova do que ele está dizendo. Não tem prova, para mim... eu voto contra. Não estava lá distribuindo dinheiro público, então... A do Rio Grande do Sul. Que era uma indenização simbólica, de cinco a trinta mil reais, para aqueles que foram presos em dependências do estado do Rio Grande do Sul. Não é *no* estado, é *do* estado. Então, quem foi preso em quartel, por exemplo, ficou fora da lei. E se não foi preso, se não tem nada... “eu fui perseguido”, olha, não adianta. A lei é para quem é preso. Então...

A.M. – É semelhante à Comissão de Reparação do Rio de Janeiro. Que agora tem até um projeto de lei para mudar, para mudar alguns elementos, dentre eles essa questão.

S.L. – A do Rio Grande do Sul foi assim. Teve mil e tantos pedidos. Nossa! Deu tanto problema...

D.P. – Então conta essa coisa do Rio Grande do Sul. Você participou? Como é que foi essa comissão do Rio Grande do Sul?

S.L. – A comissão no Rio Grande do Sul, foi o Brito que fez a lei, o governador. O Rolim tinha, o Marcos Rolim tinha um projeto de lei... Porque quando nós começamos a aparecer muito, nessa história da vala de Perus, nós começamos a falar muito, também, em indenização aos presos. Que quem aparecia naquela época éramos nós, não eram os presos. Os familiares. E, eu não me lembro mais de quem foi a iniciativa de levar para o Brito, eu sei que o Rolim tinha um projeto de lei, e o Brito acabou fazendo aquela lei. Acho que foi uma das primeiras que teve. Já tinha votado a lei em outros estados, mas nenhuma comissão tinha funcionado. E eu virei representante da Comissão de Direitos Humanos, apesar de eu não ser membro da Comissão. Que não deveria ser eu. Mas nenhum deputado queria ir, tinha que ser o Rolim, que era o presidente, acabei virando eu, que era assessora da Comissão. Mas eu saí, voltei... Teve uma época que eu saí. Porque era difícil... Aí se criou o movimento dos ex-presos perseguidos políticos em Porto Alegre, que era o MEPP, e eu não concordava com as coisas que eles faziam. Eles foram procurar médicos para fazer laudos, para provar que tinha sequela de tortura. E eu era contra. Dizia o seguinte: “Se foi torturado, relata que foi torturado. E, para mim, não precisa de laudo”. Porque eles faziam laudo indireto. Por exemplo, eu vou lá e digo assim: “Luiz Eurico era assim, era assim, era assado”, e os psiquiatras foram lá e fizeram laudos indiretos para alguns familiares. Eu acho isso um absurdo! Eu era contra isso. E tinha um representante dos presos dentro da Comissão, também. Na época, eu me senti muito sozinha naquela comissão, porque eu ficava em dúvida dos critérios. Então, eles votavam: sete e quinhentos, sete e seiscentos –, era uma coisa horrível! – eu votava assim: tem descrição de tortura, é trinta mil. Não me interessa. Descreveu tortura, e a pessoa tinha sido presa, não sei que, eu dava o teto, que era trinta mil. Agora a pessoa ficou presa um dia, uma semana, eu não dava os trinta mil. Ficou presa um mês... Eu comecei... Eu fiz um critério de período de permanência, se a pessoa dizia. E hoje em dia eu não... Depois eu me arrependi, eu não gostei daquilo que eu fiz. Não... Amelinha, por exemplo, sempre votou o teto, quando Amelinha foi representante da de São Paulo. Eu, na época, achava assim. Então... Mas também é... tem que fazer relatório, tem que ir atrás de prova, tem que ouvir as pessoas... Eu ouvi muita gente nessa época. Eu saí, depois voltei... Depois, o Olívio [Dutra] refez, reabriu de novo a lei, quando Olívio foi governador, porque

muita gente tinha perdido o prazo. Então... E, no Rio Grande do Sul, teve uns mil e quinhentos, eu acho, requerimentos. Uma coisa assim.

A.M. - E era bem fundamentado, também, na ideia de que a pessoa que estava demandando o Estado é que quem tinha que comprovar?

S.L. - É. Sempre, o ônus da prova é de fora. Mas era uma indenização simbólica, com o mínimo de cinco e o máximo de trinta mil reais. Em quase todos os lugares foi assim.

D.P. - Em quase todos os estados foi assim.

S.L. - É. Em São Paulo, por exemplo, o Belisário dizia que quem já tinha recebido a nível nacional não podia receber. Que eu fiquei... Até comentei que eu tive muita discussão com ele. Ele dizia para ele: “Você está errado. O estado de São Paulo matou, o estado de São Paulo tortu... Não tem nada a ver com essa indenização a nível federal. É outra coisa”. Então... Quem morreu, por exemplo, em São Paulo, também, acabou recebendo. Eu recebi a de São Paulo. A do Rio Grande do Sul quem recebeu foi o Nei, o irmão do Ico. Eu queria que eles recebessem também a de São Paulo, mas aí eles não quiseram. Eu uso a de São Paulo para... Usei a de São Paulo para muitas coisas. Tem um grupo anarquista lá no Sul, que eu adoro eles, que eles faziam cartazes [*incompreensível*] pela cidade, tinha umas mascarazinhas que eles botavam, sempre eu pagava para eles fazerem os cartazes, e colagens, e não sei quê. Eu uso, eu usei aquele dinheiro para essas coisas assim.

D.P. - Mas só para entender. Você recebeu e passou para o irmão do Ico? Porque é você que tem direito.

S.L. - É, é, passei para o irmão dele.

D.P. - Passou porque você quis.

S.L. - É.

A.M. - Burocraticamente, quando você conseguiu comprovar que você era viúva?

S.L. - Eu era casada.

A.M. - Mas o reconhecimento da morte...

S.L. – Ah. Quando eu fiz a lei... Quando eu descobri o corpo dele em 79, eu entrei com um processo de reconstituição de identidade do morto e retificação do registro de óbito, que correu na Vara de Registros Públicos. Aí me deram um atestado de óbito dele.

D.P. – Lá no Rio Grande do Sul?

S.L. – Não. Em São Paulo. Em São Paulo. O processo, o inquérito correu em São Paulo. Tudo foi em São Paulo. E até hoje eu tenho a versão de suicídio no atestado de óbito do Ico. Que nem isso a Comissão da Verdade tocou, que é uma coisa...

D.P. – Mas alguns casos foram trocados.

S.L. – Ah! Os famosos. A Comissão da Verdade acabou fazendo o que a gente reclamou desde o primeiro dia que eles iam fazer, que era pegar alguns casos exemplares. E nós queríamos que eles tratassem cada um dos casos que estão aqui. A primeira vez que nós reunimos com eles lá em São Paulo, que fizeram uma reunião ótima, emocionante, conosco, que nós fomos defender que eles fizessem... só examinassem os crimes cometidos pelo Estado brasileiro, que nós não estamos falando de outra coisa... Se até querem que faça alguma coisa para as chamadas vítimas civis, que é outra grande divergência que nós temos com Nilmário, para nós, tinha que ser outra lei.

D.P. – Como é essa divergência?

S.L. – O Nilmário queria colocar na mesma lei as chamadas vítimas civis, ou seja, quem morreu – os civis, não os militares, mas os civis que morreram em função dessa história, seja pela esquerda, seja pela direita. Nós nunca fomos contra que as vítimas civis fossem indenizadas. As mortas pelo Estado, com certeza, na mesma lei que nós, porque nós estamos tratando de vítimas do Estado, nós não estamos tratando de vítimas da guerra. São vítimas do Estado brasileiro. Então o Estado brasileiro matou essas pessoas, o Estado brasileiro se responsabiliza. Vocês querem fazer uma outra lista para vítimas civis da guerra, incluindo as vítimas da esquerda, e o Estado vai pagar, porque tinha uma ditadura aqui, vocês façam; mas noutra lei. Isso foi uma guerra que nós tivemos com ele a vida inteira. Quando ele foi ministro, ele queria refazer isso de novo.

A.M. – Essa guerra é desde a Lei 9.140.

S.L. – Desde a Lei 9.140. O Nilmário defendia isso. Nossa. Era difícil para nós, porque - o Nilmário é o Nilmário –, o Nilmário fez a Comissão de Direitos Humanos na Câmara, que ninguém conseguia fazer, e ele, por baixo do pano, foi ali, conseguiu. Nós brigamos loucamente com ele; na Comissão, algumas vezes, porque... em relação a essas coisas... Por exemplo, ele nunca soube que Amelinha me contou que “nós escolhemos a pessoa errada, porque ela está lá defendendo coisas indefensáveis” – ele disse para Amelinha. E, sei lá, não me lembro o que Amelinha disse para ele, mas nós decidimos que nós íamos continuar com as nossas propostas. Tanto que na primeira reunião só que apresentou requerimentos fui eu. Nem ele. Porque ele também nem sabia direito como fazer. Eu que apresentei a primeira vez, que nós escolhemos. O Bacuri foi o primeiro. Nós escolhemos para ser exemplar assim. Nós escolhemos uns que tinha... que eram mais fáceis de defender. Depois que nós fomos, aos poucos, traçando uma estratégia para – conforme a gente via que a comissão funcionava –, para defender os casos.

D.P. – E esses casos, por exemplo... Está claro, os casos que não foi o Estado que matou, concordo inteiramente com você. Agora como é que vocês conseguiam resolver – quer dizer, eu sei que ainda não é resolvido –, os casos tipo cabo Anselmo: preso pela ditadura, foi torturado pela ditadura, deve ou não ser anistiado, mesmo sendo um traidor? Enfim, essa é uma grande confusão. Como você relatou o caso aí do... Qual é o argumento que vocês dão para essas pessoas não?... Porque politicamente eu entendo; mas como é que vocês conseguiram juridicamente? Porque até hoje elas podem recorrer e estão recorrendo.

S.L. – É. Até hoje. É. Dos mortos, por exemplo, antes do cabo Anselmo, eu voltei lá do Rio Grande do Sul... de um cara, que eu me esqueci o nome, que era da Ku Klux Kan. Ku Klux... Iche! É essa aí.

D.P. – Americana?!

S.L. – É. Ele era uma versão gaúcha desse negócio. E ele vai preso e fica um tempo preso, tchan, tchan, tchan, e... sei lá, acaba morrendo lá, muito tempo depois, ou morreu na prisão... Também não me lembro. Eu defendi em cima do espírito da lei. Essa lei foi feita para indenizar as pessoas que tinham militância política contra um regime de força ou que, sem militância política, foram mortos por esse regime de força, por suspeita de terem participação política. Então esse é o espírito da lei. Um cara que é Ku Klux Kan, que tem na

sua essência tais e tais coisas, e que é um anticomunista ferrenho e não sei que, só não virou um torturador por um percalço da história. Então ele não está nessa lei. Então... Mais ou menos isso, foi uma que eu construí. Que eu me esqueci o nome dele lá. Esta mesma coisa nós tínhamos em relação ao Anselmo. Para mim, por exemplo, Anselmo sempre foi infiltrado. É a impressão que eu tenho dele. A minha avaliação da história do Anselmo, que foi uma coisa que a gente teve que investigar por causa da Lei 9.140, quem caiu, a ordem das quedas, como é que foi... A gente juntava dentro dos processos, a gente juntava, em todos eles... Não que chama processo, mas a gente sempre chamou assim; e todo mundo reclama: não é processo. Mas nós chamamos de processo não sei que.

A.M. – Não é processo? E é o quê?

S.L. – Não. É... Eu me lembro. Até já me esqueci, agora, qual é o nome. Que o Belisário sempre reclama: “Isso não é processo, isso é...” Eu não me lembro mais. Não é pedido, é outra coisa. Para nós era processo. Tem um número, direitinho... A gente juntava em todos eles a análise das circunstâncias da morte, encaminhado pela Comissão de Familiares, assinado pela Iara e pela Criméia, com tudo que a gente tinha, para dar mastigadinho. Nós não demos nenhum processo sem estar mastigadinho. Mesmo os que não passavam por nós. Porque em princípio, a Iara montava... as pessoas mandavam as coisas para Brasília, a Iara montava os processos e entregava. Alguns, que chegavam direto, a gente se metia também, à revelia de algumas pessoas; do Luiz Eduardo, por exemplo, nós nos metemos em todos eles à revelia dele. Ele nunca gostou. Porque senão a gente ia perder os processos. Mas a gente botava lá dentro. Como comissão de familiares a gente tinha direito de pedir para anexar. O... aquele menino da UEE... (Está vendo como eu estou ruim da cabeça? Eu não lembro mais o nome das pessoas. Eu fico doente por causa disso). Do Molipo, aquele dirigente da... estudantil, do Molipo... Não vou aguentar se não vir. O Arantes. O José Arantes. O José Arantes, toda a discussão, argumentação do Luiz Eduardo, que era a mesma no caso do Lamarca, do Marighella, é que o cara era um líder, tchan, tchan, e foi morto em tais circunstâncias. Isso não adiantava. Nós fomos lá e descobrimos que o Arantes entrou no IML quinze horas, de cueca, depois que ele morreu. Isso para nós virou uma prova. Que ele entrou no IML naquele... Virou uma prova. Onde é que ele esteve entre o momento do encontro do... da prisão dele e a morte, onde é que ele esteve? Só pode ter estado no DOI-Codi. Então... Mesmo que eles levassem isso... Eles diziam que eles levavam mortos

para o DOI-Codi, para identificar. E nós dizíamos que não, que não se leva morto para o DOI-Codi. Então, o entrevero foi às dez da manhã, o cara entra no outro dia no IML, onde é que ele esteve esse tempo todo? No DOI-Codi, para ser identificado? Não. Ele esteve sendo torturado. Essa era a nossa... a nossa argumentação. E com isso que a gente ganhou, no tempo em que eu estive ali, cento e trinta e dois casos de suicídios, atropelamentos e tiroteios, que nós provamos um a um os que não tinham o documento. Por exemplo, tem uns meninos aqui do Rio que aparece... Aqueles dois meninos da VPR, o Gerson Teodoro de Oliveira e o... (Está vendo como eu estou ruim? Esqueci o nome do outro. Nossa! Essas coisas eu nunca podia esquecer; mas faz muito tempo que eu não mexo, então...). O Gerson Teodoro de Oliveira e o outro, aparece o endereço. É o endereço do DOI-Codi daqui. Aparece no local do encontro do corpo. Então os que tinha assim, nem precisava a gente investigar, a gente dava para o general, vamos dizer. A gente olhava os processos e via, tentava distribuir. Às vezes não. O Nilmário pegava os mineiros para ele. Isso ele, passava na frente, ele dizia: “Os mineiros são meus”.

D.P. - Esse caso é mais fácil. Mas eu digo o seguinte. Digamos os que a gente considerava na época os traidores, as pessoas que...

S.L. – Não. Quem abriu na tortura, não. Quem abriu na tortura e foi morto, não tinha problema nenhum. O Estado matou. Nem piscava. Porque tem...

D.P. – Nem piscava. Os que foram para a televisão e renegaram, também, nem piscava.

S.L. – Também não. Também não piscava. Porque teve alguns casos assim. Do Massafumi, que se matou depois, ele é aprovado ali na lei; a Solange, também é aprovada ali na lei. Isso aí a gente não discutia. A gente dizia isso.

D.P. – Só se o cara fosse infiltração.

S.L. – Se o cara fosse infiltração, aí era outra coisa. Se a gente tinha prova do cara ser infiltração... Alguns casos...

D.P. – Os caras chamados “os cachorros”, esses não tinham problema.

S.L. – Ah! Os que a gente... Não. Os cachorros...

D.P. – É complicadíssima essa história.

S.L. – Nenhum “cachorro”, que a gente tenha conhecimento, está no nosso dossiê.

D.P. – Explica o que é cachorro.

S.L. – Cachorro era os infiltrados pela repressão, pela ditadura, pelos órgãos de informação dentro das organizações políticas. Então, por exemplo, tem...

D.P. – Ou que não eram e que se tornaram.

S.L. – Ou que não eram e se tornaram.

D.P. – Foram barbaramente torturados e depois toparam também...

S.L. – É. O que é que a gente sempre disse? Quem tem que dizer... A repressão volta e meia diz que tem desaparecido vivo. Quem tem que dar essa informação são eles. Enquanto eles não dão essa informação, e nós temos a certeza da militância e o desaparecimento, nós vamos manter na lista dos desaparecidos. Teve um, por exemplo, que não esteve na lista dos desaparecidos, que foi o Boanerges de Souza Massa, que é um militante do Molipo, uma pessoa super forte, ali no começo da dissidência em São Paulo, ele participa junto com o grupo do Marighella da constituição da Dissidência anterior à criação da ALN, e ele vai para Cuba no grupo do Molipo; e ele volta e ele é visto dentro da... ele é visto preso – já não me lembro mais por quem, mas eu tinha essa informação de que ele estava preso e pediu: “Não digam que eu estou aqui”. Nós nunca colocamos o Boanerges na lista dos desaparecidos. Mas a família apareceu, dizendo que ele era desaparecido e tem a comprovação de que ele estava preso, pelas listagens que a gente achou no arquivo do Dops. Nós não podemos deixar ele fora, porque nós não temos a certeza, se ele era um infiltrado antes de ir para Cuba, se eles mantiveram ele vivo, a família não ficou sabendo, nós não podemos fazer nada, então...

A.M. – Vocês seguiram os critérios estipulados.

S.L. – Nós seguimos os nossos critérios. E o Boanerges entrou na lista dos mortos.

D.P. – Ele disse que “não me viram aqui?” Como é?

S.L. – Ele estava preso, mas ele pede aos presos “não digam que me viram”, não quero que divulguem a minha passagem por aqui, alguma coisa assim. Então,, A gente

sempre soube que ele foi preso. E ele estava provavelmente... Ele estava na morte do Jeová, lá...

D.P. – Há uma suspeita de que ele seria infiltração. É isso?

S.L. – Não. Ele entregou. Eu não tenho suspeita de que ele era infiltrado. Ele entrega o Molipo. Se ele estava infiltrado ou não, eu não sei. Ele entrega o Molipo. Nós não colocávamos ele na lista dos desaparecidos porque a gente não tinha confirmação da família. A gente sabia que ele tinha entregue. Mas nós não temos a certeza de que ele tenha sido infiltrado.

D.P. – Ele pode ter entregue debaixo de tortura.

S.L. – Debaixo de tortura. Não. Isso sim. A primeira vez que eu botei...

D.P. – A única dúvida, se colocava ou não, é porque vocês não sabiam se a família...

S.L. – Olha. Eu botei o pé no arquivo do Paraná, com Requião. E o Requião disse: “Vamos procurar se tem alguma coisa dela aqui”. No primeiro arquivo do Dops que eu entrei na vida...

D.P. – Ela quem?

S.L. – Meu. E tinha uma informação, que quase me jogou no chão, que era um companheiro nosso falando de mim, que para mim ele tinha morrido sem dizer nada. Depois eu achei muitas outras coisas de depoimento dele. Mas eu fiquei arrasada quando eu vi aquilo. “Segundo fulano de tal, a Suzana Lisboa e o Luiz Eurico já voltaram de Cuba e estão”... não sei que. Eu fiquei assim estatelada, passei mal de ver aquilo, tive que ir para o banheiro... Passei muito mal. Porque é uma coisa que eu não tinha ideia. Mas isso aí ficou lá para trás. Para mim, não tem nada a ver. Eu me envolvi loucamente para defender e para ir atrás das informações do processo dele, porque... Eu acho que essa, também, foi uma construção que eu fiz na minha cabeça, porque teve uma época que eu não tinha essa... eu não tinha essa leitura. Para mim, o traidor é o traidor. Quem me ajudou a ser muito tolerante foi o Rolim. Rolim me ajudou a ser tolerante. Porque eu era bem... Sei lá. Também, eu vivi clandestina quantos anos? De 69 até 78 eu vivi clandestina. É difícil. Eu estava ali, a postos. Então... É meio ruim. Mas tem, Não é só ele que abriu. Agora o Anselmo, nem pensar. Nós

tivemos uma guerra ali com a Comissão da Anistia. A Comissão da Anistia votou o processo – que já me dá até engulhos de falar, porque eu tenho o maior problema com essa Comissão da Anistia... A vergonha da minha vida. Vou ter que ficar um dia falando disso, porque essa Comissão da Anistia é vergonha da minha vida. É o que eu digo. Eles votaram o processo do Gilberto Giovanetti.

D.P. – Tem que parar.

[FINAL DO ARQUIVO 2]

D.P. – Vamos falar da Comissão Nacional... Você quer falar antes.

A.M. – É só uma questão burocrática. Porque eu acho importante a gente falar sobre o trabalho da Comissão de Familiares, da Comissão Especial, porque a gente não conhece muito bem o funcionamento cotidiano e administrativo da Comissão. Então, quanto tempo, mais ou menos, vocês ficavam dedicados a analisar cada caso? Porque era uma dedicação em tempo integral, não é?

S.L. – Nós os familiares?

A.M. – É. Os integrantes da Comissão Especial. Vocês tinham uma dedicação...

S.L. – A Comissão Especial... Não. Eu tinha dedicação integral. Não fazia mais nada na vida a não ser isso, especialmente durante os primeiros anos, que eu não me lembro até quando foi, de 95 até... quando é que o Lula se elege? Em 2002?

D.P. – É. Ele assume o governo em 2003.

S.L. – Esses anos, eu tive dedicação total e exclusiva. Com o governo Lula a gente...

D.P. – Você morava onde?

S.L. – Eu morava em Porto Alegre.

D.P. – E a Comissão se reunia em Brasília.

S.L. – A Comissão se reunia em Brasília. Eu recebia passagens da Comissão...

A.M. – Mas você viajava o país todo, para procurar a documentação...

S.L. – Eu viajava em nome da Comissão. Em nome da Comissão, muitas vezes. Mas aconteceu muita coisa...

D.P. – E você estava lotava oficialmente onde? A Comissão te dava remuneração? Você já falou que não.

S.L. – Não. Eu ganhava...

D.P. – Pela Assembleia Legislativa.

S.L. – Pela Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, no cargo que eu tinha lá. Eu vivia por conta disso. Eu vivi... Eu quando a Porto Alegre fui morar na casa da minha mãe. Essa época eu morava na casa da minha mãe. Então eu abandonava meu filho com ela. Até... Eu comprei um apartamento com essa indenização. Que eu custei anos. Eu não pedia, eu não fiz pedido. Eu convencia todo mundo a pedir, mas o meu eu não fazia. Foi bem difícil isso, de eu receber aquele dinheiro. Eu recebi àquela época, que era uma fortuna, de juro – não sei quanto tempo depois eu recebi –, não apliquei o dinheiro, mas comprei um apartamento, que é a única coisa que eu tenho e é onde eu vivo; no mesmo prédio da minha mãe, porque também me facilitava sair. A gente reunia, vamos dizer, o dia inteiro.

D.P. – Uma vez por mês mais ou menos?

S.L. – Não. Era mais até. No começo, era mais. Eu acho que eram duas vezes por mês. Eu não me lembro. Às vezes, eu acho que chegou a ser toda semana. E depois que a Criméia foi... A Iara era funcionária... ela era fiscal de rendas, eu tenho a impressão que ela tirou licença de dois anos, se não me engano, na época da...

D.P. – Ela ficou como sua assessora.

D.P. – Dentro da Comissão. Ela entrava nas reuniões.

D.P. – Então ficavam vocês duas...

S.L. – Ficávamos nós duas discutindo o que fazer. A gente tomava decisões ali, volta e meia: pede vista, não pede vista, perde, não perde, se eu esquecia alguma coisa, ela sabia. Mas eu me preparava para ir para as reuniões, é óbvio que eu tinha que saber de ponta a ponta o que ia ser discutido. A gente tinha cópia dos processos. Cada vez que entrava, a gente tirava

cópia dos processos. Tirou onde? No gabinete do Gilney. Porque dinheiro a gente não tinha. Tudo no gabinete do Gilney. Algumas coisas [a gente] tirava fora: as fotos, não sei que... A Iara tinha mais dinheiro...

D.P. – Quer dizer, no gabinete do Gilney só depois, porque Gilney só...

S.L. – Não. Gilney era deputado.

D.P. – Ah! Antes do governo Lula.

S.L. – O Gilney se elege deputado quando o Arnaldo morre, o menininho, o filho deles, o filho da Iara. E era... Nem me lembro que ano ele se elegeu deputado. 95 foi a Lei, ele já era deputado. A maior parte das emendas para nós foi ele que fez.

A.M. – Porque vocês iam tentando melhorar a lei. E ela acaba sofrendo duas intervenções, uma em 2002 e uma em 2004.

S.L. – É. A de 2002, nós não pudemos interferir em nada. Depois, nós fizemos um outro... A gente tinha ideia de que... A de 2002 não. É de 95. A gente não conseguiu interferir em nada. A de 2002, a gente fez um...nós tínhamos um projeto lá; e também não conseguimos interferir igual. Isso ali foi uma coisa bem marcante assim. Por exemplo, eu tinha acesso aos arquivos do STM, no governo... antes do governo Lula. No governo Lula eu perdi. Eu tinha acesso ao Infoseg, que é... Isso eu descobri lá no Rio Grande do Sul, quando o Olívio foi governador. Nós fomos procurar os arquivos e aí fui com o secretário de Segurança na polícia, na Brigada Militar, e descobri que tinha ali uma indexação, que era assim: o Infoseg foi financiado pelo BIRD para combater o narcotráfico, e ele é uma interligação de todas as polícias estaduais e a Polícia Federal. E, o dia que nós fomos ali, o cara começou a me mostrar, a gente descobriu que tinha registros políticos, ainda, nos computadores da Polícia; e ainda mais da Polícia Federal. Então eles me deram acesso ao tal do Infoseg. E aí o Caco Barcellos foi lá fazer uma matéria – enorme... Porque não tinha... Era financiado pelo BIRD, mas não tinha mandato de prisão contra o Fernandinha Beira-Mar, que na época era o tchan do balangandã, mas tinha contra o Flávio Kurtz, contra o Nilmário Miranda, contra... muitos de nós. A Sonia Hipólito tinha. O teu, [*refere-se a Dulce*] por exemplo, nunca olhei se tu tinha ou não. Mas muitos de nós tinham. E aí, era governo do PMDB, o Eichenberg, que era secretário de Segurança lá, que tinha sido secretário-executivo do Conselho de Defesa dos

Direitos da Pessoa Humana, em Brasília, então eu conhecia ele há anos, tinha a maior parceria com ele assim, (e ele morreu de câncer, cedinho) nós limpamos os arquivos. Mas limpar, para nós, era assim limpar: a gente levantou todo mundo que tinha e tirava cópia daquilo e mandava para o arquivo público. Do Fernando Henrique tinha, o Lula tinha. Mas o Caco fez uma matéria enorme; mas ela foi ao ar no dia que morreu aquela moça aqui no Rio de Janeiro, no sequestro do ônibus, lembra? – então a Globo reduziu muito a matéria. Mas nunca ninguém fez nada com esse Infoseg. E no governo Lula, eu perdi o acesso. É por esse Infoseg que volta e meia as pessoas sofriam (hoje, não tenho notícia) constrangimentos; aqui no Galeão... O Daniel Aarão Reis... o Daniel não, o irmão dele...

D.P. – O Samuel.

S.L. – Samuel teve problema um dia, quando foi sair. Que o Galeão faz uma checagem aleatória. E aí, levanta ali o nome, tem registro político, prende o cara. O Mané Cirilo foi tirar carteira de identidade uma vez, só não foi preso porque era a lei eleitoral. Porque tinha registro dele. A Dulce Maia também.

A.M. – É um registro que é aberto mas não é fechado. Não tem uma... A impressão que dá é essa, de que abrem um registro sobre aquela pessoa e aí, passou-se por um processo de transição, e o registro não foi finalizado.

S.L. – E continua lá. E continua lá. Eu fiquei muito tempo fazendo essa pesquisa. Ninguém mexeu em nada disso. Esses dias ainda, falei com a Ideli por causa disso, de novo. Porque ninguém nunca me deu bola por causa desse assunto.

A.M. – Ideli Salvatti.

S.L. – É. Ninguém nunca me deu bola. Eu sempre enchi o saco com esse Infoseg, desde o começo do governo Lula. E acabei perdendo o acesso a ele. Então não sei o que foi feito para cá depois.

A.M. – E perdeu o acesso ao arquivo da STM, porque o presidente do STM...

S.L. – É, também. Também. O cara cortou. Antes, eu via, a gente fazia pesquisa lá. Muitas coisas nós descobrimos no STM. Ou a Iara descobria ou eu; ou às vezes, eu ia para lá fazer pesquisa. Depois... O Mirinho foi um – esse que eu falei – o Mirinho foi um que foi lá e

também fez confusão, tirou papel, então teve uma época que eles proibiram qualquer um de ir. Mas ali é complicado. Depois a gente... sei lá, perdeu o acesso. Mas eu saí em 2005; de lá para cá, eu não sei o que aconteceu. Porque 2005 foi quando eu saí da Comissão. Fiquei dez anos ali.

D.P. – Você ficou dez anos na Comissão?!

S.L. – Fiquei dez anos na Comissão. Eu saí quando eu vi que essas coisas não iam acontecer. Não tem mais acesso ao Infoseg, não tem mais acesso ao STM, o governo Lula recorreu da sentença, criou aquela Comissão Interministerial não sei que, eu não tinha mais... era muito... a Comissão tomava...

D.P. – Mas a Comissão se extingue.

S.L. – Não. Até hoje existe.

D.P. – Existe até hoje?

A.M. – A Lei 9.140, ela responsabiliza o Estado de forma muito abstrata, reconhecendo a morte e o desaparecimento de pessoas envolvidas em atividades políticas. Nesse período no qual vocês estiveram na Comissão, a lei foi modificada por duas vezes, vocês tentavam de alguma forma atribuir a responsabilidade nominal pela morte e desaparecimento dessas pessoas?

S.L. – Claro.

A.M. – Ou seja, quem matou, quem é o responsável pelo desaparecimento.

S.L. – Ah. É claro. Essa sempre foi a nossa... uma das nossas principais reivindicações: quem matou, como matou. Agora a gente não teve acesso... por exemplo, os arquivos aqui do Instituto Félix Pacheco, eu nunca tive acesso. Do Félix Pacheco não, do Instituto de Criminalística, do ICE, eu nunca tive... consegui pesquisar direto naquele arquivo. Agora, o ano passado, eu vim para cá, tipo assim – agora eu vou! Porque com a Comissão da Verdade, também não vim, também não consegui entrar. Tem coisas que a gente nunca conseguiu fazer. O arquivo do Dops, que eu nunca tinha vindo aqui, eu vim, fiquei arrasada de ver que tem coisa que nunca foi aberta. Você sabia disso, que o arquivo do

Dops aqui do Rio de Janeiro tem caixas que nunca foram abertas, nesses anos todos. Tem clipes, coisa tudo enferrujada, comecei a mexer... Isso porque eu só entrei numa salinha ali embaixo. Eu não sou de comissão nenhuma, eu vim aqui com uma das meninas que estava para ser assessora da Comissão, que é a maior jornalista de todos os tempos, (que acabou de me ligar aqui) que é uma guriazinha que chama Juliana, que está no *O Dia*. Eu sou apaixonada por essa guriazinha.

A.M. – Juliana Dal Piva. Foi a minha orientanda de mestrado.

D.P. – Juliana o quê.

A.M. – Dal Piva. Foi a minha orientanda de mestrado. Ela que entrevistou o Manhães.

S.L. – É. Eu sou apaixonada por essa guria.

A.M. – Ela é nossa aluna de mestrado profissional.

S.L. – Eu sou apaixonada por ela. Ela acabou de me ligar aqui. Que eu fui olhar quem estava me ligando, era ela. Eu sou apaixonada por essa guriazinha.

D.P. – Ela está no nosso projeto?

A.M. – Não. Ela entrou depois do nosso projeto.

S.L. – Ela é ma-ra-vi-lho-sa.

A.M. – Ela não desiste. Ela vai...

S.L. – Ela é ma-ra-vi-lho-sa. Ela é esperta, ela vai atrás da notícia, e ela ia ser assessora da Comissão Nacional. A Rosa chamou ela. E fizeram um... sei lá que rolo que deu lá em Brasília –, que eu não estou a fim de falar disso, que pouco eu sei –, e ela acabou não entrando. Mas nessa época ela era assessora da Comissão. E ela me levou ali no arquivo. Convenceu a menina a me deixar ver ali embaixo, a parte onde estão as fichas, não foi onde estão os documentos. Aí eu comecei a olhar e vi esse arquivo, que tinha coisa que nunca foi aberta, nunca foi aberta. O Sérgio teve um ataque depois, porque eu peguei...

D.P. – Qual Sérgio?

S.L. – O Serginho nosso. Ele disse que... E eu queria levar as coisas do Breno para Porto Alegre, para eu ver junto com ele, que ele não conseguiu abrir o pacote ainda, que ele recebeu no arquivo. Porque eu achei uma ficha ali, do Tomás Antonio da Silva Meirelles Neto, meu companheiro na Ação Libertadora Nacional, desaparecido em maio de 74, que está escrito: falecido. Para o filho dele isso é fundamental. Nunca tinha visto isso. Nunca tinha nenhum registro dele ali dentro. E aí eu fotografei a ficha. E quando o Togo veio aqui, o Togo mora no Canadá, o Sérgio pediu ao diretor do arquivo que desse tudo para o menino enquanto ele estava aqui. Para o menino... Para o homem, o rapaz. E essa ficha não foi. E eu tinha cópia, então... Até hoje aquele arquivo não foi arrumado. Tem coisas empacotadas. Empacotadas! Eu fiquei arrasada de ver. O que é que a Jessie Jane fez todos aqueles anos ali, que não conseguiu... O que é que ela fez? Não sei, porque não conheço ela. Mas como é que tem coisa que não foi aberta ali, caixas que não foram abertas? E eu não consegui entrar no arquivo. Eu queria entrar no arquivo, mas não adianta eu entrar e me sentar assim: “me traga tal coisa”. Eu quero olhar no arquivo, porque, se não fosse assim, não tinha achado, por exemplo, o Rui Berbeti lá no arquivo do Dops de São Paulo. Não adianta me trazer uma coisa assim, para eu ver.

D.P. – Mas você chegou a conversar com Paulo Knauss, o atual diretor? Não.

S.L. – O Sérgio tentou.

D.P. – Mas você não.

S.L. – Eu não. Eu não conheço ele. O Sérgio tentou...

D.P. – Sérgio almoçou com ele outro dia. Pois é. Não sei se conseguiu. Mas você não.

S.L. – O Sérgio tentou, e ele disse que não, que ele não pode me dar acesso à sala de pesquisa; que ele tem que dar acesso às informações, mas à sala de pesquisa não. E... O que é que eu estava dizendo?

D.P. – Aí você saiu da Comissão em 2005. E a Comissão funciona até hoje. E quem é representante dos?...

S.L. – A Comissão funciona até hoje. A nossa ideia, a minha ideia quando saí era chamar atenção para o assunto. Nós achávamos, muito idiotamente, com o eu era uma pessoa

muito conhecida, eu era petista, eu era funcionária do PT, eu era amiga do Lula antes dele ser presidente, a gente achava que alguma coisa... que, óbvio que não vai passar batido. Passou batido. Ninguém deu bola. E aí, o presidente da Comissão era o Augustino Veit, que era... Ah! Teve um outro motivo para a minha saída. Que era esse homem aqui do Rio. Nossa! Só de me lembrar dele já me dá engulhos. Que é o... aquele cara que foi da OAB, que foi presidente daquela Comissão. Nossa Senhora! Foi por causa dele a minha última briga, definitiva, com a Cecília Coimbra, foi por causa dele.

D.P. – Ele foi presidente da OAB?

S.L. – Ele foi presidente da OAB e foi presidente...

D.P. – OAB aqui do Rio de Janeiro?

S.L. – É. E foi presidente da Comissão.

D.P. – Wadih?

S.L. – Não. É antes, bem antes. Não sei se ele foi presidente da OAB. Não. Acho que foi. É o nome do homem que foi... Nossa Senhora! Vocês estão vendo como eu estou doente?

D.P. – Que é isso!

A.M. – Imagina. A quantidade de nomes que você já falou.

S.L. – Eu estou doente. Não posso me esquecer o nome desse homem. É... Aqui, acho que não vai ter. Tem é no *Verdade e Memória*. É o... [folheando] Aqui, não vai ter o nome dele, eu acho. As sucessivas comissões... Aqui, eu acho que nós não botamos. Não vou conseguir me lembrar o nome do homem. É...

D.P. – Mas enfim. Esse homem...

S.L. – É. Quando o Miguel Realí... Miguel era o presidente da Comissão, Miguel Realí é nomeado ministro, tem muitas coisas que acontecem aí: o negócio dos arquivos da Polícia Federal, também, que os caras desapareceram, na nossa cara, os arquivos da Polícia Federal de Foz do Iguaçu, na minha cara... O Nilmário vai ser... O Miguel Realí vai ser ministro da Justiça, e o Luiz Francisco Carvalho Filho assume a presidência da Comissão. E ele é presidente da Comissão até o governo Lula. Mas ele acaba se demitindo, porque o

Nilmário no fundo queria que ele se demitisse, e o Nilmário bota esse homem, que é um senhor de idade, um advogado famoso aqui do Rio de Janeiro, e ele...

D.P. – Foi advogado de preso? Não.

S.L. – Ah! Eu vou ligar para Criméia e vou perguntar.

[Interrupção da gravação]

A.M. – (.....) críticas positivas e negativas à Lei 9.140 e ao trabalho da Comissão. A sua avaliação crítica, pontos positivos e negativos.

S.L. – Eu acho que o trabalho da Comissão... Eu acho que a Comissão teve um papel fundamental no sentido da denúncia dos crimes cometidos pela ditadura militar; que até então era uma denúncia feita por nós, familiares, e pelas entidades de direitos humanos. A partir dessa lei e dessa Comissão, ela passou a ser prova da responsabilidade do Estado. Porque em cada caso nós tivemos que provar que aquela pessoa não tinha morrido por suicídio, por atropelamento e por tiroteio; na verdade tinha sido ou executada, quando tinha a chance de ter sido presa, ou é presa e morta sob tortura, com os teatrinhos montados para justificar as versões oficiais. Isso é muito claro nos documentos que a gente apresentou, nos laudos que a gente viu. Nós mudamos a nossa versão de muitas mortes olhando os documentos. Você olha os primeiros dossiês, nós não temos a informação que a gente passa a ter depois da Lei 9.140, porque a gente não tinha olhado em detalhes, com lupas e lentes, as fotos e os documentos dos poucos arquivos que nós tivemos acesso; porque nem foram abertos os arquivos do SNI, não tinham sido abertos, o SNI não nos informava absolutamente nada, a Abin não nos informava absolutamente nada, para a Comissão. Zero a Abin informou para a Comissão. E então, nesse aspecto, foi super positivo. Também, essa história de que é impossível achar corpos no Araguaia, graças a essa Comissão foi possível mostrar que existe sim; não vamos resgatar todos, mas vamos resgatar alguns. Eu acho que o trabalho dela foi fundamental. Eu lamento que os arquivos dessa comissão tenham sido total ou parcialmente destruídos, como pelo que eu sei foram. Em relação aos desaparecidos, a lei não fez nada, a lei reconheceu que eles foram mortos em tal dia, em tal data, de acordo a tal lei. Eu tinha que entrar em contato com os cartórios diretamente lá do Ministério da Justiça e dizer: “Alô. Estou falando aqui do Ministério da Justiça, sou fulana de tal. O senhor tem que fazer o atestado de óbito”, porque

eles não queriam fazer. E às vezes tinha que ter determinação ministerial aos cartórios, porque não adiantava explicar que os caras tinham que fazer um atestado de óbito dizendo: fulano de tal... sem *causa mortis*, sem data... Alguns familiares conseguiram colocar, na hora assim. Eu lembro que a Lucinha Alves conseguiu, do Mario Alves, botar alguma coisa no atestado de óbito. Mas tu tinha que contar com a boa-vontade do escrivão, senão ele tinha que botar “fulano de tal morreu de acordo a lei”.

A.M. – E por que essa resistência?

S.L. – O quê?

A.M. – Do escrivão. Vocês estão entregando uma documentação oficial.

S.L. – Não. A documentação diz que o fulano de tal morreu de acordo a lei. É só isso. A lei só diz isso. Nós é que dissemos que eles foram mortos assim, assim, assado. Então... A maior parte diz assim, é o que está no anexo da lei, “morreu no ano tal, de acordo a lei tal”, alguns que têm data, botavam data, se não, só tem ano.

D.P. – De acordo com a lei tal significa o quê?

S.L. – Com a Lei 9.140.

D.P. – Mas que é desaparecido.

S.L. – Não. Que ele é morto. Ele é morto. É um atestado de óbito.

A.M. – Muda a categoria. Isso é muito interessante, essa fluidez, a categoria de desaparecido, morto. Agora já não é mais desaparecido, agora é morto.

D.P. – Mas não diz a causa.

S.L. – Agora é morto. Agora é morto. Isso aí, por exemplo, eu, se não tivesse corpo do Luiz Eurico, eu teria muito mais chance de ter um processo do que tendo o corpo, porque aí ele passa a ser “executado”. Hoje em dia, a legislação diz que quem não tem corpo é desaparecido. O crime de desaparecimento persiste até o momento do encontro do corpo. Mas isso não existia lá atrás. Hoje é que a legislação internacional diz isso. Mas aqui no Brasil, também, isso não é considerado. Veja-se a leitura que a Justiça está fazendo nos processos que o Ministério Público está dando andamento. Então isso também não está sendo

assim muito justo. Aí, em relação aos desaparecidos, foi triste. E também acho que a gente não teve perna suficiente, até porque os arquivos não foram abertos, para poder buscar os corpos dos desaparecidos. Por exemplo, o grupo Tortura Nunca Mais do Rio entrou com um processo contra a Comissão porque não buscava os desaparecidos. Eu fiquei indignada com isso na época, que eu nem tinha ficado sabendo. Porque não adianta tu entrar, entrar contra a Comissão...

D.P. – Espera aí. Não entendi.

S.L. – A Comissão só vai buscar desaparecidos se tiver indícios. Então o grupo Tortura Nunca Mais fez um processo no Ministério Público, acionou o Ministério Público contra a Comissão, porque não estava buscando os desaparecidos. Mas a lei... Eu faço o quê com a lei, se os arquivos não foram abertos? Era tudo... Uma situação difícil. Por exemplo, quando perguntaram para mim... O Lula ganhou. José Dirceu me ligou, perguntou: “O que é que você quer fazer?” Eu falei: “Eu não quero sair daqui, porque meu filho vai fazer vestibular, eu não quero sair daqui. Eu vou para aí quando abrirem... assim que der para abrir os arquivos, eu vou para aí”. Eu não tinha a mínima dúvida de que ia abrir os arquivos. A mínima dúvida! E não abriu. Pelo contrário. Aí tem quinhentas histórias, dos arquivos da Polícia Federal, do Infoseg, que eu não acessei mais, do não sei que, do não sei que... Então as coisas foram se fechando. Não teve mais condições de evoluir. Em relação aos desaparecidos, isso. Agora eu acho que o papel da Comissão foi fundamental, porque ela foi a primeira a reescrever essa história. Agora não foi a Comissão quem fez. Quem fez foram os familiares. Isso, foi os familiares. E o Nilmário se envolveu em muitas investigações; ele, pessoalmente, se envolveu. Ele foi para a Bahia, ele ficou dias lá, com o negócio da Iara Iavelberg. Nilmário ia aos lugares e investigava. E o Luiz Francisco Carvalho Filho também fez isso. E fez de uma forma muito forte. E ele que fez... ele pagou a investigação da morte da Zuzu, ele pagou peritos para fazer isso. Ele era o relator do processo. Porque a Comissão não tinha, às vezes, condições de fazer essas coisas; então, alguns processos que o Luiz Francisco Carvalho Filho fez são de uma força enorme. E outra coisa que apareceu nessa época é um perito criminal chamado Celso Nenevê, que é o que fez alguns laudos para nós. Ele examina as... Ele faz uma análise pericial dos documentos da morte. Ele fez do Ico agora, o ano retrasado, que eu tive coragem de pedir para ele. Com essas coisas que eu nunca faço a do Ico, ele fez uma análise pericial, que prova que o Ico foi assassinado. Eu não tinha isso. Eu

tenho porque esse Celso Nenevê fez, que eu pedi para ele e ele fez. E o Cláudio Fonteles autorizou, quando ele estava na Comissão da Verdade. Que o Cláudio Fonteles estava fazendo isso dentro da Comissão da Verdade, investigando caso a caso. Só ele fez isso. Ele saiu, ninguém mais fez.

D.P. – E com esse documento você pode mudar o atestado de óbito dele.

S.L. – Claro. Entendi que a Comissão ia mudar. Até hoje não fizeram nada. Todo mundo diz “não, vamos mudar, vamos mudar; claro que vamos mudar”, e não fizeram nada. Só fizeram do... os encaminhamentos só foram do Alexandre Vannucchi, do Rubens Paiva... É assim. É isso que a Comissão da Verdade acabou fazendo. Ela pegou casos exemplares e... vai mostrar os outros. Eles ligam para mim, para me perguntar as coisas. Às vezes eu dou um corridão, numa boa. Outro dia dei numa guriazinha, porque eu disse para ela assim: “Ah. Você diga para o André que é vocês que têm que me responder isso. Eu que tenho que dizer se o corpo foi entregue ou não? Eu acho que as coisas estão invertidas. Vocês que têm que me dizer”. Às vezes eu implico. Mas eu... sei lá, cada vez que me chamam, eu vou. Eu falei que nós fizemos um puta de um projeto – vou mandar para vocês por e-mail o projeto de pesquisa que nós fizemos, a Iara, Criméia e eu, o ano passado, para trabalhar de graça para a Comissão, desde que eles nos dessem acesso às coisas. O que é que aconteceu? Nada. Nada. A Rosa não conseguiu, eu até hoje não sei por que, ficar com a questão dos mortos e desaparecidos. Porque depois que o Cláudio Fonteles saiu, ela ficou, mas ela foi boicotada lá dentro. E ele não conseguiu levar para frente. Essa proposta de chamar a gente foi dela. Ela nos chamou. E nós acabamos fazendo esse projeto de pesquisa em Brasília. Na época, ela queria porque queria nos contratar; e a gente não quis, que acho que era errado. E também porque não preciso do dinheiro e porque acho que é errado. Eu estou aposentada, não quero ter outro cargo. E aí... Mas nem assim. Eles boicotaram.

D.P. – De qualquer maneira, a Comissão então continua funcionando, e vocês, o grupo? Você e Iara, eu entendi.

S.L. – É. Nós saímos...

D.P. - Mas você acha que existe ainda uma comissão de mortos e desaparecidos?

S.L. – Existe, existe essa comissão especial. Quando eu saí...

D.P. – A oficial. Mas...

S.L. – Quando eu saí entrou a Diva Santana, que os familiares aceitaram, sem passar por nenhuma discussão. Aí depois... sei lá. Isso fica para uma outra vez. O ano passado, ou esse ano, não sei, a... acho que foi o ano passado, a Maria do Rosário colocou a Maria do Amparo Araújo, que era também minha irmã até pouco tempo atrás, ela tem uma filha com meu nome; eu também estou rompida com ela, por causa dessas questões não só da Comissão, como também por discordância dessas coisas de indenização. Ela pediu indenização pelo Luiz José da Cunha, o Crioulo, ela não tinha direito, fiquei indignada; passou na frente de todo mundo... Eu sou muito rígida. Essa Comissão da Anistia é difícil. Ela está nessa comissão também. Mas quem ficou como presidente da Comissão quando o Paulo Vannucchi entrou era o Augustino Veit, que era na época do Nilmário. Mas aí deu uma confusão ali com a história da dona Lida Monteiro. É uma história comprida, não vou contar agora. Então, teve uma confusão com a história da dona Lida, o Belisário ameaçou se demitir, e o Paulo Vannucchi ficou meio... ficou super chateado, que ele estava acabando de entrar, de assumir as coisas, e eu acabei... Eu que dei a sugestão para ele de botar o Marco Antonio Barbosa, que foi, para nós, péssimo. Que ficou até... há pouco tempo. E agora assumiu a Eugênia Favero, que é a procuradora, ela assumiu a presidência da Comissão. A gente ficou super feliz, porque eu acho que agora a Comissão vai... tende a funcionar, que na época da Maria do Rosário não teve. A Maria foi, integrou essa comissão, como representante dos mortos e desaparecidos. E quando ela virou ministra, ela foi para Porto Alegre e ela fez um tititi, público assim, para mim, que eu fiquei muito emocionada, de reconhecimento do meu trabalho, e de que eu que tinha levado ela para esse assunto, não sei que, não sei que. Quando terminou a reunião, fui lá. Fui, agradei para ela, enfim, fiquei muito sensibilizada com a homenagem que ela fez para mim, e disse para ela: “Eu queria te ajudar a refazer a Comissão”. E ela me disse: “Quem disse que eu quero refazer a Comissão?” Aí, pronto, acabou a vida. Porque a Comissão não funcionou. A Comissão tomou alguma providência com o negócio do Cláudio Guerra? Tinha obrigação de tomar providência. Não tomou. Quem falou com Cláudio Guerra? Eu, quem primeiro falou com ele fui eu, por telefone. A Comissão não fez nada. A Comissão está, esse tempo todo esteve ausente, deixou de lapidar os arquivos, cadê... Olha. É uma coisa triste. Com dois familiares ali dentro. A Diva vai nas expedições no Araguaia, que, desde que o Jobim virou ministro da Justiça e que teve a

sentença, ele criou os tais grupos de busca –, nós participamos algumas vezes, depois saímos fora; eu fiquei hospedada num quartel lá, que tinha o nome do Castello Branco, sei lá de quem, que é uma coisa horrorosa, que a gente não queria que fosse assim –, e eles estão jogando dinheiro fora, lá no Araguaia. Os relatos. A Diva, por exemplo, vai nas reuniões e ela não nos dava relato, para a gente mandar para a Corte. Ela entregava para o governo.

A.M. – A Corte Interamericana de Direitos Humanos.

S.L. – É. É. Ela entregava para o governo. Agora acabou, não é? Chega.

D.P. – Isso. Hoje a gente... Vamos continuar. Acabou não. Acabou a etapa.

A.M. – Muito obrigada.

S.L. – Obrigada.

[FINAL DA 2ª ENTREVISTA]

3ª Entrevista: 04.12.2014

A.M. – Suzana, obrigada mais uma vez por conceder mais uma entrevista. Na nossa última conversa, nós paramos, cronologicamente, no período de criação da Comissão da Anistia, então eu gostaria de te ouvir falar um pouquinho sobre as suas percepções, seu possível engajamento na criação, avaliações acerca da atuação da Comissão.

S.L. – Olha. Antes, eu queria agradecer de novo a vocês. Eu me sinto muito honrada, acho muito chique isso de eu estar aqui. E queria, também, fazer um registro: da minha informalidade, que eu acho que tem que registrar, que é o meu jeito de ser; eu não sou da academia, não estou acostumada a fazer isso que eu fiz com vocês. E eu acho que eu... Eu tenho uma maneira... Eu sempre digo o que eu penso. Muitas pessoas me dizem para eu morder a língua antes de falar. Então eu acho que eu falo algumas coisas, que eu acho que eu tenho que explicar a vocês o que está acontecendo, mas eu não queria, talvez, que ficasse registrado algumas coisas que eu falei de fulano, de beltrano, porque são coisas para explicar a vocês, que estão me entrevistando, mas que eu acho que... Eu fiquei pensando... Será que eu falei muito mal das pessoas? Porque eu tenho esse jeito de ser. Eu acho que isso é uma coisa... eu posso, talvez, rever e fazer uma crítica política; mas não dizer: “Ah, não. Fulano,

eu não falo com ele”. Isso não é uma coisa que eu acho que interesse para a pesquisa. E eu acho que eu devo ter feito bastante isso. Não fiz? Fiz, gurias, fiz.

D.P. – Acho que fez um pouco. Mas tudo bem. A gente, depois, mostra para você. Depois ela é transcrita... Até para você entender. É transcrita...

A.M. – É. Depois da transcrição, a gente envia para você.

S.L. – É. Eu hoje vou tomar esse cuidado de não ser tão informal assim.

D.P. – Agora, Suzana, até para você entender. Esse processo da história oral é muito em cima da informalidade mesmo. A ideia da gente... Porque toda entrevista, ela é uma representação, quer dizer, a sua percepção dos acontecimentos. Porque se fosse uma coisa só objetiva, (a gente não quer saber só a data de tal coisa) a gente teria outras fontes. Mas a história oral, na realidade, dessa metodologia, é um pouco isso, quer dizer, é a sua visão sobre aqueles acontecimentos, a maneira como você entende, como você percebe; a sua maneira de ser, a sua maneira de falar. Tudo isso é super importante. Os trejeitos de cada um, os cacoetes, digamos assim, o jeito de perceber e de se pronunciar. Então, fique tranquila, porque é uma coisa muito... Não é aquela entrevista para a televisão, formal, que você tem que falar sobre tal acontecimento. Não é isso.

S.L. – Não. Isso eu entendi.

D.P. – Pois é.

S.L. – Mas é que às vezes eu escorrego. [riso]

D.P. – É. Aí a gente vai...

S.L. – Tem que limpar um pouquinho.

D.P. – Está bom.

S.L. – Olha. Eu estou esquecida. É 2001 que criou a Comissão da Anistia?

A.M. – 2001.

S.L. – É. Eu já participava, nessa época, da comissão de indenização do estado do Rio Grande do Sul, que lá foi criada pelo Antonio Brito, uma comissão de indenização aos presos políticos. E já tinha uma montanha de críticas...

D.P. – Antonio Brito era aquele governador do PMDB que era jornalista.

S.L. – É. Ele, quando governador, criou essa comissão. E eu integrei essa comissão em nome da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos da Assembleia Legislativa; apesar de eu não ser deputada, eu fui... que nem poderia, em nome da Assembleia, mas eu fui, em nome da Assembleia, fui para essas reuniões. E já achei muito complicado. Porque era uma coisa simbólica, foi a primeira comissão a funcionar, era uma coisa simbólica, de até trinta mil reais, que o estado dava aos que foram presos em dependências do estado do Rio Grande do Sul. Eu fiz de tudo para mudar esse *do* por um *no*. Fui a minha única... assim, a maior briga. Eu não briguei pelo valor. Porque eu percebi que iam ficar de fora todos que estivessem presos em dependências federais do estado do Rio Grande do Sul, como de fato ficaram. Então a lei foi assim. Primeira confusão. Só vou contar isso, rapidamente, para dizer por que eu já fui... eu não tomei conhecimento da Lei da Anistia. O que é que aconteceu primeiro?

D.P. – Da lei que montou a Comissão da Anistia.

S.L. – É. O que é que aconteceu primeiro? Os valores, de zero a trinta mil. Para mim, se a pessoa declarava que foi torturada, era trinta mil. Mas a pessoa tinha que declarar que foi torturada. Se a pessoa não declarava que foi torturada, eu fiz um... uma coisa imaginária, tipo assim: até um mês de prisão... não me lembro mais quanto era. Dez mil? Depois eu dava quinze... depois eu dava vinte e depois eu dava trinta. Eu acho que foi assim. Já nem me lembro mais. Amelinha, por exemplo, deu trinta mil; quando foi na de São Paulo, deu o teto para todo mundo. Eu não dei. Eu fiz essa diferenciação. Não sei se foi certo ou não. E votei contra todos que não tinha prova, que estavam presos no estado do Rio Grande do Sul, em dependência federal. Eu fiz o voto do pai do Tarso Genro. Amava ele de paixão, professor Adelmo, ele participou de um ato de homenagem ao Luiz Eurico, lendo poesia, a coisa mais querida ele, agora ele ficou preso num quartel. Então eu fazia ressalva, que aquilo... E aí comecei a virar uma bruxa, porque os ex-presos começaram a fazer laudos para provar que tinham... laudos médicos, para provar que tinham sido torturados, e aí faziam laudo indireto.

Por exemplo, eu... como se eu fosse fazer do Luiz Eurico; aí eu ia naquele grupo de psiquiatras e dizia como Luiz Eurico era, e eles davam um laudo, um laudo indireto. Isso eu achei um absurdo. Então já comecei a me indispor com os presos. Porque eu dizia: “Eu estou aqui numa comissão de estado, eu não estou aqui para resolver os problemas... as sequelas que a ditadura fez e o que ela abrangeu, e estou aqui para votar em cima de uma lei; então, eu sigo a lei”. Nesse mesmo grupo inteiro, participava desse negócio da Lei da Anistia. Eu quando comecei a ler a Lei da Anistia eu falei: gente, até o vizinho da esquina vai ter alguém que participou, que vai ser enquadrado nessa lei. Achei que ela estava abrangente demais. Quantas pessoas foram? O Paulo Abrão deve ter dito para vocês. Que eu, agora, já perdi a conta. Quantas já foram beneficiadas até agora? Sei lá. Trinta mil pessoas, mais ou menos? Se um terço disso... Um terço disso estava na guerra contra a ditadura? Então eu não...

D.P. – Mas você era acompanhada, seu voto era acompanhado pelas outras pessoas? Você tinha um peso na Comissão? Quem participava da Comissão lá no Rio Grande do Sul?

S.L. – Daquela comissão participava: um representante dos ex-presos, eu, pela Comissão de Direitos Humanos, um representante do Ministério Público, um do Conselho Regional de Medicina – que até foi assassinado, o dr. Beck, ninguém sabe por quê. Hoje até botei ele no Facebook – e... Acho que eram cinco pessoas. E uma de livre indicação do...dele... Ah, não. E tinha também (nossa! como estou esquecida.) a Associação Riograndense de Imprensa.

D.P. – Certo. E o pessoal acompanhava seu voto? Você tinha uma liderança nessa comissão?

S.L. – Não. Tinha disputa. Tinha disputa, bastante disputa.

A.M. – Disputa com relação aos critérios?

S.L. – Com relação aos critérios, os questionamentos que eu fazia em relação a... tem que ter prova. Não é assim que o Estado fez? Você tem que provar que foi preso. Então não adianta não ter prova. O que não tem prova eu não voto. Eu ouvi muita gente. Eu comecei a fazer aquele negócio das oitivas, e eles acabaram fazendo também. Então isso, a oitiva, servia de prova. Que não tem documento, obviamente, a pessoa vem aqui, me diz o que aconteceu, dentro da Secretaria de Justiça e Segurança, é lógico que eu vou acreditar, e vou fazer meu

parecer em função disso. Mas tinha muita disputa em função das pessoas. “Ah, o fulano de tal, ele é muito conhecido; ele diz que apanhou numa passeata, ficou com um problema de ouvido, tem que dar para ele”. “Ele não provou, gente! Ele não foi ouvido por ninguém. Vocês ouviram ele? Ele veio aqui?” – “Não. Não, mas nós vamos dar igual”. Eu voto contra. Então tinha muita disputa. E o representante dos ex-presos –, um deles primeiro, depois mudou, já foi diferenciado –, um deles me questionava o tempo inteiro. E eles questionavam muito essa coisa que eu dizia, “declarou que foi torturado, eu dou o teto. Não precisa me explicar se deu...se foi torturado assim ou se foi torturado assado”. E alguns eram estranhíssimos. O cara caiu de um caminhão e aí machucou a perna, e aí o atestado vinha de um oftalmologista. Umas coisas que não... E algumas coisas que a gente não nem conhecia. Eu, por exemplo, não conhecia uns campos de concentração que foram criados no interior do Rio Grande do Sul. Eu sempre disse que, depois, eu ia estudar melhor isso, porque eu não conhecia. Prendiam as pessoas e botavam lá num enroscado de um arame farpado e deixavam as pessoas lá dentro.

A.M. – Chegou mais de um caso?

S.L. – Sim. Muitos casos. E chegou casos de gente que diz que foi preso pelo Grupo dos Onze, lá dentro do negócio dos arames farpados. Porque aí botaram um monte de advogado picareta a fazer os processos, tinha um advogado, especialmente, que fazia igual para todos, exatamente igual. E foi super conturbado. Teve uma audiência pública para discussão disso, dos critérios, lá na Comissão de Direitos Humanos, e o irmão do Victor Papandreu, que veio a ser uma pessoa infiltrada dentro dos movimentos, ficava me acusando lá, publicamente. “O meu irmão não foi preso político? E *ela* votou contra”. Porque era para ele. Ele dizia que ele tinha sido lesado por causa da prisão do irmão dele. Da perseguição ao irmão dele. E ele nem morava no Rio Grande do Sul, então... Enfim. Mas foi muito polêmico, super polêmico. Depois entrou na presidência uma colega minha da Comissão de Direitos Humanos, no governo do Olívio [Dutra]. E eu discordava dela muito. Porque ela queria se firmar como presidenta da comissão, e ela discordava muito de mim; para mim, ela tomava atitudes erradas. Não que eu sou... que eu fosse mais importante do que não sei que, mas algumas coisas não... eu não aceitava. O Bona Garcia presidiu essa comissão durante um período. Acho que foi o primeiro a presidir. E teve, claro, apareceram histórias muito interessantes. Teve uma época que eu me afastei... Sabe que eu já não me lembro por quê? Eu

vou ter que me lembrar. Por que é que foi que eu saí da Comissão? Eu acho que foi por causa de um... de um cara do Conselho Superior de Polícia do Rio Grande do Sul, que tinha denúncia dele... Isso, no governo Olívio. Tinha denúncia contra ele, que ele trabalhava no tal do Dopinha, que era lá... um órgão que se formou... um local clandestino do Dops do Rio Grande do Sul. E ele pedia, ele integrava o Conselho Superior de Polícia e ele pedia o tempo de serviço dele... para agregar ao tempo de serviço dele o tempo que ele trabalhou no Dopinha, informalmente. E eu fiquei indignada. O Conselho Superior de Polícia é para isso. Então teve um monte de denúncia e uma briga lá com o governo Olívio danada, com o chefe de gabinete, que era o Laerte Meliga, que era um ex-preso político, e que não tinha noção desta luta e dessa história, então foi um empate muito violento. Eu, uma vez, fui ser homenageada pela Câmara, por uma vereadora lá, que me... eu não gosto dessas coisas, mas ela me pegou de surpresa ali, me deu o negócio da cidadania, e os ex-presos foram lá com um manifesto, o movimento dos ex-presos e perseguidos políticos, foram lá, com um manifesto contra esse Savi. Aí não dá. Eu saí da Comissão, porque eu achei que era demais para mim. Esse movimento dos ex-presos surgiu em função daquela comissão de indenização, e não existia antes; eu discutia muito com ele que, para mim, o norte deles era o dinheiro, então eu não... o meu não era. E é assim que eu acho que se constituiu a Lei da Anistia.

D.P. – A lei da Comissão da Anistia.

S.L. – É. A lei da Comissão da Anistia. O norte era o dinheiro.

A.M. – Só para deixar registrado. Você se recorda quando foi criada a comissão de indenização no Rio Grande do Sul, em que ano?

S.L. – Lei 11.042/97. Se eu não estou errada. Se eu me esqueci.

D.P. – Foi um dos primeiros estados que criou, foi o Rio Grande do Sul?

S.L. – Não. Eu acho que o primeiro foi o Paraná. Mas não fez a comissão. E a gente achava na época que devia ter. Eu trabalhava na Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, a gente estava fazendo um projeto de lei baseado no do Paraná, para encaminhar ao governador, porque a Assembleia não pode votar um projeto de lei que dependa do dinheiro do estado. Então, era para encaminhar ao governador. E aí eu achava que tinha... escuta? Não. – nos computadores... Como é que chama isso?

A.M. – Escuta mesmo.

S.L. – Não. Os computadores da Assembleia Legislativa são integrados numa rede. Eu vivia dizendo... O PT, por exemplo, tinha uma rede específica, não estava na rede da Assembleia. Mas a Comissão de Cidadania e Direitos Humanos estava. E eu reclamava muito, porque eu achava que tinha que estar na rede do PT. Mas é que, formalmente, diziam que não podia.

A.M. – E você achava que estavam investigando esses computadores?

S.L. – Eu acho. Nós estamos estudando o projeto de lei, no dia que eu boto no computador, acho que dois dias depois, o Brito anunciou; nós achamos que tinha...que foi... eu achava que foi. Eu não sou... Eu sou paranoica, então...

D.P. – Você é paranoica?

S.L. – Eu acho que, para algumas coisas, sou. Tipo isso. É uma coincidência? Tem umas coincidências que não aguento.

D.P. – Sim. Mas não tinham várias pessoas... Porque esse era um assunto que estava em pauta. Isso aí, várias pessoas não estavam pensando nisso?

S.L. – Não estava muito em pauta, não. Não estava muito em pauta, não. Eu me lembro que eu e Amelinha fizemos uma entrevista, que saiu lá no Rio Grande do Sul, numa das reuniões dos familiares nossos, dizendo que os ex-presos deviam ser indenizados. Mas lá, por exemplo, tinha aquela entrevista, não tinha um movimento sobre isso. Em 97? Não tinha.

A.M. – Já havia a experiência da Lei 9.140, da criação da Comissão de Mortos e Desaparecidos. Mas vocês também entravam em contato com experiências fora do país, com relação a criação de comissões para indenizações simbólicas, pecuniárias etc.?

S.L. – Não. Eu nunca tive contato assim. As pessoas com quem eu tive contato, inclusive, não aceitavam, algumas pessoas que eu conhecia, do Chile e da Argentina, de familiares; as *madres* diziam que a gente estava vendendo o sangue dos nossos familiares e o nosso sangue. A Hebe me disse isso uma vez, a Hebe Bonafini, com todas as letras. E essa era a posição delas. Então não tinha, nessa comissão...

D.P. – Qual era exatamente a sua posição em relação a essa coisa da indenização? Ficou um pouco...

S.L. – É. Eu tinha dificuldade. Porque eu achava que a questão não podia ser financeira, então, que tinha que ter um outro tipo de posicionamento. Por exemplo, algumas pessoas ligavam para a Comissão De Direitos Humanos, me chamavam e perguntavam: “Esta lei que vocês estão fazendo nessa comissão tem punição aos torturadores?” – “Não, não tem”. “Então não aceito. Não vou requerer”. Depois, todo mundo requereu e ficou quieto. Mas eu....aquela coisa daquela indenização simbólica, no começo, me incomodava. Depois eu achei que era uma forma de trazer a história à tona. Então que ela... que simbolicamente o Estado estava pagando. Em todos os meus votos eu botava isso no fim, que devido ao relato, eu... simbolicamente, o estado do Rio Grande do Sul estava tentando ressarcir pelos danos causados, assim. Eu sempre fiz voto longo, sempre fiz voto muito descritivo, porque achava que aquilo era história; eu queria que as pessoas botassem a sua biografia, botassem fotos. Isso eu não consegui, nem na comissão estadual e nem na federal. Muitos não fizeram nada.

D.P. – Suzana, ainda para voltar a um ponto que a Ângela perguntou a você. As conversas com o pessoal do Chile e da Argentina. Eles eram contra...

S.L. – Os que eu conheci eram contra.

D.P. - ... a indenização, digamos, financeira. E como é que surge esse debate aqui no Brasil, que era importante ter ressarcimento financeiro? Como eram essas primeiras conversas? O que você se lembra disso? Como é que surgiu?

S.L. – Olha. Nós éramos absolutamente contra, os familiares, a receber qualquer tipo de indenização. Quando nós começamos a discutir a Lei 9.140, isso era um ponto complicado, porque a maior parte era contra. O José Gregori nos dizia que não tem como fazer, se nós vamos fazer uma comissão para fazer alguma coisa, vai ser para o Estado ressarcir. E, na época, a gente brigou: “Então, tem que ser igual para todo mundo”. Aquilo ali eu acho que foi uma conquista nossa, no sentido de fazer pela idade. Então, que nem disse uma vez o Marcelo Lavener, “se o pobre diabo era gari vai receber como gari?” – tentando responder em relação aos absurdos da diferença de valores pagos. Eu acho que isso foi uma

conquista nossa lá. Então, o burguês recebia igual ao proletário, fazendo uma frase bem... Era igual, dependendo da expectativa de vida. Agora era...

D.P. – Da expectativa de vida e dependendo do envolvimento. Na realidade era isso. Porque não era de zero a trinta mil? Como é que era igual?

S.L. – Não. Estou dizendo isso na federal. Quando nós começamos a discutir. Foi antes.

A.M. – Lá em 95.

S.L. – A Lei 9.140 é de 95. Essa lei é posterior. Então, já existia essa discussão para o pedido de indenização. Eu, na 9.140, convenci muita gente a pedir. Agora eu não conseguia fazer o meu.

D.P. – Sim. Mas eu não estou entendendo. Mas lá, também, não é por idade. Não tem nada a ver.

S.L. – Não.

D.P. – Por que você está dizendo que foi uma vitória nossa?

S.L. – É por idade. Comissão da Lei 9.140, a indenização é pela expectativa de vida, então...

D.P. – A nacional?!

S.L. – A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, a Lei 9.140, é por idade. Isso é... Olha. [mostra] Idade do desaparecimento. Aí tu faz um... Entre dezesseis e vinte. Quem mais recebeu foi aquela menina que morre lá na Bahia, que a mãe dela, depois, foi morta...

D.P. – Ah. No caso de desaparecido. Está certo.

S.L. – No caso dos mortos e desaparecidos.

D.P. – Está bom. Mas no caso dos vivos, não tem nada a ver com expectativa de idade.

S.L. – Não. Mas isso aqui... Estou dizendo, esta aqui foi uma conquista nossa, da Lei 9.140, que viesse, pelo menos... Eu tive que convencer muita gente a entrar. Teve duas famílias aqui do Rio que não aceitaram, que é a Carmem Navarro, mãe do Hélio Navarro, e a Diana Piló, esqueci o nome do filho dela. Mãe do... acho que é do Pedro Alexandrino. Elas não aceitaram. Elas só pediram a localização dos restos mortais, e não aceitaram a indenização. Naquela época de inflação galopante, eu... Como Luiz Eurico estava na lista aqui dos 136, automaticamente... não tinha que discutir o processo; mas eu tinha que requerer. Eu fui requerer não sei quanto tempo depois e levei não sei quanto tempo para conseguir buscar o dinheiro. Deixei lá, sem... Não conseguia aplicar... Não, eu sou contra aplicar. Fiz gato e sapato, que... de dificuldade de pegar esse dinheiro. Muita dificuldade. E acho que muitos familiares passaram por isso. Eu passei por uma dificuldade horrível, porque eu morava na casa da minha mãe e não tinha onde morar, então eu podia comprar um apartamento, que foi o que eu fiz, com esse valor; meu filho era pequeno, me cobrava violentamente isso, porque ele queria ter um cachorro, e eu não conseguia usar aquele dinheiro, não. Fui muito difícil para mim. Muito difícil. Depois, a indenização do Rio Grande do Sul eu dei para os irmãos do Luiz Eurico, então eu nem fico com ela. Que também seria minha, aqueles... os trinta mil. Enfim... É muito difícil essa situação.

D.P. – Pois é. A gente estava conversando exatamente sobre como é que surge essa coisa da indenização. O Gregori dizia: “Não. Mas tem que ter indenização, porque quem está ressarcindo é o Estado”.

S.L. – É. A gente discutia isso. Foi uma das coisas. A gente só viu a lei depois de pronta. Apesar de o Jobim nos mostrar antes, a gente viu depois de pronta. Agora têm duas coisas meio críticas. Não é essa que nós estamos falando, ainda. Não me lembro nem se nós falamos dessa. Nós estamos falando da anistia. Mas só para completar. Das coisas positivas que ele fez para mim: isso *aqui*, de botar essa coisa, para ter equidade aqui, e ele inverte, também, os beneficiários. Não é a mesma coisa que está na Constituição. Em primeiro lugar ao cônjuge, depois ao companheiro ou companheira. Ele aceita isso. Depois, aos descendentes, e por último, aos pais, levando em conta que, provavelmente, a família do desaparecido era sua mulher e seu filho, mais do que os genitores.

A.M. – E vocês tiveram algum contato com o processo de discussão? Você mencionou que essa tabela *aqui* pode ser considerada como uma vitória de vocês. É uma tabela que está presente na lei desde que ela foi promulgada. Então houve um contato ao longo do período de formulação da lei, ainda que tenha sido um contato mínimo.

S.L. – Não. Houve muito contato. Houve bastante contato com o José Gregori nesse período; e com o Jobim, nós fomos mais uma vez falar com ele. Eu tinha mais acesso a ele, também, porque era gaúcha. E, à época, eu já era uma liderança assim desse assunto. O José Gregori, por exemplo, quando estava fazendo a lista, ele ligava para mim, porque ele queria colocar na lista nomes que ele conhecia. Tipo a Sonia. “Como é que eu vou fazer uma lista sem botar o nome da Sonia?”

D.P. – Qual Sonia?

S.L. – A Sonia Maria Lopes de Moraes. Sonia Maria de Moraes Angel Jones. Ele conhecia o Moraes e a Cléa, como é que ele não ia botar o nome dela na lista? Então, ele ligava para mim: “Eu posso pôr esse nome na lista?” “Não, não pode pôr”. Acho que eu falei isso. Porque ele mudou a data do desaparecimento do padre para botar um... Padre Jorge Oscar Aduro. Então havia essa discussão, sim. E o que mudou a lei e a cabeça do José Gregori, para mim, foi uma reunião que o Belisário fez conosco no escritório dele. Belisário era o secretário de Justiça de São Paulo. O Nilmário dizia que não adiantava mais discutir, que não adiantava, porque eles diziam que não iam ampliar muito os critérios da lei. Era mais uma coisa dos desaparecidos. E nós fizemos uma reunião, com representação forte dos familiares, assim por estado... Todo mundo que tinha uma certa liderança nos estados, nessa luta, foi, para discutir com ele. E ele diz que ele foi derrubado ali. Então ele inclui na lei aqueles que... além de indenizar os anexos da lei, os que morreram em dependências policiais ou assemelhadas. Ele inclui isso a partir dessa reunião com Belisário. Que foi muito forte mesmo. Ele ficou emocionado de ouvir os depoimentos, especialmente dos filhos, que nem ele disse, ele ficou muito emocionado. Isso também aconteceu. Mas a expectativa em relação ao que seria a lei foi muito difícil; de como ir ser. E quando saiu a lei, eu era contra. Cecília Coimbra me convenceu a participar. Eu era contra. Eu achava que aquilo ali era sepultar a nossa luta, pela coisa financeira, e pelas críticas todas em relação ao que a gente tinha da lei: tem que fazer um requerimento, o ônus da prova era nosso; então tem os mais e os menos

mortos, os melhores, os piores, essa discriminação. O Estado não assumia a responsabilidade. Assume a morte dos desaparecidos, mas não assume a sua responsabilidade na busca. A Comissão busca se os familiares apresentarem indícios, porque não era ela que ia apresentar. Então eu tinha muito crítica. A Cecília me convenceu a aceitar, inclusive, a participação na Comissão. Depois o grupo Tortura Nunca Mais entrou no Ministério Público contra a Comissão, e eu só fiquei sabendo depois. Eu tinha que saber antes, pois eu representava os familiares. Mas foi importante até, porque começou a envolver o Ministério Público. Teve boas consequências. Mas na época foi difícil. Aquele período da Lei 9.140 foi muito difícil, porque, no começo, grupos se formaram – em São Paulo tinha um grupo enorme de ex-presos, advogados – para fazer os processos. Aqui no Rio também teve reuniões sobre esse assunto, mas morreu na praia. Nós fizemos aqueles processos, um pequeno grupo assim. Aqui do Rio, o Togo Meirelles estava muito envolvido nisso. Ele trabalhava no grupo Tortura Nunca Mais na época, então, pelo grupo, ele se envolveu muito mesmo. E de São Paulo, a Crimeia, e de Brasília, a Iara. Fomos nós que fizemos esses processos.

D.P. – E lá em Pernambuco, quem estava? Marcelo Santa Cruz, acho que teve uma atuação.

S.L. – Olha... Mas... Não, não. Nem o Marcelo e nem a própria Amparo. Que tinha, mas tinha pouco. Por exemplo, o caso da Miriam Verbena, a Iara acabou indo lá, porque ela não ficou satisfeita com a investigação que, teoricamente, a Amparo... não investigava aquilo, essas coisas. Porque tinha que investigar, senão não passa na Comissão. Não adiantava a gente apresentar o processo. A gente não tentava burlar a lei para apresentar o processo e para votar. A gente não fazia isso. Nunca fez. Isso criou uma proximidade, uma identificação nossa com Miguel Reali Júnior, por exemplo, que presidia a Comissão, que foi fundamental para provar o Lamarca e o Marighella. A forma como a gente construiu essa relação de respeitabilidade com ele. Porque não ajeitava caso para passar. Se tinha um caso que era apresentado que não tinha prova, não estava bem feito e bem fundamentado, eu tirava vistas do processo, para montar. Então... Isso ele mesmo que me sugeriu, numa primeira reunião, que eu nem sabia como ia ser o processo, não tinha ideia. Ele que sugeriu. “Se não está havendo prova, tu podes montar o processo”.

D.P. – Você mesma montava?

S.L. – Não. Era a gente que fazia tudo. A gente que fazia tudo, com lupa, com lente, olhando as fotos para ver se tinha marca de algema. Em todos os processos da Comissão de Indenização... Eu tenho em HD. Se vocês quiserem, vocês podem copiar. Porque isso para mim é público. Todos os processos ali, (se bem que está mal digitalizado, mas tem) tinham uma complementação, feita pela Iara e a Criméia em nome da Comissão de Familiares. Elas assinavam isso. Então era um relatório das circunstâncias da morte. A gente botava em todos os processos, mesmo os que a família tinha entrado sem passar por nós. Que foi o caso do Marighella, por exemplo. A defesa que era feita no processo não ia passar pela Comissão. Que era um inimigo público número um, que era perseguido há muitos anos, marcado para morrer... Isso não passava na Comissão. Então, o que a gente anexou ali foram as circunstâncias da morte dele, com as fotos da morte, mostrando o que a gente achava que tinha sido uma execução, que isso foi construído. E o Lamarca também. O dia que o Nilmário apresentou o processo do Lamarca, eu tirei vistas. Ele ficou furioso comigo. Mas eu tirei. E eu que fiz o voto depois, em cima de uma argumentação diferente da dele. E, quando o Luiz Francisco apresentou o do Marighella, o general pediu vistas. Então... A minha justificativa foi: para dar iguais condições ao do capitão Lamarca, porque senão eu não sabia se ia passar. E aí, o que é que eu fiz? Eu montei o processo, montei meu voto e dei para o Miguel Reali... para o Luiz Francisco ver, para eles terem... dei para o Miguel Reali ver, para eles terem acesso ao processo, para poder construir a votação; senão, se chegasse só na hora, era mais difícil. Eu fugi do assunto. Nós estávamos falando da Comissão da Anistia.

A.M. – Não. Não. Você está tocando num ponto que para nós é muito caro, que é - corrija-me, por favor, se eu estiver errada – que é uma dupla dimensão de funcionamento da Comissão. Porque ela foi criada com caráter burocrático-administrativo. E que, de acordo com o seu relato, não foi possibilitado, até por conta da ausência de instrumentalização do Poder Executivo para fazer com que a Comissão tivesse possibilidade de funcionar. Eu estou falando de orçamento, recurso, pessoal etc.. Por outro lado, tem outra dimensão também, que é... e aí vem a minha pergunta – que é o fato de que esses processos, eles só foram possíveis de serem reconstituídos, inclusive por você, por conta de uma dimensão mais pessoal e de militância política, que você já tinha com o movimento de familiares de mortos e desaparecidos políticos. Está correto meu raciocínio até aqui?

S.L. – Hum, hum.

A.M. – Então, como é que você avalia, inclusive analisando para futuras iniciativas, esse projeto? Que é um projeto do Estado, e foi uma lei reconhecida como um marco, ainda que insuficiente nesse momento, porque o Estado reconhece a morte e o desaparecimento de pessoas vinculadas a atividades políticas durante a ditadura, deixando o ônus da prova a cargo dos familiares, não possibilitando um ambiente de trabalho adequado para esse processo de investigação, de tramitação desses processos. Como você vê o papel do Estado na organização e na montagem dessas comissões? Porque era uma comissão que também, do que você está relatando para nós, ela só tinha possibilidade de atuar, de fazer o seu trabalho cotidiano porque havia no seu âmbito pessoas que tinham contato com o outro lado de todo esse assunto, que é a militância política e a militância em movimento social e o contato com familiares de mortos e desaparecidos políticos, e que tinham vontade de fazer os trabalhos dessa comissão continuarem. Como você avaliaria esse período de atuação da Comissão? Ela foi um marco nesse sentido, ainda que com atuação limitada? E o que você modificaria nos trabalhos da Comissão?

S.L. – Ela foi um marco significativo, especialmente em relação aos – não aos desaparecidos, mas aos casos que foram apresentados, porque nós provamos que a ditadura militar tinha mentido nas suas versões de suicídios, atropelamentos e tiroteios. Então isso, para mim, foi um marco. A gente provou. Os casos em que não tinha prova, a gente votou contra. Então houve uma... toda uma comoção, eu acho, em relação a isso, e houve muita divulgação desse assunto, para alguns casos específicos. Nesse sentido, eu acho que ela foi um marco fundamental. Agora o Estado não nos deu nada. O Estado não nos deu... Não abriu os arquivos!... O Estado dava para mim passagem e estadia, para os membros da Comissão também. Mas o grosso da nossa possibilidade... Nós éramos todos com pouquíssimos recursos financeiros. Todos nós. Sempre fomos. Então... Até para a reprodução das fotos, que na época era uma coisa muito cara, tirar foto; não tinha essa coisa de digitalização direito, ou a gente nem sabia. Eu aprendi a mexer no computador sozinha, com a Criméia, na casa da Iara. A Iara viajou, e nós ficamos lá mexendo no computador. Vocês não têm ideia do que foi. A Iara voltou, nós tínhamos acabado com o computador dela. [riso] Aparecia coisas no meio do texto. Eu não sabia nem mexer nisso. Eu não tinha computador. Isso era uma coisa muito cara. Eu fui ter computador quando eu recebi a indenização. Eu fazia na casa do Ney

Lisboa, que tinha, que é o irmão menor do Ico. Eu fazia na casa dele. Ele tinha computador. Então os meus votos eu fazia lá. Ele fez a... Como é que chama isso? Quando arruma graficamente. Como é que chama?

A.M. – Formatação?

S.L. – Formatação do meu voto do Lamarca foi ele que fez. Está formatado. Os outros não estão formatados. Mas esse estava. Que eu fazia na casa dele. O Estado não nos dava isso. O que o Estado respondia da... A gente mandava perguntar para a Abin. Na época era Abin. Aquele acho que David Bernardes de Assis, senão me engano, que assinava todos os documentos da gente, e tudo era nada consta. A gente não tinha acesso aos arquivos. Eu para ir no STM foi uma dificuldade. Foi muito difícil a gente conseguir que o STM aceitasse. O Miguel Reali batalhou isso, então algumas provas... era meio complicado mas –, algumas provas a gente tirava lá, a Iara ia no STM. Eu fui uma única vez, já no governo Lula, foi mais difícil ainda, atrás de... por causa de um desaparecido político da ALN aqui do Rio de Janeiro que ninguém conhecia, não estava em lista nenhuma. Hamilton Fernandes de Souza. Hamilton... Cunha. Esqueci o nome dele. Ele não estava na lista dos desaparecidos.

D.P. – O primeiro nome dele é Hamilton. Isso você lembra.

S.L. – É Hamilton. Eu tinha uma foto dele, que nem aquele bilhetinho que eu comentei ontem, em algumas coisas que eu guardei... Ontem, eu comentava contigo de um bilhetinho que o Sérgio Ferreira me deu, lá nos anos 80, sobre um desaparecido político, que era o Baiano; outra coisa que o Sérgio me deu era uma foto de uma pessoa com roupa de formatura, que atrás dizia... Hamilton Damasceno... Nossa! Eu vou ter que olhar o nome dele. Que atrás dizia: “Desaparecido. A família não sabe dele”. Mas ninguém sabia quem era. E o irmão dele entrou com um processo. E eu fui atrás. Ele era um funcionário da CCPL. E aí eu fui ao STM para ver o processo. Hamilton Pereira Damasceno. Foi a única vez que eu fui ao STM, no governo Lula, e foi *muito* difícil. Tudo era muito difícil.

D.P. – O arquivo que tinha eram aquelas cópias do arquivo do Brasil Nunca Mais. Vocês iam lá, no arquivo Edgard Leuenroth?

S.L. – Não. Uma vez ou outra. Porque aquilo é muito difícil de pesquisar. Até cheguei a ir. Mas tu vem... “eu quero uma informação no processo 100, da ALN”. São caixas, caixas e

caixas. Tu não acessa. Então aquilo ali, para nós, não serviu. Nós tínhamos o IML, que na época a gente invadiu o IML de São Paulo lá; mas depois eles sumiram com aqueles arquivos. Nós fomos no IML. Tinha um arquivo, depois abriu, em 92 eu acho, ou 91? – abriu os arquivos do Dops de São Paulo, então... e a gente conseguiu entrar lá dentro, um grupo de familiares, enquanto os arquivos foram para a Mooca, assinando um termo de responsabilidade. Mas foi a primeira vez que a gente viu as fotos, inclusive, muitas fotos. Mas foi muito difícil também. E nós nem acabamos a pesquisa. E nós compramos uma briga com arquivistas, que não queriam nos deixar entrar. O Vannucchi era estagiário nessa época. Mas os arquivistas não queriam nos deixar entrar. Eles eram contra, porque a gente ia estragar os arquivos e... por mexer, porque é muito...

D.P. – O Vannucchi que você está falando é o Marco Aurélio.

S.L. – O Marco Aurélio. Ele era estagiário. Ele foi estagiário nessa época que abriram os arquivos. Eu acho que ele era estagiário da Secretaria de Cultura, não sei, ou do próprio Arquivo. Não me lembro. Mas foi a época que eu conheci ele. E nós não terminamos a pesquisa. Que lá pelas tantas... A gente não tinha nem dinheiro para chegar na Mooca. Era difícil. Eu não tinha dinheiro para botar gasolina no carro, para chegar na Mooca. Tudo, para nós, sempre foi difícil. E assim. Então a gente mexia naquele arquivo mas... aquilo, também, foi fundamental. Era diretor do Arquivo de São Paulo... Era um ex-presos político, que eu também consegui esquecer o nome dele nesse momento. Eu estou muito ruim de memória. E ele me entregou uns negativos que tinha de fotos do Luís José da Cunha, do Crioulo. Eu tinha certeza que o Crioulo tinha morrido em tiroteio. Absoluta. E eu descobri que não ampliando aquelas fotos. Foi...

D.P. – Porque as fotos...

S.L. – As fotos têm sinais de tortura. Ele foi torturado. Se ele não tivesse me emprestado aqueles negativos, para eu reproduzir as fotos, nunca eu teria... a gente teria conseguido aprovar o caso do Crioulo. Porque se não me engano, o general tinha votado contra, eu pedi vistas, e eu que, depois, montei o voto. Aqueles votos são muito interessantes. Os votos que a gente fez são muito interessantes, porque a gente dissecava as circunstâncias da morte, a gente dissecava o corpo. Mas era horrível! Eu ficava lá dizendo: “Eu estou passando mal. Eu estou passando mal”. Uma vez, o Gilnei me internou lá na... no negócio da

Câmara. Estava na casa dele, passando mal, [me internou] lá na emergência da Câmara. Eu fiquei lá tomando soro. Porque eu estava lá com as fotos da Chácara São Bento. Além de ser horrível, eu fui muito amiga da Pauline e do Eudalto, que eu conheci em Cuba, na época do treinamento. Então era amiga deles. A foto é uma coisa horrível!

D.P. – E o que é a Chácara São Bento?

S.L. – A Chácara São Bento é o massacre de seis militantes da VPR, em Recife, que é o trabalho final do cabo Anselmo então infiltrado. Ali morreram Pauline [Philipe] Reichstul, Eudalto Gomes da Silva, que era um baiano, trocado no sequestro do embaixador alemão... [silêncio]

A.M. – Quer parar um pouco?

S.L. – Me deu uma coisa!

[FINAL DO ARQUIVO 1]

S.L. – ...No nosso dossiê, no final dele. A gente ampliava as fotos e ficava mesmo olhando, com lupa, para ver a marca de algema, para desconstituir a história. Então ali foram seis pessoas, que foram assassinadas, e que é o último trabalho do infiltrado cabo Anselmo ali. Por que é que eu falei da Chácara São Bento? Fui me emocionar, me perdi.

A.M. – Porque você estava falando do acesso aos arquivos, que era muito difícil.

S.L. – É. Então. A gente só tinha acesso a essas fotos. Eu estava falando isso, o dia que eu passei mal olhando essas fotos da Chácara São Bento.

D.P. – E foi o diretor do Arquivo de São Paulo que... Não é isso?

S.L. – Não. Essas fotos da Chácara São Bento vieram lá de Recife, quando abriu o arquivo do Dops de Recife. Essas fotos foram localizadas lá. Ou no IML de Pernambuco. Não me lembro mais de onde são as fotos. Mas não fomos nós que buscamos. As fotos que tinha em São Paulo eram dos mortos em São Paulo. E a gente reviu, nós revimos a nossa descrição de como algumas pessoas tinham morrido; que a gente achava que era em tiroteio. E eles dizem, eles os assassinos, o que é que eles dizem? Que eles levavam os corpos para o

DOI-Codi para identificação. Porque a gente começou a usar como prova o período – por exemplo, o José Roberto Arantes – foi morto em tiroteio, mas ele foi morto às quatro da tarde e entrou no IML na manhã do dia seguinte. Não me lembro exatamente. Mas situações assim. Entrou de meia, de cueca. O cara não pode se pôr num tiroteio de meia e de cueca, então o cara não pode ter ficado no DOI-Codi tanto tempo assim, vivo, então...Essas coisas a gente dissecava, quando não tinha foto. Quando não tinha a foto, a gente fazia isso. E nós pesquisamos um tempo o arquivo; bastante grandes os arquivos do IML também. Mas antes da Lei 9.140. Quando foi a abertura da vala do cemitério de Perus. O Estado não nos dava nada. O Miguel Reali fez um documento super forte, um ofício ao... não é... ao?... Nossa! O militar que fica na Presidência, e não é o ministro da Defesa. Ao...

A.M. – Era o chefe do comando do Exército. Hoje em dia não... O ministro do Exército, depois que foi criado o Ministério da Defesa.

S.L. – Não. Mas ainda tem...

D.P. – Era o chefe da Casa Militar?

S.L. – É. Não consigo me lembrar o que é que era. Era o responsável pelos militares no Planalto. Pedindo a abertura dos arquivos, que já dizia-se que existia, e provando por que é que existiam, com as provas que a gente mandou, que eram os extratos daqueles arquivos militares que o Maurício Corrêa tinha nos dado, (que eu acho que eu já falei disso), *habeas data* de algumas pessoas... Então ele fez uma coisa super forte, levou em mãos, e... nada.

D.P. – Quando vocês, dentro da Comissão, denunciavam a precariedade das condições de trabalho, que vocês tinham que buscar todas as provas, dentro da Comissão, qual era a resposta do Estado, por exemplo? O que é que eles falavam? Porque certamente vocês denunciavam isso o tempo todo.

S.L. – Não. A gente reclamava. Mas essa era a lei. O ônus da prova... Está escrito na lei: o ônus da prova é de vocês, vocês é que têm que provar. O Estado não...

D.P. – Mas mesmo a questão de verba, por exemplo, verba para viajar para tirar foto. Isso que você está contando para a gente. Nem isso eles...

S.L. – Não. Isso dependia de nós. Nós não alugamos um apartamento para colocar... para fazer perícia dos corpos? Porque a Comissão não fazia.

D.P. – Mas eles concordavam, por exemplo... Porque tem pessoas... sei lá... O Gregori ou outras pessoas, eles concordavam com isso, ou diziam assim: não, a gente vai tentar mudar isso, mas no momento, a gente não tem como resolver isso, porque a lei diz que é assim. Porque a lei poderia ser regulamentada com outra argumentação. Então, a minha pergunta é essa: qual era a resposta para vocês?

S.L. – Olha. Eu acho que não... Pelo que eu me lembro, nós falamos uma, duas vezes, e depois, nunca mais. Ou a gente faz ou não faz. e mesmo o grupo de advogados que se constituiu para nos ajudar acabou não dando certo, então... éramos assim: somos nós que temos que fazer. E a gente tinha o apoio do gabinete do Gilney Viana. A casa dele era um QG. A Criméia era funcionária da prefeitura de São Paulo, aquele general Oswaldo Pereira Gomes, que participava da Comissão, conseguiu com Maluf que a Criméia fosse liberada para trabalhar para a Comissão, que isso era previsto... é previsto na lei. E aí a Criméia se mudou lá para a casa da Iara, também, para montar os processos. Ficou meses lá. E ela ficou bastante tempo liberada para a Comissão. A Amparo...

D.P. – O Gilney, nessa época, estava onde?

S.L. – O Gilney era deputado federal.

D.P. – E vocês faziam da casa dele o QG da...

S.L. – Era.

A.M. – Suzana, só para ficar claro uma coisa para mim. Os familiares entravam com o pedido e os familiares montavam o processo também?

S.L. – Alguns mandavam o processo feito.

A.M. – E aí, quando vocês achavam...

S.L. – Outros não. Por exemplo, eu acho que o da Sonia, acho que a Cléa montou ele todinho. Moraes, acho que não estava mais vivo. Mas algumas famílias montavam o seu

processo. Eu, por exemplo, do Luiz Eurico não tenho nada, só tem meu requerimento. Eu nunca botei o resto. Tem coisas assim.

D.P. – Quando a família não pedia, o advogado não pedia, os casos não eram julgados? Ou vocês mesmos podiam entrar com o processo de casos que os familiares não?...

S.L. – Olha. Eu consegui... Os... Eu consegui, quando reabriu o prazo da lei, que o Miguel Reali me autorizasse a – alguns nomes, que a gente não tinha contato com a família –, a fazer o requerimento em nome dos sucessores legais daquela pessoa. Então eu peguei acho que uma dúzia de procurações do Luiz Eduardo Greenhalgh assinadas em branco e, em cima, eu botava: sucessores legais de... José Carlos Costa, que é esse nome que eu arrumei para o Baiano; sucessores legais de Miguel Sabat Nuet. Se eu não tivesse feito aquilo, a família da Miguel Sabat Nuet, que foi morto em 30 de novembro de 73, e que era uma história que ninguém conhecia, que é um estrangeiro que se mata no Brasil... Uns anos atrás que a *Folha de São Paulo* localizou essa família. Que era um espanhol que foi morto aqui no Brasil. Ninguém sabia da história dele, se eu não tivesse feito esse requerimento assim. Mas era só dos que a família não tinha contato. Senão tem que ser requerido pela família. O Onofre Pinto, por exemplo, que a... Onofre Pinto não. O Edmur Péricles Camargo, que está na lista dos desaparecidos e não tem família, não tem... não tem processo. Nesse caso dos desaparecidos, a gente não podia fazer. Se está na lista, se tem... Alguns casos, a gente pôde fazer assim, mas não ia para discussão também. Foram...

D.P. – Por que você citou o caso do Crioulo? Porque o Crioulo também não tinha, nesse momento ainda...

S.L. – O Crioulo, eu citei o caso dele porque eu achava que ele tinha morrido em tiroteio.

D.P. – Não. Eu digo, mas a família nunca entrou? O advogado... Ele é um desses casos em que vocês fizeram o?...

S.L. – Ah sim. Nós que fizemos tudo.

D.P. – Mas por quê? A família do Crioulo não?...

S.L. – A mãe dele morava em Pernambuco, a Maria Madalena, e ela era uma pessoa muito simples, não tinha nem noção.

D.P. – Mas e Amparo? Não tinha?...

S.L. – A Amparo tentou receber ela. Ela entrou com o requerimento.

D.P. – Amparo, legalmente, não era...

S.L. – Não. Ela foi mulher dele, e depois foi mulher do Tomás, então... Foi mulher dele um tempo, e não se enquadrava no que a lei dizia na época, porque tu tinha que ser... para ser companheira, tinha que ser... dois anos, uma coisa assim. Ela tentou. E a Moema, também, tentou receber pelo Lana. E a Comissão foi contra e eu também. Eu, pessoalmente, também fui. Porque eu achava que... tem que respeitar a lei. Tu tinha que ter dois anos ou ter prole, então...

D.P. – Mas vocês sabiam o nome do Crioulo. Não. Porque você falou assim...

S.L. – Sabia.

D.P. – Ah. Então está bom.

S.L. – O meu filho chama José Luis por causa do Crioulo. É meu crioulo branco, que ele tinha...

D.P. – Deixa eu te falar um negócio...

S.L. – Mas nós não sabíamos... Eu achava que o Crioulo...

D.P. – Você não sabia se...

S.L. – As circunstâncias da morte. Eu achava que Crioulo tinha morrido em tiroteio, assim como era a versão oficial. Muitos casos, nós mudamos a nossa visão do caso olhando esse... nós mesmos, olhando os arquivos para montar os processos. Mas não tinha estrutura. Que estrutura tinha... A única coisa que a Polícia Federal entregou foi o álbum de fotos da morte do Lamarca e da Iara. A única coisa que a Polícia Federal entregou. Um álbum de fotos grandão, entregaram para o Jobim e o Jobim deu para nós. Não... Não sei. Acho que eu contei da história da Polícia Federal. Até hoje a gente não viu os arquivos da Polícia Federal.

A.M. – Essa documentação está preservada? Esses processos, esse álbum, essas fotos...

S.L. – Olha... [suspiro] Isso é outra coisa que me dá vontade de chorar, porque... Eu não sei em que período esses arquivos da Comissão Especial foram esfacelados. Os processos estão no Arquivo Nacional. Mas tem alguns desaparecidos. Um deles eu tenho cópia, por exemplo. Eu não sei como que isso aconteceu. Nas mudanças que houve, não sei o que aconteceu. E o material não está preservado. Por exemplo, essa documentação que o Miguel Reali fez para o Quintão. Era Quintão o nome - do então chefe da Casa Militar? Pode ser. Uma coisa assim. Era Quintão o nome dele. Isso, por exemplo, não tem lá; que eu procurei. Eu procurei o processo que tinha da história da Polícia Federal, quando termina... no final do governo Fernando Henrique, quando eu vou ter acesso aos arquivos da Polícia Federal e o tal do Daniel Lorenz de Azevedo se insurge contra. Isso tinha uma formalidade. Isso também desapareceu dos arquivos da Comissão. As coisas do Conselho de Defesa de Direitos da Pessoa Humana, também, outro dia, eu procurei lá, não achei. Eu já fiquei de ir... Eu não sei exatamente em que isso desapareceu. Eu fiquei de ir a Brasília a semana passada, que eu fui, eu fiquei de ir lá na Comissão, porque parece que tem um arquivo, uma sala qualquer lá embaixo, onde estão enfiadas as coisas. Não sei se foi na mudança... Eu sei que eu acho isso uma tristeza. Tem um cara que chama Amaro Félix Pereira que foi esquecido da história pelos seus companheiros, que o processo dele desapareceu também. Esse, felizmente, eu tenho cópia. Porque os seus sete filhos entraram com processo. Era um militante do P... CR? ou PRC? Lá do Nordeste.

D.P. – PCR.

S.L. – PCR. Que tinha sido esquecido da história. Um líder camponês, um cara que, anos, era militante da luta camponesa. E ele... cumpriu pena inclusive, e ele foi esquecido. Eu tive agora, recentemente, uma discussão, que eu não sei como é que isso vai sair no relatório, por causa dele. Porque...

A.M. – Relatório da Comissão Nacional da Verdade.

S.L. – É. Relatório da Comissão Nacional da Verdade. Porque o Cláudio Guerra, o delegado que conta que desapareceu com corpos na usina lá de...

D.P. – De Campos.

S.L. – De Campos, ele conta que ele foi a Recife matar um militante, que chegaram à conclusão que era o Manoel Aleixo da Silva, que é um militante do P...

D.P. – CR.

S.L. – PCR. Não sai. Não adianta. Sempre quero dizer PRC.

D.P. – Não é Manoel Lisboa não, é?

S.L. – Não é o Manoel Lisboa, é Manoel Aleixo. Então o Cláudio Guerra disse que ele foi ao Recife, matou um cara; e ele não sabe dizer por que esse desapareceu e o Manoel Lisboa e o Emanuel... Emanuel, que ele matou em São Paulo, a morte foi oficializada. Ele não sabe dizer por quê. Como o Cláudio Guerra olha as fotos para imaginar quem foi que ele matou, euzinha acho que ele se confundiu, do Manoel Aleixo com o Amaro Félix, porque os dois são... cara de nordestino, trabalhadores rurais, não sei que... Porque o Amaro Félix é desaparecido. Eu acho que ele se confundiu. Então eu queria que a Comissão verificasse isso. Aí... Olha. Perturbei muito. Até porque o pessoal, os peritos que estão ajudando a Comissão dizem que a única coisa que não fecha é a história de Recife. E eu digo, claro que não fecha. Não fecha porque não é a mesma pessoa. Então, eu boto as duas fotos, os dois juntos, explico as circunstâncias da morte de cada um – o Manoel Aleixo, a família recebeu o corpo... E esse Cláudio Guerra foi depor lá no Recife, e as pessoas responderam assim: “Não. Eu conheci os dois. Eles não são parecidos”. As pessoas não... Essa minúcia ali da história não... Ficou assim. Eu briguei adoidado por causa disso. Mandeí duzentos e-mails. Porque esse Amaro Félix só não foi esquecido da história porque seus sete filhos entraram com requerimento, se não me engano, todos pequenos na época. Na época que entraram com o requerimento, o Cajá, que é uma liderança deles hoje em dia, dizia que ele não existia. Você está maluca. Essa pessoa não existiu. A Amparo dizia que a advogada era uma picareta. Ninguém conhecia aquele processo. Porque houve casos de tentativa de fraude ali na Comissão. E eles tinham confundido uma pessoa com outra. O próprio partido. Então ele estava fora da história. Eu dizia: “Ele já esteve fora da história tantos anos, agora, na Comissão Nacional da Verdade, vocês vão deixar de conseguir esclarecer, talvez, o que aconteceu com um desaparecido, porque vocês não vão chamar de novo o Cláudio Guerra para desfazer essa confusão”.

Porque eu queria ir ouvir o Cláudio Guerra, mas o Pedro Dalari não autorizou. Eu tinha até passagem para ir. Ele não autorizou, então eu não fui. Que eu ia lá para ficar... A Comissão me pagar a passagem para eu ir lá, ficar sentadinha, ouvindo, eu achei que não tinha cabimento. Eu queria de alguma forma ajudar. E eu queria estar com ele para esclarecer, inclusive, isso. Mas eu mandei por e-mail... Mas essa pergunta nunca foi feita. Esse mesmo processo está desaparecido da Comissão, por exemplo. Felizmente eu tenho cópia dele. Mas tem uma meia dúzia de processos desaparecidos. Eu não sei quando, eu não sei como. Na época que Nilmário fez o livro *Dois filhos desse solo*, ele perdeu um que outro processo. Porque leva...levavam os processos para tirar cópia, para ele poder fazer o livro. Mas aí a gente conseguiu refazer e recuperar. E nós temos cópia, nós fizemos cópia, com a cota do Gilnei Viana, da maior parte dos processos que tinham ali, que estão lá no nosso arquivo do chamado IEVE – Instituto de Estudos da Violência do Estado, que a família do Eremias Delizoicov nos deu o dinheiro para organizar aquele arquivo; e a gente tem ele lá no União de Mulheres.

A.M. – Fica em São Paulo.

S.L. – Fica em São Paulo. Está lá no União de Mulheres, Os cupins comeram algumas coisas ali, teve um ataque de cupim uma vez, mas o que foi feito da... o que a gente tem de cópia está ali.

A.M. – Então vocês têm esses que estão no Arquivo Nacional, que a gente poderia chamar entre aspas de os originais, ainda que estejam faltando alguns, têm essas cópias...

S.L. – É. Eles estão muito mal digitalizados e eles têm ainda uma coisa assim... de erro: tem o nome da pessoa, tu vai ver o processo, lá dentro é outra. Então... E assim, eu reclamei diversas vezes com Marco Antonio Barbosa, na época que o Paulo Vannucchi estava ali, sobre os arquivos de Foz do Iguaçu, da Polícia Federal, que ninguém foi atrás, e sobre essa coisa dos arquivos da Comissão, e o Marco Antonio me dizia: “Foi tudo digitalizado”, eu dizia para ele: “Não foi. Foram só os processos. A documentação da Comissão, a história da Comissão, cadê os ofícios – entrou, saiu – onde está?” Isso não tinha, não foi, e para mim foi para o lixo. Eu acho que foi para lixo. Por exemplo, tinha um cara lá, um funcionário da Comissão, chamava Elder, (chamava não, chama) e ele era contínuo lá na Comissão, assim *office boy*, vamos dizer, no começo, mas ele abraçou aquilo ali como se

fosse a alma dele; então, uma época de transição ali, que já nem me lembro se foi do governo... de que governo para que governo, ele carregou os arquivos para uma sala que ele trabalhava; ele que foi atrás dos arquivos do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana. Tinha requerimento lá que eu fiz: “Eu, fulano de tal, (muito antes da lei) requeiro...”

Um das coisas interessantes, do ponto de vista da história. Aquilo ali, foi ele que foi atrás e guardou. Pouco antes... Aí foi um dos motivos, também, que eu me indispus e saí da Comissão, era a forma como algumas coisas começaram a ser tratadas. Ele foi afastado da Comissão, eu não concordava com isso, com o afastamento dele, para mim ele foi a pessoa que guardou as coisas... Tudo que eu queria ele achava em dois segundos. Ele tinha aquele arquivo organizado. E ele não é uma pessoa de conhecimento... ele não tem formação teórica nenhuma, eu acho, mas ele tinha uma dedicação, e ele montou uma organização dele; ele tinha, por exemplo, tudo que saía na imprensa sobre a Comissão. Eu recebia aquilo. Eu via aquilo. Alguma coisa eu tenho na minha casa. Agora eu perdi muita coisa no meu computador também. Onde é que está aquilo? Aquilo é a história da Comissão. Quem é que botou fora? Quem é que achou que podia botar fora?

A.M. – Porque a documentação administrativa pública não pode ser jogada fora.

S.L. – Olha. Eu tenho vontade... Eu já disse diversas vezes que eu ia lá. O problema é que depois, na época da Maria do Rosário, infelizmente, a gente acabou sendo barrado de fazer algumas coisas, até porque foram... se criou indisposições, se criaram indisposições em relação a nós. Então não... não deu. Agora eu dizia que eu ia denunciar para o Ministério Público. Agora, está lá a procuradora, na coordenação da Comissão, então eu fiquei... muitas vezes já disse que vou a Brasília, agora ficou essa coisa... antes da eleição, enfim, não deu tempo de eu ir –, combinei com Rafael Schincariol, que está lá, que vamos fazer uma programação para eu ir lá olhar. Porque existe, foi feita uma catalogação dos arquivos. Mas eu não sei nem olhar aquilo. Me bota coisa muito técnica, umas tabelas com título não sei do quê... Eu quero saber onde é que está aquele papel. Eu não sei, não consigo nem olhar aquelas tabelas direito, com os títulos que têm, que é uma coisa técnica. Tomara que esteja lá. Agora têm coisas que eu sei que não estão e que são... Como é que tu vai recuperar isso? Não... As pessoas acharam que era papel, botaram fora. A Comissão ficava num prédio do anexo do Ministério da Justiça, onde, antigamente, funcionava a Comissão da Anistia. Então ali tinham duas, três salas. Teve até ossada que ficou lá dentro. Era grande. Quando houve a mudança

para o outro prédio, eu não sei o que fizeram. E houve, por exemplo, teve uma pessoa que entrou ali, na época do Nilmário, que foi uma arquivista —, apesar de eu discordar da saída do Elder e do que eles criaram ali, ela era uma arquivista —, ela não tirou nem os grampos da... nem fez xerox do que era fax, que tinha que ser feito. O Elder fez alguma coisa. Eu tenho um disquete com os votos... Um disquete não. Eu tenho os votos digitalizados, que foi ele que fez, e só tem até a época dele. E a gente usa muito aquilo. Volta e meia, eu quero saber uma coisa, está lá o voto. Eu uso muito aquilo no dia a dia, na... entrevista, alguma coisa que eu quero saber, eu uso aquilo; aquilo foi fundamental para a gente fazer esse *Verdade e Memória*, eu usei adoidado aquilo, os votos, que aquilo ajudava; os casos que eu relatei, estava tudo resumido no voto, e nos outros, a gente consultava. Depois que ele saiu, ninguém fez isso, nem essa moça que era arquivista. E, a partir dali, os arquivos se degingolaram. Por exemplo, quando abriu os arquivos... Eu já falei isso, que quando abriu os arquivos?... Quando Paulo Vannucchi assumiu, ele chamou a mim e a Criméia para...

A.M. – Assumiu a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

S.L. – É. Quando Paulo Vannucchi assumiu a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, ele chamou a mim e a Criméia para darmos uma assessoria à Comissão Especial. Então, nós voltamos a ir às reuniões. E foram abertos os arquivos do SNI, foram... da Abin, para o Arquivo Nacional. Então a Comissão fez um pedido de todos os desaparecidos, do que tinha lá. E voltaram o que eles chamam de extrato da pesquisa, que é só a informação geral, não é a cópia do documento, é só a informação do que consta; então não veio, da letra *a* a *c*, não veio ninguém, e dos que vieram, para baixo, eu dividi com a Criméia, ela pegou o Araguaia, eu peguei o resto, para a gente fazer, pelo menos, para tentar agilizar. Apesar de que a Comissão ia pedir cópia de tudo, nós fizemos uma lista —, que foi difícil para mim, aprender a mexer naquele tal daquele Excel —, dos documentos que a gente queria. Por exemplo, o Davi Capistrano, só me interessa documento dele a partir de 74, não me interessa a vida inteira dele, enorme, que ele tinha antes; eu estou tratando do desaparecimento. Aí nós fizemos uma tabela, com o nome e o número dos documentos que a gente queria. Eu até hoje não vi isso. Nunca vi. Aquilo foi para a Comissão, era uma montanha de papel, aquilo foi para lá, na época que eu estava fazendo o livro com Paulo Vannucchi, aquilo estava lá, mas a gente não chegou a ver. Quem é que examinou aquilo? Não sei quem examinou aquilo. Porque a Diva e a Amparo não têm essa coisa da dedicação aos casos, que nós tivemos.

D.P. – Diva?... Diva lá de...

S.L. – A Diva Santana, que é a representante dos familiares. Para mim ela é representante do PCdoB, não dos familiares. Mas ela representa; ela entrou no lugar que eu estaria. Quando a Amparo entrou, achei que as coisas poderiam também ser retomadas; mas eu não sei, não tenho ideia do que foi feito. Agora... É a minúcia da história. Agora, por exemplo, que eu estava em Brasília buscando a história do José Carlos Costa, que seria esse Baiano da VAR-Palmares, que é outro esquecido da história. No meio da documentação...

D.P. – Agora, esses dias, a semana passada.

S.L. – Agora, a semana passada, é. Semana passada. Aí o Arquivo Nacional, o menino que está lá pesquisando manda para mim uma série de coisas. No meio, ele manda “declarações do Waldir Salles Saboia”. Eu escrevi para ele: “Declarações? Waldir Salles Saboia morreu num tiroteio, a versão oficial”. E ele mandou para mim. Alguém foi lá olhar isso[?] É a prova de que ele foi preso. Waldir Salles Saboia morre, junto com outros seis militantes do PCBR, no final de 72. Eu acho que 29 de dezembro de 72, eles dão uma notícia de que seis morreram. Então... Alguns corpos carbonizados, outros não, outros estavam numa casa, e eles dizem que esteve preso, ferido, mas eles não dizem quem foi preso, quem foi ferido. E os corpos entram no IML com guias – 1,2,3,4,5,6,7,8, enfim... E tem depoimento do Waldir Salles Saboia. Isso é um documento importantíssimo. Não está datado, mas está lá, o cabeçalho e o depoimento. Quando eu vi, eu falei: “Gente! Ninguém fez essa pesquisa”. Ninguém fez essa pesquisa. Essa documentação, isso, nem dos desaparecidos nem dos outros. Ninguém fez. Eu reclamei isso muito com a Diva, ela disse: “ Já fui lá. Não tem nada”. Não tem nada é... Não tem nada para o tipo de interesse que, especificamente, a pessoa quer. Esse olhar sobre todos, as gurias que estão ali não tiveram. E foi essa proposta que eu e a Criméia (a Iara estava junto) fizemos à Comissão Nacional, o ano passado. Era de a gente olhar os arquivos, Quando a Rosa nos chamou, a Rosa Cardoso, quando ela foi coordenadora lá da Comissão, ela nos chamou para ajudar. Até então, a gente nem podia entrar lá dentro. Não podia é maneira de dizer. Mas era uma coisa muito malvista. Os familiares, fora, eles não vão vir aqui nos dizer o que fazer. Era essa a posição da assessoria, inclusive da Comissão, que nos era comunicada: “Não, o pessoal não quer que vocês venham aqui para nos dizer o que fazer”. Então a gente não ia. Eu fui entrar na Comissão um ano depois de ela estar

constituída, quase, quando a Rosa me levou ali. E ela queria contratar a gente como funcionário. A gente não quis. Estamos fazendo um trabalho voluntário. Fizemos uma proposta de trabalho, e ficou por isso mesmo. Eu fico inconformada com isso.

D.P. – Ela chegou a convidar você para ser assessora...

S.L. – A Rosa queria me contratar. Eu disse para ela que não queria ser, que eu achava muito ruim, que eu não precisava, não queria ser contratada, mas que a gente podia fazer um acordo, por escrito que fosse, um contrato, sei lá o quê, mas que a gente trabalharia com... voluntariamente. Se tivesse que viajar, ela nos pagava passagem e diária, e com isso a gente vivia. Ela dizia que a gente – pelo menos para mim e para Criméia, que iríamos para Brasília, para ver os arquivos. Ela dizia que a gente não ia viver com isso, que a diária era baixa, a gente dizia que dava, que... enfim, que podia ser. E foi essa proposta que a gente fez. A Iara... Ela chamou a mim, a Rosa, e eu chamei a Criméia, que está disponível –, nós somos aposentadas, temos salário, não precisamos ter nenhuma complementação financeira extra –, e a Iara, que mora em Brasília. Nós estávamos rompidas, por questões... por divergências políticas muito... muito fortes, na condução desse trabalho, mas não podia discutir uma coisa dessas sem chamar a Iara, que estava ali em Brasília. Então nós ficamos três dias elaborando, junto com a assessoria da Comissão, esse...

D.P. – Uma espécie de contrato. Uma proposta de trabalho.

S.L. – Essa proposta de trabalho. E ficou por isso mesmo.

D.P. – Mas você acha que ficou por isso mesmo por conta dessa coisa de vocês não aceitarem ser um trabalho remunerado, ou você acha que é por outro motivo?

S.L. – Olha. Eu não sei. Vou te dizer o que aconteceu. Eu perguntei mais de uma vez para Rosa sobre isso. A Rosa dizia [que] não sabia que isso estava assim, que isso não estava acontecendo, e passava para uma moça lá que chama Vivian, que era do Arquivo Nacional, que estava ali meio... Porque não existe uma coordenação de pesquisa lá. Essa foi uma primeira falha que eu vi na Comissão Nacional. Tinha que ter alguém que coordenasse a pesquisa –, porque cada...tem diversos técnicos, e alguns estão fazendo a mesma coisa –, quem está fazendo isso, que está fazendo aquilo. Então eu achava que aquilo era ruim. Ninguém tem uma noção geral de tudo que estava sendo feito ali. Quando nós saímos de

Brasília, depois de ter feito esse acordo, essa proposta de trabalho, a Vivian me deu uma cópia do que seria esses documentos, que eu sempre reclamei que não vi. Desde quando? Desde que abriu os arquivos da Abin que eu estou querendo ver aquilo ali. Porque eu não tinha acesso. Eu não podia entrar lá. E aí, o que ela me deu, não era aquilo, então eu comecei a reclamar: aquilo não era, aquilo não era, você não me mandou; aquilo não era, você não me mandou –, até que chega uma hora que tu deixa de perguntar, porque tu vê que a pessoa não vai responder. Eu até hoje não sei se foi uma ordem do Pedro Dalari, se foi uma decisão dela ou o que é que aconteceu. Eu até hoje não sei por que a Rosa, durante um período, quando o Cláudio Fontelles saiu, assumiu a questão dos desaparecidos junto com José Carlos Dias, e depois não deu continuidade. Eu não sei te dizer por quê. Não sei o que aconteceu.

D.P. – E aí vocês não tiveram mais contato?

S.L. – A gente tenta; mas é difícil. Eu não sei... Eu... Assim, por exemplo, no começo desse ano tinha uma reunião, para a qual a gente tinha sido chamado, que era para discutir a continuidade, o que é que ia ser feito do relatório – era para discutir o relatório, então, ali, ia ser afunilado, para ver o que estava faltando... o que é que a gente dizia que estava faltando? Que vocês pesquisem cada um dos casos, e não ponham o que está aí, porque o que vai sair é o que está aí no... o que está aí, eu quero dizer no nosso dossiê dos mortos e desaparecidos e no livro *Verdade e Memória*. Algumas vezes que eu estava de mau humor, eu atendia muito mal as meninas que me ligavam lá da Comissão para perguntar: “O fulano de tal, é para entrar na lista ou não? Fulano de tal. Você sabe o que aconteceu com ele?” Eu dizia assim: “Eu acho que esse telefone está errado. É tu que tem que me dar essa resposta, e não eu para ti. Então... Algumas vezes, eu fui estúpida, quando eu estava de mau humor, porque... sabe...

D.P. – Quer dizer, você funcionou como assessora *ad hoc*, digamos assim. Na realidade, você foi muito ouvida pelas meninas. É isso?

S.L. – Ah. Eu não faço... Não. Das pessoas que confiam em mim, claro que me ligaram muitas vezes. Eu tenho o respeito dos assessores que estão ali agora. Eu, na semana passada, fiquei muito emocionada, que dois deles, o André Sabóia e o Daniel Lerner, me deram atenção, nesse final de relatório, que eles estão enlouquecidos e nem atendem ao telefone, para ir atrás da história desse José Carlos Costa. Eu agradei muito para eles, falei “amo vocês, muito obrigada por terem me atendido”, porque o André me atendeu, mandou

[que] a moça que eu queria ouvir viesse de Belém... Um dia, eu cheguei lá, no outro dia, ele mandou... entrou em contato com ela, ela topou vir, ela foi lá. Depois, ela foi embora, o Daniel se dispôs... Não estava nem previsto quem iria fazer isso comigo, porque ninguém podia. Eu fui para Brasília, encontrei o Daniel numa festa que teve de comemoração da campanha, e aí eu falei com ele: “Tu me ajuda nisso? Me ajuda nisso, assim, pelo amor de Deus!”. Essas coisas que eu... Eu fico inconformada que o Estado não responda algumas coisas. E que as condições estão postas para que isso aconteça, e não acontece. Eu não sei dizer por quê. Sei que o José Carlos Dias, na época, disse que aquela pesquisa que a gente fazia ia demorar três anos para ser feito. A gente falou: “Ué. Mas nós vamos começar nossa proposta de trabalho”. Não mandei para vocês?

D.P. – Não.

S.L. – É uma proposta de trabalho.

A.M. – Como é?

S.L. – De olhar os arquivos. O que é que falta fazer em relação aos desaparecidos. Olhar todos os arquivos. Fazer uma pesquisa no STM... Eu posso entrar depois no meu e-mail e imprimir para vocês. Eu entrando no meu e-mail, ou eu encaminho aqui para vocês agora, quando a gente der uma parada. É uma proposta de trabalho mesmo, de exame dos arquivos, que é uma coisa que ninguém fez. Hoje em dia existe uma nova classificação dos desaparecidos. Que era uma coisa que nós... que eu discutia, ontem, com a Dulce. Hoje em dia, se não tem corpo, é desaparecido. Quando nós fizemos esta nossa listagem, a informação oficial da morte colocava a pessoa dentre os mortos oficiais. Então a informação oficial não era só a nota no jornal, era também os documentos que a gente encontrava. Então nós fomos tirando da lista dos mortos... dos desaparecidos e botando na lista dos mortos. Assim, algumas pessoas que a gente não sabia direito... o Flávio Molino e o Frederico Mair são dois exemplos clássicos. Por que é que eles não estão na lista dos desaparecidos? Porque tinha documentos que a Justiça Militar informava, ofícios, informando ao juiz, para extinguir a punibilidade por morte e anexando atestado de óbito com nome falso. Isso para nós já era um documento oficial. Então não é desaparecido. Eu acho que foi um erro na nossa classificação. Esses, por exemplo, a gente não podia ter tirado da lista dos desaparecidos.

D.P. – Eles ficam na lista dos mortos.

S.L. – Eles estão na lista dos mortos.

D.P. – Na percepção de vocês.

S.L. – É. Isso, por exemplo, por que da lista... A grande discussão e jeito assim que eu falo isso é por causa da lista que acompanhou a Lei 9.140. Ali tem cento e trinta e seis nomes. Um está errado, que foi fruto da nossa briga, aqui, com o grupo Tortura Nunca Mais do Rio. É uma pessoa que estava viva. Os outros que... tipo... eu estou citando o exemplo do Flávio Molina e do Frederico Mair, não que os familiares tivessem reclamado, mas tinha diversos casos, que morreram nas mesmas circunstâncias. Ah! Vou citar um exemplo. Alceri Maria Gomes da Silva, militante da VPR. Ela é morta junto com Antonio [dos] Três Reis [de] Oliveira. O Antonio Três Reis está na lista, Alceri não está. Por quê? Não sei. Por que é que nós não botamos Alceri na lista? Cadê a informação oficial da morte dela? Saiu não sei onde, que eu não me lembro mais, então... e foi difícil aprovar o caso dela. Porque a gente dizia “eles estão aqui, mortos nas mesmas circunstâncias”, mas o fato de não ter corpo ainda não tinha nenhuma relevância na Comissão Especial. Nenhuma relevância. Zero. Hoje em dia, eu queria não ter tido o corpo, porque aí eu posso fazer um processo, que a Justiça dá andamento. Como eu tenho, eu não posso fazer um processo.

D.P. – E a coisa é complicada porque, como você falou para a gente, esse corpo nem sempre é o corpo mesmo da pessoa. Quer dizer, nessa altura já não se sabe quem tem corpo, quem não tem corpo, porque...

S.L. – É. O que é que eu recebi? Eu não sei, porque quem me entregou foi o Shibata, eu não posso saber se é o corpo mesmo. Outra coisa que eu achei que ficou... comentávamos ontem, Dulce, que ficou dúvida, que não ficou bem clara, era quem a gente colocou nessa lista. Nós colocamos os militantes políticos, que tinham uma militância efetiva contra a ditadura e aqueles que foram mortos por motivação política, mesmo que não tivesse nenhuma militância, mas foram mortos nessas circunstâncias. A Comissão Especial, agora, mandou uma recomendação para a Comissão Nacional da Verdade – isso foi tornado público, eu não vi as recomendações – de que ela fosse ampliada para os mortos de hoje: os indígenas, os camponeses, os mortos da violência cotidiana. Eu discordo totalmente disso, porque, para

mim, você tem que separar. Esses foram mortos pela violência do Estado, por um aparelho montado para exterminar as organizações de combate à ditadura. Era para pôr em prática a doutrina de segurança nacional: o inimigo interno está ali... Esses aparelhos do Estado foram constituídos para isso, para terminar com. Então, para mim, isso é uma questão específica, que não devia ser misturada com as outras. Discutia-se. Por exemplo, o Nilmário era a favor de colocar na mesma comissão as vítimas da esquerda. Eu não sou contra que as vítimas da esquerda, os civis sejam indenizados pelo Estado brasileiro. Não sou contra. Mas não pode ser na mesma lei. Você tem que separar. Porque houve vítimas da esquerda que entraram com pedido lá na Comissão.

A.M. – Vítimas da esquerda, os que foram mortos por integrantes da [inaudível] guerrilheiros.

S.L. – É, foram mortos.

D.P. – O chamado justificado.

S.L. – É. Ou foi justificado, ou... Houve situações que...

D.P. – Mas se o grande argumento da... Que a gente está tentando, digamos, criminalizar o Estado brasileiro. Vítima da esquerda não é vítima do Estado brasileiro, é outro tipo de coisa. As pessoas têm que responder por isso. Mataram alguém. Mas não foi o Estado que matou. Então por que você acha que essas pessoas devem inclusive entrar com processo de indenização? Porque eu acho...

S.L. – Não. Eu não acho...

D.P. – Não. Só quero saber.

S.L. – É. O Nilmário Miranda defendia e defende que as vítimas civis da chamada guerra nossa contra a ditadura fossem indenizadas pelo Estado. Não os militares, porque os militares estariam ali a serviço. Eu falei que eu, em princípio, sou contra; na mesma Comissão, sou absolutamente contra. Quer abrir uma discussão de até que ponto a responsabilidade do Estado... Isso nunca foi discutido. Eu, em princípio, sou contra.

D.P. – Eu sou totalmente contra, inclusive, a indenização, porque eu acho que indenização... mesmo nas comissões de anistia, não é só de mortos e desaparecidos. Eu acho que a grande luta e o sentido disso é quem foi vítima do Estado brasileiro. Aí entra outra discussão. Mas o primeiro patamar é esse: vítima do Estado brasileiro. Então, se alguém matou alguém, essa pessoa tem que ser processada, enfim. Mas não o Estado brasileiro. Aí foram coisas...

S.L. – Olha. Você pega aqui no nosso dossiê uma história, por exemplo, do Nativo Natividade, que é um camponês que foi assassinado... não me lembro assim que ano... já no final dos anos 70.

D.P. – Pelo Estado ou seus agentes.

S.L. – Ele tem matador. Tem uma pessoa que matou o Nativo Natividade. E isso é público. Não foi o Estado que matou. Mas ele foi aprovado pela Comissão.

D.P. – Mas esse matador não estava a mando do Estado?

S.L. – Olha... Não sei. Estou dando um exemplo.

D.P. – Eu sei que a coisa é complexa.

S.L. – Tem que provar que seja a mando do Estado. Por que é que tem uns camponeses na nossa lista e outros não têm? Esse Nativo Natividade está na nossa lista. Tem uns... Primeiro os que chegaram a nós. Porque eu nunca vi uma relação dos camponeses mortos. Agora teve uma comissão da verdade camponesa que está reivindicando que seja incluído. Eu já pedi ali na rede do Movimento Verdade e Justiça, alguém tem essas conclusões? Eu queria ver, eu queria ver essa lista. Eu não conheço. Então... Alguns casos têm, outros não. Eu, em princípio, também sou contra. Só que isso nunca foi amplamente discutido. Agora eu sou contra. O Estado... Eu participei da guerra com a consciência de que eu estava entrando em guerra contra o Estado brasileiro, então a minha ação vai ser sempre contra o Estado brasileiro. Eu queria entrar com ação contra a União por causa da história do Luiz Eurico, o Luiz Eduardo Greenhalgh, que era meu advogado, queria entrar com ação contra o estado de São Paulo. Eu não aceitava de jeito nenhum. Eu dizia para ele: “Não é o estado. Quem é responsável é a ditadura. Até pode ter, depois, uma responsabilidade direta do

estado de São Paulo, que foi aqui que ele morreu, das pessoas daqui. Mas a minha ação política é contra a União”. Ele não fez. Eu fui perdendo o prazo, nunca fiz. Mas eu, para mim, a responsabilidade é da União e é da ditadura. É isso que eu não gosto, que descaracteriza. Por exemplo, o tempo da Comissão da Verdade, para mim, também foi para descaracterizar o período da ditadura, porque ela abrange lá...

A.M. – 1946.

S.L. – É. Não... Foi para descaracterizar a ditadura. Depois a gente quer que as Forças Armadas aceitem e revejam isso, quando as leis que a gente faz, que o próprio Estado faz, de reparação não entram... não justificam isso, não... reafirmam isso. Para mim, extrapolar esse período é isso. Faz outra comissão da verdade. Faz para as outras coisas, faz para a questão indígena, os índios foram massacrados desde 1500, faz para eles; faz para os negros. Os negros reclamaram muito da gente. Na discussão do PNDH3, apesar de ter sido minúscula a discussão ali, a nossa sala e a participação, mas os negros reivindicavam entrar na mesma Comissão da Verdade, os camponeses também. Eu não sei se eu contei, que foi muito estranho, que o Ministério da Defesa enviou, para discussão do PNDH3, (Eu contei isso?) dois representantes. Então, estamos lá na discussão, era uma sala pequena, tinha poucos familiares, pouca representatividade, mas nós estamos lá discutindo as propostas da Comissão da Verdade —, eu não era delegada, mas eu estava lá de observadora, o observador — ou de convidado, não me lembro —, tinha voz, então... Não tinha voto mas tinha voz. E aí, nós estávamos discutindo...

D.P. – Isso, na Comissão?...

S.L. – No grupo que discutia, no PNDH 3...

D.P. – Para se montar...

S.L. – Para se montar... A questão dos mortos e desaparecidos. Então nós estávamos fazendo a proposta da Comissão da Verdade. Então aí, quando foi entrar em votação, quando foram se amarrar as propostas, alguém levantou, pedia supressão do item tal. Aí nós fomos olhar o item tal. Era a Comissão da Verdade. Eu olhei para trás, eu falei: “Quem foi, quem é que está propondo isso?!” E um gurizinho levantou... “Eu”.

D.P. – Quem levantou?

S.L. – Um rapazinho, que era um integrante, um assessor do Ministério da Defesa. Tinha dois assessores do Ministério da Defesa lá e eles tinham voto. Para ver como a gente não foi preparado para isso. Que se eles tivessem se preparado para isso, nós podíamos perder no voto.

D.P. – E eles propunham que acabasse...

S.L. – A extinção do item que propunha a Comissão da Verdade. Eles foram lá na sala, dois rapazinhos, bem juvenzinhos. Eu, depois, fiquei conversando muito com eles e eu disse para eles: “Se vocês vieram em nome do Ministério da Defesa, por que vocês não se prepararam para isso? Traz um monte de delegado. Do que botar vocês numa situação ridícula dessa, que nem vocês foram expostos”. Porque eles foram expostos, os dois. Eles tiveram coragem. Eles foram fazer o que o chefe mandou. Mas a gente podia...

A.M. – E eram militares?

S.L. – Não. Eram dois rapazinhos da Assessoria Jurídica do... Dois rapazinhos. Eram dois jovens advogados, que eram da Assessoria Jurídica do Ministério da Defesa.

A.M. – E eles justificaram a solicitação?

S.L. – Não. Nós também pedimos justificativa.

D.P. – Vocês não pediram.

S.L. – Claro que pedi. Eu fiquei dizendo, “você tem que justificar”, não sei que. Mas aí a turma do deixa disso começou: “Não, não tem que justificar nada”, não sei que. Eu queria ouvir a justificativa.

A.M. – E como foi esse processo de organização, inclusive de integrantes da sociedade civil, para a elaboração do PNDH3? Entraram em contato com vocês? Vocês souberam que o programa, estava sendo elaborada uma nova versão? Como é que foi isso?

S.L. – Olha. Eu, para algumas coisas, sou muito ingênua, então, quando mandavam para nós, para os integrantes do grupo, antes de ser... para aprovar o relatório, aí mudava ali:

Comissão da Memória, Verdade e Justiça, mudava para Comissão da Reconciliação Nacional. Eu não me lembro como é que a gente chamava. Mas não era Comissão...

D.P. – Você está falando já na gestão do Paulo Vannucchi?

S.L. – É.

D.P. – Quando Paulo Vannucchi assumiu.

A.M. – O PNDH3 é de 2009. Isso começou em 2008, ou já em 2009 mesmo?

S.L. – Não. A discussão, o item memória e verdade só entrou naquela conferência porque o grupo de Minas, Minas Gerais, propôs, porque não tinha o eixo, não sei por quê. Depois, o Paulo Vannucchi disse que tinha sido um esquecimento. Como é que não tinha esse eixo? Não tinha o eixo verdade e memória. Tanto que a maior parte dos estados já tinha feito conferência e não incluiu esse verdade e memória. Isso foi proposta da Bisoca na Conferência de Direitos Humanos do Estado de Minas Gerais. Bisoca, Heloisa Greco, uma militante deste assunto desde a época da anistia. Aí que entrou o grupo Verdade e Memória. Então não... ninguém se preparou para essa discussão. Não houve uma preparação para essa discussão. Eu fui porque eu fui. Eu não delegada nem nada, a conferência... Era a Yeda Crusius que era a governadora do Rio Grande do Sul, eu queria sabotar a conferência que ela fez, do jeito que ela fez, da forma como ela fez, enfim, e o pessoal não aceitou; então, eu também não participei. E...

A.M. – E quem propôs a Comissão da Reconciliação Nacional?

S.L. – Não. Aparecia no texto reconciliação nacional. E eu dizia: “Gente, isso está errado. Isso é um engano. Não foi isso que foi votado, não foi isso que foi votado”. Mas já havia uma tentativa de – algumas pessoas – eu nunca perguntei para o Paulo Vannucchi se ele concordava com isso ou não – mas talvez dos integrantes da Secretaria de Direitos Humanos – de colocar a reconciliação nacional, para permitir o andamento da Comissão.

A.M. – Então seria menos uma questão de princípio e mais uma tentativa de fazer com que... fosse aprovado? Seria isso?

S.L. – Uma tentativa de ser aprovado, que não seria se não tivesse esse nome. Tinha gente que achava isso, que tinha que chamar assim, senão não... Não podia ter *justiça* no nome. Teve...

A.M. – Nem verdade.

S.L. – Eu não sei se verdade. Não tem verdade sem justiça. Sei lá. Mas existia essa... Houve um seminário no Núcleo de Estudos de Não Violência, da USP lá, para discussão disso. É possível a reconciliação nacional? Eu me lembro que no discurso do ministro Paulo Vannucchi, ele perguntou, mais de uma vez: “É possível a reconciliação nacional?” Aí, quando ele perguntou a terceira vez, eu gritei: “Não!”. [riso] Eu gritei *não*, porque ele não estava fazendo uma pergunta, mas ele começou a perguntar muitas vezes, aquilo me saiu. Eu gritei: “Não!”. Ele ainda falou Criméia, ele achou que era a Criméia. [riso] Depois...

A.M. – A gente tem que trocar...

S.L. – A fita?

[FINAL DO ARQUIVO 2]

A.M. – Suzana, qual a sua avaliação e a sua percepção acerca da criação da Comissão de Anistia em 2001?

S.L. – Olha... Eu já disse muitas vezes que essa coisa da Comissão de Anistia e da Lei da Anistia é a vergonha da minha vida. Assim que eu sinto. Quando começou a se articularem para a lei, eu achei que a lei era abrangente demais, que ela tinha que ser mais definida, porque aí ela dava essa coisa do caráter financeiro de uma forma muito efetiva, que era o que eu não gostava. Eu, até então, tinha a emenda... Não. Eu tinha já a minha anistia pela Rede Ferroviária Federal, que foi... Eu me lembro que teve um ano que todos os jornalistas, um monte de jornalista tinha entrado com pedido, e eles suspenderam. Não me lembro que ano foi aquilo. E naquele ano foram concedidas três anistias, uma foi a minha, pela Rede Ferroviária, que me negava há muitos anos, e a minha mãe achou a minha opção pelo Fundo de Garantia, quando eu fui... que eu fui concursada da Rede. Então eu tinha. E eu tinha também a emenda complementar que convocou a Constituinte, se não me engano a Emenda

86, ela ampliava os benefícios da Lei da Anistia. Foi a primeira ampliação que eu me lembro que existiu. Como a anistia não foi ampla, geral e irrestrita, foi ali, capengando, então a Emenda 86 ampliava os benefícios da Lei da Anistia. E com base naquela emenda, eu achava que eu tinha direito a uma pensão pela morte do Luiz Eurico. E aí o Luiz Eduardo achava que não, dizia que a União não tinha que pagar pensão para quem se mata, não sei que. Pela versão oficial. E eu fiz lá sozinha. Então eu acabei ganhando. Durante anos eu ganhei... não sei, tem uma matéria do... aquele *Jornal do Brasil*, que é assim: “Pensão humilhante”. Porque eu guardava as notas. Vamos dizer, se hoje eu ganhasse... sei lá, 15 pila, eu passei a ganhar um salário mínimo quando passou para URV. Aí eu passei a ganhar. Que foi o Brito que fez isso, quando foi ministro dos Transportes, passou para URV o cálculo do salário mínimo, e ninguém ganhava menos de um salário mínimo, então eu ganhava um salário mínimo e uma merrequinha lá da Rede Ferroviária, que os retroativos era calculado assim, olha, janeiro – 0,001; fevereiro – 0,002 – então tudo era assim. Mas eu tinha uma posição de que a gente não tinha que entrar com...que a gente não poderia se beneficiar financeiramente nessa história. Então eu não entrei. Não quis participar da Comissão, não tomei conhecimento. E fiquei pior ainda no ano que Miguel Reali foi ministro. Nossa! Que ano foi? Miguel Reali foi ministro da Justiça no governo do Fernando Henrique, antes daquele Paulo de Tarso Santos. Quando que o Lula ganhou? 2000 e?...

D.P. – 2002. A eleição foi em 2002.

S.L. – 2002. Então vamos dizer que 2000, eu acho, o Miguel Reali, que era o presidente da Comissão, foi ser ministro da Justiça. Foi ele que abriu os arquivos da Polícia Federal, que a gente nunca conseguiu ver, quando era ministro da Justiça. Pode ter sido 2000 ou 2001. E ele me mostrou alguns processos da Comissão da Anistia, que era assim: um trilhão, sei lá, era... E ele me mostrou...

D.P. – Mas tinha os processos da Comissão da Anistia? Ou era?...

S.L. – Não. Já tinha. Já tinha pedidos nessa época. A lei...

D.P. – A lei permitia.

A.M. – Isso é 2001.

S.L. – É. A lei permitia, então... Não sei quando é que o Miguel Reali me mostrou, mas ele dizia assim... Porque já tinha o funcionamento das anistias. Elas não tinham direito da Comissão, eu acho, que é constituída a partir dali. Então os aeroviários não só foram cassados, como foram impedidos de voar, então dobrava a pensão deles. Eles não podiam voar para nenhum outro lugar. Isso dava uns valores assim... que são os valores que durante muito tempo foram pagos. Então eu passei a ser uma feroz crítica da Comissão da Anistia. Fui muito ofendida, por causa disso, diversas vezes, por alguns movimentos, alguns expostos, as pessoas que ficaram à frente dessa coisa da anistia pelo dinheiro. E no começo do governo Lula, provavelmente, outras pessoas também, mas eu fui no Fórum Social Mundial, me encontrei com José Dirceu, era no comecinho do governo, e falei para ele: “Suspende todas as votações. (Essa era minha opinião) Faz uma auditoria, você vai ver o absurdo dos valores pagos e o fura-fila”. O Serra tinha votado a dele assim: perdeu a eleição, ele votou a dele, para ganhar o tempo de serviço. Votou... Entrou com o pedido, já votaram e já ganhou, para ele poder se aposentar. Eu escrevi sobre isso também. “Serra e a anistia dos outros”, porque ele fez, uma vez, não me lembro o quê, e eu respondi. Então, não sei se vocês lembram, foram suspensos os pagamentos da Comissão da Anistia. É óbvio que não fui só eu a defender. Não tinha... Mas o José também concordou, estava convencido disso, de que aquilo... Eu dei diversos exemplos para ele. Eu acompanhava absolutamente tudo que acontecia. E aí foram suspensos. Aí veio a turma do deixa disso, Nilmário Miranda, que era ministro, dizia que a gente não podia desmoralizar a anistia, eu dizia para ele que ele não estava lendo jornal, porque estava mais do que desmoralizado; o Luiz Eduardo Greenhalgh também dizia isso. Eu me lembro que eu liguei para o Luiz Eduardo e falei para ele assim: “Se o PT faz aliança com o PP, não é possível que eu não possa sentar contigo para conversar sobre anistia”. Porque eu queria conversar. Não era possível que - eu achava - que as pessoas que sempre estiveram na frente dessa luta não estivessem enxergando que aquilo ali ia se transformar num vexame. E...

D.P. – Aí você conseguiu conversar com Luiz Eduardo Greenhalgh?

S.L. – Conversei, mas ele não... mas muito mal assim. E fiquei assim: eu controlava todas as sessões, na época que era o Lavenère. O Rogério Sottile me botou para falar com Lavenère, no dia que nos encontramos lá no Palácio, até para ele justificar essa coisa do fura-fila. Que aí ele me dizia: “Não. Se eu não passasse a pessoa na frente...”

D.P. – O Lavenère nessa época era o presidente da Comissão.

S.L. – Era o presidente da Comissão da Anistia. Aí diziam que se...

D.P. – Tinha sido da OAB, foi chamado.

S.L. – É. Que se não passasse na frente tinha... a pessoa perdia seus direitos na aposentadoria. Não é verdade. Não perde. O pessoal do Banco do Brasil, o pessoal da Petrobras já tinha sido reincorporado e recebido muita grana de atrasados. E entraram de novo na Comissão da Anistia. Não se todos. Mas muitos entraram. Eu guardava um por um. Eu fazia pesquisa no Diário Oficial de quanto a pessoa ganhou. Eu tenho tabelas em casa. Tenho um disquete, escrito assim: e-mails meus. Só que está num disquete. Que eu estou agora numa batalha para tirar dos disquetes as coisas que eu tenho. E ali tem todos os e-mails que eu mandei. E, voltou a turma do “deixa disso”, continuou da mesma forma, o fura-fila e o absurdo dos valores pagos. Porque... assim. Se tu entra... Se eu fosse na Rede Ferroviária para pedir que eles me informassem quanto que eu ganharia se eu continuasse no cargo, o que a Rede respondesse era o que a Comissão pagaria. Mas nos casos em que isso não acontecia, era absolutamente aleatório. Assim como era absolutamente aleatório quem ia ser votado. E para mim o pessoal... os funcionários federais que já tinham sido reincorporados e recebido anteriormente tinham que ser os últimos da fila, e não, e não... ir votando. Então eu fazia, toda semana, tabelas. Fulano... Eu acompanhava no Diário Oficial. Tenho tudo guardado. E me tornei assim a feroz crítica da Comissão da Anistia.

D.P. – Quer dizer, você não tinha nenhum cargo, de assessora, nada. Você fazia esse trabalho totalmente...

S.L. – Ah. Porque eu sou metida. Eu sou metida. Quando começou o governo... Eu trabalhei sempre na Assembleia Legislativa, na minha vida. Então, quando começou o governo Lula, eu lia o Diário Oficial na internet, sempre li diário oficial na internet. Eu acompanhava tudo que acontecia. Acompanhava inclusive a movimentação dos funcionários, para ver meus colegas, meus amigos, onde é que estava ou deixava de ir. Eu sabia antes. O Sérgio Ferreira conta uma história de um dia que ele estava lá no Palácio, ele era assessor especial do presidente, e eu descobri que o Lula ia receber os anistiados, porque eles estavam pressionando para serem recebidos pelo Lula. Eu tinha feito uma proposta, que era o

seguinte: recebe os familiares dos desaparecidos, faz de uma vez alguma coisa nisso, que dá um cala-boca em quem está reivindicando dinheiro do jeito que está. E então, eu tinha falado isso, e lá na Casa Civil tinham me dito... Eu falava muito com José Dirceu nessa época. Tinha dito: “Não, não vai ter essa audiência”.

A.M. – Eram todos os anistiados?

S.L. – Ah, eram grupos. Aí eu vi na agenda do Lula o nome de uma pessoa, que era um dos companheiros de São Bernardo, eu falei: “Está aí, está aí a reunião deles. Vai ter a reunião”. E o Palácio não sabia. Aquilo ali foi... eles caíram numa arapuca. Um dia antes, eu acho que me ligaram lá, não sei se foi Gilberto Carvalho, alguém me ligou, para me perguntar, para me pedir sugestões do que estava acontecendo, dos processos paralisados, eu fiz todas essas críticas etc. e tal, que era se preparando para a reunião. Eu tenho a impressão que foi Gilberto Carvalho que me ligou, que foi assim uma surpresa, porque...ligar assim em cima da hora, então não ia ter a reunião. E eu dizia para o Sérgio: “Sérgio, os anistiados estão aí no Palácio”. Ele dizia: “Para com isso. Não vai ter essa reunião”. E eu dizia: “Vai para a janela!” [riso] “Olha na janela. Eles estão aí”. Que é um dia que quase esmagaram o Lula, porque ele desceu, ele resolveu descer ali para falar com eles e foi assim engolido ali, porque levaram uma multidão de gente. E eu fiquei indignada. E o Sérgio ficou mexendo comigo...

D.P. – Os anistiados de todos os espectros. É isso? Não só os chamados presos políticos, mas os anistiados também da legislação...

S.L. – Olha. Os presos políticos...

A.M. – Funcionários demitidos...

D.P. – Ex-presos, funcionários demitidos. É isso?

S.L. – É. Os presos políticos...

D.P. – Ex-presos.

S.L. – Os ex-presos políticos que eu conheci da luta armada e os envolvidos na luta contra a ditadura não estavam ali. Quem estava ali eram...

D.P. – Certo. Eram ex-funcionários.

S.L. –...ex-funcionários ou outras pessoas que tinham sido demitidas. Por exemplo, o pessoal de São Bernardo todo, que tinha sido demitido em função das greves, e as entidades de anistiados que se criaram a partir dali. Chegaram a fazer o primeiro congresso da anistia. Que eu fiquei indignada. E eu tinha casos concretos. Por exemplo, o secretário executivo da Comissão da Anistia, antes do governo Lula, ele era um requerente, e é um dos que ganhou lá em cima. Depois, eu vi um cartão dele, quando ele saiu, eles fizeram uma movimentação enorme para a pessoa que era presidente da Comissão, que eu não me lembro quem era, ficar. Botaram faixas na frente do Palácio... Tem matéria sobre isso. E eu queria mais que ele sáisse, pelo amor de Deus. E esse rapaz quando saiu, foi a primeira vez que eu vi falar no assunto, o cartão dele estava escrito: consultor em anistia. Isso não existia nessa época. Começou a existir quando isso virou um negócio. Então, achava eu, acho eu que não houve uma atitude que realmente sanasse esse problema. A lei... Por exemplo, nesse dia que eles estavam lá, a segurança foi pega de surpresa. O que é que o pessoal queria? Que votassem os processos. Eu fiz uma matéria, eu acho que foi na *Carta Capital*? – que está na capa assim: “show do milhão”. Ou é a *Carta Maior*? A *Carta Maior* é impressa? Não.

D.P. – Não. A *Carta Capital* é que é.

S.L. – Então é a *Carta Capital*. “Show do milhão”, que era a minha denúncia nisso, da falta de equidade e do fura-fila na Comissão da Anistia. Já era o Paulo Abrão. Não tinha mudado muita coisa. Aí que eles começaram a mudar. Eu acompanhava tudo. Eu tenho tudo, eu acompanhava... Eu tinha as pautas, por exemplo, eu tinha a lista dos requerentes, que eu tinha pego lá na Casa Civil, até porque me pediam para eu ver, as pessoas que estavam preocupadas com esse assunto pediam para eu ver, então eu tinha lá a pauta, o número, eu dizia: “Olha aqui, esse aqui está lá embaixo. Ele puxou lá para cima”. Eu via tudo. E, para mim, não tinha mudado. Depois dessa entrevista, mudou, porque aí... Eu não dei exemplos, nem estou dando aqui para vocês, nem estou dando nesse depoimento. Lembrei de um fantástico, de pessoa que recebeu duas vezes. Mas eu não vou dar exemplo de pessoas, que não é o caso. Isto aconteceu. Aí, depois disso, começaram a fazer uma tabela, para botar uma justificativa, numa terceira coluna: idade, doença, não sei que. O Carlos Heitor Cony foi um dos votados na época. Sabe o que é que disseram para mim lá na Casa Civil? Uma pessoa

com poder dentro da Casa Civil (era ministro José Dirceu) ligou para a Comissão da Anistia e perguntou por que é que o Carlos Heitor Cony passou na frente? – “Porque ele está com câncer terminal”. Eu falei: “Nossa! Eu não sabia”. Aquilo era 2001, 2002, sei lá. Era começo de governo. Então não adiantava. Aí eu reclamava tanto mas tanto desse assunto... Eu mandava e-mail para as pessoas que eu conhecia dentro do governo e que tem a ver com... que eu achava que tinha que ver com essa história. Ministro, não ministro, não interessa, eu mandava para todo mundo que eu sabia que ia se importar com o assunto. Aí tive essa primeira conversa com Lavenère. O que é que eu ia contar? Me fugiu. Bom. Me fugiu. Sei que quando Paulo Abrão entrou, ele botava essa terceira coluna. Mas mesmo assim, do meu ponto de vista, houve e continua havendo injustiças, porque acho que pessoas que com certeza não iriam apresentar reclamações em relação a valor... O teto era dois mil reais. Quando Paulo Abrão começou a querer organizar, ele começou a querer dar dois mil, não dar mais de dois mil reais. E eu queria...

D.P. – A parcelar, você falou.

S.L. – A parcelar. Eu queria enfrentar essa discussão. Eu dizia: “Gente, enfrentamos a reforma da previdência, não vamos enfrentar essa discussão com os anistiados?” Não é possível que um jornalista receba sempre o teto: treze mil, quatorze mil, sei lá quanto. Aí, tu vai ver o retroativo... Vocês entendem por que é que tem os valores altos? Por causa do retroativo. O cara recebe quatorze mil reais, foi afastado em 69, quatorze mil reais por mês desde então. Então vai lá em cima o valor.

D.P. – Mas eu só não entendi o seguinte. Paulo Abrão botou o teto em dois mil, para que casos?

S.L. – Ah. Para os casos de quem eu reclamava. Aí eu posso citar um exemplo...

D.P. – Não. Espera aí. Quem reclamava, ou quem não conseguia provar?

S.L. – Não. Não.

D.P. – Porque não tem essa coisa da legislação trabalhista?

S.L. – É porque tem para uns sim e para outros não.

D.P. – Não. Mas só para entender a lógica.

S.L. – A lógica, para mim, não existia. Para mim a lógica não existia. Por exemplo, se o cara vai lá, era funcionário do Tribunal, e apresenta um documento dizendo que o Tribunal manda pagar tanto, ele tem que pagar. A não ser que enfrentasse uma discussão com os anistiados, que era o que eu queria enfrentar. Eu queria que o teto fosse o teto da previdência. Que o teto a ser pago pela Comissão da Anistia fosse o teto da previdência. Por que é que nós temos que ganhar mais que o teto da previdência, de aposentadoria? Não interessa quem fomos na vida. Eu achava que tinha que ser isso. Então eu queria que se fizesse essa discussão.

D.P. – Todo mundo ganharia o teto da previdência.

S.L. – Todo mundo não. Dependendo. Que o teto fosse aquele.

A.M. – O máximo.

S.L. – O máximo fosse aquilo. Ou então tinha... Bom. Aí... Ainda por cima não paga o imposto de renda. Isso foi no governo Lula, que a gente parou de... que parou de pagar imposto de renda. Até então eu pagava imposto de renda sobre o que eu recebia de pensão e aposentadoria, que era uma merrequinha. Eu pagava. A partir do governo Lula, isso virou uma indenização, então você não paga imposto de renda, você declara num lugar à parte. Outra coisa que eu considero errada.

A.M. – Na sua concepção, tem que...

S.L. – Por que é que eu fui... Que maravilha na vida que eu fui, que eu tenho esse benefício que os outros não têm? Então... Acho que isso não valeu. E acho que isso, eu digo que é a vergonha da minha vida, porque isso é a grande acusação que existe contra nós: que nós lutamos por dinheiro. E isso encontra respaldo nas coisas da Comissão da Anistia. Eu acho que continuou sendo injusto que ele fez. No começo eu gostei, assim de dar uma moralizada, mas eu continuava apontando: olha o que aconteceu, olha o que aconteceu... Ele, inclusive, me agradecia. Eu escrevia muito para o presidente da Comissão. Ele me agradecia. “Continue vigilante, apontando os casos”. Até que algumas situações muito vergonhosas para o meu gosto aconteceram, eu falei: “Eu vou requerer ao Ministério Público”. Mas acabei não

fazendo isso. E achava assim, achava e acho... Eu não sei como ficou, por exemplo, a situação da Guta Carneiro. A Guta ganhava um xis, que ele mandou rever. Quando a Guta estava ali...

D.P. – Maria Augusta.

S.L. – Maria Augusta Carneiro. Ela era funcionária da...

D.P. – H.Stern.

S.L. – Da H.Stern. Então ela recebia um xis, na época do Lavenère, e o Paulo Abrão tinha mandado rever esse valor. Na época, pouco antes da Guta morrer, estava essa discussão. Não sei como é que ficou isso.

D.P. – Só para pegar o caso. Mas então, nesse caso, você acha que o fato de Paulo Abrão ter pedido para rever tinha justificativa, ou não?

S.L. – Eu não sei qual é a justificativa de uns sim e outros não. Para mim é a falta de equidade. Por que, por exemplo... Ah. Eu vou dar exemplo. Flávio Kutz. Os meus processos foram votados junto com o dele e do Raul Pont. Não. O Flávio Kutz foi um pouco antes. O meu foi junto com o do Raul Pont. O Flávio Kutz foi votado... Ele era dono de uma livraria. A única livraria de esquerda que existia em Porto Alegre era a dele, na época que foi para a clandestinidade, e depois veio a ser preso na Argentina. Então eles vão calcular – passaram a fazer isso, a Comissão da Anistia, a pegar pela folha do... como é que chama aquilo? – o salário... a tabela de salários da folha. Como é que chama aquilo?

D.P. – Folha de pagamento.

S.L. – Não. A *Folha de São Paulo*. Não sei que do site da *Folha*, que divulga um xis de salário mensal...

D.P. – Por profissão.

S.L. – Uma estimativa, é, por profissão. É da *Folha* isso. Está vendo como eu estou ruim da cabeça? Não me lembro como é que chama. Eles fazem em cima daquilo ali. Aí, para o Flávio Kutz, por exemplo, eu acho que ele virou assistente administrativo. Aí dá dois mil reais. Flávio Kutz ia reclamar? Não. O Raul Pont era... foi deputado estadual pelo PT do Rio

Grande do Sul, durante todos esses anos, agora ele não quis mais concorrer, foi preso político, no Rio Grande do Sul, em São Paulo, ele era professor universitário em mais de uma universidade, ele também ganhou uma merreca, porque ele não ia recorrer. Agora outro professor vai lá e ganha cinco mil. Entendeu? Não existe...

A.M. – Não tinha parâmetro.

S.L. – Eu não concordo com... Para mim, não tem equidade naquilo ali. Os meus, por exemplo...

A.M. – Continua não tendo?

S.L. – Ah. Eu parei de acompanhar. Me deu tristeza de mais. Os meus, por exemplo, eu que tinha uma pensão e uma aposentadoria – olha, eu tinha a minha pensão do Ico, que eu passei a ganhar um salário mínimo e anos eu ganhei aqueles merrequinhos, eu ganhava um salário mínimo – enquanto eu voltava quinze mil para as pessoas, eu ganhava um salário mínimo – e a minha aposentadoria da Rede, também, sei lá, era novecentos reais, na época, setecentos reais, eu não sei, era pouco mais que um salário mínimo – as minhas duas passam a ser regidas pela Lei da Anistia, e tinha um prazo para eu entrar. Eu, assim nos últimos dias, aos prantos, eu fiz o meu requerimento; e era automático, mas eu tinha que apresentar dados então; saía do INSS, que era por onde eu recebia, e entrava para o Planejamento. E eu não queria. Eu queria que ficasse lá. Mas, enfim, a lei diz, a lei foi. E os meus processos só foram votados porque teve essa caravana no Rio Grande do Sul, um cara lá do Rio Grande do Sul se deu conta que iam ter uma caravana na Assembleia Legislativa, onde eu era uma pessoa super conhecida, porque era assessora ali da Comissão de Direitos Humanos, anos, e o Luiz Eurico é uma pessoa conhecida, também, no Sul, então ele lembrou. Já tinha passado dos meus números – ó - muito tempo. Ele botou em votação. Quando... E aí são... sei lá, casos, como esse aí que eu estou contando. A relatora dos meus processos, a Roberta Baggio, me ligou uns dias antes, me fazendo perguntas. Eu falei: “Mas eu botei tudo no processo”. Era mais ou menos *desse* tamanho, o meu e o do Ico. Tudo desapareceu. Só tinha o requerimento. Eu sou perseguida. Aí eu fui na casa dela e levei toda a documentação que eu tinha. Até hoje, eu não recompus aquilo, que eu devia ter recomposto mas não recompus. E eu fui com muito medo para a votação. Não avisei ninguém da minha família, porque eu achei que ia ser uma humilhação, como outras que eu já tinha visto. Depois do que eles tinham feito com a família

Telles também. Então, eu achei que ia ser uma humilhação. E fui, o meu filho quis ir, e no fim foi assim emocionante; foi uma ode, ela fez uma poesia, o voto dela; ela faz... junto o meu com Luiz Eurico, pega as poesias dele... Foi uma coisa muito linda que a Roberta fez. E fui lá falar, mas eu não fui na mesa cumprimentar ninguém. Depois me disseram que ele estava chorando lá, o Paulo Abrão, por causa da Crimeia, em função da coisa complicada, que ficou pendurada, em relação à questão a família Telles, que ele...

D.P. – Mas foi no mesmo dia que vocês foram julgados, nessa caravana?

S.L. – Não. Não. Ele tinha consciência do erro que ele cometeu, mas ele não conseguiu reparar. E eu não consigo passar por cima de uma coisa que é muito cara para mim – agora, estou falando do ponto de vista pessoal – que é esta família e o que causou a ela. Agora do ponto de vista político, eu continuo com a minha crítica. Eu não acompanhei mais, eu não assisti mais, mas, por exemplo, a Janaína e o Edson Telles, o recurso deles está há sete anos lá. E teve muita gente...

D.P. – Mas só para entender seu caso. Nesse dia, você foi julgada nessa caravana da anistia. E aí, o que é que eles fizeram?

S.L. – Não. Eu não fiz nenhuma solicitação financeira. Porque tu tinha que fazer. Eu não fiz. A relatora me deu o que quis.

A.M. – O valor é uma solicitação do demandante?

S.L. – O demandante vai lá e prova. O Luiz Eurico era funcionário do Senai. Eu botei. Tinha prova que ele era funcionário do Senai, mas eu não fui lá no Senai pedir uma carta, para ver quanto que ele recebia; eu falei: “a Comissão da Anistia que me dê o que quiser”. Já que o meu propósito não é financeiro, eu não vou botar. E da Rede Ferroviária, a própria comissão perguntou à Rede, a Rede não respondeu. Então, eu acho que eu ganhava um salário mínimo, ela dobrou, e a minha da Rede, que eu acho que eu ganhava uns mil, também dobrou. Então, o que eu recebo hoje é mil e novecentos, eu acho, do Luiz Eurico, (achei que foi muito pouco a dele, do Senai, porque... pelo brilho que ele tinha, pela capacidade que ele tinha, eu achei pouco, comparando com os outros; mas eu não ia jamais reclamar) e a minha, sei lá quanto é que ganha o pessoal da Rede. Tem muita gente da Rede, que eu conheço, que ganha muito mais, que entrou mais ou menos nessa mesma época, com o mesmo cargo. Eles

não têm esta comparação. Eu ganho então por volta de quatro mil reais, mais ou menos, juntando as duas, quatro mil e pouco.

D.P. – Você tinha feito concurso para a Rede?

S.L. – Eu fiz concurso para a Rede Ferroviária, no Rio Grande do Sul, em 69. Tirei primeiro lugar no concurso da Rede. E estava trabalhando quando passei para a clandestinidade. E a Rede... Quem fez o pedido para mim foi Ricardo Zarotin. E a Rede não... dizia que não tinha nada sobre minha pessoa. Nada, nenhum registro. Eu me lembrava que tinha saído no Diário Oficial, mas eu não achava o Diário Oficial. Fiz um monte de pesquisa. Até que a minha santa mãe achou um papel, que a gente fazia opção pelo Fundo de Garantia. Na época tu podia optar, se era optante, não era optante. Não me lembro como é que era a legislação. Sei que ela tinha isso. E aí eu anexeí. Que foi esse tal ano que saíram três. Que estava paralisado e tudo. Não me lembro. Faz muitos anos isso.

D.P. – E o Luiz Eurico era, também, funcionário do...

S.L. – Luiz Eurico era funcionário do Senai. E a dele eu tinha. A primeira vez que eu entrei foi com base na Emenda 86. Era muito antes da Lei da Anistia. E o meu também era anterior. E pela Lei da Anistia, eles passam... todas as pensões e aposentadorias por motivação política que estavam no INSS passariam a ser regidas pela Comissão da Anistia. Nossa. Isso foi... Para mim foi muito complicado. Eu queria não ter. Tanto que a do Luiz Eurico eu uso para esse assunto. Tem uns garotos lá no Rio Grande do Sul que todo ano fazem... todo ano, eles fazem manifestações, no 31 de março, pela cidade, botam cartazes, botam não sei que, eu pago: pago a Kombi, pago a cola. Eu uso para... assim. Eu viajo muito, eu uso para isso. E claro que...

D.P. – E o pedido de perdão, quando a Comissão pediu perdão a você, te emocionou?

S.L. – Não, não me emocionou. Essa emoção, não. Me emocionou o voto da menina, me emocionou.

D.P. – O voto da sua relatora.

S.L. – Da minha relatora. É muito lindo o voto dela. É muito bonito.

D.P. – Como é o nome da relatora?

S.L. – Roberta Baggio. É muito lindo o que ela fez. Ela fez uma poesia. Tanto que ela me pediu autorização, que alguns iam ser publicados; mas depois eu acho que... esse meu, Paulo Abrão deve ter deixado de fora, em função dos atritos todos que eu tive. Mesmo depois dessa coisa da família Telles, eu acompanhei algumas coisas na Comissão da Anistia. Eu fui a algumas caravanas, especialmente as coisas que foram no Rio Grande do Sul, ajudei, sempre ajudei; até hoje eu ajudo as pessoas a entrarem com requerimento, porque eu fazia isso na Comissão de Direitos Humanos, acabava atendendo quem chegava lá. E até hoje as pessoas me procuram para entrar com requerimento, para ajudar, para não sei que, porque eu acabei militando muito nesse assunto, e muita gente passou a cobrar. Até na Comissão dos Mortos e Desaparecidos teve gente que se locupletou, do meu ponto de vista, porque tinha acesso aos familiares como advogado, virou advogado de familiares e ganhou muito dinheiro. Eu sou contra isso. Eu não conseguia nem usar a minha, que eu falei, então... Eu acho que isso desmoralizou a nossa luta, porque... trinta mil pessoas... E há situações, por exemplo, um cara que foi cassado por corrupção, lá no Rio Grande do Sul; como ele foi cassado, ele ganha. Mas não pode. É por motivação política ou não é? Então eu... Entendeu? Um cara que trabalhou para a repressão, Gilberto Giovannetti. Eu fiz um tratado para a Comissão, depois que eu vi que votaram. Não sei se ele retirou. Gilberto Giovannetti era o que a repressão chamava de cachorro. Eles davam esse nome: cachorro. Ele e a mulher dele, que foram descobertos por nós, ali nos anos 90. Ela fez parte do treinamento comigo em Cuba. E ela usava nome falso até esta época, 90. Ela... Maria Madalena Lacerda de Azevedo. Ela tinha a chave da casa da Dodora Arantes porque ela datilografou a tese da Dodora, de mestrado. Era uma pessoa muito...

D.P. – Como é que vocês descobriram?

S.L. – Ah. Já...

D.P. – É uma história longa.

S.L. – É, é uma história comprida. Mas por que é que eu comecei a falar dela?

A.M. – Porque você estava mencionando algumas pessoas que entraram com pedido na Comissão de Anistia.

S.L. – Ah! Então. O Gilberto Giovannetti, para mim, não tinha direito. Ele recebia da repressão. Ele foi preso. Ele foi preso, mas ele virou, e passou a receber como funcionário dos órgãos de segurança, então ele não tem direito a anistia, porque... Deu para ele, por que é que não deu para o cabo Anselmo? Então tinha que dar para o cabo Anselmo também. E tinha gente que defendia o cabo Anselmo, a indenização a ele. Gente da esquerda, gente que militou com ele, teoricamente do nosso lado, que achava que ele tinha direito. Então eu tinha muito medo disso. E esse do Gilberto Giovannetti foi aprovado sim. Foi aprovado a mulher do Alberi Viera dos Santos, que era outro cachorro, que chegou a ser uma grande liderança assim no Rio Grande do Sul. Ele era famoso lá, porque... desde a época acho que da Legalidade; ele era um brigadiano, integrante da Brigada Militar, (que teve um grupo grande de brigadianos atingidos), então a mulher dele, para mim, tem direito a receber como viúva de um membro da Brigada Militar, mas não como anistiado. Outra confusão que eu armei, enorme, foi contra um cara que chama Jean-Jacques Guilbaud. O nome todo eu não sei. Quem primeiro falou nesse cara foi o Requião. Governador Requião foi a Paris e conheceu esse cidadão, no elevador, e esse cidadão era... tinha sido funcionário do Itamaraty, que tinha feito umas denúncias de compras superfaturadas de embaixadas, e com isso passou a ser perseguido, então não voltou para o Brasil. E o Requião falava nesse... denunciava a história desse cara. E aí, não me lembro como isso foi tornado público, eu fui uma das que fez... fui atrás de jornalistas para fazer matérias. *A Isto é* fez uma grande matéria. Porque para mim ele tinha que ser reintegrado ao Itamaraty, mas não através da Lei da Anistia. Ele fez... Eu não sei o que vocês pensam disso. Eu trabalho aqui, descubro que tem uma compra superfaturada, isso é perseguição política? Isso não é perseguição política. Ele estava no exterior, descobriu que - não sei, a embaixada de onde era superfaturada, foi lá e denunciou. E os caras que estavam ganhando dinheiro perseguiram ele, ele não voltou para o Brasil. Aí ele foi anistiado e virou embaixador numa lugar novo da África. Primeiro embaixador lá. Eu fiz quinhentas denúncias, mandei quinhentas cartas para o presidente Lula, na época. Quinhentas é o meu modo de dizer. Mas uma dúzia, pelo menos, eu fiz. Eu escrevia: “Caro senhor presidente...” Eu sempre fazia isso. Eu escrevia. Eu cansei de escrever. Nós nunca tivemos uma resposta do Planalto, sobre nada! Nem as pessoais nem as coletivas. Nada. Nenhuma resposta. Então eu acho que a Comissão da Anistia não reviu essas situações. Não houve, não fez essa revisão, apesar de que ela levantou muito mais do que a Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, que virou quase que um nada... Eu acho que virou quase que um nada, depois

que eu saí. Eu sinto muito. Porque eu acho que comigo sai.. quando eu saí, saímos as pessoas que estavam à frente dessa história e que tinham muita visibilidade, porque, depois dali, o que é que aconteceu? Para mim virou... Àquela época já estava virando uma comissão de governo, não uma comissão de Estado, e o governo não tinha interesse em tocar para frente as coisas. Então... É a minha opinião sobre isso. E acho que a Comissão da Anistia pode ter feito – pode ter feito não, fez um trabalho de conscientização, mas eu também reclamo dos projetos que foram aprovados. Porque a Comissão de Anistia tem muito dinheiro para...

A.M. – Os projetos dos editais. Marcas da Memória, etc..

S.L. – Dos projetos em geral. É. É. Porque eu conheço muito projeto super interessante, super, e que não passaram; e outros que sempre foram ali... A coisa da patota. Eu sou absolutamente crítica horrível com esse negócio de patota dentro do serviço público. Para mim o serviço público tem que ser um serviço público, não pode ter patota. Olha. Eu acho que tenho uma rigidez difícil assim com algumas coisas. Eu trabalhava no Anhembi, em São Paulo, que o Anhembi fazia o carnaval, lá na época do governo da Luiza Erundina. Aí eu era secretária do presidente. Aí morreu um sambista, eu comprei uma coroa de flores. Morreu outro sambista, eu comprei outra coroa de flores. Aí me mandaram um buquê enorme. Eu devolvi, dizendo que eu não podia receber presente. Todo mundo me goza por causa dessa história. Virou uma novela. Porque flor, como é que vai devolver flor? Vai murchar as flores. Eu devolvi. Como é que eu vou receber um presente? Aquilo era um serviço público. Acho que essa coisa a gente perdeu, na história, a esquerda perdeu. Eu não vi mais isso acontecer. Eu sou mais Mojica nessa coisa do comportamento, que acho que se perdeu. As pessoas, os assessores que se mudam do seu local de trabalho para ir trabalhar no governo em Brasília, recebem muito dinheiro. Se vai marido e mulher, dobra. Eu não... Não pode mudar isso? A gente não podia ter mudado? A gente não podia ter... Eu acho que podia ter feito muitas coisas, inclusive ter posto essa coisa na Comissão da Anistia. Porque não teve essa história de que – agora, não vamos mais votar mais de dois mil por mês. Não teve. Então...

D.P. – Mas de qualquer maneira, você acha que houve uma mudança quando Paulo Abrão assumiu, em relação às anteriores.

S.L. – Pelo menos começaram a botar o motivo.

A.M. – Esse motivo era autodeclarado, ou eram os integrantes da Comissão que colocavam?

D.P. – Ah, não. Acho que os integrantes da Comissão. Mas às vezes eu também... Eu tenho 63 anos. Não vai dizer que vai votar o meu por idade. Então tinha gente da minha idade que estava lá na coluna escrito idade. Então... Se é uma pessoa da minha idade com doença, passa na frente. Se não é, não. Porque tem muita gente idosa que morreu sem receber. Idosa e doente. Idosa e doente, e muitas. E muitas. O Argonauta Pacheco foi um que morreu sem receber, que era idoso, um cara banido do país, ele morreu sem receber. E teve outros. Isso já era num... na coisa do Paulo Abrão. E pode ter feito muitas outras coisas, que eu deixei de acompanhar. Lá pelas tantas eu... como é que se fala na minha terra – peguei nojo. Não deu mais assim. Acho que quando eu percebi que não adiantava mais eu falar. Houve diversas interferências negativas em relação às coisas que a gente fazia também. Eu lamento que, por exemplo, aquilo ali é um... é um... é um pouco da... é a nossa história. Não sei como é que estão os processos. É a nossa história, Aquele... como é? – memorial da anistia, museu, sei lá, quer ir lá para Belo Horizonte. Aquilo lá, para mim, é um lugar que não tem nada a ver. Quem é que vai lá em Belo Horizonte ver aquilo? Tinha que... Infelizmente, tinha que ser no Rio ou São Paulo ou Brasília. Então não gostei também. Reclamei de ter ido para Belo Horizonte. Como é que iam fazer um negócio desse em Belo Horizonte e não ter a Bisoca, que é Heloisa Greco, que é a pessoa... A tese dela é sobre a anistia. Ela está fora. Porque não é da patota. Então eu não gosto dessas coisas. Essa crítica eu mantive, eu mantenho. E acho triste, acho... Eu tenho vergonha. Porque não dá nem para tu responder. Eu, diversas vezes, quis ir no Ministério Público mas não tive coragem. Vou dar munção para a direita? Então eu não fui. Mas muitas vezes eu tive vontade de ir. De processo que eu vi, de falsidades que eu vi, que eu sei que foram feitas ali dentro, inclusive por requerentes. Não estou falando só da Comissão. Estou falando dos requerentes, que têm a coragem de fazer determinado tipo de coisa. Eu tinha vontade de devolver as minhas.

A.M. – Como foi que vocês descobriram o caso da... foi da esposa do Gilberto? É isso?

S.L. – Giovannetti?

A.M. – Giovannetti.

S.L. – Ah! Assim. Eu fiz treinamento em Cuba. Na parte... Tem uma parte na cidade ali e um treinamento no campo. Na parte do treinamento inicial era por pessoas de outras nacionalidades, enfim, e tinha...era o grupo... o grosso era o grupo que tinha saído no sequestro do embaixador alemão. E tinha outras pessoas. Entre elas tinha uma moça, que a gente brincava, porque ela cuidava de um bode, e a gente chamava ela de mulher do bode. Onde ela andava, aquele bode ia atrás dela. A gente brincava muito. Ela era a mulher do bode. Ela, para mim, era ligada ao MR-8. O Cid e o... [Cid] Benjamin e o Daniel Aarão dizem que não, de jeito nenhum. Mas ela apareceu lá como ligação do MR-8. Com a volta da anistia, o Edmauro Gopfert, que depois veio a ser o pai do meu filho, que saiu também nos quarenta e estava nessa época, me disse: “Nem sabe da maior: a mulher do bode era cachorro”. Nossa! Aí me contou, eu fiquei impressionada. Como que era cachorro? Eles estavam em Portugal e aí descobriram que ela estava lá, atuando pela repressão. Mas como é o nome dela? Ninguém sabia. Aí o Nilmário estava fazendo uma audiência pública, antes da Lei 9.140 ele viajou, nos estados, ouvindo os familiares. Então tinha uma audiência lá em São Paulo, e eu estava conversando com a Idalina, que vem a ser mulher do Onofre Pinto, e ela estava nos contando como é que tinha sido... quem é que tinha contado para ela que o Onofre Pinto tinha sido preso no Brasil, que era a fulana de tal. E o Edmauro, casualmente, trabalhando lá com a Ireide Cardoso na Câmara dos Vereadores de São Paulo, e disse: “Encontrei a mulher do bode no elevador”. — “E onde é que ela foi?” — “Não sei. Perdi. Tinha muita gente saindo na frente, ela sumiu. Ela me viu, ela sumiu”. E nós sempre procurando a mulher do bode. Quando a Idalina me contou essa história, com o nome lá que ela dava, que eu não me lembro, eu me dei conta que era essa; que aquela ali, a mulher do bode, era a pessoa que era assessora do Julio César Caligiuri, que presidia a CPI da vala de Perus. Era a mesma pessoa. E ela era assim, ela tinha... Ela usava o nome frio dela, ainda, que eu nesse momento me esqueci... Maria Madalena Lacerda de Azevedo é o nome verdadeiro dela. Ela usava o nome frio. Ela estava com... Luiz Eduardo Greenhalgh era advogado dela para reconstituição de identidade, os testemunha dela era Fernando Henrique, Almino Alfonso... Ela era uma pessoa das altas relações, que ela teria feito desde que ela esteve exilada no Uruguai, lá na época de 64. Ela era tão bem relacionada que é a única pessoa que eu conheço que tinha a chave da casa da Maria Auxiliadora Cunha Arantes, que era mulher do Aldo Arantes, e ela entrava na casa da Dodora para digitar a sua tese. Dodora ficou doente quando soube disso. Então era uma pessoa muito bem relacionada. E aí eu procurei Luiz

Eduardo e disse para ele: “Olha. Essa mulher é infiltrada”. E aí ele marcou uma reunião com ela e com o marido. E aí a gente chamou a Dulce Maia, que também tinha sido banida nos quarenta, e o Pedro Lobo, os dois que estiveram comigo lá no Chile... lá em Cuba e que conheciam ela lá. Aí ela já chegou com uma carta, contando que eles tinham trabalhado. Ela se deu conta que tinham sido descobertos.

D.P. – Ah, ela reconheceu? Ela entregou uma carta, dizendo que ela tinha trabalhado?...

S.L. – Essa carta sumiu. Mas entregou uma carta, ela e o marido, dizendo que eles tinham... que eles foram para um ponto em Foz do Iguaçu com Alberi... Foi aí que começou a suspeita do Alberi. Até então Alberi estava na nossa lista dos mortos. O nome dele está lá no monumento, lá no Rio Grande do Sul. Que eu nunca gosto desse negócio de botar nome nos monumentos. Ou bota todos ou não põe nenhum. Lá tem alguns nomes. Então o do Alberi ainda está lá. Nos nossos primeiros dossiês ele estava. E ela tem um ponto com ele. Chega aqui, eles são presos, e eles passam a colaborar. E aí ela disse que eles nunca fizeram nada, enfim, eles viajaram... Quem é que vai para a Europa sem nunca ter feito nada? Era uma carta que assumia a sua condição. E foi um clima difícil, não sei que. Eu tentei ficar amiga da Maria Madalena, eu tentei, para ver se ela me contava mais coisas etc. e tal. Porque eu não sei se não foi ela que participou, ou não, da chacina de Foz do Iguaçu, aonde desaparecem seis desaparecidos políticos – tem, ali em Foz do Iguaçu, nessa mesma época da prisão dela, que é o Onofre Pinto, Daniel José de Carvalho, Joel José de Carvalho, dois irmãos, e o Enrique Ernesto Ruggia, que era um menino, argentino, tinha dezenove anos ou vinte anos, que volta junto, o Vitor Carlos Ramos e o José Lavecchia, que era um sapateiro, conhecido como sapateiro do Lamarca. Era assim que a gente mexia com ele. Era um velho, era... Eu acho que ele tinha mais do que a idade que nós temos agora. Não sei quantos anos ele tinha. E saiu trocado nos quarenta também. São seis que entram. E o Aluizio Palmar escreveu um livro sobre isso aí. Que chama “Onde foi que vocês enterraram os nossos mortos?” Ele escreve um livro sobre a pesquisa dele nesse assunto, a busca dele nesse assunto dos seis desaparecidos. E ela é dessa época. Eu achei que eu podia tentar descobrir alguma coisa. Mas ela nunca me contou nada. E acabaram ficando muito... Eles responderam com muita indignação, me disseram que nós tratamos eles igual... que a esquerda tratou-os igual a direita tratou. Eu já tinha ouvido uma outra história de um infiltrado, que foi muito impressionante, que foi um

cara que se infiltrou na AP. Nossa! Eu acho que eu tenho guardado as fitas, fita cassete, quando ele conta para a irmã dele, Maria Madalena... Madalena Prates, a mulher... Maria Madalena Prates. Ela foi mulher do... aquele menino da... do José Carlos Novais da Mata Machado. E ela era tida como a pessoa que entregou o Mata Machado. E esse irmão dela, nos anos 80, sei lá quando, conta para ela. Então, no dia que ele está contando, a Eleonora Menicucci está ali como testemunha, que era da AP também. Eu ouvi essa fita. É impressionante. Essa fita tinha ficado com aquele dirigente da AP que morreu – como era o nome dele? Também esqueci. A... A... Morreu de doença. Jair...

D.P. – Jair Sá.

S.L. - Jair Sá. A fita estava com ele, ele deu para Dodora. Quando nós começamos a remexer nessa história, ali na Lei 9.140, a Dodora me deu, para eu ouvir essa fita. É muito impressionante. Porque ele... Vocês querem que eu conte isso?

A.M. – Se você quiser, conte.

D.P. – Eu já ouvi falar dessa história.

S.L. – Ele...

A.M. – Tem que trocar a fita.

[FINAL DO ARQUIVO 3]

D.P. – Vamos lá. Você está contando a história da...

S.L. – Olha. É porque eu fico contando muita história. Desde que eu me envolvi nessa coisa de fazer o dossiê dos mortos e desaparecidos, depois que... na época da anistia, eu me envolvi com a história de todo mundo: dos familiares, dos não sei que, dos não sei que. E eu sempre fui muito xereta, de ir atrás das coisas, de ir atrás de pista, então eu fiquei muito impressionada com essa gravação porque a Madá, a Maria... a Madalena Mata Machado, diz assim...

D.P. – Madalena é mulher do Mata Machado.

S.L. – É, a mulher do Mata Machado. Ela chama Maria Madalena Prates, eu acho, que não é Mata Machado. Ela tem um filho dele. E ela diz...

D.P. – Mata Machado é desaparecido.

S.L. – É, ele é desaparecido. E o irmão, o irmão dela conta como que foi: que ele foi preso etc. e tal, e começa a colaborar; ele faz um acordo pela vida dele e da irmã, e ele tem uma identidade falsa, ou tinha, a identidade que estava junto com essa fita. Hoje em dia... Eu guardei a cópia. A identidade, eu acho que eu dei...devolvi para ele ou dei para Madá, nem me lembro mais. Eles deram uma identidade falsa para ele, um emprego para ele, e ele trabalhava e se encontrava volta e meia com eles para fazer... não me lembro em que época, mas é 73 ali, então acho que todas as quedas da AP em 73 são em função do seguimento que tinha com ele; cada um que encontrava com ele continuava sendo seguido. E aí, um dia, eles marcam um ponto com ele na pracinha do Avião, em Goiânia. Eu nunca me esqueci desse lugar, apesar de que eu não conheço. E aí, quando ele chega nesse lugar, ele é preso. Aí ele percebe que os caras que estavam pegando ele não sabiam que ele era agente. Ele fica cabreiro. Ele é levado para o DOI-Codi de São Paulo e lá estava a sua irmã. E a Madá diz para ele: “Mas eu ouvi os seus gritos de tortura”, e ele falou: “Fazia parte”. É uma coisa assim. Ele faz um comentário tipo assim. Então... Ele diz que não sabe o que aconteceu com Honestino, com os desaparecidos dali, que ele só sabe que ele era seguido.

D.P. – Mas ele reconhece que encontrava com esse pessoal, com Honestino, com Eduardo Collier, com o Santa Cruz?

S.L. – Sim. Ele encontrava com muita gente. É. Eu não perguntei um por um. Não me lembro. Eu não perguntei não, as gurias não perguntam um por um ali. Ele me visitou depois, diversas vezes, o Nilmário ouviu ele na Câmara Federal. Eu não me lembro com quem ele disse que tinha ponto ou não, mas direto com os desaparecidos ele não tem, e que ele não sabia que iam matar o Mata Machado, e como é que foi etc. e tal. E a Madalena, durante muitos anos, tinha... foi acusada de ter entregue todo mundo. E na verdade era o irmão dela. Ele era um alcoólatra, nessa época que eu conheci...

D.P. – Mas ele é preso, e aí soltam logo ele? Como é o esquema?

S.L. – Sim. Ele é virado, que nem eles dizem. Esse é termo da repressão. Eles viram. Por exemplo, a Casa da Morte, eles levavam para lá ou para morrer ou para virar.

D.P. – Certo. Mas você disse que essa prisão dele foi acidental, não sabiam que ele era...

S.L. – Não. Ele já era agente...

D.P. – Não. Eu digo essa prisão quando ele já era agente.

S.L. – Essa prisão foi só para disfarçar no meio da AP, para não entregar o seu...

A.M. – A sua condição.

S.L. – A sua condição de cachorro, que era assim que eles se chamavam. Então eles prendem ele, levam ele para o Doi-Codi – não me lembro quanto tempo ele fica preso ou não, não me lembro. Não me lembro o que acontece com ele depois. Mas eles prendem ele, naquela época, para não denunciar o trabalho dele.

D.P. – E você não sabe o que aconteceu com ele depois.

S.L. – Ele já morreu. Agora, ele já morreu. Mas quando eu conheci, que foi no começo da década de 90 ali...

D.P. – Você esteve cara a cara com ele.

S.L. – Estive.

D.P. – E ele assumia esse papel?

S.L. – Assumia, claro. “Eu fui infiltrado, eu aceitei, para salvar a minha vida e a vida da minha irmã”.

D.P. – Ele mostrava arrependimento por isso?

S.L. – É, mostrava, mas... é difícil tu ter arrependimento, com esse assunto. Eu tenho uma grande amiga, que eu descobri, que sabia que não era... Não quero contar a história dela. Mas é muito difícil tu viver com essa coisa de... Como é que tu perdoa, me diga como é que tu perdoa um cara que foi infiltrado? Eu não... Eu conversei com eles. Conversei a semana

passada com a moça que inclusive reconhece que teve... Ela disse que foi vítima da síndrome de Estocolmo. Ela teve uma relação afetiva com Carlos Alberto Brilhante Ustra. Eu conversei com ela. Eu conversei com... Eu conversei com as pessoas. Assim como reencontrei essa minha grande amiga. Mas eu não consigo perdoar! Aqui dentro... O que é que é perdão? A primeira vez que eu falei... Eu não consigo... perdoar, para mim, é um termo que eu não gosto de usar, que eu acho que é muito cristão. Mas eu não consigo. Para mim, não tem desculpa. A primeira vez que eu falei com Cláudio Guerra no Skype, ele disse para mim, “antes de mais nada eu queria te pedir perdão”, e falei: “Eu não sou cristã. Pula essa parte”. O cara levou corpo para ser incinerado e vai querer me pedir perdão? Então...

D.P. – Você falou no Skype com ele?

S.L. – Falei um monte de vezes, muitas vezes, no Skype com ele, porque eu escapei daquele forno.

D.P. – Já que estamos falando dele, você acha que aquela versão dele tem alguma?... Que ele levava as pessoas para o forno crematório?...

S.L. – Acho. Acho. A Comissão Nacional da Verdade vai dar mais indícios disso. Porque a Polícia Federal fez merda lá. Eles acharam... Não acharam vestígios; mas eles... a perícia que eles fizeram lá é diferenciada. Eu acredito no que ele disse. E eu escapei daquele forno. Eu tinha contato com Tomás Meirelles, que ele levou para o forno, com Wilson Silva, que ele levou para o forno. Eu falei isso uma vez para o Adriano Diogo. Eu estava depondo lá... Porque naquela Comissão ali, da Verdade de São Paulo, todos os casos que não tinha família, eu que fui lá relatar. Amelinha me deu essa tarefa. Então eu fui muitas vezes. E uma das vezes, eu estava falando, eu disse para ele que eu escapei do forno duas vezes, como judia e daquele ali. E o Adriano caiu em prantos ali. Porque estava gravando a sessão, eu não sabia nem o que fazer. Ele saiu da mesa, foi embora. Porque eu usei isso como uma coisa assim de... Que é... Se o meu pai tivesse sido... A família do meu pai toda morreu na guerra, então eu me sinto sobrevivente duas vezes do forno. E por que não fui para esse forno, vou morrer sem saber. Então eu conversei com ele... Porque quando saiu o anúncio que ia ter esse livro, saiu um site, não tinha saído o livro ainda.

D.P. – Qual livro?

S.L. – O livro do...

A.M. – “Memórias de uma guerra suja”.

S.L. – “Memórias de uma guerra suja”.

D.P. – Ah. Do Cláudio Guerra.

S.L. – Aí disse que tinha um site. Aí a santa aqui já escreveu para o site, dizendo: eu sou fulano de tal, quero saber, tenho interesse em não sei que, não sei que. Imediatamente me ligou o jornalista que fez a entrevista e que faz o livro. E aí, eu não tinha lido o livro ainda, mas eu comecei a dizer para ele que já que ele sabia e que ele tinha participado do desaparecimento do Wilson Silva e da Ana Rosa Kucinsk e do Tomás Meirelles, que eram os últimos militantes da ALN, era impossível que ele não tivesse notícia sobre outros dois: uma negra e um com cara de... Não. O Tomás, ele não dizia no começo. Ele dizia Wilson Silva e a Ana Rosa. E aí eu queria saber dos outros três. Um com cara de índio, que é o Tomás Meirelles, que é nascido no Amazonas, e outro... ah! a Yeda, que era uma mulher negra, e o Hisami Nakamura Okano, que era japonês. Então, um amazonense, uma negra e um japonês. Que era impossível que ele não soubesse. Tanto que ele reconhece... Eu mostrei para vocês esse negócio do Tomás Meirelles? Vou mostrar para vocês. Empresta ali o “Verdade e Memória”, que eu vou mostrar, para ver por que é que eu fico acreditando nas coisas dele. Como é que o Guerra...

D.P. – Eu até queria te fazer uma pergunta sobre isso.

S.L. – Como é que o Guerra reconhece... Quem levou o Guerra a falar foi o Perli Cipriano. Foi através dele. Na época que o Paulo Vannucchi estava ali, (eu sinto imensamente que não tenha sido naquela época) eu acho que o Paulo Vannucchi não deu... achou que não podia ser. Nunca conversei, depois, isso com ele.

A.M. – Não podia ser o quê? O depoimento?

S.L. – Não. Que as coisas que o Perli estava trazendo não devia ser verdadeira.

D.P. – Por que o Perli...

S.L. – O Perli Cipriano é lá do Espírito Santo.

D.P. – Sei. Meu processo. É amigo meu. Pois é. Mas o que é que o Perli tem a ver com o Cláudio Guerra? Você disse que o Perli que trouxe...

S.L. – O Perli que trouxe... que foi... O Perli era secretário de Justiça do Espírito Santo.

D.P. – Temos que ouvir Perli.

S.L. – Tem que ouvir o Perli. E foi o Perli...

D.P. – É, vamos entrevistar Perli.

S.L. – E foi o Perli, lá na cadeia, que uma vez foi lá e começou a falar com esse cara. Esse cara era o grande matador do Espírito Santo. E o Perli começou a conversar com ele. E aí ele conta lá... Eu fico toda arrepiada quando começo a falar nele. Ele conta do arrependimento dele. Então... E o Perli queria trazê-lo para falar com o Paulo Vannucchi. E depois, quando saiu o livro, eu fiquei dizendo para ele: “Olha. Esse aqui é o Amaro Félix” – esse que eu digo que é esquecido pelo PRC. Mas eu quero mostrar, para vocês verem. Deixa eu ver se... Eu estou perdida na data. Isso aqui, 12/72. Não. Eu quero março de 73. É... [procurando] Pronto. Esse é o Ronaldo Monte Queirós, militante da ALN, que foi a primeira morte que o Guerra disse que fez, lá na avenida Angélica. Esse aqui foi um processo que foi difícil a gente aprovar na Comissão Especial. E por uma coincidência, um ex-militante encontrou um cara que estava lá, na hora, na avenida Angélica. Conheceu essa pessoa e levou para ser ouvida. Essa foi a primeira morte que o Guerra disse que fez. E ele, ele vai por aqui, olha – a época: março de 73 – por aqui, esse. Então foi assim que, teoricamente, ele reconheceu as pessoas. Ai, quando eu falei nesse...

A.M. – Foi por esse livro aqui.

S.L. – Foi por esse livro. Quando eu falei do...

D.P. – Não. Porque eu sempre fiquei assim...

S.L. - ... do índio e do não sei que, não sei que, ele se deu conta que ele tinha levado o Tomás também. Olha aqui essas fotos. Ele é muito semelhante. Se tu olhar pela foto não sabe quem é quem. O jeito é semelhante. Pela foto, o cara não vai reconhecer.

D.P. – Mas você está querendo chegar à conclusão que?...

S.L. – Ele esqueceu... Na lista dele não está o Tomás. Nas minhas conversas com ele, ele se deu conta que ele tinha levado para o forno o Tomás também. E que ele se equivocou, tinha esquecido dele, porque era muito parecido com outra foto que tinha aqui, que era essa. Eu fui olhar as fotos, falei: “É, realmente, são parecidas”; As fotos são parecidas. Tu vai olhar pela foto... O que é que ele fez? *Esse* aqui ele matou. Mas *esse* aqui ele pegou morto. Então...

A.M. – E ele reconheceu os outros dois casos?

S.L. – Não. O Hisami, não. Mas ele diz que o Hisami era... foi levado para a Casa de Morte, e a Yeda, que foi a primeira a ser presa, ele diz que não foi caso dele; mas que ela teria sido a primeira a ser presa. Ele diz que através dela é que foi preso o Wilson e a Ana. Mas não é verdade. Porque a Yeda não tinha contato com Wilson Silva, nem com Ana. Eles não tinham ligação. Tenho certeza disso. Então, não foi através disso.

D.P. – Mas ele diz que ele lembra dessas pessoas (porque para mim isso é uma grande incógnita) através do retrato daí?

S.L. – Ele lembra, mas...

D.P. – Porque eu quero saber como ele sabe os nomes.

S.L. – Não. O nome ele sabe olhando aqui. O nome ele só soube olhando o livro. O Perli que levou o livro para ele. Quando ele resolveu começar a falar, o Perli levou o livro para ele. Então eu acho que ele se confunde. Para mim, a história dele tem nexos, sim. Que ele levou os corpos para cremar, eu acredito.

D.P. – Sim. Que ele levou corpos para cremar. Agora que ele saiba de quem são esses corpos, eu não consigo acreditar.

S.L. – Ah, não. Isso... Isso eu tenho dúvida.

D.P. – Não tem como. Primeiro, todo mundo deformado, apanhando à beça...

S.L. – Isso, eu tenho dúvida. Quer ver? Vou te mostrar...

D.P. – Você vê uma foto minha na PE...]

S.L. – Vou te mostrar essa do desaparecido, que é a minha briga lá com a presidência... com a Comissão Nacional da Verdade e com o pessoal lá do Recife, que ficou me tratando como se eu fosse uma ignorante. Vou te mostrar aqui o reconhecimento do Amaro Félix. Em vez de ficar procurando lá, eu vou ver a página. Amaro Félix – 312.

D.P. – Aquele caso que você conta.

S.L. – É o caso que eu conto. 312 é o Amaro Félix. E o Manuel Aleixo da Silva. Ele diz que matou o Manuel Aleixo. Porque ele olhou aqui. Mais ou menos pela época e pela data. Manuel Aleixo – 349. É mais ou menos a mesma época. Manuel Aleixo... [folheando] Não é parecido. Mas olha aqui. [Cotejando as fotos] É um preto – é um preto; cabelo preto grande – cabelo preto grande; bigode – bigode; sobancelha cerrada – sobancelha cerrada... Tu acha que, olhando aqui, não parece? Nisso, por exemplo, eu não acredito. Por isso que eu queria – eu queria estar na... Eu queria vê-lo pessoalmente. Porque eu falar com ele pelo Skype é outra coisa. Ele fica contando a história dele. Ele diz, por exemplo, ele diz que ele foi preso, ele é preso; quando termina a ditadura, que ele é o bambambã dos bambambãs, ele é preso pela morte da mulher dele e da cunhada dele. É condenado por isso. Ele diz: “Eu cometi um monte de crimes, até perdi a conta de quantos, mas não fui eu que matei nem ele nem ela”. O cara que matou – me esqueci o nome... o João, ele sabia que o João tinha matado. Um dia, ele estava lá na usina com esse João e matou o João e botou no forno. O caseiro da usina reconhece que botou no forno esse João. Não reconhece os presos políticos; mas esse cara, ele reconhece que pôs. Isso para mim é uma prova de que usina era usada para cremar corpos. Ele reconhece só esse, que não era...

A.M. – Que não tinha envolvimento com atividade política.

S.L. – É, que não tinha envolvimento. Assim que apareceu essa história, eu liguei para o José Eduardo Cardoso quatrocentas vezes. Ah! Não vou nem falar disso. Que é essas coisas que acontecem na vida, que tu nem sabe como, porque... O Paulo Abrão ligou para mim, me pedindo para... a pedido do ministro – ajudar a marcar uma reunião dos familiares com ele, citados no negócio do depoimento do Cláudio Guerra; e, além dos familiares, os que tinham escrito para ele, que era eu e o Marcelo Santa Cruz. Se bem que o Marcelo Santa Cruz estava na história. Então eu, com a secretária, ajudei – tchan, tchan, foi marcada a reunião etc. e tal, e acabou sendo... Naquele mesmo dia ia ser o julgamento do cabo Anselmo. Eu acho que

depois eles acabaram desistindo. Que ele queria juntar as duas coisas, levar os familiares para estar lá, para pressionar, então foi desmarcada aquela reunião. E aí foi marcada outra. E aí, na outra, eu não fui chamada. Quem me tirou da reunião? Essas coisas eu acho um absurdo, porque eu não estou querendo aparecer nessa história, estou querendo ajudar. O que é que aconteceu? O que é que a Polícia Federal fez a partir dessa denúncia dele? Merda. Podia ter achado, ou tentado, de uma forma mais científica, encontrar o que ele diz que enterrou lá em Minas. Ele diz: “Eu enterrei aqui um desaparecido”. Ou botar uma retroescavadeira no meio do caminho. Eu acho que não fez. Acharam esse homem que era caseiro e que reconheceu isso, vai ouvir o depoimento dele. Cadê o depoimento dele? O que é que a Polícia Federal fez com isso? Fez tudo pro forma. Tudo pro forma. Então...

A.M. – E ele está coberto pela Lei de Anistia, Cláudio Guerra?

S.L. – Não. Ele...

A.M. – Ele pode ser indiciado, criminalizado por isso?

S.L. – Eu acho que pode. Crime... Bom...

D.P. – Não tem a coisa de prescrever os crimes. Tem?

S.L. – É. Olha, se são desaparecidos, não.

A.M. – Segundo essa teoria nova do Ministério Público, é sequestro continuado.

S.L. – É. Por essa nova teoria, ele é...

A.M. – Que isso é lesa-humanidade e que não prescrevem.

S.L. – Ele é responsável. O que ele matou... Ele assume que matou o Ronaldo Monte Queirós, o Manuel Lisboa de Moura, Emanuel Bezerra dos Santos – não é? – Manuel e Emanuel – que foi ali na...

D.P. – Manuel Lisboa, lá em Pernambuco. Alagoas.

S.L. – Não. Mas eles foram mortos em São Paulo, ali na...

D.P. – Foi em São Paulo, Manuel Lisboa?

S.L. – É. O Manuel Lisboa e Emanuel Bezerra dos Santos. Na... Esqueci o nome do bairro. Bom. Na Mooca. Não, na Mooca não. Ah; Que bobagem. Não interessa. Ele assume que matou esses dois, que matou Ronaldo Monte Queirós, que matou esse no Recife e que matou esse desaparecido, que enterrou lá em Minas, que eu também acabei de esquecer o nome. Então, para mim, ele erra esse lá do Recife, porque ele não sabe por que é que desapareceu com o corpo, e a família enterrou o corpo do Manuel Aleixo. E ele... Ele diz, por exemplo, que eu soube que... Ele acaba reproduzindo muitas coisas que ele ouviu dizer mas não que ele soube. E às vezes ele não esclarece daonde ouviu dizer. Então ele diz que o Fleury pegou a Yeda Santos Delgado como mulher dele, andava com ele para cima e para baixo, e que escreveu cartas para a família...

A.M. – Fleury, o da Oban, da Operação Bandeirantes.

S.L. – O delegado. É. O delegado. Ele disse isso de repente, no depoimento dele, mas isso não vai constar no relatório da Comissão Nacional da Verdade, até porque não... não tem a mínima... não dá para ter a mínima certeza disso. Agora vai constar, no caso da Yeda, que ele diz que não foi ele, que não foi caso dele, mas quem contou para ele: o fulano de tal. Isso a Comissão pegou depois, no depoimento reservado dele. Então isso vai constar, o nome de quem é responsável na cadeia. Eles estão fazendo nome a nome a autoria dos crimes. Então este cara que ele citou, que contou para ele da Yeda, vai lá no caso da Yeda. Eu acredito na história dele. Em algumas coisas não acredito. Aquela história que ele viajou lá não sei para onde, não me lembro o que é que foi – de avião, voltou, aquelas coisas ali não... Foi lá, matou não sei quem... Nem me lembro. Do outro lado do mundo.

D.P. – Eu confesso que eu acho estranho ele saber as pessoas. Mas enfim...

S.L. – Não. Saber as pessoas, pergunta ao Perli. Eu nunca falei pessoalmente com Perli sobre isso. Mas o Perli levou este livro para ele e aí que ele consegue começar a identificar as pessoas e faz a lista. O que eu acho é que esse reconhecimento é malfeito. E ele faz pela época. Em tal época mais ou menos...

A.M. – E há outras fotos dessas pessoas, que não necessariamente essa que está publicada nesse livro?

S.L. – Ah, claro que deve ter.

A.M. – Isso foi mostrado para ele?

S.L. – Ah. Não tenho a mínima ideia. Não fui eu que participei da oitiva dele. Aliás, eu tinha passagem para ir. Quando eu soube que eu não ia poder nem me manifestar e talvez nem estar presente... Não. Que eu não podia me manifestar. Que eu queria ajudar, até porque são épocas que eu vivi... era uma época que eu vivi e que eu domino muito mais do que qualquer membro daquela comissão. Então eu queria estar lá. Quando eu soube que eu não podia perguntar, achei que a comissão não tinha que me pagar passagem para ir. E aí não fui.

D.P. – Vamos agora dar uma... Fala um pouquinho da gestão do Paulo Vannucchi, quando Paulo Vannucchi assume a Secretaria e a própria elaboração desse processo que resulta no livro, e depois a gente chega na Comissão da Verdade de novo. Quando Paulo Vannucchi assumiu a Secretaria de Direitos Humanos...

S.L. – Olha. A gente tinha... A gente ficou com uma expectativa muito grande, porque nós tivemos uma reunião grande com ele, lá em São Paulo, de familiares, e foram familiares de outros estados, lá na União de Mulheres, assim que ele assumiu. Eu escrevi para ele, me colocando à disposição e felicitando muito ele por isso, e achando que finalmente a gente ia encaminhar essas coisas de uma outra forma. Aí ele disse que o Lula tinha chamado ele para isso, para resolver isso, porque as histórias nossas com o Lula são uma pior que a outra. E a gente tinha muita expectativa. Tanto que ele nos chama para fazer... para assessorar a Comissão. E teve uma época, inclusive, que eu achava que eu ia ser demitida lá no Rio Grande do Sul, e ele me convidou para eu ir trabalhar na Secretaria. Na Comissão ali. Porque aí, eu era funcionária da Assembleia de São Paulo, ou eu voltava para São Paulo até me aposentar, porque não votaram a minha anistia, ou eu poderia ir para Brasília. Ainda bem que eu não fui, porque eu acho que não ia dar certo. Essa coisa, ou tu fica de fora ou não... como funcionário assim, é difícil. Mas a gente discordou muito, de muitas coisas, porque... primeiro, aquela coisa do governo de fazer... de não cumprir a sentença, que vinha desde o governo Lula, e criar aquela comissão de notáveis, que nunca aconteceu. Naquele dia ali, por exemplo, a comissão quis renunciar inteira. Eu que não deixei. Me arrependo amargamente. Devia ter deixado. Eu não deixei. Eu pedi pelo amor de Deus. Maria do Rosário integrava essa comissão, o Belisário... Eu falei não. “Como é que nós vamos renunciar, causar um

problema desse para o Lula? Pelo amor de Deus”. Nossa! Como eu me arrependo disso! Foi o maior erro que eu cometi na minha vida.

D.P. – Que é isso!

S.L. – Esse, não ter deixado a comissão renunciar, foi o maior erro que eu cometi na minha vida. O governo...

A.M. – A Comissão Especial.

S.L. – A Comissão Especial. O governo precisava dessa... de uma atitude forte, para impedir que os arquivos desaparecessem, como desapareceram, ali em pleno governo Lula, e que outras atitudes fossem tomadas. Então eu acho que precisava. Eu até achei que com a minha saída alguma coisa ia acontecer. Ninguém deu bola. [riso] Fui. Eu não fui nem exonerada a pedido, fui demitida.

D.P. – De onde?

S.L. – Da Comissão Especial. Quando eu pedi demissão, eu não fui demitida... Eles não botaram...

D.P. – Você pediu demissão.

S.L. – Eu pedi demissão, quando foi impossível continuar ali.

D.P. – Porque a Comissão Especial, as pessoas eram nomeadas...

S.L. – Pelo presidente da República.

D.P. – Pelo Diário Oficial.

S.L. – É.

A.M. – Oficialmente era um DS?

S.L. – Não. Não tem cargo.

A.M. – Não tem cargo?

S.L. – Não. Recebe nada. Nunca recebi um tostão.

A.M. – Era um trabalho voluntário.

S.L. – É. Eu recebia pela Assembleia [Legislativa] do Rio Grande do Sul, de onde eu era funcionária. E eu tinha um chefe, que chamava Marcos Rolim, que era um cara ligado à luta pelos direitos humanos e que me perdeu de assessora dele quando eu comecei a trabalhar nesse assunto. Eram tão precárias as nossas condições que, por exemplo, quando saiu a primeira denúncia, no jornal *O Globo*, de documentos no Araguaia, que saiu uma foto da Maria Lucia Petit morta, nós pedimos para a equipe de antropologia forense, que é a ONG argentina especializada nesse assunto, ir lá, para a gente demarcar os locais de sepultamento. Quem pagou essa passagem? A Assembleia do Rio Grande do Sul. Porque o Marcos Rolim conseguiu que... O governo federal não pagou, a Comissão não tinha dinheiro, o Marcos Rolim conseguiu, porque já que o João Carlos Haas Sobrinho era um gaúcho desaparecido e podia ser um deles, o Marcos conseguiu que a passagem dos membros da equipe de antropologia para o Araguaia fosse paga pela Assembleia.

D.P. – Só para efeito da gravação. Como é o nome da comissão e quem participava dessa comissão?

S.L. – Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos Políticos.

D.P. – Ou seja, é a mesma comissão. Ela é reativada.

S.L. – É, é a mesma comissão. A que foi constituída pelo Fernando Henrique, era o Miguel Reali Júnior na presidência...

D.P. – Aqui, até tem a relação de todo mundo.

S.L. – É.

D.P. – Mas com Paulo Vannucchi, você...

S.L. – Com o Paulo Vannucchi estava...

D.P. – Você tinha saído antes.

S.L. – Eu saí em 2005. Agosto de 2005. Quando é que Paulo Vannucchi assume?

A.M. – Em 2008.

D.P. – Aí ele lhe convida.

S.L. – 2008. Ele me convida, e a Crimeia, e a Iara, as três, para voltarmos a participar da Assessoria da Comissão. A Iara Xavier Pereira, a Criméia de Almeida e eu. Na primeira reunião já houve um desentendimento com a Iara, ela não foi mais. Eu e a Criméia continuamos indo. Ele me mostrou, na época, coisas que estavam sendo encaminhadas, que ele barrou, como a proposta do livro, o relatório final da Comissão, que eu não concordava de jeito nenhum, era uma coisa... de... dava exemplos assim, mas não era uma coisa como esse, que contava caso por caso.

A.M. – Como esse *aqui*.

S.L. – Não. *Este*. Estou falando do livro do Paulo Vannucchi. Então...

D.P. – O livro anterior, que não chegou a ser publicado. É a esse que você está se referindo.

S.L. – É. Ele me mostrou isso, me mostrou o negócio do banco de DNA, que a gente queria fazer na Polícia Federal, que tinha, teoricamente, o aceite dos familiares, através do Nilmário Miranda. “De jeito nenhum. Nós não aceitamos isso” e... Enfim. Então...

D.P. – Quem não aceitava isso?

S.L. – Nós, os familiares, não aceitávamos o que o Nilmário estava encaminhando. Não foi por outro motivo que eu saí da Comissão. O Nilmário tinha com ele alguns familiares. Por isso que eu digo que a Comissão passou a ser uma comissão de governo. Porque quem decidia era o ministro. Então...

D.P. – E como é essa história do banco? Era um banco de?...

S.L. – De sangue. Banco de DNA. Que estava previsto para ser na Polícia Federal, quando Paulo Vannucchi assumiu, que a gente não aceitava de jeito nenhum.

D.P. – Por quê? Vocês alegavam...

S.L. – Porque é Polícia Federal. O que é que a Polícia Federal nos deu? Ela nos deu de informação um álbum de fotos do Lamarca, mais nada. Não abriu...

D.P. – Mas onde é que poderia ser esse banco de sangue? Vocês defendiam o quê? Só para entender a proposta.

S.L. – Que fosse... Na época, ele foi construído num laboratório de São Paulo que era especializado nesse assunto. Na época começou a ser construído, do Paulo Vannucchi, foi construído ali. Depois foi abandonado. A Maria do Rosário disse que tinha, que não tinha, que acabou, que não sei que. E agora está de novo esse negócio, esse assunto pendurado. É uma coisa não resolvida até hoje.

D.P. – Quer dizer, a proposta do Vannucchi era que o banco de sangue ficasse na Polícia Federal.

S.L. – Não era dele. Tinha essa proposta do Nilmário. Quando ele entrou, ele tirou. Você está perguntando como é que foi nossa relação com ele. Inicialmente foi excelente, por isso. Ele...

D.P. – Era uma reivindicação de vocês isso. E ele aceitou.

S.L. – É. A gente nem sabia que aquilo estava sendo construído pelo Nilmário, com alguns familiares que... Como é que eu posso explicar? A partir do governo Lula, ficou muito...

D.P. – Evidente?

S.L. – Não. Ficou muito... Ficaram muito mais complicadas as relações entre os familiares, porque têm familiares... Ficou assim: pró governo e contra governo. Eu nunca fui contra o governo, pelo contrário. Eu fui fundadora do PT, eu achava que eu era amiga do Lula. Eu nunca imaginei que o Lula fosse tocar nesse assunto sem falar comigo; pelas coisas anteriores que ele tinha feito, de homenagens a mim, públicas, etc. e tal, por causa deste assunto, por tantas vezes que eu discuti com ele esse assunto. Quando eu morava em São Paulo, eu trabalhava no PT, no início da construção do PT. Então... Eu era muito amiga do Luiz Eduardo Greenhalgh, que era muito amigo dele, então eu participava assim: quando tinha que ser coisa fechada, que ninguém pode saber, alguém tem que secretariar, era eu que ia; a preparação do Lula para os debates era eu que ia, então eu tinha uma relação presente

com ele ali. E achava que nunca essa história não...ia passar sem acontecer. Mas desde o começo foi complicado. Quando Lula recorreu da sentença...

D.P. – A sentença do Araguaia.

S.L. – Do Araguaia, é. Quando ele fez esse recurso da sentença, eu fiquei doente. Na época eu adoeci, fiquei de cama. O Márcio Thomaz Bastos ligou para minha casa, por uma gentileza, que provavelmente o José Dirceu fez ele fazer, e eu xinguei tanto ele que... Eu estava fora de... assim fora de...estava fora de mim naquele momento. Xinguei assim, fui grosseira. Ele ligou para me dar notícia, antes de ser publicada, então... Eu fui grosseira com ele. Mas aquilo tudo tinha ficado pendurado. Alguns familiares, para mim, passaram a ser... a não levar avanti as reivindicações dos familiares, mas a atender aos interesses do governo. Que não dá para ser assim. Eu nunca fiz isso. Eu fui muito criticada, porque eu fazia críticas públicas ao presidente Lula. Olha. Quando ele recorreu da sentença, eu declarei: o presidente preferiu os militares do que a nós. Não nos recebeu, e não queria atingir os militares, então recorreu daquela forma da sentença. É obrigado a recorrer, tem essa história, não sei que. Mas se vocês lerem o recurso que foi feito pelo Álvaro, dr. Álvaro, que era uma pessoa que estava do nosso lado e era o AGU ali naquela época, é pior que os da ditadura; que diz: “ah, quem sabe morreram de leishmaniose, de não sei que, de não sei que”. É horrível! É horrível! A argumentação feita no governo Lula para recorrer da sentença é horrível. E recorreu, sucessivamente, até... até o fim. Publicamente dizia que não, mas foram feitos... até o trânsito e julgado, foi feito todos os recursos possíveis.

D.P. - Vamos voltar ao início do governo Lula. Quando Lula ganha a presidência, a sua primeira divergência pública, talvez, com o Lula é em relação a essa sentença do Araguaia?

S.L. – É.

D.P. – Até então... E quando Lula ganha a presidência, você está ainda na Comissão? Antes do Paulo Vannucchi.

S.L. – Quando Lula ganha o governo, eu estou na Comissão. Eu, antes do Lula assumir, estive lá na transição do governo, porque eu dizia que eles iam sumir com os arquivos da Polícia Federal, em função da minha experiência, que eu tinha tido ali, que eles

não me deixavam ver. Não consegui ninguém me dar bola. A não ser o Aluizio Palmar. Foi o único que viu os arquivos, e dali ele tirou informações dos arquivos de Foz do Iguaçu, que depois desapareceram; no governo Lula, eles desapareceram. E eu tinha a maior expectativa. José Dirceu me ligou para perguntar o que é que queria fazer, eu falei: “Eu não quero fazer nada. Meu filho está fazendo vestibular. Assim que der para abrir os arquivos, me chama. Esse ano, eu não quero sair daqui”. Que era o ano... Eu só queria olhar os arquivos. Eu não tinha a mínima dúvida que os arquivos iam ser abertos. A mínima dúvida! Eu não tinha a mínima dúvida.

D.P. – E aí...

S.L. – E aí, pelo contrário. O governo votou aquela lei do sigilo, maior ainda do que tinha no Fernando Henrique, a Comissão da Anistia era igual ao que era a do Fernando Henrique; na questão... o Lula nunca nos recebeu, nós tivemos um encontro privado com ele, alguns de nós, no dia do lançamento desse livro, que foi horrível o encontro; foi na época que o Paulo estava ali, mas foi um encontro horrível – privado, ninguém soube; só quem escreveu sobre ele foi Hildegard Angel, porque ele estava lá e ela escreveu uma notinha sobre aquilo, porque... não era para ter acontecido.

D.P. – E o encontro foi horrível por quê?

S.L. – Foi horrível, porque, uma coisa tensa, ninguém podia falar nada...

A.M. – Ainda em um encontro privado, ninguém podia falar?

S.L. – Foi um encontro privado. Foi um encontro privado porque não foi público. Não estava na agenda dele. Foi um pouco antes do lançamento. Os militares estavam querendo, ainda, impedir o lançamento do livro, queriam que o Lula não fosse no lançamento do livro. Tem muita coisa que o Paulo Vannucchi nem sabe, das coisas desse livro. Enfim. Mas eu até posso contar. Aí...

D.P. – Então vamos lá. As tensões do governo Lula.

S.L. – As tensões do Lula. Aí o Lula recorre da sentença e queria aquela comissão de acompanhamento das buscas não se que do Araguaia, que era: o ministro-chefe da Casa Civil,

o ministro da Justiça, o ministro da Defesa, o não sei que... Era... seis ministros, sei lá. Cinco ministros. Aquela comissão se reuniu? Não. Fez o quê? Nada. Então...

A.M. – Isso já é em 2009.

S.L. – Não. Isso foi quando teve o recurso da sentença, no primeiro ano de governo.

A.M. – Em 2003.

S.L. - 2003. É o segundo ano de governo?

D.P. – Não. Em 2003 começa o governo. Ele é eleito em 2002.

S.L. – Então o primeiro ano de governo, metade do ano, tipo agosto, que houve esse negócio da sentença, ele cria essa comissão de acompanhamento; que eu digo que meu grande erro foi impedir a Comissão Especial de renunciar. Eu liguei lá para a Casa Civil e falei: “A Comissão quer renunciar”.

D.P. – Qual comissão?

A.M. – A Especial.

S.L. - A Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos.

D.P. – E você não queria, nessa época, que renunciassem, ainda. Você estava com esperança...

S.L. – Claro que não. Eu não queria causar um baque daquele ao governo. Eu achava que o governo ia tratar dessa questão. Eu não queria causar aquele baque para o governo. Então eu tinha... Eles me ouviam muito ali, então eu tinha essa... O Miguel Reali diz que eu era a alma daquela comissão. Ele é o cara que... O Miguel Reali é o cara que redigiu o impeachment contra o Lula. Ele redigiu o pedido de impeachment contra o Lula. Mas eu sempre tive com eles uma relação de profundo respeito. Porque eu acho que eu nunca misturei a minha militância petista com esse assunto. Eu sempre assumi as reivindicações dos familiares integralmente. Então... Primeiro começou esse negócio, que aquela Comissão não fez nada. Nós fomos recebidos pelo José Dirceu, ele tentou interferir para o Lula nos receber... Tudo foi muito complicado ali. Eu vi muitas coisas ali acontecerem, que depois não foram tornadas públicas. Eu escrevi cartas pessoais a ele, que eu sei que ele pegou a carta, leu

e fez *assim*, e continuou a reunião. Eu soube dessas coisas, porque eu tinha relação com as pessoas. Então foi ficando evidente para mim que ele não queria tratar desse assunto. O Sérgio Ferreira sempre me dizia isso, e eu achava que não era verdade, até porque eu tinha... Quando o Lula foi candidato, nós... todos os candidatos, a gente ia lá e pegava um compromisso, um termo de compromisso, fazia assinar, com os nossos assuntos. Eu tinha, assinada pelo Lula, que eu fui lá e pedi para ele assinar. Rasguei e botei fora aquilo. Tu acha que eu alguma vez ia tornar público isso? Nunca ia tornar público.

A.M. – E, em sua opinião, o governo Lula tratou desses assuntos dessa maneira por quê?

S.L. – Porque eu acho que no fundo... Quando o Lula era contra a anistia – no começo da luta pela anistia, ele era contra – depois ele foi... eu achava que ele foi entendendo o que foi o nosso movimento de luta armadas. Eu achava que ele tinha passado a ter um entendimento em relação a isso. E hoje em dia acho que ele não teve. Acho que ele nunca aceitou. E que ele tinha uma posição dúbia sobre isso e que ele resolver atender os militares. Ele tinha – para mim, ele tinha todas as condições de enfrentar essa questão e resolver de outro jeito. E ele jamais podia ter deixado isso para a Dilma. Jamais. Porque a Dilma, sim, tinha um envolvimento muito maior do que ele. Ele tinha que ter criado a Comissão da Verdade. Não ter deixado para o último dia. Ele tinha que ter cuidado dos arquivos. Os arquivos foram mexidos na nossa cara, na Base Aérea, aquela. Os da Abin eu vi antes de todo mundo, antes de ir para o Arquivo Nacional. Já contei para vocês que eu vi os arquivos lá, antes. Eu e a Criméia e a Iara. Nós três entramos no SNI para ver os arquivos. E coisas que nós vimos desapareceram. Quando Paulo Vannucchi entrou, me levou lá no arquivo, eu caí em prantos lá dentro do arquivo, porque eu... “onde é que está aquela pasta assim, assado?” Não está. Porque era uma pasta do Araguaia, que tinha escrito não sei que. Eu comecei a chorar. Então... Porque aquilo ali foi na nossa cara que aconteceu. Aí... [suspiro] Eu pretendia sair da Comissão. Lá pelas tantas, eu disse para o Nilmário: “Eu vou sair da Comissão”. Nós tínhamos uma carta anônima, que tinha sido mandada por um cara que dizia que vivia o pesadelo dos desaparecidos da guerrilha do Araguaia. E aí... Ele tinha mandado lá para a Comissão. E ele contava a história dele e dizia que, numa determinada época, ele tinha feito a limpeza dos corpos da área e tinham sido enterrados em tal lugar, dentro do quartel, lá na entrada de Marabá, que na época... A primeira vez que eu fui para a região do Araguaia o

asfalto só ia até o quartel, na frente do quartel. [riso] Passava o quartel, terminava o asfalto. Hoje em dia eles continuaram a estrada, que é o... 14 Bis? Esqueci. Enfim. E o cara dava as coordenadas ali de onde estava aquele lugar. Fez parte, também, dessa carta do Miguel Reali ao ministro Quintão, que era o chefe do Gabinete Institucional da Presidência da República. Era isso que eu queria dizer àquela hora, o cargo dele, que era assim, que é o cargo, (não sei se ainda existe). Estava também esta carta e o pedido da gente poder fazer buscas lá dentro. Então, numa determinada época lá, eu fui, disse para o Nilmário: “Eu vou sair, porque o Lula não vai abrir os arquivos e... tchan, tchan, tchan, não tirou o ônus da prova das nossas costas – foi quando ele reformulou... ampliou a lei, mas não tirou o ônus da prova – não abriu os arquivos... Se pelo menos abrisse os arquivos, já era uma coisa mais fácil. Voltou a lei do sigilo, muito pior, nunca nos recebeu, eu vou sair”. Aí o Nilmário me disse: “Não sai agora, porque agora nós vamos lá no negócio da carta anônima”. Opa! Já não saí. E aí ele foi lá, mas não me levou.

A.M. – O Nilmário.

S.L. – É. A Secretaria. Sei lá quem foi. Não foi a Comissão Especial que foi.

A.M. – Nilmário era o secretário Nacional de Direitos Humanos.

S.L. – Nilmário era o secretário Nacional de Direitos Humanos. Não foi ele que foi tampouco. Sei lá quem ele mandou, como é que ele fez. Eu... Nós temos hoje, alguns de nós, experiência nesse assunto, porque olha quanta... todas as exumações que aconteceram nesse país eu estava lá, eu vi, a Criméia viu. Então a gente conhece. Todos os cemitérios que foram mexidos, de alguma forma eu estava lá. E fui aprendendo a... ter uma experiência sobre isso. Então acho que não tem que mandar qualquer um. Tiinha que ter nos levado. A gente queria levar a equipe de antropologia forense lá, queria fazer um estudo assim, assado, queria não sei que. Não foi feito. Eu já tinha tido uma experiência anterior ruim nesse assunto, com Nilmário, quando ele foi para Nova Aurora, no interior do Paraná, buscando aqueles desaparecidos. Tinha tido uma testemunha, que tinha dito que os desaparecidos estavam enterrados na cabeceira de uma pista não sei que. O Nilmário foi lá com um daqueles aparelhos, pela primeira vez na vida...

A.M. – Já como secretário? Ou ainda como integrante da Comissão Especial?

S.L. – Não. Como integrante da Comissão Especial. Com aqueles aparelhos, que eu nem sabia que existia, que fotografa o solo por baixo, de um cara lá de Minas que levou, e foi marcado tantos lugares, aonde teria tido... onde a terra teria sido mexida. Que é isso que o aparelho registra, se houve... se foi mexido na terra. Pode ser uma raiz que nasceu, etc. e tal, e pode ser uma cova. Então, a equipe de antropologia forense veio, nós fomos para lá. Foi um auê na imprensa. E quando chegamos lá, o que é que tinha acontecido? Começaram a se dar conta – no primeiro dia foi só a imprensa – tchan, tchan, tchan –, mas aí o Nilmário se deu conta que eles tinham feito... ninguém tinha levado um GPS, no dia que foram marcar com aquele aparelho, então ninguém sabia onde era o ponto de partida. Botaram uma estaca lá. Um delegado lá que estava com ele enfiou... alguém da Polícia Federal enfiou uma estaca, uma coisa no chão, para dizer: a partir daqui é o ponto zero; então, a partir daqui, tu vai ver, o aparelho marcou, em tal lugar. E onde é que era o ponto zero? Ninguém sabia de nada. O Nilmário teve um ataque, foi embora. E eu fiquei para trás. Eu paguei os argentinos com... Que ele não pagou. Umas coisas assim. Então eu já tinha dificuldade de algumas coisas com ele. E quando ele foi ser ministro, (que é o dia que tem aquela foto nossa com...minha com Sérgio) ele marcou uma reunião da Comissão Especial com aquele general Oswaldo Pereira Gomes, que é o cara que o ministro do Exército, que eu me esqueci quem era, na época do Rio Centro, mandou como seu emissário aqui, para examinar, para ver como é que estava a história do Rio Centro. Era um cara do regime, era um cara da ditadura aquele general. Os embates que eu tive com ele naquela Comissão são... Todas as sessões daquela Comissão foram gravadas. Onde é que estão as fitas? Quem sabe? Que viu? Durante os dez anos que eu fiquei não teve nenhuma sessão que não fosse gravada. Nenhum. Se às vezes não tinha áudio tinha... Todas foram gravadas com gravador. Todas. Ninguém sabe onde está isso também, lá no Ministério da Justiça, é outra coisa que sumiu. Mas eu tive embates horríveis com ele. Porque ele olhava os arquivos do Exército antes de ir para lá, então ele chegava lá sabendo – “não, esse fulano aqui matou não sei quem”. Ele sabia tudo. E era... Ele era um quadro.

A.M. – Olhava os arquivos, mas era uma documentação à qual vocês não tinham acesso.

S.L. – Que não mostrava para nós. A gente não tinha acesso. Ele era um quadro da ditadura. O general Oswaldo Pereira Gomes era um quadro da ditadura. E nós engolimos ele na época do governo Fernando Henrique porque tivemos que engolir. Mas o governo Lula,

nós não vamos engolir. Então o Nilmário marcou uma reunião com a presença dele, todo mundo se rebelou e não foi, nem o presidente da Comissão tampouco, que era o Luis Francisco; ele disse que se os familiares não iam estar presentes, (no caso, eu) ele também não faria a reunião. E aí nós acabamos derrubando aquele general. Mas as coisas não andavam. Eu percebi que... É 2003, aí...

D.P. – Em 2003 ele não está mais.

S.L. – Pois é. Porque nós derrubamos o general. Foi naquela foto que eu estou feliz da vida, abraçada com o Sérgio...

D.P. – Sim. Mas então, no governo Lula, ele não está mais.

S.L. – É, ele não está. Não está, porque nós impedimos. Mas o Nilmário queria que ele continuasse.

D.P. – Mas ele não continuou.

S.L. – Não.

A.M. – Mas ele foi substituído por outro representante...

S.L. – Por outro representante das Forças Armadas. Que está até hoje.

D.P. – João Batista Fagundes.

S.L. – É o mesmo. Que foi um perseguido pela ditadura.

A.M. – Então muda radicalmente o perfil.

S.L. – Muda radicalmente.

D.P. – Mas o marco então é o governo Lula, mudou radicalmente isso. Ou por pressão de vocês ou... Mas enfim...

S.L. – Por pressão nossa, é.

D.P. – Em 2003 o nome dele já não aparece.

S.L. – Não aparece. Foi riscado. E foi substituído por um cara...

D.P. – Não. Porque do jeito... Eu achei que no governo Lula ele estava participando. Ele não estava.

S.L. – Não. Não. Ele não entra, porque a gente se recusa a ir na reunião. E o presidente da Comissão, também, disse que não ia marcar a reunião se a gente não ia estar presente, e aí... Foi aquela reunião que eu estou... uma foto, que eu estou muito feliz ali com o Sérgio; é porque isso tinha acontecido, a gente tinha derrubado o general. A gente teve uma reunião, alguns de nós, com o Nilmário, a Cecília Coimbra estava nessa reunião... Assim, alguns capa preta dessa luta fomos nessa reunião. Eu lembro que eu liguei para a Bisoca. Como a Bisoca estava em guerra com Nilmário, eu liguei para Bisoca e falei: “De Minas não vai ter representante, porque nós não queremos nenhum tipo de atrito, nessa reunião, que nos atrapalhe. Então você não vai”. [riso] Não teve representante de Minas.

D.P. – Vocês chegaram a pensar em indicar algum nome para ocupar a Secretaria Nacional de Direitos Humanos?

S.L. – Hum, hum.

D.P. – Na época do Lula, chegaram a pensar em algum nome? Quando Nilmário assumiu, vocês acharam bom?

S.L. – Quando Nilmário assumiu, eu apoiava o Marcos Rolim. Não tinha a mínima ideia que Nilmário ia assumir.

D.P. – Mas vocês chegaram a indicar nome? Não.

S.L. – Acho que sim. Acho, pelo que eu me lembro, a gente indicou.

D.P. – Talvez o Marcos Rolim?

S.L. – É, pelo que eu me lembro, nós indicamos o Marcos Rolim. Nós... Sei lá se outras pessoas indicaram outro. Nem me lembro se tinham outras indicações. Nilmário, eu já tinha costurado a presença dele na Secretaria, e eu ficava reclamando na Casa Civil das coisas que Nilmário não fazia. O José Dirceu me perguntava: “Por que tu acha que Nilmário não está fazendo isso?” Eu tinha lá minha opinião. Porque ele não vai fazer. E não fez mesmo.

A.M. – Vocês apresentavam demandas ao Ministério da Defesa?

S.L. – Dos arquivos.

A.M. – E eram ouvidos? Havia possibilidade de diálogo, ou não havia resposta?.

S.L. – Não. Nunca tive. A Comissão nunca teve reunião com o Ministério da Defesa. O presidente da Comissão tentava, através do ministro da Justiça. A Comissão, na época, primeiro era ligada ao Ministério da Justiça, depois passou a ser ligada à Secretaria de Direitos Humanos. Então quem fazia essas gestões era o secretário de Direitos Humanos, não o presidente da Comissão.

A.M. – Então vocês, se tivessem alguma demanda, vocês apresentavam ao secretário, que aí encaminhava...

S.L. – É, é. Não... É isso. É isso que eu digo, deixou de ser uma comissão de Estado. Quando houve essa primeira denúncia de corpos no Araguaia, o José Gregori falou o seguinte: “Não tem excursão para lá”. Tem declarações dele disso. No dia seguinte, o Miguel Reali disse “vai ter sim”, e fomos ao Araguaia. Então ele tinha... Miguel Reali é um homem do PSDB. Mas ele tinha total independência. Ele não aceitava a mínima interferência que fosse ali dentro. Isso deixou de ser assim. Que é uma crítica, foi a crítica que eu fiz. Até porque eu acho que a Comissão tinha que ter independência para fazer as coisas. E deixou de ter.

D.P. – E aí a gente estava falando da?..

A.M. – Precisa parar um pouquinho.

[FINAL DO ARQUIVO 4]

D.P. – Paulo Vannucchi assumiu...

A.M. – A indicação do Nilmário. Se vocês tinham trâmite com o Ministério da Defesa, você falou que não.

S.L. – Eu vou só dizer uma coisa. Eu sou uma pessoa muito controvertida. Eu sou do tipo ame-o ou deixe-o. Tem gente que me odeia e tem gente que me ama. No governo Fernando Henrique, eles me colocaram nessa comissão, apesar de eu ser petista. Todo mundo sabia que eu era do PT, que eu trabalhava no PT. Porque eu não fiz essa mistura. Eu tinha o

celular do Jobim. Então tinha uma integração. Lá do Araguaia, eu dizia: “Alô, ministro. Eu quero entrar na reserva indígena, o pessoal não quer deixar” – ele dizia: “Um momento. Tchau”. No governo Lula, isso não existiu. Provavelmente por eu ser do jeito que eu sou. Acho que o PT não respeitou o meu trabalho, como o PSDB respeitou. E eu tenho muito orgulho desse trabalho que eu fiz nessa comissão, que eu entrei sem querer, mas que eu acho que foi um puta trabalho. Eu tive uma dedicação... Que larguei meu filho, então... É uma coisa que me dói, que eu me arrependo de ter largado tanto ele, por causa disso. Que nem ele dizia: “Vai, vai procurar desaparecido”. Então... Eu acho que isso também criou problemas. Eu não sei explicar bem, até porque as críticas a mim nunca foram feitas diretamente. Então... não sei. Nem as do próprio Paulo Vannucchi. Não sei que críticas ele tem a mim, porque a gente nunca conversou abertamente sobre isso. Então, ele nos chamar para voltar a participar ali da comissão foi uma coisa importante; que continua acontecendo até a constituição do tal do Grupo de Trabalho Araguaia, que é anterior ao livro. Por que o Jobim cria aquele Grupo de Trabalho Araguaia? Porque o governo foi condenado pela Corte, ele tinha que cumprir a sentença. Não foi para executar a sentença interna, nada. Foi por causa da sentença federal. E ele nem falou com Paulo Vannucchi sobre isso. Foi publicado no Diário Oficial. Pelo que eu sei, eles tomaram conhecimento no Diário Oficial.

A.M. – Então foi uma iniciativa do Ministério da Defesa? isolada, sem..

S.L. – Não. Alguém do Palácio mandou o Ministério da Defesa tomar providência sobre isso.

A.M. – Mas sem uma integração ministerial.

S.L. – Eu, no meu achômetro, o Paulo Vannucchi não sabia; pelo menos, as pessoas que eu conhecia dentro da Secretaria de Direitos Humanos souberam pelo Diário Oficial, daquele grupo. E das atitudes que ele tomou. E como eu tinha excelente relação com Jobim anterior, quando ele foi ser ministro da Defesa, eu fui lá, disse para ele: agora sim, que nós vamos mudar a história, você vai abrir os arquivos, tudo que é... Achava eu que muita coisa ia acontecer. Que no nosso assunto, ele foi, enquanto ministro da Justiça, eu não tenho o que dizer dele, não, das coisas que a gente tentou encaminhar e pedir para ele. Então eu liguei para ele, quando teve aquilo, pedindo uma reunião com ele. O Belisário também ligou. Primeiro nós íamos fazer um encontro a três –, o Belisário, do PSDB, era muito amigo dele,

na época que ele era do PMDB, então eles tinham essa relação anterior ao PMDB estar junto com o PT –, depois se resolveu que ia ser uma reunião maior, que foi feita lá no Ministério da Defesa. Eu custei, loucamente, a convencer a Criméia a ir naquela reunião, porque ela foi torturada lá. Então...

D.P. – Lá no Araguaia.

S.L. – Não. Aqui, ela foi torturada aqui, num desses prédios, que ela acha que era no Ministério do Exército, que, na época, tinha. Ela foi torturada num desses prédios aqui. Ela não foi presa no Araguaia, ela foi presa em São Paulo e foi trazida para cá. Então... difícil, entrar ali, e eles daquele jeito ali... Enfim. E a reunião foi uma droga, porque...

D.P. – Essa reunião para criar o grupo do Araguaia.

S.L. – Não. Já tinha sido criado o Grupo de Trabalho Araguaia, e nós estávamos fora dessa discussão. Nós fomos lá rediscutir com ele isso. E ele dizia o seguinte; “Se vocês querem participar, até vocês podem participar, como ouvintes. Vocês vão estar legitimando o que eu estou fazendo”. A gente não queria nem discutir com ele. Fomos, muito numa de tentar compor ali com a Secretaria e com o que ela estava fazendo. E, a partir dali, nós não tivemos mais discussão possível, com Paulo Vannucchi, ele... Nós nos correspondemos, por e-mail, em posições reservadas dele para mim, mas muito no sentido de que... Eu acho que podia achar que a gente era muito arrogante, porque estava... Quando nós tomamos uma posição, tomamos uma posição: nós não vamos participar desse Grupo de Trabalho Araguaia. E não participamos, então nos afastamos das coisas da comissão, também.

D.P. – Mas vocês foram convidadas a participar do grupo do Araguaia?

S.L. – Não, não fomos convidadas.

D.P. – Apenas acompanhar os trabalhos.

S.L. – “Vocês podem acompanhar e legitimar o que eu estou fazendo”, foi isso que o Jobim disse. Mas estava lá – Comissão Especial, não sei que, mas não estávamos nós, familiares. Esse assunto não foi discutido conosco. Quando foi criada a Portaria, o Paulo tentou me convencer. Ele achava que tinha que ir. Mas para mim, aquilo ali, fizeram uma... mais ou menos como aquela Comissão Interministerial –, estava o [Coccio], estava não sei

quem, estava não sei quem –, uma coisa que o Ministério da Defesa estava criando, para fazer de conta que estava buscando os desaparecidos no Araguaia. Quem era o cara responsável pela logística lá? Era um cara que quando assumiu um cargo lá no batalhão não sei que, (que eu me esqueci o nome dele) ele estava louvando a revolução de 31 de março. Então, não vem me dizer que um cara desses... Que o Jobim dizia: “Não. Eles cumprem ordens”. Não vem me dizer que um cara desses vai estar interessado em achar desaparecido. Com a quantidade de militares que foram para lá. Era uma coisa incalculável. Eu... Está tudo aberto ali, o número deles, mas é uma coisa absurda a quantidade de gente que eles botaram lá, e quem nem sabiam por que estavam lá. Nem aproveitavam para dizer para aquela tropa o que é que é que eles estavam indo fazer lá. Ai.. Eu, inclusive, cheguei a ir, uma vez, a pedido dos familiares, uma vez, eu acompanhei as buscas... Ah, não. Ai já era quando a Maria mudou o nome para Grupo de Trabalho Araguaia. Antes, chamava o Grupo de Trabalho Tocantins? Primeiro foi GTT ou foi GTA? Eu acho que foi Grupo de Trabalho Tocantins, que o Jobim falou. E a Maria mudou o nome para GTA. Nós soubemos agora, quando ouvimos da Comissão da Verdade, a apresentação que a Comissão da Verdade faz da questão do Araguaia, que um deles, (que, agora, também vou esquecer o nome) que participava do GTA do Jobim, do Lula, do Paulo Vannucchi, desse grupo, era um dos caras que esteve lá no Araguaia, na época, combatendo. Como é que tu vai botar um cara que tem denúncias?... Não. Ele tinha denúncia... Como é que era? Não é que ele combateu no Araguaia. Ele tinha denúncias contra ele. Agora, já não me lembro mais. Eu me atrapalhei. Estou com a cabeça cansada. Depois, eu até posso mandar escrito para vocês. Eu sei que nós descobrimos, sem a gente saber, que um desses caras envolvido nesse trabalho era um daqueles que a gente nunca ia aceitar passar por perto. Então, para nós, não tinha a intenção de buscar ninguém, não abriram os arquivos, não nos mostravam as operações; o Jobim chamou o chefe de gabinete do Exército para estar lá com ele, e... Isso, só para fazer uma cena com a gente. Por sinal, a gente brincava que nunca eles iam achar desaparecido. Que se vocês olharem, tem um mapa lá na entrada – eu tenho foto desse mapa, que nós tiramos foto; eles ficaram brigando, que a gente não podia tirar foto lá dentro –, o mapa tem dois Pacífico. Então... É um mapa malfeito, tem [Oceano] Pacífico dos dois lados. Como é que eu... E a gente dizia: “como é que o Ministério da Defesa vai achar um desaparecido, se eles têm um mapa da América Latina com dois Pacífico?” [riso] A gente brincava com isso. Mas eles montaram uma estrutura tamanho de um bonde, daquelas coisas que nem são os militares –, tem um cara responsável por comprar água, tem o

outro que é responsável por botar a água no gelo, tem o outro que é responsável por te servir a água. Então, a Criméia torceu o pé, sei lá o quê –, eles botaram uma tendinha ali no cemitério, para não ficar tanto sol –, e eu disse: “Será que não dá para arrumar um pouco de gelo, para ela botar aqui?” Eu falei com um, que falou com outro, que falou com outro. E na volta também, a mesma coisa. Um entrega para o outro. Não pode entregar para ti diretamente. É a hierarquia do Exército ali estabelecida. E quem estava dominando a coisa do grupo era o Ministério da Defesa, responsável por aquilo. Quando a Maria do Rosário entrou, ela me chamou, antes de entrar, e... “qual é a primeira coisa que vocês querem?” – “Para você destruir aquele GTT ali”. Então, ela não destruiu, mas ela botou a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério da Justiça participando junto. Eu não sei que avaliação o Paulo Vannucchi fez daquele trabalho, porque nunca falei com ele sobre isso. Mas o governo brasileiro só fez aquilo ali por causa da sentença da Corte.

A.M. – Oficialmente, foi apresentado algum resultado?

S.L. – Eles apresentam para a juíza. Até hoje –, nem sei, agora, já me esqueci o número de ossadas que estão lá, porque é uma coisa que nunca era nos dita direito –, e até hoje, não foi feito um DNA, direito, daquelas ossadas. Ninguém fez.

A.M. – Segundo o texto da Portaria nº. 567, uma das funções desse grupo de trabalho era utilizar também padrões de metodologia científica adequada às atividades necessárias para a localização, recolhimento e identificação dos corpos de guerrilheiros e militares mortos. Você sabe se eles montaram algum grupo, como, por exemplo, aqueles que vocês haviam tentado organizar, em contato com os antropólogos forenses, na Argentina? Contataram o pessoal da Unicamp, por exemplo, especializado?

S.L. – Não. Agora, no fim, a Maria do Rosário fez uma portaria, criando um grupo desse; inclusive tinha posto a Criméia e a Laura, Laura Petit e a Criméia Almeida, no grupo, sem nem consultá-las, e elas pediram para sair da portaria. Mas eu não tenho informação de que isso possa ter acontecido. Agora, está acontecendo, na vala de Perus, um grupo internacional, para examinar as coisas da vala de Perus, que é uma coisa que na época do Paulo Vannucchi, a gente não conseguiu fazer. Nós sempre reclamamos da coisa da vala de Perus, que ficou pendurada. Quando começou a discussão deste livro, que era isso que vocês tinham me perguntado, o Paulo Vannucchi dizia: “não é um livro dos familiares, é um livro

da Comissão”. Claro, é um livro da Comissão. Quem mais entende dessa Comissão? Eu. Porque a Diva não acompanha os processos. Só os processos do Araguaia. E Amparo nem estava na Comissão ainda. Então, mais do que eu, quem conhece aqueles processos? Era eu. Aliás, quando eu fui no Araguaia, me fizeram ficar num quartel do Exército, hospedada num quartel do Exército, que tinha o nome do Castello Branco. Uma coisa horrorosa. Que a gente dizia que não, eu não queria ficar, mas a família que estava ali teve um ataque. Uma coisa muito pesada, nos botar nas instalações militares que foram usadas para combater os guerrilheiros. A gente ficar lá. Tudo naquele Grupo Tocantins ali era ruim. Mas isso, é importante vocês ouvirem a Criméia. Se vocês querem uma coisa específica sobre isso, quem domina esse assunto é a Criméia. A Vitória também. Não sei se a Vitória tem tanta informação quanto a Criméia, porque a Criméia estava na guerrilha. Então, quando foi fazer esse livro, primeiro o Paulo Vannucchi chamou o Ivan...

D.P. – Ivan Seixas.

S.L. – O Ivan Seixas. Eles começaram a fazer – que eu acho, para mim, foi a primeira fonte de erro – eles começaram a fazer ficha dos processos. Então foi contratada uma equipe lá, que fazia uma ficha das informações tiradas do processo. Aí, se tu erra ali, é a primeira fonte de erro. A partir das informações dos processos passadas para as fichas é que ia para alguém escrever o texto. E eu tinha uma grande amiga ali, que era Vera Rota, que era minha amiga, jornalista, lá do Rio Grande do Sul, que acabou, como assessora do Paulo Vannucchi, de imprensa, acabou participando do livro. Então a Vera começou a me pedir ajuda, porque as fichas eram complicadas; e mesmo porque a empresa que tinha sido contratada, vocês não têm noção – que eu acho que o Paulo nunca viu – dos textos que ela produziu. Ele teve assim um primeiro alerta, quando ele viu um texto, que chegou nele, sobre o Virgílio Gomes da Silva, que dizia que o Virgílio era do MR-8. Então, a gente escrevia as coisas, e alguém – não sei quem – trocava. Quem escreveu aquele texto foi a Rosina, não foi nem a Rosina Duarte, uma amiga da Vera Rota. A Vera chegou para o Paulo e disse o seguinte: “A empresa não está funcionando. Eu montei um esquema b.” – “Ah. Você montou um esquema b?” – “Montei”. Quem era o esquema b? Era a Rosina e eu. Mas eu estava junto, ela não disse, não sou eu que vou dizer. Desde o começo, eu fiquei em cima, tentando ajudar, e a corrigir, e a mostrar os erros. Porque vinha texto assim: fulano era terrorista, assaltou... Os textos vinham... As pessoas que estavam fazendo aquilo ali não tinham ideia do que se tratava. A

história da Comissão dizia que a gente tinha estado com o presidente da República. Tinha montes de erros. Então nada daquilo ali estava dando certo. Aí o Paulo contratou a Amelinha, para ajudar. Ele nem sabe, mas a Amelinha nunca... Ele contratou Amelinha pelo mesmo valor que o Ivan tinha sido contratado. Ele até hoje não sabe que Amelinha não recebeu um tostão disso, que Amelinha nunca me deixou falar sobre esse assunto com ele. E foram sendo feitas versões do livro. E também não sei, porque nunca me foi dito diretamente, que tanto.. que tão difícil era a convivência dele comigo, que eu... não sei. Mas, enfim, eu acho que não... ele teve que passar por cima de todas as dificuldades. Como eu sou uma pessoa disponível e estava disposta a trabalhar, eu acabei vindo a Brasília, ali no final do livro, e fiquei acho que dois, três meses aqui. Todo dia eu ia embora, e nunca ia embora. Eu ia embora, nunca ia embora. E ali eu fui me dando conta do que é que ficou... do que é que ficou saindo errado assim, porque... das irresponsabilidades da Vera nesse assunto. No dia que o livro estava na gráfica, que era para eu ter ido embora, que eu não fui, eles começaram a comemorar, ela bebeu, o livro só saiu com a marca do governo porque eu, lá pelas tantas, tarde da noite, liguei para ele... fiz ela ligar para ele. Então os erros cometidos aqui no livro, alguns são super complicados, porque lá pelas tantas... Eu fiz tal ano... Nós dividimos. A Vera ia fazer tal ano, eu ia fazer tais anos e o Paulo Vannucchi ia fazer tais anos. Mas ele revia tudo, linha a linha. Então algumas coisas eu discuti com ele, algumas coisas eu ganhei – , tipo botar votação nos processos, que ele não queria pôr – o número de votos – ele não queria pôr, dizia que eu não tinha noção de colegiado; eu dizia para ele que é histórico isso, tem que mostrar o que é que o general votou contra. Eu achava. Ainda acho que foi super importante. Então... Eu gosto desse livro. Apesar de não concordar com muitas coisas que têm aí, que eu não concordo.

D.P. – Dá uns exemplos. Você tem uma lista?

S.L. – Tipo: eu não gosto que fale de ações armadas. Não acho que isso seja lugar. *Aqui* também fala. Também não gosto. A Janaína também pôs aqui. Eu não gosto que diga que o fulano de tal foi morto porque participou da morte do Boilesen. Não foi por isso que foi morto. Foi morto porque era um guerrilheiro, era um... porque estava na luta armada, porque existia uma decisão política, do Estado, de matar todos que estavam participando de tal e tal forma, e alguns foram presos, outros foram mortos na hora. Por sorte, nós sobrevivemos por sorte, não foi... porque eles decidiram não nos matar. Eu, até hoje, não sei por quê, mas,

enfim, alguns sobreviveram. Eu não concordo com isso, em hipótese alguma. Isso foi uma coisa que eu discuti com ele. Mas ele colocou. Na questão do Araguaia, ele pega como fonte duas pessoas, que para nós são impossíveis, que é aquele... a Taís – como é que é o nome dela? – que escreve um livro sobre o Araguaia, (que eu também, agora, esqueci o nome) uma jornalista. O pai dela esteve no Araguaia. Então ela escreve um livro sobre isso. E ela usa, por exemplo... ela usa um mapa, no livro dela, que ela diz que pegou nas dependências militares, que tem a letreirinha da Criméia. A Criméia estava corrigindo o mapa ali. Então... Que estava errado, ela arrumou, não sei que. Ela usa aquilo como se fosse um documento que ela pegou do Exército. E aquele Hugo Studart, que, na época que ele estava fazendo o livro, foi com muito custo que a gente convenceu ele que não colocasse a história que tem desaparecidos vivos. O Hugo Studart, também, tem uma fonte dos militares. Ele queria pôr, por exemplo, que o Hélio Navarro estava vivo. Você sabe por quê? A Carmem Navarro, [ela] era uma funcionária da Fiocruz –, era não, está viva, eu acho que está muito idosa, mora aqui no Rio –, todas as férias delas, ela começou a ir para o Araguaia. Por quê? Porque alguém tinha dito que viu o filho dela, o Edinho, (chamava Edinho, no Araguaia) depois da noite que todo mundo... que é o Natal de 73, aonde é a grande emboscada ali, de morte de guerrilheiros, e muitos ficaram vivos depois daquilo – o Edinho foi um dos que ficou vivo. Ele era pianista, ele era químico. Então a Carmem Navarro, quando nos procurou, na época da vala de Perus, na prefeitura de São Paulo, ela perguntou se a gente podia recebê-la, ela... E a família dela, era todo mundo almirante. O pai era almirante, o avô era almirante, tios eram almirantes. Todo mundo da Marinha. Não tem uma vírgula de informação sobre o filho, em lugar nenhum. Uma gente de muito dinheiro, ela fez o imposto de renda do Hélio durante todos esses anos. Porque ele não estava morto, então... E ela achava que ele estava vivo. Então ela queria... A primeira reunião que ela foi, com o pessoal do PCdoB, ela pergunta lá para o João Amazonas qual era o plano de retirada que eles tinham, caso começasse alguma guerra ali. Então ela foi tida como espiã filha da puta dos militares, porque ele ousou questionar o João Amazonas. Então, quando a gente conheceu, ela era... A família dela tinha se destruído, o casamento, então nem os militares aceitavam ela nem os familiares. E ela queria que a gente fosse com ela em tal lugar lá, buscar o filho. Ela tinha essa coisa, de que o filho estava vivo. Ela não pede indenização para a Comissão da Anistia. E ela fica pagando o imposto de renda dele! Ela só foi entrar... Não faz muitos anos que ela entrou com advogado, para conseguir

um atestado de óbito dele, em cima da lei. E eu dizia: “mas não tem que entrar com advogado”. Ainda tive que ir no cartório, para ajudar.

D.P. – Mas ele trata aqui como o quê? No livro, ele aparece como o quê?

S.L. – Ele está na lista dos desaparecidos. E ele é desaparecido. Até que a repressão venha dizer que ele está vivo.

D.P. – Mas eu só não entendo qual é a divergência. Então está correto, ele está como desaparecido.

S.L. – Ele está como desaparecido. Estou reclamando do Hugo Studart. Por que é que nós odiamos esse Hugo Studart. Ele foi lá e disse que o irmão da Beth está vivo, disse...

D.P. – Ah. Entendi. Mas no livro ficou correto.

S.L. – Não. O Hélio Navarro está na lista...

A.M. – Mas esse livro é usado como fonte, é esse o problema, na elaboração desse livro.

S.L. – É usado como fonte. No negócio do Araguaia, ele é usado como fonte. Eu não gosto. E... A história da Comissão, para mim, está muito mal contada. Tem muita coisa que eu discordo. Mas eu acho que é super importante esse livro. Eu tenho muito orgulho desse livro.

D.P. – É um tento isso aqui.

S.L. – A Criméia, a Amelinha, o resto da comissão de familiares tem o mínimo respeito por esse livro, pelas coisas... pelas críticas, essas que eu estou dizendo, e outras. Mas para mim, isso aqui é a palavra do Estado. Uma coisa era a gente dizer, outra coisa era o Estado reconhecer a responsabilidade pela coisa desse livro. Eu acabei ficando... Passava a noite, às vezes, ali no Ministério, o Paulo Vannucchi numa sala e eu na outra. E nessa época, por exemplo, esses documentos – que eu vivo atrás – estavam por ali. Aí, no fim, foi ficando difícil, foi ficando difícil a minha relação, inclusive com a Vera. Teve um dia que foi... assim o fim. Eu sou capaz de errar o ano que eu nasci, mas eu jamais vou errar o ano que Marighella morreu, que é 69. Tem alguma dúvida disso? Aí saiu *aqui* uma foto... Eu acho que

ela tirou a foto. Tinha uma foto *aqui*, que dizia: “Marighella, morto de 1971”. Quando eu peguei o livro... Acho que era *aqui*. Ela tirou o negócio todo. Quando eu peguei a versão final, eu falei: “Marighella, morto em 71?!” Ela disse: “Foi você que me disse”. [riso] “Eu jamais posso ter te dito isso, porque isso é um erro que eu jamais iria cometer”. Que já era o livro para o lançamento. Tanto que a primeira... Eu não tenho mais do primeiro, eu...

A.M. – A primeira edição.

S.L. – A primeira edição. O Sérgio ficou de guardar para mim, mas não guardou. Que é a que tem essa foto com Marighella morto em 71. Mas aí eu saí daqui, do dia do lançamento do livro, eu saí daqui muito mal.

D.P. – Daqui não. De Brasília.

S.L. – Ah, é. De Brasília. Eu saí muito mal de lá. Primeiro porque não fui nem citada como membro da Comissão. Eu fui membro daquela Comissão por dez anos. Não podia ter sido esquecida. O Ayrton Soares que falou para mim que aquela coisa dos... que ficam apagados na história, como é que era? – que eu era a rainha-mor dos... dos que a história apaga, dos que fazem as coisas, e a história apaga. Mas eu fiquei ofendidíssima de não ter sido citada como membro da Comissão, durante dez anos. Que não fui.

D.P. – Você diz no discurso, lá na hora, no discurso.

S.L. – Não. Por ninguém ali. Pelo...

D.P. – Porque aqui no livro está.

S.L. – Não. Aí no livro, eu estou citada.

D.P. – Você diz na fala lá.

S.L. – É. Não fui citada. Eu não queria sair como relatora ali, junto com ele e com a Vera Rota. Para mim não precisava. Mas ser citada como membro da Comissão, no dia em que isso é lançado, porque isso é um relatório da Comissão, eu tinha que ter sido citada.

D.P. – Você estava lá na platéia e... nada.

S.L. – É. Aquilo ali foi muito difícil. O dia, aquele fim foi horrível. A Vera não convidou o Ivan Seixas – de quem é a culpa? – é minha? – é de quem? Aquela reunião com Lula foi uma coisa super...

D.P. – E foi no dia do lançamento.

S.L. – Foi no dia do lançamento. Foi uma coisa super restrita, quem entra, quem não entra... A Iara Xavier foi absolutamente estúpida com o Lula. Essas coisas nem vale lembrar, porque não são coisas que são fatos históricos; mas são coisas que aconteceram e que motivaram comportamentos posteriores. Eu imaginava que depois daquela reunião ali, a gente fosse ser recebido de novo pelo Lula, depois que ele tomou a frente de fazer o livro. O Jobim fez um discurso super forte ali. E eu, depois de ter ficado tanto tempo envolvida no livro, eu saí daqui sem nenhum livro, sair de Brasília sem nem um livro. Eu não tinha nenhum. Eu brigava, ligava para aquela Secretaria para pedir livro. Eu não tinha livro! Durante muito tempo. Foi uma vingança sórdida ali, contra mim. Até que um dia eu recebi. Mas tudo que eu tinha anotado, também, de erros acabou não sendo corrigido. Eu não queria, por exemplo, eu não suporto isso *aqui*, que a Comissão Nacional não vai fazer essas mascarazinhas de quem não tem foto. Não bota nada. Mas não põe uma mascarazinha: mulher... O homem tem... (olha) o homem é *assim*, a mulher tem um cabelinho. Pelo amor de Deus! Que coisa horrível! Isso *aqui*, as fotos assim, uns... Eu queria contar as coisas para o Paulo, mas eu também não podia passar por cima da Vera, que era minha amiga e era funcionária dele. Porque teve um dia, numa reunião, que aí eu já não agüentei mais e disse para... e disse, na reunião: “faltam cinquenta fotos, mais ou menos”. Aí ele ficou dizendo: “Não. Então tem que mudar o projeto”. Aí eu fui para dentro da Comissão e do Arquivo Nacional para arrumar fotos, porque as pessoas não tinham nem procurado. Então, a incompetência que se criou ali, dentro daquela Comissão Especial, para isso aqui, foi total. Era só a Vera que fazia isso, a Diva Santana não participou de nada, o presidente da Comissão não participou de nada, os membros da Comissão não participaram de nada. Quem fez esse livro foi o Paulo Vannucchi.

A.M. – Em quanto tempo, mais ou menos, o projeto do livro foi decidido e ele foi publicado?

S.L. – Ah. Eu acho que isso começou... Ele foi publicado em agosto, eu acho. Não foi agosto de 2007? Nem me lembro mais quando é que ele foi publicado. Não sei se vai ter *aqui*.

A.M. – Na ficha catalogada.

S.L. – Foi em 2007. Eu acho que foi agosto. Desde o ano anterior.

A.M. – Foi um ano mais ou menos.

S.L. – É. Eu acho que quase um ano. Acho que quase um ano. Agora... Deixa eu ver se ela tirou algumas coisas aqui, por exemplo, que eram da bibliografia. Bom. Deixa para lá. Tinha algumas coisas que a gente ria. Não tirou, olha. Bibliografia: Garibaldi, Anita – *Guerrilha do Araguaia*. Pelo amor de Deus! [riso] O autor do livro *Guerrilha do Araguaia* foi Anita Garibaldi. Era uma... É uma imprensa lá do PCdoB. Uma editora. Isso *aqui*, por exemplo, foi uma das coisas que eu corrigi. Como é que foi botar que foi a Anita Garibaldi que escreveu esse livro?! Quer dizer, escreveu um livro... As pessoas ficam achando que existiu uma Anita Garibaldi que fez isso aqui etc. e tal. Mas... Esse é um livrinho verde – que foi a primeira coisa que PCdoB lançou, que foi a Criméia ali, o Edson e Amelinha que bancaram – é *desse* tamanho assim, um caderninho, que conta a história da guerrilha e mostra os guerrilheiros. Quem fez aquilo foi o PCdoB. Não sei quem é que está como autor. Mas não é Anita Garibaldi.

D.P. – Esses erros são super comuns.

S.L. – É. Ali no fim, eu ainda consegui... Eu queria... Porque essa história das fichas é que trouxe muito erro. Tanto que depois as fichas foram abandonadas. As fichas foram abandonadas, a empresa que tinha sido contratada para redigir foi abandonada, e o Paulo nem sabe que o esquema b da Vera Rota era eu e a Rosina Duarte, que é uma jornalista amiga dela. Eu fiz diversos textos. Só que ele mexia, depois, nos textos. Por exemplo, ela deve ter achado que o Virgílio era do MR-8, porque quem fez o sequestro do embaixador americano foi o MR-8. Ela deve ter dito: olha um erro aqui. Tchum! Foi lá e trocou. Porque a Rosina, que escreveu a biografia do Virgílio, o texto, em cima do estava no processo, e ela disse “não, eu não botei isso, eu botei ALN”. Então... Era assim. Como é que isso apareceu? Aí ela dizia: “Como é que isso apareceu?” Ficou assim.

A.M. – Esse livro, ele traz a ideia de memória e verdade, que são princípios valorativos mas que regem a maneira como se lida com questões vinculadas às mortes e aos desaparecimentos, hoje em dia, etc.. Quando você identifica o surgimento desse novo modo de ligar com essas questões, trazendo a ideia de memória, verdade – hoje em dia fala-se muito em memória, verdade e justiça – vai ser um eixo orientador do PH3, depois da publicação desse livro.

S.L. – Não. Isso aí, memória, verdade e justiça, já era uma coisa nossa de muito tempo. Ele passa a ser... Algumas coisas nossas passaram a ser incorporadas pelo governo, para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça.

A.M. – Um ponto é esse.

S.L. – Eu usava essa frase nos textos da Comissão de Familiares. Isto virou...

A.M. – Mas isso é incorporado a partir desse momento.

S.L. – Isso é incorporado na época do Paulo Vannucchi. Para que não se esqueça, para que nunca mais aconteça, isso é incorporado nas coisas do governo naquele período. Isso era uma... O pessoal dizia que era uma frase da comissão do acervo. Não era da comissão do acervo. Eu escrevia os textos da Comissão de Familiares e comecei a... Porque quem é que inventou essa frase? Eu me lembro que eu escrevi. Agora quem inventou essa frase, eu não posso dizer que fui eu, porque nem tenho certeza. Já me perguntaram muitas vezes: “quem inventou?” Quem inventou, por exemplo, que na nossa camiseta, que é: “a única luta que se perde é a que se abandona”? Isso é uma das coisas das *madres* da praça de Maio. É uma frase delas. Quando nós fomos... Quando foi marcada nossa primeira audiências com Lula, que eu já não me lembro em que ano foi, que tinha quase cem familiares vindo, eu mandei fazer camiseta para todo mundo: botava a foto no meio e, em volta, essa frase. Para cada família. No fim, a audiência foi desmarcada, sei lá, um, dois dias antes, eu arrumei umas pessoas para me ajudar a pagar a montanha de camiseta que eu fiz, e fui distribuindo. Agora aquilo ali, eu que inventei de fazer a camiseta assim, daquele jeito. Que é o que nós temos usado. Usamos na Corte e em tudo que é lugar. Agora isso, por exemplo, eu não me lembro. Mas... São coisas que foram sendo incorporadas. Agora foram incorporadas no governo a partir do Paulo Vannucchi, com essa fala assim. O traslado do Crioulo foi uma coisa super emocionante.

Super emocionante. A única coisa que faltou, que eu queria muito fazer, que eu incomodei loucamente o Rogério para fazer, foi uma...

D.P. – O Rogério Sottili?

S.L. – O Rogério Sottili. É que eu queria que alguém bancasse, senão eu não ia conseguir, um coro afro, ali na escadaria da igreja da praça da Sé. Eu queria fazer alguma coisa afro ali, na frente da igreja. Poucas vezes eu recebi um cumprimento do Paulo Vannucchi, como recebi pelo negócio do Crioulo, assim por escrito. Os cumprimentos por tudo que se refere ao negócio do Crioulo. E eu armei a maior briga, porque eu queria fazer...

D.P. – Paulo Vannucchi mandou um cartão para você?

S.L. – Não. Mandou um e-mail. Mandou um e-mail, me cumprimentando por tudo que aconteceu, por todos os eventos relativos ao traslado do comandante Crioulo. Porque eu inventei de chamar de comandante Crioulo, pegou o comandante Crioulo. Eu queria fazer o traslado... Eu queria tirar os ossos do Crioulo do cemitério de Perus quando eu tirei Luiz Eurico. Eu queria tirar alguns. Porque a gente não tinha... achava que aquilo podia desaparecer; e era muito uma coisa de “eu quero tirar de onde a repressão pôs”. Porque eu não vou fazer visita no cemitério, mas eu quero tirar de onde ela botou. É essa relação que a gente estabeleceu. Mas aí o povo da ALN, os sobreviventes caíram de pau em cima de mim, dizendo que não, que... imagina, que a gente ia fazer... que eu não podia fazer isso. Porque eu tinha uma procuração da Amparo, para fazer.

A.M. – E a justificativa de não... da ALN, é por quê?

S.L. – Não. Que um dia a gente ia fazer um traslado significativo para ele. Porque eu estava querendo tirar ele e guardar.

D.P. – E aí você tirou e levou para?...

S.L. – Não tirei, não. Ficou. Foi desenterrado, a partir do trabalho feito naquela comissão de investigação da vala de Perus. Ali, ele foi exumado, o sangue da dona Maria Madalena foi tirado, foi levado para a Unicamp –, lá pelas tantas quebrou o vidro – sei lá, o acondicionamento... estava quebrado – eu, diversas vezes, a gente brigava com aquele Daniel Ribeiro Muñoz –, que foi outra coisa que eu fui obrigada a engolir na vida, que é esse cara –,

ficou durante um tempo com as ossadas de Perus, e foi com a interferência ali do Ministério Público, que a gente brigou... um dia, eu falei: “mas não é possível que não dá para tirar, ali dos restos do que ficou do sangue, não dá para tirar o DNA?” – e aí acabaram conseguindo tirar o DNA dali, e o laboratório de São Paulo conseguiu fazer a comparação. Esse Daniel Ribeiro Muñoz foi o cara que o Shibata –, o Harry Shibata, que era diretor do IML de São Paulo, que é o campeão de laudos falsos ali na... Campeão não. Quem fez mais que ele foi Isaac Abramovitch. Mas era o cara que ordenava e o responsável pelo desaparecimento dos corpos, dentro do esquema montado pela ditadura, que passava pelo IML. Ele determinou que esse Daniel Ribeiro Muñoz examinasse o corpo do Luiz Eurico. Para mim, qualquer pessoa que o Shibata determinou é contra mim, é do lado dele. Então, quando ele... Eu sempre denunciei ele. Tive que engolir, porque ele foi aceito pelo grupo de acompanhamento das ossadas de Perus, ali em São Paulo, que as gurias faziam parte, Amelinha, a Criméia, enfim, mas disseram que não tinha alternativa, porque o PSDB enfiou goela abaixo. Ele veio reclamar para mim, que ele dava aula de ética na universidade, e depois das minhas denúncias, ele entrava na aula, os alunos viravam de costa para ele. Eu falava: “pois é, sabe como é, o senhor, afinal, foi determinado pelo Shibata. O que é que eu ia dizer?” Mas eu nunca aceitei, a participação dele, foi muito difícil. E hoje, quando os argentinos foram examinar o que tinha sido feito, realmente, é um horror o que ele fez e o que foi feito, durante esses anos todos, com a tal das ossadas de Perus. Eu não estava falando nisso. Do que é que eu estava falando, que eu saí nas ossadas de Perus? Já me perdi.

A.M. – Do traslado do corpo do Crioulo.

S.L. – Do Crioulo, é. Foi muito lindo. Foi muito bonito. Eu fiquei muito emocionada, me senti... me senti muito bem. E foi uma briga, porque os últimos tinham sido no Ministério Público. O do Molina tinha sido no Ministério Público. E o Ivan Seixas queria fazer lá, no Ministério Público, que era uma coisa pequeninha. E eu... nossa! – bati o pé e falei “de jeito nenhum!” Todos que nós fizemos foi na praça da Sé. Do Lana, da Sonia, do Denis Casemiro, na época da vala de Perus. Tudo foi na praça da Sé. O Crioulo, tem que ser lá também, na praça da Sé. Então foi muito bonito. Mas faltou, mesmo, uma coisa na escadaria. E lá no Recife, a Amparo tem, no grupo Tortura Nunca Mais, um trabalho imenso com a comunidade. Então teve diversas participações da juventude, em diversos momentos. Essa coisa da... da publicidade, de quem era ele assim, foi muito emocionante. Eu gostei muito.

Acabei indo no mesmo avião, que também não estava previsto –, eu ia perder a parte do Recife, porque eles iam sair de São Paulo, e eu não tinha avião para chegar no Recife. Mas eu acabei indo ali no mesmo... Acabou sobrando um lugar para mim, para eu ir no mesmo avião que ele e Amparo foram. Não me lembro quem é que eles tiraram ali do avião.

D.P. – Suzana, e a Comissão Nacional da Verdade?

S.L. – A Comissão Nacional da Verdade é a pior das circunstâncias, porque... Eu não me conformo de em nenhum momento a gente ter sido chamado para participar desse processo de discussão da lei, de formulação da lei. Isso, eu não me conformo.

A.M. – Quando vocês começaram a demandar por uma comissão da verdade?

S.L. – Ah. Faz muito tempo. Nem me lembro quando. Ela começou a ter esse nome assim ali naquela conferência; que a gente conseguiu colocar porque era o Paulo Vannucchi o ministro, a Bisoca sugeriu que fosse um dos eixos...

A.M. – Na conferência de votação do PNH3.

S.L. – É. Veio de Minas essa sugestão de ser um dos eixos, o Paulo Vannucchi aceitou, então aquilo foi formalizado como tal, desse jeito. Eu não me lembro como é que era. Eu acho que chamava Comissão da Memória, da Verdade e da Justiça. Acho que era assim. Mas a gente falava há muito tempo, porque a Comissão Especial, aquela, não tinha... tinha muita limitação. O SNI respondia... O SNI não. Aí já chamava Abin. A Abin só respondia para a gente que não tinha nada a informar, que não tinha nada a informar; e a gente sabia que tinha, que existiam arquivos, enfim. Então eu não sei, exatamente, quando que a gente começou a falar como comissão da verdade, porque as coisas, na América Latina, já tinham acontecido, então a gente, que começou na frente deles, acabou atrás. Não sei quando é que começaram a ter as primeiras comissões da verdade. A primeira foi a da Argentina? Já nem sei mais. Disso eu já me esqueci. E eu não me conformo de a gente não ter participado de absolutamente nada. Acho muito desrespeitoso conosco, que, de uma forma ou outra, foram os familiares que mantiveram essa história, que carregaram essa história, durante todos esses anos. Não quer chamar um, não quer chamar outro, mas algum tinha que ser chamado. Quem, teoricamente, representava a sociedade civil nesse processo era o... Nossa! Paulo Sérgio Pinheiro. E o Paulo Sérgio Pinheiro era uma pessoa que, historicamente, não estava do nosso

lado. Ele evoluiu, para estar do nosso lado. A Cecília Coimbra participou de mesa com ele, que ele tinha uma posição absolutamente contrária. Ele era assessor do Montoro quando a gente... Quando primeiro do governo Montoro, acabou a ditadura, a gente queria mexer na vala de Perus, ele nem nos recebeu. Então, ele nos representar nessa discussão, é muito complicado. E acho que tinha um acordo dele coordenar a comissão, inclusive. Isso é achômetro. Mas eu acho. Nós não participamos de nada para a elaboração da lei. A gente viu só depois que ela foi. Nós tentamos emendar a lei, e aí nós éramos tratados como se fôssemos inimigos. A ministra Maria do Rosário me chamou para uma reunião lá em Porto Alegre, na casa do Flávio Kutz. Se eu topava ir. Nem perguntei sobre o que é que era. A ministra do Rosário está chamando para uma reunião na casa do Flávio Kutz. Na casa do Flávio? Tudo bem. Depois, me ligaram de novo, para eu convidar o Nei Lisboa. Eu falei: “bom, para eu chamar o Nei, eu tenho que saber o que é que é”. – “Ah. É para discussão da Comissão da Verdade”. Falei: “Tudo bem”. Então chamei o Nei também. Então ela tinha chamado figuras que ela considerava importantes, da cidade, do estado do Rio Grande do Sul, para ajudá-la na votação do projeto de lei – que estava sendo emperrado por nós, que nós estávamos obstruindo a votação. Eu fiquei... Quase caí da cadeira. Primeiro porque ela nem conhecia algumas coisas do que a lei dizia. Que eram as críticas que a gente fazia: a questão do período, alguma... diversas coisas, que também não vêm ao caso. Mas dizer que nós estávamos sendo responsáveis por não ter a votação, porque nós estávamos pedido emendas, é... é um absurdo.

D.P. – Quais eram as emendas? Tipo.

S.L. – Tipo o prazo. A gente juntava o prazo, o período...

D.P. – Quer dizer, a extensão da Comissão. Para não apurar os fatos.

S.L. – É. Nós queríamos os fatos da ditadura militar. Se ater à ditadura militar.

A.M. – De 64 a 85? 88?

S.L. – 64 a 85, 88, sei lá o que a gente botava. Já não me lembro mais. A Luiza Erundina apresentou nossas emendas. Foi a única pessoa que apresentou e que defendeu. Os outros... Aquele senador do PSOL, que também ia fazer e acontecer, não fez. Mas aí nós estamos completamente rachados já, nesse período. Teve uma...

D.P. – Vocês achavam que os membros da Comissão deveriam ser escolhidos pelo Executivo? Vocês falaram sobre isso? Não.

S.L. – Não. Não. De quem indicava, não nos importava. Nós não reivindicamos participação, mas a gente achava que isso... que nós não tínhamos que participar, nem os militares. Tinha a discussão de que podia atingir os militares também. Nós não queríamos nada feito no sigilo. As emendas, eu não posso me lembrar quais eram.

A.M. – Mas a ideia de reconciliação nacional foi questionada?

S.L. – Claro. Reconciliação nacional, só com justiça. Então... A gente não aceitava que ela tivesse esse nome. Houve uma tentativa de nos enfiar goela abaixo, que até eu falei que houve esse seminário no núcleo de estudos de não-violência, para tentar nos convencer a aceitar essa coisa da reconciliação nacional; que é uma coisa que fazia bem para o Jobim. Eu acho que foi um erro o Paulo Vannucchi não ter enfrentado aquela discussão com Jobim. Eu não conheço a correlação de forças do governo. Mas eu que estou vendo aqui de fora, quando o Jobim começou a botar as mangas de fora, o Paulo Vannucchi estava de férias, e eles tomaram a decisão de não responder. Você estava em Porto Alegre quando foi feito o lançamento desse livro lá. Você lembra de uma multidão que tinha lá? Aquilo eu tinha organizado para ser um desagravo a ele. Não foi ninguém lá, nem ele nem... Outro dia eu disse... No dia que eu disse para ele que não foi ninguém, ele falou: “Rogério foi”. Eu falei: “Rogério não foi. Não foi ninguém”. Aquela multidão, a gente tinha organizado, com o pessoal da História, que tem um trabalho muito forte, esses professores que eu conheço que fizeram esse 31 de Março, que tinha multidão de gente, lá no salão de atos da universidade. Então eu acho que foi um erro não enfrentar aquela discussão com Jobim. E acho que quem decidiu aquilo foi o Lula, não foi o Jobim. Para mim, o Jobim fez o que o Lula mandou.

A.M. – E da maneira como está...

S.L. – E permitiu que o Paulo não... que o Paulo discordasse publicamente, que o Paulo também não ia rasgar a biografia dele. Mas aí o Paulo dizia: “Se não for assim, eu vou sair. Se não for assim, eu vou sair”. Acho que aquilo não ficou bom. Acho que não ficou *legal*. E nós não soubemos de absolutamente nada, também, da constituição da Comissão. Nada. A Dodora Arantes, por exemplo, levou um susto, quando soube que a gente nunca

soube de nada. Ela sabia. Algumas pessoas foram consultadas. Nós não somos considerados pessoas confiáveis, durante esse governo, para discutir essas questões. Não fomos considerados. O que eu acho muito ruim, porque eu acho que... que a gente conhece essa história, a gente tem um peso nessa história, e acho que foi desrespeitoso.

D.P. – Mas pensando, hoje, no trabalho da Comissão. Você acha que?...

S.L. – Eu fiquei contente... Eu até gostei da constituição da Comissão, porque eu achei que ela podia ser pior, então fiquei satisfeita. Nós tivemos uma única reunião com eles, que foi... Quando é que foi constituída a Comissão? Nem sei.

A.M. – 2011.

S.L. – Não. Mas que ela tomou posse.

A.M. – Em 2011 ela foi criada... Em 2012. 16 de maio de 2012.

S.L. – Então. Nós tivemos uma reunião com eles logo em seguida, em São Paulo, que foi uma reunião forte, porque ali ficou claro que eles não iam investigar os crimes da esquerda, que era uma coisa que para nós nem estava claro e que a lei deixava dúvida. Essa era uma decisão da Comissão. Eu esperava – eu não vi o relatório ainda, mas eu esperava que essa comissão pudesse fazer o que fez a Comissão Especial quando eu estive lá, que foi além da letra da lei. Quando eu discutia com Jobim, para dizer para ele que de alguma forma ele estava deixando de fora alguns, eu lembro que eu disse para ele, lá pelas tantas, “mas se eu provar que o fulano de tal foi executado?” Ele falou: “Se você provar que foi executado, vai estar dentro da lei”. Eu falei: “Então nós vamos aprovar o Marighella”. Ele dizia para mim: “Isso é você que está falando”. Essa Comissão foi além do que estava previsto na lei. Eu esperava que a Comissão da Verdade, também, pudesse ir. Ela se digladiou em conflitos, desde o começo, que eu não conheço bem. O primeiro contato que eu fui ter assim com a Comissão, eles foram para Porto Alegre, o Paulo... depois dessa primeira reunião, que nós saímos satisfeitas, porque eles não iam investigar os crimes da esquerda. Era só o que faltava. Nós estamos falando de crime do Estado. São crimes do Estado. Mais um deles defendia, que era aquele José Paulo Cavalcanti; aquele que está lá, ele defendia. Ele queria votar no... o Baumgarten na nossa lista de mortos e desaparecidos. Ele tem outra visão. Tanto que agora, tem saído, publicamente, que, por 5 a 1, (voto contrário dele), eles vão re... eles estão

indicando os responsáveis e vão recomendar que eles sejam julgados. Ninguém nunca disse para a Comissão julgar porque nem tem poder para isso, mas... Isso é uma vitória. O José Carlos Dias não tinha essa posição, no começo, Paulo Sérgio Pinheiro não tinha essa posição. Acho que é uma vitória, da Rosa, da Maria Rita – também não sei que posição tinha. E quando eles foram a Porto Alegre, eu disse para eles que o Brasil estava respondendo para a Corte que a Comissão da Verdade estava buscando os desaparecidos do Araguaia, e que eles não estavam fazendo nada. O que é que eles achavam que a gente ia fazer depois disso? Porque a Comissão da Verdade não buscou os desaparecidos, muito menos os do Araguaia, que é a resposta que o governo brasileiro dá lá. Eu fui de novo. Eu fui na primeira... no primeiro julgamento da Corte, que eu acho que foi um erro da Secretaria de Direitos Humanos – era o Paulo Vannucchi o presidente da Comissão, [ele] não estar lá. Porque quem estava à frente do governo brasileiro era o Ministério da Defesa. Então é assim: o governo brasileiro declarou guerra contra nós, porque quem estava lá era o Ministério da Defesa. Acho que foi um erro. Não podia ser. Pela postura do governo brasileiro. Ainda dizer o seguinte: “se vocês forem condenar, façam uma sentença exequível, senão nós não vamos cumprir”. Os acordos, também, que tinha sido feitos. Mentiam descaradamente. Os acordos que tinham sido feitos, de não... do governo brasileiro não interrogar as supostas vítimas, que eram os familiares, eles resolveram interrogar a Criméia. Claro. Era a única guerrilheira que estava ali. Então... Sabe? Foi um monte de gente, um monte de militares. Nós éramos uma delegação pequerruchinha. E a assessoria da Secretaria de Direitos Humanos estava ali, orientando o cara do Ministério da Defesa, que tinha uma postura horrível. Bom. Isso...

A.M. – Preciso trocar a fita.

[FINAL DO ARQUIVO 5]

A.M. – Você estava mencionando que o representante do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos foi o Ministério da Defesa e não a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

S.L. – É. Estou reclamando disso. Dessa última vez, quando foi, agora, a audiência para avaliação do cumprimento da sentença, quem estava à frente era o Itamaraty, a

embaixadora; que para nós...que foi muito cordial conosco e disse... se solidarizou conosco e disse: “Olha. O dever me coloca em determinada situação”. No julgamento, foi horrível. Eu nunca soube por que é que foi o Ministério da Defesa a defender e não a Secretaria de Direitos Humanos. Até porque a Secretaria de Direitos Humanos, é obrigado a ter uma defesa do Brasil ali. E eu acho importante a condenação da Corte. Enfim. Eu não sei o que vocês tinham me perguntado, que eu comecei a falar da...

A.M. – Sobre a Comissão Nacional da Verdade.

S.L. – Ah. A Comissão Nacional da Verdade. Então, eu tinha expectativa de que eles fossem ir além da letra da lei. Aí nós começamos a acompanhar os conflitos. Quando eles foram a Porto Alegre, eu disse a eles: “Nós esperamos que vocês vão além do que nós fomos. Em cada um dos casos de mortos e desaparecidos, vocês têm que investigar, ir além do que a gente foi. Além do Memória e Verdade e além do nosso livro. O nosso livro, têm casos que não estão ali. Então nós queremos que vocês assumam estes casos e investiguem esses casos, nem que seja para dizer – esse caso foi errado, não tinha que estar aqui. Um a um”. E que situação... E aí foi um auê. Vamos fazer, vamos acontecer; mas não aconteceu nada. Quem começou a fazer investigação de casos foi o Cláudio Fontelles, que ele estava nesse grupo. E os conflitos começaram a acontecer lá dentro porque ele começou a colocar nomes, o resto da Comissão não concordava. A gente não...

A.M. – Nome dos responsáveis pelas mortes e desaparecimentos.

S.L. – Dos responsáveis. E começou a colocar textos, que ele fazia, no site da Comissão. O Paulo Sérgio Pinheiro não aceitava; a Rosa, quando foi ser coordenadora, não conseguia chegar nas informações sobre a Comissão, os contratos que tinha, que ninguém sabia como eram... Eu não sei direito. O que eu sabia é o seguinte, por exemplo: toda grana da Comissão estava... era via Ministério da Educação; e, via Ministério da Educação, foi para a Universidade de Minas Gerais. Então a Comissão não podia contratar ninguém, só a Universidade que podia. É isso que eu sei. Que quando a Rosa chegou ali queria... O André Saboia, que ela colocou como secretário porque o anterior não lhe dava nenhuma informação, que era o Pedro Pontual –, uma pessoa que apareceu ali na época do Paulo Vannucchi, era um gestor do governo, e que foi levado ali para a Secretaria, para a Comissão dos Mortos e Desaparecidos, como secretário; depois, ele saiu e foi para a Comissão da Verdade, como

secretário-executivo. E a Rosa diz que ele não dava informação para ela. Ela não sabia nem dos contratos, o que é que acontecia. Ela demitiu ele, botou o André Saboia. Pelo que eu sei, o reitor foi lá e disse para ele: “Não. O dinheiro é da Universidade, não é da Comissão”. Eu não sei direito isso, como é que foi esse processo. Nunca... Não sei. Não sei dizer o que aconteceu. Eu sei que o clima era insuportável, lá dentro, de discussões; a ponto de o Cláudio Fontelles pedir demissão, senão – ele diz que ele ia se pegar a tapa com o Paulo Sérgio Pinheiros. O Paulo Sérgio tem um jeito muito... Ele é muito grande, ele grita muito... Ele tem aquele jeito dele. Então, cada vez que ele levantava... imagina a Rosa ali, pequeninha –, ele afrontava muito ela, e o Claudio tomava as dores. E acho que houve uma... também não sei direito, mas acho que houve uma avaliação errada da Rosa sobre até onde ela poderia... ela tinha o poder de transformar aquilo ali; porque nós fizemos uma reunião com a Comissão, em São Paulo, onde ela achava que se a gente pedisse para todos se demitirem, ela montaria... a presidenta montaria outra comissão. E ninguém deu bola para aquilo ali. Amelinha pediu permissão de todo mundo, e ninguém deu bola. Nós levamos uma carta – forte, (que eu achei) pedindo, reivindicando algumas coisas para a Comissão; mas essa discussão da renúncia remexeu tudo. Mesmo assim, a gente se dispôs a fazer um trabalho, que é aquele que eu falei que depois eu mando para vocês, por e-mail. Ela não está nem perto do que a gente queria que ela fosse. Ela está dizendo que encontraram um desaparecido, que é o Epaminondas, para nós, Epaminondas não era desaparecido, Epaminondas Gomes de Oliveira; o caso foi tratado na Comissão Especial dos Mortos e Desaparecidos, a gente sabia onde estava enterrado; e a família, na época, disse “não, deixa assim”. Aí, com essa coisa, com essa nova nomenclatura, que – não tem o corpo, é desaparecido –, eles acharam um desaparecido, que é o Epaminondas, que tinha a história inteira, só não sabia em que lugar do cemitério ele estava, porque nunca ninguém tinha ido lá procurar. Eu não me conformo com isso. E eles pegaram casos exemplares, sim, que eles vão esmiuçar até o fim. Que eu acho que isso vai ser importante. Do Rubens Paiva, o Stuart. Isso, também, a gente não queria. Desde o começo, a gente disse: “vocês não vão pegar casos exemplares; e tem que examinar um a um”. Acho que faltou estrutura para a Comissão. E acho que esses conflitos internos foram muito difíceis. Eu, por exemplo, gosto demais do André Saboia, que é o secretário-executivo, que foi membro dessa comissão aqui, que eu conheci nessa comissão, e que foi ele que levantou os casos dos argentinos, porque ele, quando saiu da... teve uma época que ele foi... ele é do Itamaraty, então, ele foi transferido para Buenos Aires, ele levantou um monte de

informações lá, importantíssimas para nós; e quando ele voltou para cá, ele foi para a Comissão de... lá para Maria do Rosário. Eu disse para ele: “Não faça isso. Vá para a Comissão da Verdade”. E eu gosto muito dele. E dois outros assessores que tem lá, que é o Daniel Lerner e o André Vilaron. Para mim, foram eles que fizeram... Os outros eu não conheço. Mas eles... O que eu sei, que está acontecendo, da Comissão, que eu acho importante, e o grupo de peritos, que naquela... desde o começo, a gente pediu, também, que cada um dos casos que a gente tem documentação e foto... Também pedi isso diretamente para o Paulo Sérgio Pinheiro, um ano depois que os peritos foram contratados. A gente queria que, em cada um dos casos, os peritos fizessem, olhassem. Por exemplo, nem do Luiz Eurico eu tinha, que eu pedi para eles; porque eu nunca tinha dado andamento ao caso do Luiz Eurico, pedi para eles, e eles fizeram uma análise da... E foi a primeira vez que eu tive certeza que o Luiz Eurico não se suicidou; que, até então, eu tinha dúvida. Esses peritos e esses três assessores, para mim, fizeram acontecer a Comissão, dentro das coisas... das nossas expectativas. E, pelo que eu vi – na imprensa, não sei –, acho que vai ser importante essa questão da autoria. Agora eu acho que ela tinha que ser prorrogada, porque tem um monte de coisa pendurada e porque eu não gostaria de ver, por exemplo... Eles queriam tirar vinte e um casos daqui. Eles estão colocando alguns, que nós não colocamos, que estão citados aqui como indeferidos. Era uma meia dúzia. Eles queriam colocar e queriam tirar alguns. O que a gente, também, achou um absurdo. Tu não pode desaparecer de repente com a história das pessoas. Então, bota o nome dele e diz – uma nota: “referido pelos familiares... mas a Comissão não investigou”. Sei lá. Bota alguma coisa. Agora não desaparecer com as pessoas da história. Eles voltaram atrás. O Paulo Sérgio Pinheiro está falando de 434, eu acho que aqui tem 436. Eu nunca sei número, porque esses números mudam tanto, eu me atrapalho. Então eu... Sei lá. Eu acho que nós estávamos disponíveis para ajudar mais. Mas os conflitos que existem em torno de nós, que talvez vocês descubram... Por exemplo, eu queria saber por que é que nós ficamos tão isolados durante todos esses anos. Desde a época da anistia até a abertura da vala de Perus, nós éramos tratados super mal. A esquerda dizia... nos chamava de revanchistas, também. Entre aspas. Mas nos chamavam. “Vocês estão querendo colocar em risco a democracia incipiente que a gente está conquistando”. Isso era dito, claramente, para nós. Então... Eu nunca entendi bem por quê. E também não sei explicar por que é que nós somos tão malquistos. Eu não sei explicar. Porque nenhuma crítica direta foi feita, nem pela Maria do Rosário... A Maria do Rosário, quando foi a Porto Alegre, fez um elogio tal a mim

– na primeira vez que ela foi, como ministra, lá na Assembléia Legislativa –, que eu fiquei estatelada. Esses dias ainda me mostraram, que estava na internet. Ela fez um reconhecimento ao meu trabalho, publicamente. Eu falei isso. Não falei, já?

A.M. – Não. Sobre isso, não.

S.L. – Ela fez um reconhecimento, ali, naquela primeira audiência, como ministra, no lugar que eu trabalhava, dizendo, inclusive, que eu que tinha levado ela para a Comissão. Que é verdade. Eu fui lá e... Quando o Nilmário foi ser ministro, eu sugeri que ela fosse – convenci ela a ir – integrar a Comissão. Acabou a reunião, eu fui lá dizer para ela: “Ai que legal. Eu queria te ajudar a reestruturar a Comissão. Imagina. Muito obrigada”. Ela me disse: “Quem é que disse que eu quero?” Então... pronto, acabou o elogio. Era só... era só uma coisa *pro forma*. E eu não sei o porquê. A não ser que nós somos muito... chatas. A gente não muda a posição. É a mesma coisa, a mesma coisa, a mesma coisa.

D.P. – Eu acho que tem um grande reconhecimento do trabalho de vocês. Claro que tem. De todo mundo. Agora certamente, até porque vocês têm uma posição muito firme, de embate forte, o pessoal fica sem querer que vocês participem ativamente da Comissão ou das comissões. Mas o reconhecimento, eu acho que não tem a menor dúvida, Suzana. Isso aí...

S.L. – Alguns têm, outros não.

D.P. – Não. Isso aí não. Pode não gostar do jeito. Mas o reconhecimento, quer dizer, essa luta toda... se deve a vocês...

S.L. – Mas aí, na hora dessa coroação, que era a criação dessa Comissão, por exemplo, o PSDB me botou na Comissão; e o governo – que seria o *meu* governo – nos deixou de fora; inclusive, de tentar chegar perto. A Maria do Rosário me ligou, dez horas da noite, e no dia seguinte, às nove, dez horas da manhã... E a Dilma ia empossar a Comissão. A Maria me ligou, dez horas da noite. “Alô. É Maria do Rosário. A presidenta quer que você esteja lá amanhã. Eu já vi, eu compro uma passagem para você, do meu bolso, às seis da manhã...” É óbvio que eu não fui. Imagino que a Dilma deva ter perguntado para ela “quem é que vai estar? Você convidou fulano?” – porque a minha história com a Dilma passa por esse assunto, eu conheci ela participando de debate, de coisa, com esse assunto. Enfim...

D.P. – E aí você não foi no lançamento.

S.L. – Não fui. Convidar às dez horas da noite, para eu ir no outro dia, de manhã cedo?!

A.M. – Você quer perguntar mais alguma coisa?

S.L. – Vai embora. Pode ir. Eu vou contar só mais uma coisinha. Essa... Não. Pode ir. Essa discussão foi tão difícil que era assim... Não. Deixa. Não vou contar mais. Está bom, gente. Deu. Não vou contar mais nada, senão ela não vai embora. Ela tem hora para ir. [risos]

D.P. – Conta. Conta.

S.L. – Não. Muito obrigada para vocês. Eu me senti muito honrada.

A.M. – Nós que agradecemos muito, inclusive pelo reconhecimento que nós temos pela sua luta, ao longo desses anos todos, com relação a essa causa. Suzana, muito obrigada, em nome de toda a equipe.

S.L. – Obrigada a vocês.

[FINAL DO DEPOIMENTO]